



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA – CCEN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGG
MESTRADO EM GEOGRAFIA

JOSÉ RIBAMAR GOMES DE SOUSA

**POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO LOCAL: O PROGRAMA DE
AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) NO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS - PB**

JOÃO PESSOA – PB

2017

JOSÉ RIBAMAR GOMES DE SOUSA

**POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO LOCAL: O PROGRAMA DE
AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) NO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS - PB**

Dissertação apresentada em cumprimento às exigências do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (PPGG/UFPB) para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Josias de Castro Galvão

JOÃO PESSOA – PB

2017

Catálogo na publicação Seção de

S725p Sousa, José Ribamar Gomes de.

Políticas públicas e desenvolvimento local : o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Cajazeiras - PB / José Ribamar Gomes de Sousa. - João Pessoa, 2017.

180 f. : il.

Orientação: Josias de Castro Galvão. Dissertação
(Mestrado) - UFPB/CCEN.

UFPB/BC

CDU 338.439.02(043)

Catálogo e Classificação

JOSÉ RIBAMAR GOMES DE SOUSA

**POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO LOCAL: O PROGRAMA DE
AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) NO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS - PB**

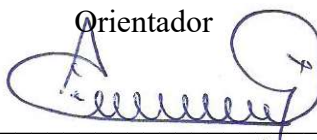
Dissertação apresentada em cumprimento às exigências do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (PPGG/UFPB) para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Banca examinadora



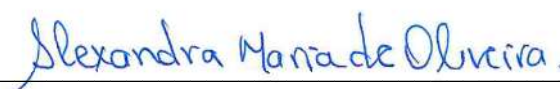
Prof.º Dr. Josias de Castro Galvão (PPGG/UFPB)

Orientador



Prof.º Dr. Anieres Barbosa da Silva (PPGG/UFPB)

Examinador Interno



Prof.ª Dra. Alexandra Maria de Oliveira (UFC)

Examinadora Externa

JOÃO PESSOA – PB

2017

*A todos os anos de incentivo e dedicação posto em
minha formação, dedico este trabalho aos meus
pais, Socorro Gomes e Zezito Severino (Nito),*

Dedico

Agradecimentos

O início, o meio e o fim de um trabalho requer um longo tempo, e deste se faz uma longa caminhada. Um tempo repleto de surpresas, partilhas, cumplicidades e alegrias, tristezas, enganos e superações. A cada etapa, novos direcionamentos, caminhos e colaboradores que se fizeram no trilhar da pesquisa. Neste, há aqueles que se desdobram no partilhar de todas as etapas e a que tenho que agradecer. O risco de cometer injustiças é muito grande. Mas, antecipo aqui as minhas desculpas.

Agradeço inicialmente a Deus pelo dom da vida, estando sempre a me guiar nos instantes de incertezas, no íntimo da sabedoria, o aprender.

A minha mãe (Socorro Gomes) que me apoiou em todos os momentos da minha vida. Das conversas as discussões, dos conselhos aos incentivos. Por sempre acreditar em meu potencial e no crescimento profissional e ao meu pai (Zezito).

A Francisca da Silva (Namorada) que sempre esteve ao meu lado, incentivando e apoiando nos momentos e dificuldades, preocupações e incertezas.

Aos meus irmãos Rodrigo, Rogério e Rosálio, que se mantiveram firmes e fortes com confiança naquilo que acreditei.

Agradeço ao meu Orientador, o professor Dr^o. Josias de Castro Galvão, por ter me acolhido de braços abertos na realização deste curso, pela paciência e confiança, pelos incentivos e direcionamentos para o desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço ao GESTAR – Grupo de Pesquisa: Território, Trabalho e Cidadania pelo acolhimento durante minha chegada ao PPGG. Em especial a professor Maria de Fátima F. Rodrigues, que sempre me incentivou no desenvolvimento de atividades para a formação profissional. Também aos membros do grupo, nas pessoas de Jadiele e Joanes.

Agradeço aos agricultores familiares que se dispuseram a participarem desta pesquisa, através do fornecimento de informações que foram primordiais para a execução desta pesquisa, sem estes, isso não seria possível.

Agradeço a coordenadora da CAAASP na pessoa de Josefa Alves Vieira (Dona Nelsa) pela disponibilidade de tempo e no fornecimento de informações para o bom desenvolvimento deste trabalho. Agradeço o apoio de Alex (Técnico do Instituto Frei Beda de Desenvolvimento Social) pelo acompanhamento durante a realização das visitas aos assentamentos Frei Beda e Valdecy Santiago.

A CPT nas pessoas de Antônio Cleides e Cícera Gomes de Andrade. À coordenadora do PAA nas pessoas de Thamyres Gomes de Abreu Albuquerque e a Renata Elisa Moreira

Braga (subcoordenadora do PAA) pela disponibilidade de tempo e empenho no fornecimento de informações e documentos relevantes para o desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço a pessoa de Maria de Fatima Freitas (Dodô), pelas informações prestadas durante a realização de entrevista, relatando o processo de aplicação e desenvolvimento o programa no município de Cajazeiras – PB.

Aos amigos e colegas, nas pessoas de Alisson, Daniel, David e Alexsandro que estiveram e se fizeram presente durante este percurso de realização de curso.

Enfim, agradeço a todos os professores que compõem o PPGG/UFPB, pelo empenho e dedicação, experiências e incentivos e também a turma do curso de Mestrado do ano de 2015.

Apoio Institucional

Este trabalho teve apoio institucional da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Por meio da bolsa de estudos concedida entre os meses de Setembro de 2015 a Agosto de 2017 obtive a oportunidade de me dedicar ao exercício da realização integral das atividades de elaboração, pesquisa e estudos voltados para a realização do Mestrado em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGG/UFPB.

A bolsa de estudos é um incentivo e uma garantia que assegura um suporte para proporcionar uma boa infraestrutura física para o mestrando durante as atividades acadêmicas e de pesquisa (computador, acesso à internet, aquisição de livros, impressões etc.). A bolsa também proporcionou a participação em eventos de ordem acadêmica, como em eventos científicos com a finalidade de trocar experiências, bem como na divulgação dos resultados da pesquisa no período corrente.

Foi através dela que pude realizar as atividades de campo no município de Cajazeiras - PB, principalmente no que concerne à realização/aplicação de entrevistas e questionários junto aos sujeitos pesquisados, que foram fundamentais para o andamento e o desenvolvimento desta pesquisa, e, assim, alcançar os objetivos propostos neste trabalho.

Também, ressaltamos o apoio institucional do Grupo de Pesquisa: Território, Trabalho e Cidadania – GESTAR, que foi fundamental no processo de chegada a UFPB, bem como forneceu apoio ao desenvolvimento de pesquisas e no aprofundamento das questões teóricas por meio de debates e discussões textuais. Destacamos que a participação deste Grupo de Pesquisa foi um incentivo ao prosseguimento das atividades e, também, no processo de ambientação com as atividades de pós-graduação. Um agradecimento especial à professora Dr^o Maria de Fátima Ferreira Rodrigues, pelos incentivos a participação de atividades acadêmicas.

RESUMO

A criação de políticas públicas no âmbito do desenvolvimento social e territorial no Brasil vem apresentando significativas mudanças a partir de seu processo histórico de formação territorial. É nesse percurso histórico que os problemas sociais se manifestam, através de questões ligadas ao processo de organização espacial de produção, de distribuição de recursos, bem como são intensificados por meio dos problemas regionais ligados à seca na região Nordeste. A criação de programas para atender a uma necessidade regional já vem sendo executadas desde o início do período Imperial com Dom Pedro II que já retratava a necessidade de levar água ao sertão do Nordeste, e veio se propagando com a criação de órgãos no século XX como os IFOCS e IOCS e atualmente o DNOCS. Já no final do mesmo século foi criado um programa com o objetivo de contribuir com o desenvolvimento das atividades da agricultura familiar no campo, o Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Com o decorrer dos anos, já no início do século XXI, há um conjunto de políticas direcionadas à população em situação de pobreza e em vulnerabilidade alimentar e nutricional. A título de exemplo temos o Programa Fome Zero – PFZ e o PAA. E, é nesse contexto que damos ênfase ao PAA como uma das linhas de atuação do PFZ e que passamos a analisá-lo, tendo como foco principal, a compreensão do papel dessa política nas dinâmicas do espaço e das transformações socioterritoriais nas comunidades rurais do município de Cajazeiras – PB. Desde a criação do programa no ano de 2003, ele vem sendo estruturado por meio de decretos a fim de atender o maior número de produtores possíveis, gerado assim, uma forma de contribuir com o crescimento e o fortalecimento das atividades do campo. Na realização desta pesquisa, utilizamos uma base metodológica quanti/qualitativo, por meio de um estudo de caso nas comunidades rurais, a fim de ter um panorama da atuação do programa de forma contextualizada no referido município. Realizamos aplicações de questionários com os produtores fornecedores do PAA entre os anos de 2013 a 2016 e entrevistas com os responsáveis pelo programa de 2009 a 2012. Realizamos as análises dos dados, e, compreendemos que dentro do processo de desenvolvimento do programa há dois momentos distintos destacados pelos produtores rurais, um retratando a atuação da coordenadora executora do PAA entre os anos de 2009 a 2012, e, de 2013 a 2016. Destacamos também que há um processo de redução do número de produtores desde o ano de 2009, bem como uma apresentação de aspectos positivos e negativos da atuação do PAA, em consonância com a gestão do programa. Isto é o que, de certa forma, possibilita e limita o processo de desenvolvimento ou transformação das comunidades rurais no município de Cajazeiras – PB.

Palavras – Chave: PAA. Comunidades rurais. Espaço Agrário.

ABSTRACT

The creation of public policies for social and territorial development in Brazil has been presenting significant changes through its historical process of territorial establishment. In this historical course social problems are manifested through issues related to the process of spatial organization of production, distribution of resources, and are intensified by regional problems related to the droughts in the Northeast Region. The creation of programs to meet this region's necessities has been performed since the beginning of the Imperial Period with Dom Pedro II, who has depicted the urgency of bringing water to the northeastern hinterlands. They have continued with the creation of agencies in the 20th century such as the IFOCS, the IOCS and lately the DNOCS. At the end of this century, a program has been created in order to contribute to the development of family-based agricultural activities in the countryside, the Pronaf – National Program for the Strengthening of Family Farming; and at the beginning of the 21st century, public policies aimed at the population in poverty and food and nutritional vulnerability emerge. Examples are the Zero Hunger Program (PFZ) and the PAA. Given this context, emphasizing the PAA as one of the lines of action of the PFZ, an analysis will be conducted for understanding the role of this policy over spatial dynamics and socio-territorial transformations in rural communities of the municipality of Cajazeiras – PB. Since the creation of the program in 2003, it has been structured through decrees in order to meet as many producers as possible, thus contributing to the growth and strengthening of rural activities. In this research, a quali-quantitative method was conducted through a case study in rural communities, considering an overview of the program's performance in the context of the referred municipality. Surveys were applied to the producers who supplied the PAA between 2013 and 2016, as well as interviews were conducted with those responsible for the program from 2009 to 2012. With the data analysis, it is assumed the existence of two distinct stages in the program development process, appointed by the producers: one portrays the executive coordination performance of the PAA between 2009 and 2012, and the other from 2013 to 2016. It was also observed a process of reduction in the number of producers since 2009, as well as an exposition of positive and negative aspects in the performance of the program, in accordance with the program's management. This is, in a certain way, what allows and restricts the process of development or transformation of rural communities in the municipality of Cajazeiras - PB.

Keywords: PAA. Rural communities. Agrarian space.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar

DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FIES – Fundo de Financiamento Estudantil

GECAF – Gerência de Acompanhamento e Controle das ações da Agricultura Familiar

GEOTE – Gerência de Geotecnologia

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PFZ – Programa Fome Zero

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PROUNI – Programa Universidade para Todos

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SUINF – Superintendência de Informações do Agronegócio

SUPAF – Superintendência de Suporte a Agricultura Familiar

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 01 - Evolução dos recursos SEAD/MDSA aplicados na aquisição de produtos do PAA de 2003 a 2016 em Milhões.....	88
Gráfico 02 - PAA: distribuição orçamentária na região Nordeste, de 2003 a 2016, (em Milhões de reais).	89
Gráfico 03 - Renda média dos beneficiários fornecedores de 2003 a 2016 em reais (R\$)	89
Gráfico 04 - Participação das mulheres no PAA de 2009 a 2016 em %	91
Gráfico 05 - Renda média das Mulheres no PAA no Brasil entre os anos de 2009 e 2015, em Reais (R\$).....	92
Gráfico 06 - Evolução dos recursos aplicados via PAA na aquisição de produtos na Paraíba (R\$) – 2004/2016.....	93
Gráfico 07 - PAA: Número de municípios participantes do programa entre os anos de 2010/2016 na Paraíba	97
Gráfico 08 - Participação das Associações e Cooperativas - 2014/2016	99
Gráfico 09 - PAA: Municípios por Mesorregião.....	100
Gráfico 10 - Distribuição dos projetos do PAA por categoria de beneficiários fornecedores no Brasil entre 2010/2016	101
Gráfico 11 - Participação dos Assentados nos projetos do PAA no Brasil entre 2010/2016.	102
Gráfico 12 - Distribuição dos produtores por Comunidades rurais de 2013 a 2016	110
Gráfico 13 - Faixa etária dos produtores participantes do PAA de 2013 a 2016	124
Gráfico 14 – Forma de Aquisição e uso da Propriedade	125
Gráfico 15 - Atividade dos produtores fornecedores.....	126
Gráfico 16 - Auxílio Governamental recebidos pelos produtores.....	127
Gráfico 17 – PAA: Tecnologia empregadas na Produção.....	128
Gráfico 18 - Dificuldades enfrentadas na produção	128
Gráfico 19 - Avaliação dos valores pagos pelo PAA	129
Gráfico 20 - Pretende continuar participando do programa	130
Gráfico 21 - Pontos Positivos do PAA	131
Gráfico 22 - Pontos Negativos do Programa	132
Gráfico 23 - Transformações Vivenciadas através do Programa	133

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Modalidades do PAA (Síntese).....	66
Quadro 02 - Modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.....	69
Quadro 03 - Tipologia dos produtos fornecidos pelos agricultores familiares para o PAA - 2003/2016	75
Quadro 04 - Número de famílias beneficiárias pelo PAA e a Renda média dos beneficiários por família/ano na Paraíba – 2003/2016.....	95
Quadro 05 - PAA: Municípios Participantes entre 2014 e 2016	98
Quadro 06 - Recursos destinados à agricultura provenientes do PAA no município de Cajazeiras - PB	109
Quadro 07 - Instituições Assistidas pelo PAA.	113

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - PAA: Modalidades, Fonte de recursos, Órgãos executores, Forma de acesso, Ementa e Limites por DAP.....	68
Tabela 02 - Recursos executados com o PAA e número de agricultores beneficiados Brasil - 2003 a 2009 (valores em R\$ correntes).....	78
Tabela 03 - Participação Entidades no Programa de Aquisição de Alimentos-PAA (2003-2006).....	80
Tabela 04 - Evolução dos recursos MDA/MDS aplicados na aquisição de produtos do PAA de 2003 a 2016	83
Tabela 05 - PAA: número de municípios atendidos, número de atendimentos em relação às pessoas e unidades receptoras, em nível de Brasil 2003/2016	86
Tabela 07 - Beneficiários fornecedores participantes do PAA no estado da Paraíba entre 2010/2016 por categoria	102
Tabela 08 - PAA: Beneficiários Fornecedores non município de Cajazeiras entre os anos de 2013 e 2016	114

LISTA DE MAPA

Mapa 01 - Localização das Comunidades Rurais pesquisadas no município de Cajazeiras - PB	20
Mapa 02 - Municípios participantes do PAA em 2016	85
Mapa 03 - Localização e limites territoriais do município de Cajazeiras com as cidades circunvizinhas	105
Mapa 04 - Localização das Comunidades Rurais Pesquisadas no Município de Cajazeiras - PB	111
Mapa 05 - Localização dos Assentamentos Participantes do PAA	116

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01 - Rede de Atores - PAA.....	71
---------------------------------------	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1 – PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	27
1.1 – As categorias de análise	27
1.2 – Método e metodologias.....	37
1.3 – O PAA no campo Geográfico	39
1.4 – A importância do PAA para uma discussão no campo da geografia agrária.....	41
1.5 – A fome como fator determinante para a criação de políticas e/ou programas sociais.....	44
1.6 – Segurança Alimentar/Nutricional e Soberania Alimentar	50
2 – O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO PAA	59
2.1 – Caracterização e estruturação do Programa de Aquisição de Alimentos	59
2.2 – Modalidades e Atores do Programa de Aquisição de Alimentos	65
2.3 – Os beneficiários	72
2.4 – Quais os produtos e quem são os produtores?	73
2.5 – Atuação do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA no Brasil	77
2.6 – PAA: A participação da Mulher	90
3 – O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - PAA NO ESTADO DA PARAÍBA: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS - PB.....	93
3.1 – A participação dos assentamentos rurais no Programa de Aquisição de Alimentos - PAA	100
3.2 – O PAA no município de Cajazeiras.....	104
3.2.1 – Caracterização Geográfica da Área objeto de Estudo.....	105
3.3 – O processo de desenvolvimento e a dinâmica estrutural do PAA no município de Cajazeiras – PB	107
3.3.1 – O PAA e as Comunidades Rurais no Município de Cajazeiras - PB	108
3.4 – O funcionamento e a visão dos responsáveis pelo Programa de Aquisição de Alimentos em Cajazeiras – PB	119
3.5 – PAA: caracterização e a visão dos beneficiários	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	135
REFERÊNCIAS	140

ANEXOS	148
Anexo A – Ações da Conab 2014.....	149
Anexo B – Ações da Conab 2015.....	155
Anexo C – Ações da Conab 2016.....	162
Anexo D - Breves Considerações sobre o PAA – Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar	166
Anexo E – PAA – Lista de Agricultores Fornecedores do PAA – Compra com Doação Simultânea (Comida na Mesa) – 2013/2016.....	169
Apêndice	178
Apêndice A – Roteiro de entrevista/questionário com os beneficiários do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA	179
Apêndice B – Roteiro de Entrevista entrevista/questionário com os responsáveis pelo Programa de Aquisição de Alimentos – PAA	181

INTRODUÇÃO

Tendo em vista o processo de desenvolvimento territorial, fruto do processo de luta, de significação, de estruturação social e territorial, as comunidades rurais são compreendidas enquanto território, manifestadas por meio das modificações sociais e estruturais da atuação comunitária das populações camponesas. Estas atuam como mecanismo dinâmico para o desenvolvimento do processo de reforma agrária (de atuação lenta) e também pela inserção de políticas públicas como instrumento modificador da realidade local e regional por meio de ações governamentais às populações menos favorecidas.

As inquietações sobre esta temática surgiram durante a participação no projeto de extensão desenvolvido no Assentamento Padre Cleides, no município de Santa Helena – PB¹, pertencente ao Território do Alto Sertão Paraibano. O projeto foi financiado pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, através do Programa de Estudos e Ações para o Semiárido – PEASA, com a participação do Museu Interativo do Semiárido, Exposição “Viver e Compreender”.

Através do desejo de compreendermos esta realidade vivenciada por intermédio das ações em prol da comunidade, da atuação e da participação junto aos assentados, bem como pelo diálogo entre os moradores ali residentes, isso nos possibilitou a direcionar alguns questionamentos sobre o processo de desenvolvimento de atividades voltadas para as potencialidades que as comunidades rurais apresentam em seu território. Sobretudo, de vislumbrar a função social da terra em detrimento a acumulação capitalista. E, também, pelo desejo de compreender a dinâmica social e territorial que se estabelece por meio das atividades produtivas e das ações comunitárias em benefício coletivo e não apenas individual, corroborando com a ideia do cooperativismo comunitário.

E, é nesse contexto, que as comunidades rurais e os assentamentos passam a serem compreendidas numa outra perspectiva. Compreendidas não apenas como uma unidade territorial, como um grupo de indivíduos que residem ou desenvolvem suas atividades em um determinado território, estes são compreendidos como espaço e campo de luta social, produtiva, cultural e política que estão vinculadas às relações de poder que ali se estabelecem e que são discutidas neste trabalho, principalmente a partir das ideias de Bernardo Mançano Fernandes (2003; 2007); Milton Santos e Maria Adélia de Souza (1986).

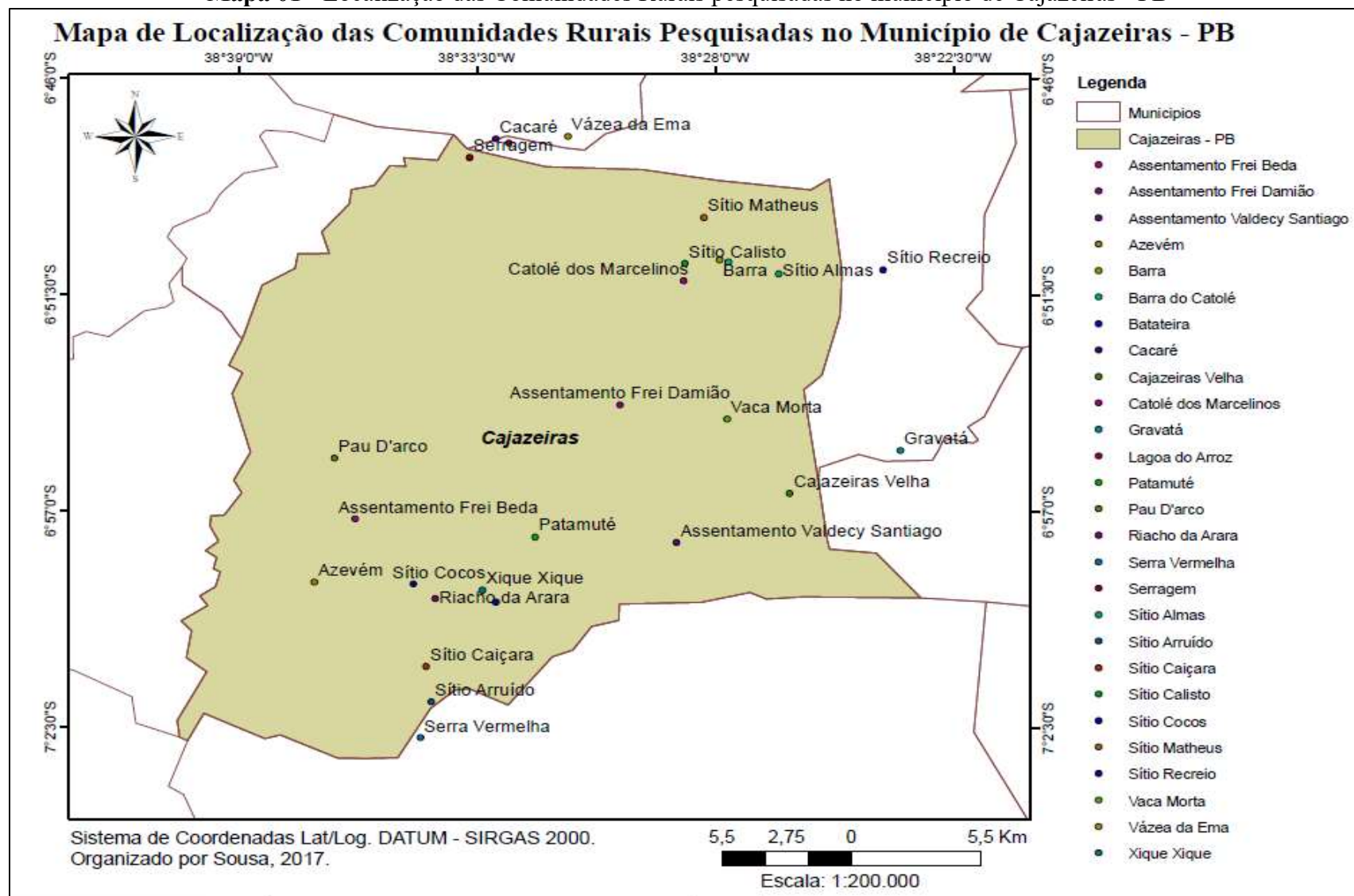
¹ Projeto intitulado “Projeto de Extensão Ovinocabras no Auto Sertão da Paraíba” sob a coordenação do Prof. Dr. Josias de Castro Galvão.

É por meio desse debate, sobre o processo de fortalecimento das comunidades rurais é que direcionamos um olhar pra essa realidade por meio deste diálogo e pela construção de questionamentos em torno de seu fortalecimento, principalmente ao que concerne as relações de cunho assistencialistas em torno da criação, aplicação e desenvolvimento de programas e/ou políticas públicas voltadas para atender a uma necessidade regional e local.

Desta forma, buscamos compreender e analisar de que forma as políticas/programas, mediante a aplicação de suas ações, vêm a contribuir ou modificar a realidade dessas famílias ou comunidades rurais a partir do desenvolvimento socioeconômico, bem como analisar se a aplicação dessas políticas vem a contribuir com possíveis transformações socioespaciais e territoriais que possam gerar ganhos positivos para o fortalecimento das atividades produtivas das comunidades rurais no município de Cajazeiras - PB.

Nesse sentido, no mapa 01 apresentamos a espacialização das comunidades rurais pesquisadas no município de Cajazeiras – PB, a fim de contribuir com a percepção do local onde nos referimos durante as abordagens aqui realizadas neste trabalho. Ver mapa 01 a seguir:

Mapa 01 - Localização das Comunidades Rurais pesquisadas no município de Cajazeiras - PB



Fonte: Sousa, 2017.

A partir disso, nos debruçamos a olhar para as distintas realidades encontradas no meio rural, na atuação das políticas públicas que passam a auxiliar os produtores rurais em suas atividades produtivas, que são iniciadas pelo acesso aos recursos financeiros para a implantação da atividade agrícola e se estende até a comercialização.

Cabe salientar que o debate em torno do processo de reforma agrária, na distribuição e no acesso a terras no Brasil por meio de políticas socioterritoriais nunca foi demasiadamente prioridade no cenário nacional. Essa questão, ao longo do percurso histórico de formação territorial passou por inúmeros conflitos, acentuando-se assim a luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, da Comissão Pastoral da Terra – CPT, bem como de tantas outras entidades vinculadas à questão fundiária nacional.

A luta pela terra perpassa gerações e se tornam um movimento constante em oposição a grande propriedade, ao latifúndio, a monocultura, a toda uma estrutura elitista patriarcal. As lutas dos trabalhadores rurais sem terra manifestam-se pelo direito à posse da terra, sobretudo, contra os métodos empregados latifundiários, posseiros e ruralistas na aquisição de terras e na “defesa” destas.

Manifestados por esse desejo, pelos direitos trabalhistas, os trabalhadores se organizaram em grupos e passaram a ocupar fazendas improdutivas ou terras devolutas, forçando a iniciativa federal (através do INCRA – Instituto nacional de Colonização e Reforma Agrária) e estadual a se manifestarem sobre a questão. A requisição de uma atuação das instituições já vem sendo realizada de épocas passadas e se intensificam nos dias atuais, pois o processo de luta é longo e árduo, levando muitos anos para se obter o título de posse expedido pelos órgãos competentes. Destacamos a importância nesse processo da participação das CEBs – Comissões Eclesiais de Base, da CPT – Comissão Pastoral da Terra e, do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra.

A participação de entidades ligadas à igreja no processo de luta no estado da Paraíba é um fato importante e pode ser evidenciado em trabalhos no levantamento de dados sobre a participação da igreja nesse processo, destacamos os trabalhos de Mitidiero Jr (2008) e Andrade (2015), que discutem e enaltecem a participação libertadora da igreja, através da CPT, na articulação política dos grupos sociais e comunidades rurais para a desapropriação de terras.

Nesse sentido, as lutas territoriais pela posse da terra e pela criação de ações governamentais em prol das populações menos favorecidas sem tornam emergentes e tem grande força no cenário nacional, mesmo havendo um conjunto de imposições partidárias que

afetam o andamento e a criação de programas e/ou políticas públicas voltadas para a agricultura familiar/camponesa.

É nesse contexto que destacamos a ideia de justiça social no campo, articulada a atuação e ação territorial da igreja. Em meio a isso, também podemos destacar o processo de resistência e pela formação da territorialidade camponesa por meio da posse da terra nos múltiplos espaços territoriais no cenário regional.

Cabe aqui destacar que os conceitos de agricultura familiar ou agricultura camponesa têm suas semelhanças, mas apresentam características distintas, pois, a primeira está veementemente ligada à posse dos meios de produção, da terra e também ao sistema capitalista, uma vez que o produtor familiar utiliza os recursos técnicos e está altamente integrado ao mercado. Já o segundo, se refere às condições as quais os produtores estão inseridos, pois o camponês está correlato na produção capitalista das relações não capitalista de produção e por meio da luta pela terra e pela reforma agrária (FERNANDES, 2002).

Assim, o produtor familiar que utiliza os recursos técnicos e está altamente integrado ao mercado não é um camponês, mas sim um agricultor familiar. Desse modo, pode-se afirmar que a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda a agricultura familiar é camponesa, ou que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês (FERNANDES, 2001, p. 29-30).

Desta forma, é preciso entender que as relações e lutas sociais estão presentes em distintos campos temáticos dentro da geografia agrária e em múltiplos espaços de luta e de resistência pela reforma agrária. Essa questão foi destacada veementemente por Emília Moreira e Ivan Targino², no Estado da Paraíba nos anos de 1990, no que concerne ao movimento de luta pela terra, em um processo longo e conflituoso para a desapropriação e formação de Assentamentos rurais no Estado da Paraíba. Cabe destacar também os estudos de Maria de Fatima F. Rodrigues que vem, ao longo de sua trajetória acadêmica, destacando e dando visibilidade à questão agrária, principalmente no que diz respeito às comunidades tradicionais, por assim dizer no desvendamento da questão agrária paraibana.

Os debates apresentados neste trabalho emergem do desejo de luta por direitos que lhes são negados perante uma sociedade que marginaliza o camponês e/ou agricultor familiar, e, também, as comunidades assentadas, que lutam veementemente ao longo do tempo pela aplicação da reforma agrária no Brasil, que se mantém e perdura, pois não é pauta primordial no debate político nacional.

² Emília Moreira (1999) “Por um Pedaco de Chão” nos volumes I e II.

Compreendemos aí que são através das lutas pela posse da terra, pelo processo de resistência através da luta árdua com o Estado e das elites detentoras do poder é que são criadas as condições fundamentais de pressão política e social para que haja atuação da instância governamental para a criação de condições para o desenvolvimento das atividades produtivas no campo brasileiro.

As iniciativas voltadas para ao campo, principalmente para a agricultura familiar tem se mostrado um caminho bastante lento para o processo de desenvolvimento territorial, social e econômico para as comunidades rurais, proporcionando uma abertura para a promoção do crescimento e desenvolvimento socioterritorial, mediante o fortalecimento das bases da agricultura familiar.

A criação do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no ano de 1995 vinculado às linhas do projeto de Desenvolvimento Territorial na última década do século XX representou uma alternativa positiva para o fortalecimento das atividades produtivas do agricultor familiar, da comunidade assentada, e, também, de tantos outros produtores assistidos pelas iniciativas governamentais.

Sabemos que há evidentemente atuação de múltiplas políticas/programas junto às comunidades rurais, além do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, temos o PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar, o Programa Fome Zero – PFZ, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, o PRONATEC Campo, o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e, tantos outros que têm objetivos centrados na promoção do crescimento e no desenvolvimento socioeconômico e territorial e que foram implantados nas duas últimas décadas.

A partir desse contexto damos ênfase nesta pesquisa ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, criado no ano de 2003 como uma das ações estruturais do Programa Fome Zero a fim de direcionar ações voltadas para a promoção das atividades rurais e também para o desenvolvimento socioeconômico e territorial dos produtores rurais.

Ao direcionarmos um olhar sobre este programa especificamente, atentamos para reconhecer que o programa a nível nacional encontra-se correlacionado a questões de aplicação e quanto ao desenvolvimento de ações direcionadas para atender as comunidades rurais, pois o PAA encontra-se em um processo de significação e ressignificação, tendo em vista às modificações estruturais vinculadas à assistência as comunidades rurais como também ao processo de estruturação do programa em virtude das avaliações do programa, destacadas nos capítulos deste trabalho.

As discussões sobre a criação, execução e avaliação referentes ao PAA são relevantes, tendo em vista se obter um panorama da aplicação das ações do programa nos múltiplos espaços ao qual ele está e foi inserido desde o ano de 2003. Nesse sentido, é importante analisar e compreender de que forma se realiza a participação dos assentamentos rurais nesse processo, bem como quais as transformações decorrentes da atuação do programa para as comunidades rurais.

De acordo com Nascimento Neto (2012), a participação das comunidades rurais entre os anos de 2003 a 2009 permaneceram em um patamar de evolução, mas, não podemos esquecer as questões que passam a dificultar o acesso do pequeno produtor a essas políticas votadas para o produtor rural da agricultura familiar.

Buscando compreender e analisar as possíveis transformações decorrentes a atuação do PAA município de Cajazeiras – PB, fazemos o seguinte questionamento principal: Quais as transformações ou contribuições decorrentes da atuação do Programa de Aquisição de Alimentos no espaço da agricultura familiar no município de Cajazeiras – PB? A questão central chama para debruçarmos sobre outras questões secundárias como: Será que o processo de execução do PAA tem funcionado e de que forma ele vem sendo organizado? Quais as formas de acesso ao programa e a forma de distribuição dos produtos?

Então, é sob essa base de questionamentos que passamos a direcionar um olhar especificamente ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, a partir de sua origem no município de Cajazeiras no ano de 2006.

Ao partir da compreensão de que as políticas públicas são mecanismos que asseguram o crescimento e o desenvolvimento de comunidades, agricultores familiares, quilombolas, do camponês, bem como de toda uma esfera de grupos e comunidades aos quais as políticas são direcionadas, percebemos que as ações das políticas públicas são iniciativas que vem se mostrando como uma alternativa frente as adversidades econômicas regionais no Brasil.

Por ser um programa de atuação nacional, os estudos e avaliações sobre o seu desenvolvimento é relevante, tendo em vista se fazer uma avaliação do processo de aplicação e do desenvolvimento deste nas comunidades rurais, a partir de duas premissas, o aceite (participação) ou a resistência (não quererem participar) dos agricultores ao PAA no decorrer dos anos.

Desta forma, compreendemos que a transformação de um território envolve muito além das ações de uma política, pois é preciso direcionar um olhar para como aplicá-la de forma a atender os múltiplos objetivos em distintas escalas e esferas participantes. Também, é preciso entender que há transformações em constante processo pela atuação comunitária em

prol de benefícios individuais, como também comunitários das populações assistidas pelo programa.

Nesse sentido, damos ênfase aos objetivos traçados para este trabalho que são: compreender e analisar de que forma o PAA vem a contribuir ou não com possíveis transformações socioespaciais e territoriais no desenvolvimento e no fortalecimento das atividades produtivas das comunidades rurais no município de Cajazeiras - PB. Em relação aos objetivos específicos, estes foram estruturados da seguinte forma: Destacar a importância das políticas públicas como mecanismo de incentivo a promoção do desenvolvimento territorial; realizar um panorama da atuação do PAA nacionalmente, na Paraíba e em Cajazeiras – PB; destacar a importância da participação da mulher das atividades agrícolas e; Realizar o levantamento dos produtos comercializados e do número de produtores participantes do PAA no município de Cajazeiras – PB.

A partir dessas discussões, trazemos, neste trabalho, três capítulos, os quais resultam, sobretudo, das leituras realizadas nas disciplinas e de atividades de campo realizadas junto às comunidades rurais, a CPT – Comissão Pastoral da Terra, CAAASP – Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano e na Secretaria de Desenvolvimento Humano, onde funciona o Programa de Aquisição de Alimentos no município de Cajazeiras – PB.

No primeiro capítulo, apresentamos as principais discussões acerca da abordagem teórica e metodológica sobre a definição dos métodos de pesquisa e de suas definições, bem como destacando como foram aplicados os procedimentos metodológicos para se alcançar os objetivos propostos. Ainda nesse capítulo, apresentamos uma discussão dos conceitos de espaço geográfico, espaço agrário, território, políticas públicas; comunidades rurais, assentamento e agricultura familiar, que contribuem com a fundamentação teórica da temática enfatizada neste trabalho. Para a discussão do conceito de Espaço Geográfico, destacamos Milton Santos (1978), Sposito (2004), Henri Lefebvre (1986) e Corrêa (2007). No que concerne ao conceito de Território, destacamos Raffestin (1993), Saquet (2007), Yves Lacoste (1976), Souza (2007) e Haesbaert (2004). Discutindo o conceito de políticas públicas, abordamos as ideias de Frey (2000), Marioto (2013) e Secchi (2010). Referente ao conceito de assentamento, destacamos Fernandes (1996), Simonetti (1999). Para uma discussão no campo da geografia agrária destacamos Souza (2015) e Dias (2012). Castro (1984) com a discussão sobre a geografia da fome e, Stédile e Carvalho (2012) e Porto-Gonçalves (2011) ao destacarem a discussão sobre a segurança alimentar.

No segundo capítulo, priorizamos trazer ao texto uma discussão sobre o contexto histórico de formação do PAA em âmbito nacional. Fazendo assim uma discussão em torno do processo de avaliação ainda que de modo singular. Para esta discussão, destacamos Zimolog (2015), Grisa et. al., (2009), Andrade (2013), Muller (2007) e Souza (2015).

Já no terceiro capítulo damos ênfase propriamente dita ao desenvolvimento da pesquisa no município de Cajazeiras – PB. Neste capítulo caracterizamos a atuação do PAA no estado da Paraíba e no município de Cajazeiras. Apresentados nesse capítulo uma estruturação quanto à participação da mulher no PAA, a nível nacional, estadual e local, ênfase os recursos destinados ao programa desde o ano de 2003 e também a participação dos assentamentos rurais no processo de desenvolvimento do programa.

Destacamos também nesse capítulo, por meio de gráficos a percepção dos produtores rurais participantes do PAA sobre a importância do programa e dentre outros aspectos relevantes no processo de organização e estruturação deste no município de Cajazeiras – PB. Também destacamos a visão da coordenadora do programa sobre as questões ligadas ao processo de implantação e as dificuldades enfrentadas para o desenvolvimento do programa entre os anos de 2009 e 2012.

1 – PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

A pesquisa geográfica se faz a partir de debates e discussões em torno de um objeto, um fenômeno e um método de estudo. Compreendemos aí que o método é o principal mecanismo que possibilita a atuação do pesquisador para se alcançar os objetivos propostos. Assim, é fundamental se trabalhar de forma articulada entre o método e a metodologia a ser executada, procedimentos necessários para a execução da pesquisa. A pesquisa científica tem em sua essência um vínculo com os sujeitos, objetos, fenômenos, conceitos e categorias de análise, e, sobretudo, com um método de análise.

Neste trabalho, utilizamos duas categorias de análises fundamentais na discussão e contextualização da base teórica desta dissertação; o espaço geográfico e o território. Para corroborar com a fundamentação teórica nos utilizamos de conceitos que vêm a contribuir com o processo de articulação com a área, o espaço e o fenômeno estudado, tais como: fome, segurança alimentar, políticas públicas, assentamento e agricultura familiar.

A partir das discussões em torno das categorias de análise geográfica, bem como dos conceitos articuladores, debatemos e damos ênfase à compressão das relações que se estabelecem entre o objeto de estudo, os sujeitos, e, principalmente, o fenômeno estudado ao longo do tempo. Desta forma, direcionamos um olhar sobre os métodos e suas variantes que direcionaram o estudo e que possibilitaram o alcance dos objetivos propostos.

1.1 – As categorias de análise

Foram escolhidas duas categorias de análise geográfica para discussão teórica, tendo em vista melhor representar a realidade ao qual estudamos, bem como são fundamentais para o debate construtivo a fim de contribuir com as discussões em torno da temática. Também, de forma corroborativa adentramo-nos a discussão dos cinco conceitos chaves como elementos de ligação por meio do debate teórico com o fenômeno estudado.

Dos cinco conceitos escolhidos tomamos como ponto de partida a fome, que se manifesta no percurso histórico do processo de formulações de ações ou na criação de políticas públicas, antes conhecidas como “políticas de combate à fome”, e que, por sua vez, está interligado ao conceito de segurança alimentar. Em meio a esse processo, estão às comunidades e os assentamentos rurais que historicamente foram desassistidos de políticas públicas de atuação positiva ou efetiva, estes que foram e são em grande parte os mais afetados pelas adversidades regionais. A criação de políticas ou programas são medidas e

instrumentos que têm por finalidade minimizar os impactos decorrentes dos problemas que se apresentam regionalmente ao longo do tempo.

Definir um conceito ou uma categoria de análise representa sempre uma relação complexa e polissêmica, tendo em vista as suas mudanças de acordo com o movimento histórico, pois o conceito é um fragmento da realidade percebida através dos tempos. Deleuze e Guattari (2010, p. 23) dão ênfase a esse debate ao afirmarem que “é sempre uma questão de articulação, corte e superposição. É um todo, porque totaliza seus componentes, mas um todo fragmentário. É apenas só essa condição que pode sair do caos mental que não cessa de espreitá-lo, de aderir a ele, para reabsorvê-lo”.

O conceito de espaço geográfico não foge a regra, pois este se apresenta de inúmeras faces que podem ser aplicadas para distintos campos de investigação. A sua compreensão se manifesta na geografia crítica, contrária à geografia neopositivista que considera o espaço a partir de uma forma autônoma e homogêneo.

Já a tendência da geográfica crítica que teve grande influência de Marx e Engels para a disseminação dessa corrente, tendo em vista que os geógrafos que trilhavam nessa corrente do pensamento geográfico entendiam que era preciso avançar e ir além, buscando uma relação direta com o campo de estudo, defendendo uma relação de proximidade com a população e áreas a serem investigadas.

Na obra de Milton Santos, “Por uma Geografia Nova”, o autor dá ênfase ao conceito de espaço geográfico como sendo este “um verdadeiro campo de forças cuja formação é desigual. Eis a razão pela qual a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares” e complementa afirmando que,

o espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais, (...), ou seja, o espaço evolui pelo movimento da sociedade total (SANTOS, 1978, p. 171).

Para Santos, o espaço deve ser compreendido como totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida, o espaço deve ser considerado como um conjunto de funções e formas representativas de relações sociais que se apresentam por processos do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções (Idem, p. 122).

Nessa perspectiva, o espaço também pode ser compreendido como conjunto de fixos (que servem para definir o lugar) e fluxos (ações que atravessam ou e instalam nos fixos) que

ao interagir expressam a realidade geográfica (Santos, 1996, p. 50 *apud* SPOSITO, 2004, p. 95-96).

Lefebvre (1986) nos afirma que o espaço também – e, sobretudo – é produzido socialmente, não se tratando em hipótese alguma de um “*a priori*” (uma espécie de “primeira natureza”) sobre o qual reproduzimos nosso trabalho e exercemos poder. Na visão de Lefebvre, há uma argumentação sobre a ideia central que caracteriza o conceito de espaço, por considerá-lo algo não é vazio, pois está em um processo articulado com múltiplos elementos e fatores que o complementam.

Assim, o espaço não se tratando de um *a priori*, está correlacionado diretamente com os múltiplos fatores e elementos que o constituem desde a sua formação. Argumenta-se aí, portanto, que o espaço não é ponto de partida (espaço absoluto) nem o ponto de chegada (espaço como produto social). Compreende-se que, de acordo com Lefebvre:

Do espaço não se pode dizer que seja um produto como qualquer outro, um objeto ou uma soma de objetos, uma coisa ou uma seleção de coisas, uma mercadoria ou um conjunto de mercadorias. Não se pode dizer que seja simplesmente um instrumento, o mais importante de todos os instrumentos, o pressuposto de toda produção e de todo o intercâmbio. Estaria essencialmente vinculado com a produção das relações (sociais) de produção (Lefebvre, 1976 p34 *apud* CASTRO et. al., 2004, p. 25-26).

Vemos na construção e argumentação do conceito de espaço uma discussão teórica que ultrapassa a lógica argumentativa estabelecida pela geografia neopositivista e abarca um olhar dinâmico sobre a realidade geográfica. No conceito de espaço são articulados múltiplos elementos que se manifestam e se fazem modificadores na/da realidade. Corrêa (2007, p. 26) enfatiza que “o espaço é concebido como lócus da reprodução das relações social de produção, isto é, reprodução da sociedade”.

Articulando a ideia de Milton Santos, Corrêa afirma que no processo de construção, formação e estruturação do espaço, este passa a ser formado a partir de quatro categorias chaves: a estrutura, processo, função e forma. Para o referido, as categorias são definidas do seguinte modo: a forma é o aspecto visível de uma coisa, o arranjo ordenado de objetos, um padrão; a função sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa; estrutura implica a inter-relação de todas as partes de um todo, o modo de organização da construção e; processo, que pode ser definido como uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança.

É a partir da inter-relação entre essas quatro categorias que passamos a compreender que o espaço é correlato a um contexto de integralidade ao qual representa a realidade espacial do cotidiano. No entanto, se esses conceitos forem tomados separadamente, representariam apenas uma realidade parcial, que não se aplicaria ao todo, mas uma parte limitada do todo. Porém, se considerados em conjunto e inter-relacionados entre si, essas categorias constroem uma base teórica metodológica a partir do qual podemos discutir os fenômenos espaciais em sua totalidade (Santos, 1985, p. 52 *apud* CORRÊA, 2007, p. 29-30).

Para Santos e Souza (1986, p. 20),

o espaço socialmente construído compreende o conjunto de elementos materiais, transformados pelas práticas econômicas, apropriadas pelas práticas e construídos em significações pelas práticas culturais-ideológicas, o espaço construído é ao mesmo tempo um fato físico e um fato social, em seus atributos de propriedade, valor símbolo.

E, é nesse sentido, que o espaço construído é formado como resultado das diferentes forças sociais que determinam a evolução de uma sociedade em cada momento histórico e constitui campo de evidência por excelência das práticas culturais. Assim, o espaço modificado é um dos elementos desse mundo real. Portanto, quando compreendidos como produto global de estruturas e práticas sociais dialéticas articuladas é que o espaço construído se converte em poderoso instrumento de mudanças sociais (SANTOS e SOUZA, 1986, p. 22).

Fazendo uma relação teórica em torno da categoria de Espaço Geográfico, destacamos sua interligação construtiva em torno do conceito de Espaço Agrário, por entendermos que este conceito está diretamente relacionando com a temática da pesquisa e que é relevante para a fundamentação teórica e metodológica deste trabalho. Também, pelo fato deste conceito está vinculado às questões do campo e da reforma agrária. É nesse sentido que o espaço agrário se manifesta, por meio das relações sociais de produção e reprodução no/do campo.

Sabemos que o espaço geográfico, como também o espaço agrário está em pleno processo evolutivo, em constante modificação estrutural, intermediado por múltiplos agentes e fatores, sujeitos e instituições que modificam as relações sociais e territoriais no campo. Destacamos que o conceito de espaço agrário se manifesta de diversas formas, constituindo em uma realidade não homogênea, dada e acabada.

Parafraseando as ideias de Moreira e Targino (1997, p. 25), “o espaço agrário é uma realidade, um produto heterogêneo, da ação diversificada do homem sobre a natureza. Ação esta condicionada pelo modo de organizar a produção de bens e serviços pelas articulações sócio-políticas e culturais à sua sobrevivência”.

Corroborando com as ideias de Moreira e Targino, Santos (1991 *apud* INFANTE, 1997, p. 11) vai enfatizar o espaço agrário como um espaço compreendido como um “locus” de relações sociais de produção específica, em uma formação social determinada. Assim, os produtores familiares, em suas diferentes condições de posse da terra constituem diversas relações sociais frente aos meios de produção, em conjunto com os empresários agrícolas. Logo, o espaço agrário se constitui pela presença de múltiplas relações de diversos segmentos sociais que, articulados e inter-relacionados constituem os fatores que o compõem.

Bernardo Mançano Fernandes em um de seus trabalhos faz uma discussão em torno desse conceito, tomando o espaço agrário e caracterizando-o como uma dimensão da realidade que se configura como território e é construído por diferentes relações sociais, definindo novas configurações do campo (FERNANDES, 2003).

Destacamos que é nessa intersecção entre o conceito de espaço geográfico e de espaço agrário é que são criadas as condições, mesmo que adversas para a construção do território. Este que pode constituir as comunidades rurais por meio de um conjunto de fatores ligados às relações sociais e de poder sobre um determinado espaço. Isso também se aplica ao assentamento a partir do processo de luta e conquista da posse da terra pelos agricultores na formação de um território assentado e, também, na construção de uma territorialidade.

É a partir disso que damos ênfase ao conceito de território. Conceito que tem grande influência no campo da geografia da escola alemã vinculada as ideias de Ratzel e da escola francesa destacada pela corrente Lablachiana. O território nessas duas escolas tomava uma perspectiva clássica de estado-nação, de uma ideia de território homogêneo. Essa ideia de território foi superada, passando a ter uma nova conotação a partir do pós-guerra com a necessidade de se discutir os paradigmas antigos.

Nesse processo de desenvolvimento histórico, um dos percussores que passaram a impulsionar o entendimento do território para além da geopolítica foi Yves Lacoste com a sua obra “A geografia: isso seve, em primeiro lugar, para fazer a guerra” (1976), levando a compreensão do conceito de território para um campo multidimensional, através das relações conflituosas e heterogêneas (SAQUET, 2007).

Na compreensão de Saquet, o território não é constituído somente/apenas de relações sociais; simultaneamente, significa também a materialidade das formas espaciais dos processos sociais de dominação e controle; é fluxo, conexão e enraizamento. Assim, o território passa a ser construído quando ocorre à manifestação e se exerce qualquer tipo de poder e relações sociais, pois são estas que consubstanciam o poder e que os homens mantêm

entre si na vida cotidiana, concluindo assim que, onde existem homens há relações e, têm-se ao mesmo tempo, territórios.

Claval (1999 *apud* SOUZA, 2015, p. 25) ao tratar do território dá ênfase a três eixos basilares na análise desse conceito: o poder correlato ao estado-nação; a realidade social que está vinculada a questão da naturalização do território e a abordagem crítica e marxista do espaço e; aos símbolos e à representação, atrelado a dimensão simbólica do território, entendido como espaço vivido.

Na compreensão de Raffestin, é essencial entender que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreto ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 50). Vemos nessa abordagem que a olhar do autor está vinculada diretamente com as visões de existência e exercício das relações de poder, a partir da apropriação do espaço e transformando-o em território.

Souza (2007) nos traz uma abordagem sobre o conceito de território afirmando que territórios existem e são construídos (e destruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada à internacional (...); territórios são construídos (e destruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica (Idem, p. 81). Desta forma, todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder é um território, do quarteirão aterrorizado por uma gangue de jovens até o bloco constituído pelos países-membros da OTAN - Organização do tratado do atlântico Norte (Ibidem, p. 111).

Haesbaert nos apresenta o conceito de território como processo concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural (HAESBAERT, 2004, p.79). O autor ainda afirmar que:

Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra-territorium quanto de terreo-territor (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação”. (HAESBAERT, 2004, p 674)

É por meio dessa abordagem que passamos a compreender que, esse debate teórico conceitual sobre o conceito de território é relevante, tendo em vista uma análise dos aspectos estruturais e dinâmicos que o envolve, não só numa perspectiva integracionista dos múltiplos elementos naturais, políticos, culturais ou simbólicos.

É aí que atentamos para a importância de se discutir esse conceito que está intimamente ligado ao processo de construção das comunidades rurais e das relações que se estabelecem entre estes e o espaço. Discussão construtiva na abordagem teórica para/na análise do fenômeno estudado, como também na compreensão das relações homem-meio, por meio de definições e redefinições ao longo do percurso histórico. Esse debate se torna uma ponte para vislumbrar novas perspectivas teórica em torno dessa categoria.

Já no que se refere às discussões em torno do conceito de políticas públicas, cabe salientar que este tem em sua essência um conjunto de significações e áreas de aplicabilidade conceitual. Para compreendermos isto, precisamos nos reportar ao conceito de política. Este que é analisado e compreendido como ação política através de programas e projetos, passando a ser definida como policy; já a estrutura política de um país ligada às instituições e ao poder é designada de polity e para os processos políticos, de politics (FREY, 2000). Portanto, quando nos referimos às políticas públicas, o mesmo se faz nos países anglo-saxões, com o nome de public policy (MARIOTO, 2013).

Articulado essa visão destacada por Frey, damos ênfase ao conceito de políticas públicas fazendo uma abordagem inicial com os chamados “pais” fundadores do campo das políticas públicas. Nesse campo teórico, destacam-se quatro grandes nomes no campo temático: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton.

Laswell (1936) a partir de suas abordagens introduziu a expressão policy analysis (análise de política pública), ainda nos anos 30. Simon (1957) por sua vez introduziu o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos (policy makers), argumentando, todavia, que a limitação da racionalidade poderia ser minimizada pelo conhecimento racional (SOUZA, 2006).

Lindblom (1959; 1979) questionou a ênfase no racionalismo de Laswell e Simon e propôs a incorporação de outras variáveis à formulação e à análise de políticas públicas, tais como as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório, o que não teria necessariamente um fim ou um princípio. Daí por que as políticas públicas precisariam incorporar outros elementos à sua formulação e à sua análise, além das questões de racionalidade, tais como o papel das eleições, das burocracias, dos partidos e dos grupos de interesse.

E, é nesse contexto que Souza (2006) dá destaque à visão de Easton que fez grandes contribuições para a área temática ao direcionar seus estudos para definir as políticas públicas como um sistema, ou seja, como uma relação que se estabelece entre a formulação, os resultados e o ambiente. Segundo o autor, as políticas públicas recebem inputs dos partidos políticos, da mídia e dos grupos de interesse que influenciam seus resultados e efeitos (EASTON, 1965).

Souza (2006) defende a ideia de não existir uma única nem melhor definição. Já Lynn (1980) a define como um conjunto específico de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue a mesma linha de pensamento ao definir o conceito de políticas públicas como sendo a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação e influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas (SOUZA, 2006).

Em consonância com essas ideias, mas atentando-se para uma nova perspectiva, Fernandes (2007, p.203 *apud* MARIOTO, 2013) associa as políticas públicas à política social, pois, para o autor, as “políticas públicas também possuem uma dimensão política, uma vez que está diretamente relacionada ao processo decisório, isto é, ao Estado é imperativo fazer escolhas sobre que área social atuar, onde atuar, por que atuar e quando atuar”. Então, e nesse contexto que o Estado nacional passa a gerenciar de forma seletiva e pontual as ações a serem executadas em tempos específicos ao longo do tempo.

Mediante essa discussão em torno do conceito de políticas públicas, Secchi (2010) faz uma abordagem teórica conceitual das políticas públicas direcionando um olhar enfático para quatro categorias ou sistemas basilares das públicas públicas. Para ele, essas categorias estão diretamente ligadas às finalidades específicas ao qual se objetiva alcançar. As políticas públicas são agrupadas desta forma em: regulatórias; distributivas; constitutivas e redistributivas (SECHI, 2010).

As políticas **regulatórias** geralmente são executadas na forma de lei, regulando alguma norma social ou técnica, como por exemplo, o uso do cinto de segurança e de assentos especiais nos bancos traseiros para crianças quando são conduzidas em carros. As políticas **distributivas** estão voltadas principalmente para alguns grupos, como por exemplo, o crédito subsidiado para pequenos empresários com prazos de pagamentos estendidos e facilitados, nesses casos os benefícios são concentrados em certos grupos (pequenos empresários), mas os custos são difusos na coletividade.

No que se referem às políticas **constitutivas**, estas estão voltadas para a regulação de normas como as que impedem a contratação de parentes de políticos para cargos públicos de confiança sem a necessidade de concurso público; e por fim, as políticas **redistributivas** que estão correlacionadas com a taxação de grandes fortunas que transfere renda de uma classe social para outra através do Estado. Nesses casos tanto custos como benefícios são concentrados em certos grupos, no caso, em classes sociais (SECCHI, 2010).

Nesta pesquisa, damos ênfase às políticas redistributivas que estão correlacionadas com o processo de aplicação de determinadas ações em prol de grupos específicos mediante o fornecimento de crédito, e, também, a participação em programas e/ou políticas sociais para atender a uma demanda local ou regional da sociedade.

Por meio das ações vinculadas ao processo de desenvolvimento das políticas públicas e aplicação de suas ações, é que passamos a atribuir a estas um caráter de integração com os múltiplos agentes que passam a ser inseridos como participantes do processo.

A partir desse debate é que adentramos especificamente a discussão do conceito de Assentamento, conceito fundamental para o debate teórico deste trabalho, tendo em vista que, por trabalharmos com comunidades assentadas, é essencial entender e compreender o seu significado e a representatividade que este conceito expressa. Para entendermos o espaço ao qual estamos estudando, devemos compreender o seu processo de formação, a sua forma de organização, os seus aspectos distintos e dinâmicos e também a conjuntura política, social e cultural que se estabelece e caracteriza esse espaço.

Desse modo, a compreensão do conceito de assentamento é, sobretudo, uma forma de entender o seu percurso histórico de formação e estruturação territorial. Essa compreensão é expressa através da pesquisa, como também pela leitura da realidade. Para Fernandes, (1996, p. 181), “o assentamento é o território conquistado, é, portanto, um novo recurso na luta pela terra que significa parte das possíveis conquistas, representa, sobretudo, a possibilidade da territorialização”.

Assim, devemos compreender o assentamento como um território conquistado perante um longo processo de luta, e, é nesse contexto que devemos direcionar um olhar analítico sobre a relação existente que se estabelece entre o agricultor e o território conquistado, e, também, sobre os conflitos históricos que são manifestados durante o período de luta pela população assentada.

Coca e Fernandes (s.d) fazem uma discussão teórica importante quanto à formação do assentamento, atentando principalmente para os aspectos que caracterizam o processo de luta, de conquista do território e na formação do assentamento. Para os autores,

a conquista do assentamento rural faz parte de um processo de disputa territorial que garante a reprodução do modo de vida camponês, permitindo o acesso à terra a trabalhadores que anseiam não se sujeitar ao modo capitalista de produção. Por isso, o assentamento não é simplesmente a concessão de um pedaço de terra a camponeses com pouca ou sem terra, e sim um território onde se desenvolvem relações de vida e produção diferentes das do capital. A epígrafe desta seção destaca o caráter de “território conquistado” dos assentamentos rurais, processo que nasce na luta pela terra e que prossegue na luta na terra, quando se busca a efetivação de relações camponesas no assentamento.

Portanto, o assentamento se constitui em um espaço onde são estabelecidas as relações ligadas à formação da territorialidade do assentado, bem como, o assentamento se constitui um espaço territorial onde são desenvolvidas as atividades de base familiar pelos assentados. Nesse contexto, os assentamentos rurais têm se constituído como o “lugar” onde se dá um complexo e sofisticado processo de (re) construção do “território camponês”. Para Simonetti (1999), a efetivação de um assentamento se constitui na expressão concreta da territorialização do movimento (de luta pela terra). De acordo com a autora, o assentamento,

não é somente o lugar da produção, mas também o lugar da realização da vida. (...) E a vida, para esses camponeses, como se verifica em seus relatos, não é somente ter comida, ter casa, mas uma vida plena, uma vida cheia de significados, na qual aquilo que eles crêem tem possibilidade de continuar sendo respeitado e existindo: sua cultura, sua autonomia, sua visão de mundo, sua capacidade de crescer a partir de suas próprias potencialidades, enfim seu universo simbólico (SIMONETTI, 1999, p.70-71).

Portanto, o assentamento se apresenta como um lugar da formação de identidade, munido de particularidades que o distingue de outros espaços. Particularmente, essas relações sociais de formação estão constituídas a partir de relações vividas ao longo do tempo pelas famílias no seu cotidiano, levando-se em consideração toda a sua formação política, social e cultural.

No que se refere ao conceito de agricultura familiar, destacamos este conceito como forma de articular os debates teóricos até aqui apresentados, pois o processo de desenvolvimento e execução do objeto de estudo é indissociável deste conceito. Assim, a agricultura familiar tem um papel relevante na organização e estruturação das políticas e programas sociais na promoção do desenvolvimento do campo brasileiro.

Destacamos que o termo agricultura familiar tem sido introduzido - principalmente a partir da década de 90 - em oposição ao conceito de camponês, para designar o quão os agricultores estão inseridos no mercado.

O conceito de agricultura familiar é compreendido como aquele em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que este caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família/produção/trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente.

No entanto, assim definida, esta categoria é necessariamente genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho assume no tempo e no espaço uma grande diversidade de formas sociais. “A agricultura familiar não é um elemento da diversidade, mas contém nela mesma, toda a diversidade” (LAMARCHE, 199, p. 14).

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura (FAO) a agricultura familiar se define com base em três características: a gerência da propriedade rural é feita pela família; os fatores de produção pertencem à família (exceção, às vezes, à terra) e são passíveis de sucessão em caso de falecimento ou aposentadoria dos gerentes (SILVA e MENDES, 2009, p. 16).

1.2 – Método e metodologias

A ciência geográfica é campo de grandes transformações históricas e tem forte atuação em diversos campos temáticos. Compreendemos que para cada tema a importância e a preocupação com o método de pesquisa é fundamental no processo de desenvolvimento da pesquisa, a fim de que se buscar respostas para os questionamentos do pesquisador.

Nesse sentido, George (1972, p.8) nos afirma que “a geografia tem que ser metodologicamente heterogênea [...] entre as ciências da terra ou da natureza [...] é esta a razão pela qual ela se encontra continuamente empenhada na busca de sua unidade”. Logo, compreende-se que a metodologia da pesquisa deve esclarecer os métodos que serão utilizados para que os questionamentos em torno de uma determinada temática sejam colocados à luz dos fatos para que esses questionamentos sejam respondidos.

Para esta pesquisa nos debruçamos com o método de pesquisa quanti/qualitativo, e dentro deste damos ênfase ao estudo de caso, tendo em vista apresentar de forma clara e objetiva o espaço/fenômeno estudado. E, a partir disso, passamos a selecionar alguns procedimentos metodológicos a fim de possibilitar o desenvolvimento adequado na discussão

teórica, na pesquisa de campo, como também nas análises dos questionários e na argumentação em torno das entrevistas e dos dados quanti-qualitativo da pesquisa. Diante disso, foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos:

1º - A Pesquisa Bibliográfica – o levantamento bibliográfico da temática possibilitou a construção do referencial teórico sobre as categorias de análise geográfica, uma discussão do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA do seu processo de formação e aplicação a nível nacional, como também uma discussão no âmbito da geografia e nas demais áreas do conhecimento.

Esse levantamento nos possibilitou um aprofundamento teórico a partir de dissertações e teses bem como de artigos e livros que vieram a contribuir com o desenvolvimento desta pesquisa. Na visão de Gil (1987), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. A principal vantagem da pesquisa bibliográfica está no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela em que o pesquisador poderia realizar diretamente (GIL, 1987, p.71).

2º - A Pesquisa Documental – esta foi desenvolvida a partir de documentos em meio digital, como também em material impresso sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), publicado pelo Governo Federal, e sua interligação com o Programa Fome Zero - PFZ. Esse levantamento se fez necessário para a compreensão do processo de formação e implantação do programa, com vista na compreensão de seu funcionamento no território nacional, bem como nas comunidades e nos assentamentos rurais pesquisados no município de Cajazeiras - PB. A pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL, 1987, p.73).

3º - O Levantamento de dados estatísticos – este levantamento de dados em torno da temática pesquisada, especificamente sobre o PAA no município de Cajazeiras – PB foi essencial, tendo em vista a análise e a compreensão do processo de desenvolvimento do programa e suas relações entre os recursos destinados às populações assistidas pelo PAA. Através desses dados, realizamos o levantamento e catalogação do número dos produtores por comunidade rural, as instituições assistidas e o número de pessoas assistidas pelo PAA no referido município.

4º - A Pesquisa de Campo – correspondeu à visita as unidades familiares das comunidades rurais e assentados, a CAAASP e a CPT, em como a Secretaria de Desenvolvimento Humano que ocorreu durante um período de três meses (março, abril e

maio). Este procedimento metodológico consistiu na realização de entrevista e na aplicação de questionários junto às comunidades como também das instituições e dos órgãos coordenadores do programa, com a finalidade de adquirir informações que contribuíssem com as análises sobre o fenômeno pesquisado.

Nesse sentido, cabe salientar que a entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. É através dela que o pesquisador busca obter informações contidas na fala dos sujeitos. Não significa uma conversa despretensiosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos sujeitos, enquanto sujeito/objeto da pesquisa, sendo focalizada (GIL, 1987).

Já no que se refere à aplicação de questionários, este se apresenta como procedimento relevante por se consistir em uma das mais importantes ferramentas de pesquisa disponíveis para obtenção de dados em pesquisas sociais. Este recurso técnico apresenta algumas vantagens quanto à sua aplicação como é destacado por Gil (1987) ao afirmar que;

a) Possibilita atingir grande número de pessoas, mesmo que estejam dispersas numa área geográfica muito extensa, já que o questionário pode ser enviado pelo correio; b) implica menores gastos com pessoal, posto que o questionário não exige o treinamento dos pesquisadores; c) garante o anonimato das respostas; d) permite que as pessoas o respondam no momento em que julgarem mais conveniente; e) não expõe os pesquisadores à influências das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistado (GIL, 1987, p. 124).

Portanto, a aplicação do método e das metodologias de pesquisa foi essencial para o desenvolvimento desta pesquisa, a fim de promover o levantamento de dados que corroboraram a direcionar um olhar na compreensão dos fatos e do fenômeno estudado. Dessa forma, a aplicação das metodologias contribuiu de forma positiva para uma análise do fenômeno estudado, às transformações socioterritoriais decorrentes da aplicação das ações do PAA no município de cajazeiras – PB.

1.3 – O PAA no campo Geográfico

O programa de aquisição de Alimentos – PAA, criado em 2003, nas suas múltiplas linhas de atuação no cenário nacional, ao longo do tempo, tem-se mostrado uma área de fortes estudos de base geográfica, como também de análise de desenvolvimento regional e territorial. Os estudos têm, na sua essência, buscado analisar e compreender de que forma as ações do programa têm contribuído, de alguma forma, para o desenvolvimento das atividades do campo, bem como do aumento da renda dos produtores rurais.

Os estudos relacionados a esta temática têm nos direcionado algumas informações que apontam para uma realidade favorável ao processo de desenvolvimento das ações do programa, e, também, de seu aperfeiçoamento. Então, isso vai de encontro aos objetivos centrais do PAA, que está centrado no desenvolvimento das atividades do campo, na geração de renda para as populações rurais, mediante a articulação e estruturação de pontos positivos e negativos apresentados a cada ano por meio das avaliações.

O aprofundamento dos debates e discussões sobre o programa nos mais variados campos de estudo, têm relevância no aprofundamento do conhecimento das ações do PAA, por meio do seu desenvolvimento ao longo do tempo, como também pelo debate teórico decorrente das avaliações do programa, principalmente no fortalecimento das ações propostas e aplicadas em cada realidade particular e pelos grupos sociais assistidos.

Os estudos voltados ao campo geográfico e suas análises têm forte vínculo direcionado ao desenvolvimento das atividades do PAA, e, correlacionando estas atividades com o crescimento da renda do produtor rural, no fortalecimento da territorialidade camponesa e das atividades rurais. Também, podemos destacar a promoção da qualidade de vida, a permanência do produtor rural no campo, mediante os incentivos à promoção do desenvolvimento territorial ligada a atuação das políticas públicas.

As discussões da temática são apresentadas aqui por meio da ênfase a alguns trabalhos que selecionamos e que expressam e norteiam de forma construtiva o desenvolvimento das análises que envolvem o processo/fenômeno pesquisado.

No campo da geografia podemos apontar Souza (2015) que em sua pesquisa faz uma abordagem em torno da recriação camponesa intermediada pela implantação e execução das ações do PAA, atuando como mecanismo dinâmico no processo de fortalecimento das atividades produtivas no campo no município de Lagoa Seca – PB.

O debate sobre a recriação do camponês é pertinente, tendo em vista as profundas transformações manifestadas no campo brasileiro, principalmente atreladas às questões que envolvem a recriação do camponês e o fim deste destacado nas visões de Alexander Chayanov/Rosa Luxemburgo e Karl Kautsky/Vladimir Lênin, mediante a influência do capitalismo nas relações sociais e do trabalho no campo.

Já Dias (2012) faz uma discussão a respeito da apropriação e reprodução camponesa por meio da atuação do PAA, destacando algumas questões concernentes à participação camponesa ao programa. Destaca também a relação estrutural que o PAA tem para contribuir no fortalecimento das relações camponesas e de sua recriação. As abordagens realizadas sobre o programa num viés geográfico são apresentadas e destacadas por meio da apropriação

camponesa do território e pela correlação de fluxos construtivos atribuídos ao programa para o fortalecimento das bases da agricultura familiar e camponesa no meio rural.

Esses estudos são relevantes, tendo em vista o diálogo entre as múltiplas áreas do conhecimento. Os estudos correlacionados a uma base geográfica buscam direcionar em sua linha de pesquisa uma discussão sobre os conceitos de: espaço geográfico; território; campesinato; agricultura familiar; camponês e também comunidade assentada ou assentamento, com forte vínculo para o fortalecimento da recriação camponesa por meio das políticas territoriais ou pela resistência a intervenção do modo de vida capitalista no campo.

Correlato pela discussão teórica sobre o aprofundamento dos estudos vinculados ao processo de transformação/modificação socioterritorial atribuída ao PAA no meio rural a nível nacional, Nascimento Neto (2012) faz uma abordagem teórica sobre o programa de aquisição de alimentos no estado da Paraíba, levando em consideração em sua pesquisa às relações produtivas no processo de modificação social, econômica e territorial das comunidades rurais ligadas à agricultura familiar no município de Lagoa Seca – PB.

Também, são discutidas as transformações socioespaciais (vivenciadas) na agricultura familiar por meio da atuação do PAA, trazendo um enfoque sobre a perspectiva do desenvolvimento regional, e em seguida, fazendo uma caracterização do Programa, bem como correlacionando os aspectos favoráveis e desfavoráveis da atuação do mesmo no referido município.

Outros autores importantes nesse debate são Zimmermann e Ferreira (2009) que fazem um estudo do programa no estado de Pernambuco, passando a realizar uma discussão e contextualização histórica sobre o processo de criação, modificação e aplicação de recursos na área de estudo, e, também, dão ênfase a uma avaliação quanto aos resultados do PAA a partir de pontos positivos e negativos desde a aplicação do programa no município de Mirambida – PE.

1.4 – A importância do PAA para uma discussão no campo da geografia agrária

O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA se constitui em um mecanismo dinâmico dentro do processo de formação territorial, de comercialização de produtos agrícolas advindos dos produtores rurais da agricultura familiar, pelas ações governamentais para formação de estoques de reservas alimentares, bem como para atender populações em situação de insegurança alimentar.

Quando criado no ano de 2003, o programa representou uma mudança estrutural para uma parcela da população brasileira, principalmente para o produtor rural e as comunidades rurais. Estes que há tempos necessitavam de ações especificamente positivas voltadas para o homem/mulher, a fim de atender as suas necessidades sociais e econômicas, apresentadas de múltiplas formas no cenário nacional.

Destacamos que não foi somente a criação de um programa de cunho assistencialista, voltado para atender o homem/mulher do campo, mais sim um programa que busca atuar em consonância entre múltiplas esferas integradas, a fim de garantir um processo de desenvolvimento socioterritorial em prol das famílias assistidas pelo programa, como também, atender a uma necessidade local e regional no acesso a produtos agrícolas de boa qualidade por entidades assistidas pelo programa.

Isso pode ser verificado na compra de alimentos da agricultura familiar para formação de estoque e de reservas alimentares em escala municipal, que pode ser realizada através de cadastro por entidade competente vinculada a prefeitura como também de base estadual e federal.

A discussão no campo da geografia agrária é relevante para o aprofundamento do debate sobre o processo de desenvolvimento ou não do produtor rural vinculado ao PAA, verificando-se assim a dinâmica que se estabelece entre as ações do programa e as relações produtivas, sociais e econômicas do agricultor familiar e do camponês. Com isso, é possível verificar se há um processo positivo da atuação do programa para o produtor rural, bem como se discutir as relações que se estabelecem entre os produtores assistidos pelo programa.

Assim, o produtor rural é uma agente importante no processo de fortalecimento da agricultura familiar. No entanto, não se pode atribuir única e exclusivamente a este o processo de desenvolvimento do campo brasileiro. A participação de entidades (Emater, Secretarias e a Conab) e esferas governamentais tem um papel significativo na execução das atividades vinculadas ao PAA (seja a produção de hortigranjeiros; polpa; derivados do leite; mel e; fruticultura), como também a produção de alimentos da agricultura familiar, seja em escala local como também em escala regional.

Cabe ressaltar aqui algumas informações pertinentes que corroboram com o processo de construção das políticas e/ou programas para atender as múltiplas realidades e grupos sociais no cenário nacional. Sabemos que, desde o processo de colonização e formação territorial das primeiras vilas e cidades no Nordeste brasileiro, esta região enfrenta inúmeros problemas quanto ao acesso à alimentação, o que representa não somente uma problemática dos dias atuais e aprofundados pelas desigualdades sociais e regionais. Essa problemática é

perpetuada e aprofunda pela ação climática que gera problemas sociais decorrentes da seca. Esta discussão pode ser verificada na obra de Josué de Castro: “Geografia da Fome”, que retrata esse problema como um fator importante no desenvolvimento da região nordeste.

Também podemos dar enfoque a duas obras de cunho literário que trazem uma discussão da questão da seca que é outro fator dinâmico e determinante na formulação de políticas públicas direcionadas a região Nordeste do país. Esse processo está atrelado à escassez de alimentos, tendo em vista a falta de chuvas para atender as necessidades hídricas regionais na produção de alimentos a fim de atender as necessidades regionais da população.

Cabe destaque também a obra de Raquel de Queiroz, “O Quinze” e, “Morte e Vida Severina” de João Cabral de Melo Neto. Também não poderíamos esquecer a obra Graciliano Ramos, “Vidas Secas” que trazem uma discussão de uma problemática existencial no cenário nacional, retratando um percurso histórico da luta contra uma das maiores adversidades regional que o nordeste brasileiro apresenta que é a seca. No entanto, cabe salientar que a questão agrária no Nordeste, historicamente é marcada pela grande concentração de terras na Zona da Mata e no Sertão, um fator que alarga a miserabilidade das classes sociais sem terras.

Cabe aqui salientar os debates atuais que apresentam uma mudança quanto à construção de uma perspectiva voltada a convivência com a seca, e não ao seu combate (temática que durante décadas passou a ser instrumento de grandes investimentos para tentar sanar um problema climático histórico). A visão de convivência com a seca é uma temática que vem apresentando pontos positivos, através de práticas e de experiências formadas e construídas ao longo do tempo.

Isso é evidenciado na abordagem de Mariana Moreira Neto em seu livro intitulado “Outro Sertão: Fronteiras da Convivência com o Semiárido” (2013), em que a autora destaca questões relacionadas à região de Cajazeiras do estado da Paraíba, atendo-se no estudo de documentos oficiais e da Rede de Articulação do Semiárido Brasileiro - ASA Brasil. Ela dá ênfase aos problemas de convivência com as estiagens, as relações de poder e as formas que o homem encontra de interagir com a natureza.

Compreendemos que dentro do contexto atual de formação social e territorial, como também de toda a sua formação histórica, o Brasil passou e perpassou por longos períodos de instabilidade de acesso à alimentação por parte da população nacional, o que remete a um problema histórico perpassado por gerações e gerações e que afeta milhões de brasileiros nos dias atuais, mesmo havendo iniciativas de sanar essa problemática que é a fome.

Ponto marcante a ser destacado no processo de formulação das políticas públicas em âmbito nacional, e tema de grande relevância no processo de desenvolvimento da

configuração das relações sociais e econômicas do Brasil, e, também, da região nordeste, principalmente por esta região está intimamente ligada à questão da seca.

Então, é nesse cenário que passamos a enfatizar a questão da fome, problema social que está vinculado à propriedade privada da terra no Nordeste, as reservas de água subterrânea e superficiais e que estão ligadas ao controle da posse desta (entre a seca e a cerca) e também as condições climáticas que impõem dificuldades, principalmente para os menos abastados.

Esses pontos representam grande transformação regional, seja pelas perdas históricas de rebanhos bovinos e pela escassez hídrica e alimentícia, como também pelos grandes fluxos migratórios regionais para fugir dela. Fator este que interfere diretamente nas questões sociais, principalmente na produção e também da comercialização de produtos alimentícios na região.

Portanto, é nessa interface regional que se encontra focalizado o PAA, e são nesses pontos que a geografia agraria busca atentar e estabelecer debates e discussões a fim de levar ao conhecimento da população, as relações sociais que envolvem o produtor rural, homem/mulher do campo com as atividades produtivas desenvolvidas no cenário regional. Sabemos que isso representa um vínculo forte e sofrido entre o produtor rural com as atividades produtivas desenvolvidas na região, mas que não deixam de representar esperança que dias melhores sejam alcançados.

1.5 – A fome como fator determinante para a criação de políticas e/ou programas sociais

Como fator dinâmico estrutural da realidade regional, a fome manifesta-se, por três causas mensuráveis, caracterizadas por uma estrutura que abarca desde o fornecimento dos alimentos até a lei da oferta e da procura, promovendo o encarecimento dos alimentos em virtude do desemprego e do próprio subemprego. São nessas condições em que podemos encontrar no cenário nacional, famílias em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional seja em escala regional como também nacional.

Sabemos que a discussão em torno deste problema social não se manifesta de agora, mas já apresenta inúmeras relações históricas vinculadas ao próprio desenvolvimento da humanidade em distintas regiões da superfície terrestre. São muitas as condicionantes naturais que possibilitam a existência desse problema, que se apresentam a primeiro momento pelas condições necessárias para a produção de alimentos, seguido pelo transporte, distribuição e chegando ao processo de comercialização. Em meio a esse percurso, o ciclo produtivo pode

sofrer alterações e vir a contribuir de forma negativa para o agravamento do problema da fome que afeta milhões de pessoas em todo o mundo.

A primeira questão está correlata à ideia de que a produção de alimentos ao longo do tempo não representaria um crescimento suficiente para atender ao número de pessoas que passariam a habitar a superfície terrestre. Assim, enquanto que a produção de alimentos cresceria em seu ritmo aritmético, o ritmo de crescimento da população ultrapassaria esse crescimento em um número gigantesco representado por seu crescimento geométrico.

A segunda questão está centrada no processo de distribuição e comercialização, já que segundo os debatedores dessa questão, existe capacidade produtiva para atender a demanda por alimentos em escala mundial. No entanto, deve-se considerar que a estrutura referente ao processo de distribuição é tão inadequada que, além dos desperdícios, o processo de organização e distribuição desses alimentos causa tal encarecimento dos preços e isso é o que os tornam inacessíveis à população de baixa renda (Instituto Cidadania, 2001, p.79 *apud* GUERRA, 2010, p.17).

Já no que se refere à terceira causa, esta se encontra centrada na falta de poder aquisitivo da população decorrente do desemprego e subemprego, limitando, desta forma, o acesso das famílias, em situação de insegurança alimentara e nutricional aos alimentos. Estas causas são conduzidas como elementos fundantes ao longo do processo histórico em momentos distintos no desenvolvimento da humanidade.

Corroborando com essa discussão, versa ainda sobre essa temática o autor Josué de Castro enfatizada em sua obra “Geografia da Fome” e em “A geopolítica da Fome”. O autor dá ênfase a quatro pontos distintos que vão caracterizar a fome no Brasil. Para ele, a fome vem a caracterizar uma situação não só de caráter alimentar, referenciando a quantidade do volume comercializado ou consumido pela população ou grupo familiar, mais também a fome nutricional, ao qual não se apresenta na forma de ausência de alimentos, mais sim da não alimentação nutricional adequada que possa atender as exigências nutricionais de cada indivíduo.

Para Castro (2001) em sua análise, “a fome não e um problema de superpopulação: a fome já existia em massa mesmo antes do fenômeno de explosão democrática do após-guerra. Apenas a fome, que dizimava as populações do Terceiro Mundo, era escamoteada, era abafada, era escondida. Não se falava do assunto que era vergonhoso: a fome era um tabu”. Percebamos através dessa abordagem de Castro que historicamente há evidentemente esse problema histórico no processo de desenvolvimento da humanidade, não só de agora, mais de

épocas em que o assunto não representava uma questão social a ser debatida e questionada, sendo um problema social representado no contexto histórico como tabu.

Então, é nesse contexto que destacamos a fome a partir de múltiplos fatores que contribuem para que essa problemática se apresente de muitas formas e distintos espaços na superfície terrestre. Desta forma, a fome se massifica não pela falta de alimentos, mas está centrada principalmente na distribuição e comercialização de produtos alimentícios, como também corroborou Castro afirmando que não somente na falta de alimentos se manifesta a fome, mas, sobretudo, na má alimentação dos indivíduos e que está ligada essencialmente com as relações capitalistas internacionais de produção e de comercialização.

A partir desse contexto, é preciso salientar que esse processo se manifesta pelas relações capitalistas empregadas pela elite burguesa que detém a maior parte dos investimentos ligados à produção e ao controle dos produtos comercializados, bem como sob os meios de destruição. Para Molina (2012 *apud* LIMA, 2015, 46), a temática da fome nunca foi unanimidade no debate político das populações bem alimentadas. Josué de Castro remete a Geografia para explicar e desvelar a problemática da fome, ligadas às manifestações econômicas e sociais de cada povo ao afirmar que:

Só a Geografia, que considera a terra como um todo, e que ensina, a saber, ver os fenômenos que se passam em sua superfície, a observá-los, agrupá-los e classifica-los, tendo em vista sua localização, extensão, coordenação e casualidade, - podem orientar o espírito humano na análise do vasto problema da alimentação, como um fenômeno ligado, através de influências recíprocas, à ação do homem, do solo, do clima, da vegetação e do horizonte de trabalho. Dentro desse sentido da unidade terrestre (CASTRO, 1937, p. 25-26).

Castro ainda corrobora fazendo uma delimitação espacial da problemática, fazendo um recorte espacial chamado por ele como ‘áreas da fome’. Para Castro a existência dessa delimitação recorrente para a questão da fome é representada levando-se em consideração elementos marcantes, como áreas em que, pelo menos, a metade da população apresenta nítidas manifestações de carência no seu estado de nutrição, sejam essas manifestações permanentes (áreas de fome endêmica), sejam transitórias (áreas de epidemia de fome). São nesses dois eixos que passaram a caracterizar essa problemática: a fome endêmica e a fome epidêmica.

Castro dá ênfase à fome endêmica destacando-a como um problema de caráter parcial, a chamada fome parcial ou específica, sendo um “fenômeno douradora crônico, que ocorre

geograficamente em todos os lugares da superfície terrestre; é global, é coletiva” (SAMPAIO, 199, p. 22). Para Sampaio (1999),

A fome endêmica apresenta três aspectos fundamentais: primeiro, quanto ao tempo, ela ocorre sempre e é douradora, é permanente e passou a ser denominada de crônica; segundo, no seu aspecto espacial ela é globalizada, levando-se em consideração que há predominância de população terrestre com carências nutricionais e alimentares [...]; o outro aspecto é o seu caráter coletivo e social, pois sendo a fome um fenômeno mundial, na nova linguagem globalizada ela mantém a característica de problema geopolítico, sempre tratado como necessário à própria vida do planeta (SAMPAIO, 1999, p.22).

Assim, podemos afirmar que pela análise de conjuntura geopolítica do processo, a fome caracterizada como endêmica por Sampaio apresenta suas particularidades e singularidades. Ela é vista como um problema de ordem global e também local, manifestada ao longo do tempo em múltiplas regiões da superfície terrestre, levando em consideração o seu processo dinâmico, coletivo e social, atingindo não somente populações de países subdesenvolvimento, mais também aqueles considerados desenvolvidos e de primeiro mundo. Nesse contexto geográfico, político e social, a fome passa a ser caracterizada em uma ordem representativa que se configura um problema de ordem geopolítica global e não apenas de ordem regional ou pontual (Local).

Já ao que concerne a fome epidêmica, esta se apresenta sob a forma de reflexos imediatos e alarmantes, exigindo providências rápidas, por causa de sua letalidade (CASTRO, 1984). Nesse sentido, enquanto que a repercussão da fome ocorre sob uma perspectiva global, a fome epidêmica se apresenta de forma regional e local, o que evidencia as desigualdades regionais com os seus processos econômicos, sociais e políticos geradores de uma fome, caracterizada por Sampaio como generalizada (SAMPAIO, 1999).

Compreendemos aí que, é nesse conjunto de relações de objetos e sistemas de ações que irão se formar esse espaço praticado e contraditório, em que se evidenciam as relações de poder, e, também, de dominação: os conflitos políticos e ambientais nos quais a política tem seu papel. Essa relação pode ser evidenciada através do debate sobre os questionamentos e as discussões das políticas de assistência no acesso à água nos Estados do Ceará e Paraíba para o combate à seca, realizado por Galvão (2003).

Não só a fome, mas a falta de recursos hídricos propicia o debate para novas questões ligadas diretamente à “seca e à cerca”, que podem representar fator limitante no processo de desenvolvimento regional. E, é nessa relação do processo de organização e distribuição da

produção que Castro faz uma abordagem sobre os complexos regionais que formam o mosaico alimentar brasileiro.

O autor atenta, em sua pesquisa, para um olhar clínico a três áreas especificamente, consideradas como sendo nitidamente áreas de fome no Brasil: a Área Amazônica; Área do Nordeste Açucareiro e; a Área do Sertão do Nordeste. Áreas estas caracterizadas por uma problemática clássica histórica regional no processo de desenvolvimento do Estado brasileiro, a Fome. A partir disso, é preciso atentar para o contexto de formação territorial e, também, para as influências climáticas e naturais na configuração da fome em cada complexo regional onde se manifesta a fome.

De acordo com Castro (1984, p. 114), na área Amazônica, a fome seria um fator justificado, “[...] pela luta desigual entre o homem desarmado e as forças extremamente agressivas do meio geográfico pobre em recursos alimentares”, e, nesse sentido, afirma que em tal região, a fome “[...] decorre principalmente da pobreza natural da floresta equatorial em alimentos”. Para o autor:

Melhorar as condições alimentares da área amazônica faz-se necessário todo um programa de transformações econômico-sociais na região. As soluções dos aspectos parciais do problema estão todas ligadas à solução geral de um método de colonização adequada à região. Sem alimentação suficiente e correta a Amazônia será sempre um deserto demográfico. Sem um plano de povoamento racional e de fixação colonizadora do elemento humano à terra nunca se poderá melhorar os recursos da alimentação regional (CASTRO, 1984, p.114).

O complexo regional amazônico, destacado por Castro, por finalidade, não apresenta condições naturais que possibilitem a retenção e o término da problemática da fome, tendo em vista que não só de aspectos naturais esse problema se manifesta, pois ele está ligado ao processo de ocupação do território, a forma de colonização regional, que, por não apresentar condições favoráveis quanto ao acesso à alimentação, a fome tendia a ser um problema regional ainda a ser superado.

Ao destacar o Nordeste Açucareiro, o autor afirma que o fenômeno da fome seria algo chocante por não poder ser explicado por razões naturais, pois nesta região “as condições tanto do solo quanto do clima regional, sempre foram as mais propícias ao cultivo certo e rendoso de uma infinidade de produtos alimentares” (CASTRO, 1984 p. 114).

É neste complexo regional que damos ênfase para um elemento importante no processo, reconhecido como um fator de agravamento da situação alimentar que tem sido o surto de expansão industrial do país, sem o paralelo incremento da produção agrícola, de

forma a atender a crescente procura de alimentos de uma população que busca elevar os seus padrões de vida, principalmente nas grandes cidades.

No complexo regional da Área do sertão Nordestino, a fome passa a atuar de maneira distinta e de caráter particular, diferentemente dos outros dois complexos regionais já apresentados aqui. Castro (1984, p. 175) ao destacar o complexo regional do sertão nordestino atenta para a fome sob o prisma epidêmico ao afirmar que:

Não mais a fome atuando de maneira permanente, condicionada pelos hábitos da vida cotidiana, mas apresentando-se episodicamente em surtos epidêmicos (p. 175). Nesse sentido, relata epidemias agudas de fome relacionadas aos períodos de seca (intercaladas por épocas de fartura) em um quadro calamitoso que atinge indistintamente a todas as pessoas da região. São epidemias de fome global quantitativa e qualitativa, alcançando com incrível violência os limites extremos da desnutrição e da inanição aguda [...].

É nesse contexto que Castro traz uma abordagem feita por Aloísio Campos que atenta principalmente para a questão do combate à seca e seus efeitos, ao destacar que as ações direcionadas para o chamado ‘combate’ não representa uma forma eficaz de resolução da problemática por si só, o problema da fome no Nordeste, pois, considera realmente necessária a “[...] luta contra o subdesenvolvimento em todo o seu complexo regional, expressão da monocultura e do latifúndio, do feudalismo agrário e da subcapitalização na exploração dos recursos naturais da região” (Idem, 1984, p. 261). Castro ainda faz referência a uma conexão entre a fome e a seca de forma contextualizada perante a realidade histórica, política e econômica ao enfatizar que:

Muito mais do que a seca, o que acarreta a fome no Nordeste é o pauperismo generalizado, a proletarização progressiva de suas populações [...]. Tudo é pobreza, é magreza, é miséria relativa ou absoluta, segundo chova ou não chova no sertão. Sem reservas alimentares e sem poder aquisitivo para adquirir os alimentos nas épocas de carestia, o sertanejo não tem defesa e cai irremediavelmente nas garras da fome (CASTRO, 1984, p. 261).

Portanto, é nesse contexto que podemos enfatizar que a alimentação do brasileiro se mostra de forma insuficiente ou inadequada em parte da população brasileira, apresentando-se em regra insuficiente, incompleta ou desarmônica, arrastando o país a um regime habitual de fome — seja de fome epidêmica, como na área do sertão sujeita às secas periódicas, a do Nordeste açucareiro e o da monocultura do cacau, seja epidêmica, como na área do sertão,

exposta às secas periódicas, seja de subnutrição crônica, de carências mais discretas como nas áreas do Centro e do Sul (CASTRO, 1984 p. 304).

A partir da relação da fome e a seca, é que são direcionados incentivos e recursos financeiros para remediar os percalços regionais que o país apresenta correlato à problemática. São através de medidas governamentais como a criação de programas ou políticas, pela transferência de recursos, pela construção de obras regionais e locais, sem falar da mais conhecida atuação política regional, a indústria da seca (de combate a seca e os problemas decorrentes desta). Para Nascimento (2009),

a percepção sobre o fenômeno da fome como uma questão e um problema social passível de se intervir só surgiu na agenda pública brasileira no início do século XX. A fome é encarada não mais sob o ponto de vista médico-patológico e nutricional ou de forma natural, como no caso das secas, mas de forma contínua e social.

Nascimento (2009) nos apresenta uma discussão acerca das políticas públicas, principalmente no que se refere à sua formulação, ao argumentar que na trajetória da política pública brasileira de combate à fome somaram-se os referenciais de segurança alimentar e nutricional, soberania alimentar, direito humano à alimentação adequada e alimentação saudável (NASCIMENTO, 2009, p. 04).

Nesse debate teórico, o autor destaca cinco conceitos-chave, incluindo aí o de fome, que formam os referenciais para representações e ações dos atores individuais e institucionais envolvidos na construção dessa política pública no Brasil até hoje (Idem, 2009, p. 4). A partir daí é que se estabelecem a construção dos programas/políticas públicas governamentais com vista à alusão de solucionar a problemática e efetivar uma educação alimentar que tenha como linha de atuação à segurança e a soberania alimentar, termos que vieram aparecer no período entre guerras e no Brasil, somente nos anos 1980, vindo a ganhar o terno nutricional apenas nos anos de 1990.

1.6 – Segurança Alimentar/Nutricional e Soberania Alimentar

Os estudos sobre a temática de segurança alimentar e da soberania alimentar não é de agora, eles perpassam períodos históricos que se manifestam desde o período de surgimento da humanidade. Nesse sentido, cabe destacar a agricultura que se apresenta como uma atividade, nesta análise, a partir de seu advento entre,

(...) 11.000 e 8.000 mil anos atrás, se deu em diversas regiões do planeta de modo independente. A espécie humana, embora biologicamente a mesma, diferenciou-se pela cultura, (...) conseguiu por meio das agriculturas foi a segurança alimentar, expressão que hoje volta a ganhar o debate político. Afinal, domesticar espécies animais e vegetais é torná-las parte de nossa casa (em latim, domus, daí domesticar). Assim, mais uma vez, alimento e abrigo (domus, casa) voltaram a se encontrar conformando um conjunto de questões interligadas para oferecer maior segurança a cada grupo que, assim, se constitui por meio de sua cultura formando seus territórios (domínios) (PORTO-GONÇALVES, 2011, p. 208-209).

Para o autor, é nesse contexto que agricultura e pecuária se tornaram instrumentos possíveis de armazenar alimentos como também para colocar novas exigências para manter o fundo de fertilidade natural dos solos para a produção e reprodução dos alimentos, sem a qual nenhuma civilização conseguiria se manter (LIMA, 2015, p 47). Nessa perspectiva, Porto-Gonçalves aponta para a existência de uma diversidade cultural que se tornou uma questão política central nos dias atuais.

Nesse sentido, Maluf destaca que foi na ação estatal o *nascedouro* do conceito de segurança alimentar, apresentando significados e possibilidades diversas de aplicação conforme as circunstâncias que condicionam a atuação dos governos (Maluf, 2011, *apud* LIMA, 2015, p. 47). De acordo com Pessanha (1995),

[...] a noção de Segurança Alimentar incorpora várias dimensões – econômicas, sociais, políticas, culturais e ambientais – relacionadas; ao direito de acesso ao alimento; à produção e oferta de produtos alimentares; à qualidade sanitária e nutricional dos alimentos; à conservação e combate da base genética do sistema alimentar e, às relações comerciais que se estabelecem em torno do alimento (Pessanha, 1995, p. 1 *apud* LIMA, 2015, p 46).

É nesse contexto que tanto a fome, agricultura, segurança e soberania alimentar passam a fazer parte da agenda nacional, sobretudo, no final do século XX e início do século XXI. Desta forma, políticas públicas de governos, Estados e instituições, e as políticas dos movimentos de agricultores e da população em geral começaram a ser direcionadas para garantir os recursos e as condições necessárias para se alcançar as condições de produzir todos os alimentos básicos que a população necessita em seu próprio território.

Stédile e Carvalho (2012) corroboram a afirmarem que a segurança alimentar é uma política pública aplicada por governos nos diversos países, tendo como princípio o direito à alimentação e que cabe ao Estado o dever de prover os recursos para que as pessoas se alimentem. Para executar essa política, os governos se utilizam de mecanismos como a

distribuição de alimentos, cestas básicas, tíquetes de refeições ou mesmo, no Brasil, o Programa Bolsa Família.

O conceito de segurança alimentar foi introduzido na Europa a partir da 1ª Guerra Mundial (1914-1918). Trata-se de um conceito que nasceu no pós I Guerra Mundial e ganhou forma a partir da criação da FAO/Organização das Nações Unidas em 1945 e da Organização Mundial da Saúde em 1948. Instituições empregadas e preocupadas com a qualidade de vida e da saúde da população mundial (LIMA e SAMPAIO, 2015).

Desse modo, a origem do conceito está profundamente ligada à ideia de Segurança Alimentar e à capacidade de cada país produzir sua própria alimentação de forma a não ficar vulnerável a possíveis cercos, embargos ou boicotes de motivação política ou militar. Fica evidente a partir dessa discussão que, um país poderia realizar a dominação territorial de outra nação controlando seu fornecimento de alimento.

A alimentação seria desta forma, uma arma poderosa, principalmente se aplicada por uma potência em um país que não tivesse a capacidade de produzir por conta própria e suficientemente seus alimentos para atender a demanda nacional. Isso é evidenciado de acordo com Maluf et. al. (2011) ao afirmarem que “essa questão adquiria um significado de segurança nacional para cada país, apontando para a necessidade de formação de estoques “estratégicos” e alimentos e fortalecendo a ideia de que a soberania de um país dependia de sua capacidade de auto-suprimento de alimentos”.

É a partir desse contexto que o conceito ganha força na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e, em especial, após a constituição da ONU em 1945 e também por meio das recém-criadas organizações intergovernamentais, em que já se podia observar a tensão política entre as organizações que entendiam o acesso ao alimento de qualidade como um direito humano (FAO e outros), e outras que a compreendiam que a segurança alimentar seria garantida por mecanismos de mercado (Instituições de Bretton Woods, tais como o Fundo Monetário Internacional - FMI e o Banco Mundial, dentre outros). Essa tensão era um reflexo da disputa política entre os principais blocos em busca da hegemonia (BURITY, et. al., 2010).

Esse debate também pode ser evidenciado na declaração dos Direitos Humanos de 1948, em seu artigo 25 inciso primeiro, ao afirmar que “todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família, saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle”. É destacado aí um ponto importante

neste debate, à questão do direito a alimentação que adentra na discussão de segurança alimentar.

Nesse sentido, cabe destacar que a Constituição Brasileira de 1988 possui um dos textos mais avançados no que se refere à proteção e a promoção dos direitos humanos. O Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) está previsto entre os direitos sociais da Constituição, desde a aprovação da Emenda Constitucional nº 64, em fevereiro de 2010.

Burity, et. al., (2010) enfatizam a Segurança Alimentar após a Segunda Guerra Mundial, em que esse problema passou a ser hegemonicamente tratada como uma questão de insuficiente disponibilidade de alimentos. E, em resposta a essa questão foram instituídas iniciativas à promoção de assistência alimentar, que eram realizadas em especial, a partir dos excedentes de produção dos países ricos. Nesse período histórico, tinha-se a compreensão de que a insegurança alimentar decorria da produção insuficiente de alimentos nos países pobres.

A partir disso, foram criadas iniciativas voltadas à produtividade, através do uso de variedades modificadas, como também, o uso de adubos químicos e defensivos agrícolas que posteriormente esse fato histórico ficou conhecido como Revolução Verde. Na Índia, onde foram realizadas a primeiras experiências, houve um aumento da produção de alimentos sem nenhum impacto real sobre a redução da fome no país, ocasionado na realidade, terríveis consequências ambientais, econômicas e sociais dessa estratégia como: redução da biodiversidade, menor resistência a pragas, êxodo rural e contaminação do solo e dos alimentos com agrotóxicos (BURITY et. al., 2010, p. 11).

No Brasil, isso foi intensificado a partir da produção de soja, promovendo um aumento na produção de alimentos, mas, paradoxalmente, fez crescer o número de famintos e de excluídos, pois o aumento da produção não implicou em um aumento da garantia de acesso aos alimentos.

Na década de 1970, a crise mundial de produção de alimentos levou a Conferência Mundial de Alimentação, de 1974, a identificar que a garantia da segurança alimentar teria que passar por uma política de armazenamento estratégico e de oferta de alimentos, associada à proposta de aumento da produção de alimentos. Por meio dessa ideia, se evidenciava que não bastava apenas produzir alimentos, mas se fazia necessário garantir a regularidade do abastecimento.

Assim, com o reconhecimento da desnutrição e da fome como consequências dos problemas de acesso à alimentação nos anos de 1980 e 1990 entre outras questões vinculadas a reuniões, fóruns e criações de leis favoreceram para que o conceito de Segurança Alimentar começasse a fazer parte das referências documentais do Ministério da Agricultura. De acordo

com Lima (2015) por conceituações foram incorporando outros aspectos relacionados à oferta estável e adequada de alimentos, à garantia de acesso e qualidade, inserindo-se como estratégias de redução da pobreza.

As primeiras referências documentais sobre a Segurança alimentar registradas pelo Ministério da Agricultura datam de 1985 no Brasil como referência nas políticas públicas no governo de José Sarney (LIMA, 2015, p. 53). De acordo com Burity, et. al., (2010),

no final da década de 80 e início da década de 90, o conceito de segurança alimentar passou a incorporar também a noção de acesso a alimentos seguros (não contaminados biológica ou quimicamente); de qualidade (nutricional, biológica, sanitária e tecnológica), produzidos de forma sustentável, equilibrada, culturalmente aceitáveis e também incorporando a ideia de acesso à informação (...). Agrega-se definitivamente o aspecto nutricional e sanitário ao conceito, que passa a ser denominado Segurança Alimentar e Nutricional (Burity, et. al., 2010 p. 12 *apud* LIMA, 2015).

Assim, é preciso compreender nas palavras de Burity, et. al., (2010) a segurança alimentar como sendo “a garantia, a todos, de condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades básicas, com base em práticas alimentares que possibilitem a saudável reprodução do organismo humano, contribuindo, assim, para uma existência digna”.

É importante destacar que essa compreensão passa a articular duas dimensões bem definidas: a alimentar e a nutricional. A primeira se refere aos processos de disponibilidade (produção, comercialização e acesso ao alimento) e a segunda diz respeito mais diretamente à escolha, ao preparo e consumo alimentar e sua relação com a saúde e a utilização biológica do alimento.

O termo Segurança Alimentar e Nutricional somente passou a ser divulgado com mais força no Brasil após o processo preparatório para a Cúpula Mundial de Alimentação de 1996 e com a criação do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN), em 1998. O conceito de soberania alimentar defende que cada nação tem o direito de definir políticas que garantam a Segurança Alimentar e Nutricional de seus povos, incluindo aí o direito à preservação de práticas de produção e alimentares tradicionais de cada cultura.

E, é nesse contexto que Burity, et. al., (2010) fazem a definição conceitual dos elementos complementares da segurança alimentar e nutricional, destacando essas duas dimensões em pontos distintos. Para o autor,

No conceito de SAN considera-se dois elementos distintos e complementares: a dimensão alimentar e a dimensão nutricional. A dimensão alimentar - produção e disponibilidade de alimentos que seja: a) suficiente para atender a demanda; b) estável e continuada para garantir a oferta permanente, neutralizando as flutuações sazonais; c) autônoma para que se alcance a auto-suficiência nacional nos alimentos básicos; d) equitativa para garantir o acesso universal às necessidades nutricionais adequadas para manter ou recuperar a saúde nas etapas do curso da vida e nos diferentes grupos da população; e) sustentável do ponto de vista agroecológico, social, econômico e cultural com vistas a assegurar a SAN das próximas gerações. A dimensão nutricional – incorpora as relações entre o homem e o alimento, implicando na: a) escolha de alimentos saudáveis; b) preparo dos alimentos com técnicas que preservem o seu valor nutricional e sanitário c) consumo alimentar adequado e saudável; d) boas condições de saúde, higiene e de vida para melhorar e garantir a adequada utilização biológica dos alimentos consumidos; e) promoção dos cuidados com sua própria saúde, de sua família e comunidade; (BURITY, et al., 2010, p. 13).

Essas dimensões são incorporadas por ocasião da II Conferência Nacional de SAN realizada em Olinda-PE, em março de 2004. Hoje, o conceito adotado em nosso país define que: “a Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam: ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis”. Este entendimento foi reafirmado na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República em 15 de setembro de 2006, instrumento jurídico que constitui um avanço por considerar a promoção e garantia do DHAA como objetivo e meta da Política de SAN.

Para Maluf (2007, p. 80) “o enfoque contemporâneo de segurança alimentar e nutricional – SAN no Brasil tem suas formulações oriundas de dois eventos distintos nos anos 1980: um mais técnico e outro político”. O primeiro marca o nascimento no setor público do conceito de segurança alimentar formulado por técnicos e consultores engajados na elaboração do documento “Segurança Alimentar – proposta de uma política de combate à fome” para a Secretaria de Planejamento do então Ministério da Agricultura (MALUF, 2007, p. 80).

Já o segundo evento ocorreu no ano de 1986 no governo de José Sarney, na I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, um desdobramento da 8ª Conferência Nacional de Saúde, onde foi lançado um conjunto de proposições que também se tornaram referências permanentes, estando na origem da posterior incorporação do adjetivo

“nutricional” à noção de segurança alimentar. Note-se, ainda, que a conferência sugeriu a instituição de um Sistema Nacional de Segurança Alimentar integrado por conselhos e sistemas nas esferas estaduais e municipais, proposição que viria a ser retomada anos mais tarde (MALUF, 2007, p. 81 *apud* NASCIMENTO, 2009, p. 81).

Cabe salientar que nessa discussão, o trabalho realizado pelo Sociólogo Herbert de Souza (Betinho) e seu projeto “Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida”. Ele foi um dos responsáveis pela mobilização em torno da luta contra a fome e a miséria no Brasil, além de ter sido o fundador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase). Betinho, sempre acreditou nas pessoas e acreditava que com a organização da sociedade era possível mudar a realidade do país. Pensava que as organizações só valiam a pena se fosse para melhorar a vida das pessoas, principalmente, aquelas mais vulneráveis (PEITER, 2012).

A força dessa inegável realidade fez com que, no início dos anos 90, milhares se organizassem, tanto indivíduos quanto organizações e empresas, atuando como voluntários em campanhas e no desenvolvimento de projetos sociais. No ano de 1993 participou da criação do Movimento pela Ética na Política, que teve como resultados a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, e o Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida (Coep).

De acordo com Peiter (2012) o Coep, hoje, atua em todo território brasileiro como uma rede nacional de mobilização social, com cerca de 800 organizações associadas, 100 comunidades e mais de 28 mil pessoas, articulando parcerias entre as organizações, comunidades e indivíduos para o desenvolvimento de ações e projetos para erradicação da pobreza.

Já no que confere ao conceito de soberania alimentar, Stédile e Carvalho (2012) afirmam que este conceito foi apresentado pela Via Campesina Internacional em 1996, no contexto da Cúpula Mundial sobre a alimentação (CMA). O debate girava em torno da noção de segurança alimentar, reafirmando-a como direito de toda pessoa a ter acesso a alimentos saudáveis e nutritivos e com o direito fundamental a não passar fome.

Nesse contexto, as organizações camponesas criticaram os termos utilizados na discussão dos governos por estar em sintonia com a hegemonia do neoliberalismo e com os princípios defendidos pela OMC que ajustaram o conceito de segurança alimentar à liberalização de comércio de alimentos, abrindo caminho para fazer da alimentação um grande e lucrativo negócio para as empresas transnacionais e entre outras.

A partir daí, o conceito evoluiu para a compreensão de que soberania alimentar significa que cada comunidade, município, região ou povo têm o direito e o dever de produzir seus próprios alimentos. Essa definição defende os interesses dos povos, seja para as gerações atuais ou para as futuras. A soberania alimentar dá prioridade por mercadorias locais e regionais, outorgando o poder de produção e oferta alimentar às diversas sociedades camponesas.

Esse conceito revela uma política mais ampla do que a segurança alimentar, pois parte o princípio de que, para ser soberano e protagonista do seu próprio destino, o povo deve ter condições, recursos e apoio necessários para produzir seus próprios alimentos. Acredita-se que, em todas as regiões do planeta, por mais diferentes que sejam, há condições de produzir os alimentos adequados para a população local (STÉDILE e CARVALHO, 2012, p. 715).

Desta forma, têm-se os objetivos das políticas de segurança alimentar, os quais devem estar relacionados aos valores fundamentais da população, tendo em vista a garantia nutricional à sociedade, supondo quatro esferas de atuação e áreas temáticas de intervenção – *produção, acesso, consumo e distribuição de alimentos* (LIMA, 2015, p. 57).

Assim, a segurança alimentar e nutricional é um objetivo claro de ações e políticas públicas, subordinada a dois princípios, que são o direito humano à alimentação adequada e saudável e soberania alimentar (MALUF, 2011).

É a partir dessa discussão que passamos a compreender o processo de formação das políticas ou programas direcionados para a fome do Brasil, que, via de regra, não foi e não é uma questão percebida e analisada como um fenômeno social e político, como fenômeno provocado pelo homem contra o próprio homem (Castro, 1992 *apud* NASCIMENTO, 2009, p. 5). Nesse sentido, a questão da fome passou a ser vista como um problema social apenas no início do século XX e inicialmente sob o prisma médico-patológico e nutricional, como no caso das secas, mas de forma contínua e social.

Com a criação do DNOCS no ano de 1909, isso representou um marco nas políticas públicas de alimentação e na sua institucionalidade, sendo a mais antiga instituição com atuação no semiárido nordestino, bem como pela criação do Comissariado de Alimentação Pública no ano de 1917 (Extinta em 1918 pela insatisfação dos ruralistas frente às regras estabelecidas pela entidade no governo Vargas – 1914-1918). Portanto, ao longo do século XX foram criados órgãos e instituições para atuarem no cenário nacional frente as adversidades regionais causadas pela fome.

É nesse contexto que as políticas ganham maior fervor no ano de 1920 com os debates em torno dos diversos aspectos da alimentação e principalmente com os estudos de Josué de

Castro no ano de 1932. E que posterior ganha impulso com a criação do Pronaf no ano de 1995 e se estende para o século XXI com uma intensa criação de programas e políticas públicas direcionadas atender uma camada da sociedade que se encontra dentro do perfil da segurança alimentar e nutricional, e é nesse contexto que está o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA como uma das linhas estruturais do Programa Fome Zero.

2 – O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO PAA

Em um momento de grandes transformações e mudanças históricas no Brasil, nasce o Programa Fome Zero, que emerge no país em um contexto de profundas transformações societárias e de alterações na proteção social destinada particularmente aos segmentos populacionais em situação de maior risco e vulnerabilidade social (YASBEK, 2004). É nesse contexto social e político que emergem programas e políticas direcionadas a promover o desenvolvimento econômico e social da população com vista à construção ideológica de um estado nacional que contemplasse a maior parcela da população com atividades de geração de recursos financeiros e também na promoção do desenvolvimento social.

A criação deste programa ou política pública de caráter social colocou em debate e em visibilidade a classe trabalhadora, a população classificada como de baixa renda no cenário nacional. Essa população que por muitas vezes é esquecida pela atuação governamental através das ações de políticas públicas ou programas sociais às populações menos favorecidas em âmbito nacional e regional.

O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA foi concebido no contexto do grupo de políticas estruturantes do Programa Fome Zero (PFZ), que visou promover ações no âmbito da política agrícola e da política de segurança alimentar (Andrade, 2013) como mecanismo complementar do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Programa este, que tem como objetivo, a geração de emprego, renda, sustentabilidade no campo e também a promoção da segurança alimentar e nutricional. Destacamos também que ainda versa sobre essa temática, o debate em torno da erradicação da fome no país (ZIMOLOG, 2015).

2.1 – Caracterização e estruturação do Programa de Aquisição de Alimentos

O Programa de Aquisição de Alimentos foi criado e institucionalizado a partir do artigo 19 da Lei 10.696, de 2 de julho de 2003 no primeiro ano de governo de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), mediante esforços de um conjunto de políticas de combate à fome e à exclusão social que passaram a ganhar maior visibilidade e expressão pública por meio do PFZ.

Inicialmente, o PAA foi formado pela atuação de natureza interministerial, com uma gestão formada por um comitê integrado por representantes dos ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Desenvolvimento Agrário (MDA), Desenvolvimento

Social e Combate à Fome (MDS), Fazenda (MF) e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Já no que se refere a sua operacionalização, é de responsabilidade do MDS e da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), empresa pública vinculada ao MAPA e responsável, também, pela formação de estoques governamentais de alimentos. Já os recursos destinados ao PAA são provenientes do MDS, que também desenvolve a maioria das ações do programa Fome Zero (ROCHA, 2009).

Essa articulação entre as várias esferas também é sistematizada pelo gerenciamento do grupo gestor do PAA que foi instituído por meio de Decreto nº 4.772, de 2 de julho de 2003, de acordo com Delgado et. al., (2005), o Decreto no 4.772, de 2 de julho de 2003, estabeleceu a composição (Ministério da Segurança Alimentar, Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Ministério da Agricultura e Ministério do Desenvolvimento Rural) e as atribuições de um Grupo Gestor do PAA.

O PAA promove o acesso a alimentos às populações em situação de insegurança alimentar e busca a inclusão social e econômica através do estímulo e fortalecimento da agricultura familiar (SANTANA, 2013, p 89). E, é nesse contexto que destacamos as discussões que envolvem a questão da segurança alimentar e nutricional antes mesmo e após a criação do PAA no Brasil para atender a uma parcela da população que se encontrava em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional tanto em âmbito nacional como regional. Na região Nordeste, este fato é caracterizado e agravado com maior intensidade por meio da atuação do fenômeno natural da seca, fenômeno periódico regional que afeta milhões de pessoas anualmente.

E, é nesse contexto que Grisa et. al., (2009) destacam as principais questões norteadoras que foram fundantes para a criação do PAA em 2003, principalmente, resultante da confluência de dois debates fundamentais que ocorreram nas décadas de 1980 e 1990 e também nos últimos anos, a saber, que:

Primeiramente, o Programa traz a discussão da segurança alimentar e nutricional, debate que se intensifica a partir da década de 1980, tem impulso e retração nos anos de 1990 e encontra maior espaço no governo Lula a partir de 2003. Em segundo, contribui para o reconhecimento da agricultura familiar, que já havia ganhado maior expressão com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1995, mas que, até então, ficara à margem das ações do Estado, sofrendo os efeitos do processo de mudança da matriz tecnológica da agricultura (1960/1970) e, de modo mais longínquo, as consequências da estrutura agrária desigual que caracterizou a formação econômica e social do Brasil (GRISA, et. al., 2009, p.01).

Então, compreendemos que o programa é permeado por um conjunto de iniciativas realizadas desde os anos 80, em que passou a ser construído a fim de contribuir sistematicamente para a redução das desigualdades sociais regionais, atentando em primeiro lugar para a problemática de segurança alimentar e nutricional. De acordo com Brasil (2010), o PAA apresenta na sua resolução o objetivo de diminuir a margem de pobreza no Brasil, desenvolvido pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA). É nesse sentido que destacamos que com a criação da Lei nº 10.696 de 02 de julho de 2003,

fica instituído o Programa de Aquisição de Alimentos com a finalidade de incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos. & 1º OS recursos arrecadados com a venda de estoques estratégicos formados nos termos deste artigo serão destinados integralmente às ações de combate à fome e à promoção da segurança alimentar. & 2º O Programa de que trata o **caput** será destinado à aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares que se enquadrem no Programa Nacional de Fortalecimento da Reforma Agrária – PRONAF, ficando dispensada a licitação para essa aquisição desde que os preços não sejam superiores aos praticados nos mercados regionais (BRASIL, 2003).

Evidencia-se aí a funcionalidade que o programa se propõe a alcançar, destinando seus recursos diretamente para a atuação junto às comunidades rurais o que no papel representa um fator positivo dentro do processo de desenvolvimento social e regional para a agricultura familiar. O programa vem sendo executado em parceria conjunta entre a Conab e o MDS, embora criado pela lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, dentro da esfera do PFZ, a lei sofreu alterações no governo Dilma através da lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011 e regimentada por meio de decretos.

Cabe aqui salientar que o PAA faz parte de um plano de ações que constituem o eixo Inclusão Produtiva Rural, do plano Brasil sem Miséria – BSM (SOUZA, 2015, p. 103). De acordo com a Conab (2017a),

o PAA se embasa e consolida através das Leis nºs 10.696/03, 11.524/07 e 12.512/11, de 02/07/2003, 24/09/2007 e 14/10/2011, respectivamente, as quais são regulamentadas por diversos Decretos, Portarias e Instrumentos Normativos (Resoluções). Para a sua operacionalização, principalmente quanto ao estabelecimento de diretrizes, normas, controles e acompanhamento, foi criado um Grupo Gestor do PAA – GGPA, composto com representantes de 06 (seis) Ministérios, cujos membros são indicados pelos respectivos Ministros de Estado (CONAB, 2017a, p. 02).

É por meio do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos – GGPAa que são definidas as normas, o assessoramento e o acompanhamento das atividades do programa. Segundo Delgado, *et. al.*, (2005, p. 16), são atribuições do GGPAa interministerial:

1. Sistematização de aquisições de produtos agropecuários e da definição dos preços respectivos de acordo com a lei de criação do programa.
2. Definição das regiões prioritárias para implementação do programa.
3. Condições de doação dos produtos adquiridos a beneficiários enquadráveis em situação de risco alimentar.
4. Condições de venda dos produtos adquiridos.
5. Outras medidas necessárias à operacionalização do programa.

Então, são essas atribuições que irão gerir o processo de desenvolvimento das ações do programa em todo o território nacional. Já em relação aos recursos destinados para os produtores rurais selecionados pelo programa, estes apresentam uma variação significativa desde que o programa foi criado no ano de 2003. O PAA inicialmente quando foi instituído apresentava um valor mínimo conforme o decreto nº 4.772 de 02/07/2003, em que ficou estabelecido o valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais ao ano por unidade familiar).

Por meio da experiência do primeiro ano na aplicação das ações do PAA às comunidades rurais, a agricultores familiares, assentados e comunidades tradicionais tomando como exemplo, foi proposta uma alteração da lei por meio de decreto referente aos recursos financeiros que seriam pagos aos produtores rurais ao ano. Esta alteração da lei levou em consideração a demanda de produtos a serem comercializados e também o valor pago para cada família ao ano.

Esta modificação foi executada através do decreto 5.873 de 15 de Agosto de 2006, ficando estabelecido o valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais ao ano por unidade familiar). Posteriormente no ano de 2009, o PAA passou por uma nova alteração por meio de decreto de nº 6.959 de 15 de Setembro de 2009, em que o valor pago aos agricultores por ano foi instituído num total de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais ao ano por unidade familiar). (CONAB, 2013). E, é nesse contexto que Lima (2011, p. 28) afirma que:

As normas que regulamentam o PAA estabelecem valor máximo de acesso de recursos. Quando de sua implantação o valor total era de R\$2.500,00 ao ano por agricultor. A partir de 15/08/2006, com a edição do Decreto nº 5.873, de 15 de agosto de 2006, o limite anual foi corrigido para R\$ 3.500,00/ano (PAA, 2008b), e em 2009 esse valor passou a ser operado em R\$ 4.500,00 por produtor ano.

Logo em seguida, o Programa de Aquisição de Alimentos passou por outra mudança significativa quanto ao reajuste dos valores pagos por agricultor ao ano. Essas modificações foram realizadas através do decreto nº 7.775 de 04 de junho de 2012, em que o valor pago para cada produtor ao ano passou a ser de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), e também pelo Decreto 8.293 de 12 agosto de 2014, ficando estabelecido o valor de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais por unidade familiar ao ano) aplicado através de ações da Modalidade de Compra com Doação Simultânea (CONAB, 2013). De acordo com Brasil (2014), com a última alteração da lei no ano de 2014 por meio de decreto federal, as alterações realizadas modificaram seu artigo 19 da seguinte forma:

I - a) R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), por ano, na modalidade Compra com Doação Simultânea; e) - R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), por ano, por órgão comprador, na modalidade Compra Institucional; e f) R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), por ano, na modalidade Aquisição de Sementes; e II - por organização fornecedora, por ano, respeitados os limites por unidade familiar: a) R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), na modalidade Compra com Doação Simultânea; b) R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), na modalidade Apoio à Formação de Estoque, sendo a primeira operação limitada à R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais); c) R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), na modalidade Compra Direta; d) R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), por órgão comprador, na modalidade Compra Institucional; e e) R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), na modalidade Aquisição de Sementes. § 1º A modalidade de Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite terá seu limite definido em resolução do GGPAA. § 2º Na modalidade Aquisição de Sementes, aquisições com valores acima de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) deverão ser realizadas por meio de chamada pública, observado o disposto no parágrafo único do art. 17. § 3º A organização fornecedora não poderá acumular mais de uma participação simultaneamente na modalidade Apoio à Formação de Estoques, e os pagamentos aos beneficiários fornecedores deverão ser feitos pela organização fornecedora somente mediante entrega dos produtos objeto do projeto. § 4º O beneficiário fornecedor, na modalidade Compra com Doação Simultânea, deverá optar por participar individualmente ou por meio de organização formalmente constituída, podendo estar vinculado a apenas uma unidade executora. § 5º O limite anual de participação por unidade familiar na modalidade Compra com Doação Simultânea, nas aquisições realizadas por meio de organizações fornecedoras, será de R\$ 8.000,00 (oito mil reais). § 6º O beneficiário fornecedor poderá participar de mais de uma modalidade, e os limites serão independentes entre si. § 7º Para fins do disposto neste artigo, considera-se ano o período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro. § 8º O Grupo Gestor do PAA deverá estabelecer normas complementares para operacionalização das modalidades previstas no art. 17.

Essas modificações realizadas durante o percurso histórico de atuação do PAA, em todo o território nacional foram importantes, tendo em vista as questões que estão ligadas ao

processo de fortalecimento da agricultura familiar. E, é por meio dessas modificações estruturais na lei de criação do programa a partir do decreto nº 7.775, que há um detalhamento de uma série de pontos norteadores sobre o programa que está correlato a matéria sobre: (i) as finalidades do Programa, (ii) o público, (iii) a aquisição e a destinação dos alimentos (incluindo o procedimento de pagamento aos fornecedores), (iv) as instâncias de coordenação e de execução do Programa, (v) a execução do PAA por meio de termo de adesão e (vi) o controle social (Brasil, 2012 *apud* ANDRADE, 2013, p. 57).

Quando o programa foi criado no ano de 2003, possuía apenas duas finalidades básicas que eram: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Por meio da aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar e os destinar a uma rede socioassistencial, que visa, no geral, garantir a segurança alimentar das pessoas em situação de vulnerabilidade, alcançando, conseqüentemente, os dois objetivos supracitados.

De acordo com Andrade (2013, p. 58), no ano de 2012 é lançada uma proposta de modificação a partir do decreto nº 7.775, quanto à estrutura de apresentação das finalidades do programa, pois estas eram postas nos decretos sob a forma de “incentivo à agricultura familiar”, não delimitando o que isso representaria de fato no processo de desenvolvimento socioterritorial das populações assistidas pelo programa. A partir das modificações propostas, as finalidades foram estruturadas da seguinte forma:

- I - incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento, à industrialização de alimentos e à geração de renda;
- II - incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar;
- III - promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável;
- IV - promover o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos, inclusive para prover a alimentação escolar nos âmbitos municipal, estadual, distrital e federal, e nas áreas abrangidas por consórcios públicos;
- V - constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares;
- VI - apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar;
- VII - fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização;
- VIII - promover e valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, e incentivar hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional; e
- IX - estimular o cooperativismo e o associativismo (Brasil, 2012 *apud* ANDRADE, 2013).

Através da apresentação das finalidades do PAA por meio do decreto, fica evidente que os ideais propostos através de uma lógica de crescimento e desenvolvimento socioterritorial em âmbito local e regional possibilitam uma mudança na estrutura produtiva e no processo de atuação do programa em âmbito nacional e local, por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

Para Andrade (2013), a criação do PAA no ano de 2003, veio contribuir de forma positiva na articulação produtiva e de comercialização, além de promover a produção da agricultura familiar. Então, pode-se considerar que, ao longo do processo histórico, o PAA vem sofrendo alterações estruturais com vista a atender as necessidades regionais dos produtores rurais a fim de contribuir com o seu crescimento.

2.2 – Modalidades e Atores do Programa de Aquisição de Alimentos

Desde a sua criação, o Programa de Aquisição de Alimentos foi institucionalizado com quatro modalidades distintas a fim de atender uma demanda da sociedade, tendo em vistas os múltiplos arranjos produtivos que o campo brasileiro apresenta. Silva, Gossi e França (2010) destacam essas modalidades da seguinte forma: Compra Direta da Agricultura Familiar - CDAF, a Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea - CPR-Doação, a Formação de Estoque pela Agricultura Familiar - CPR-Estoque, e PAA-Leite (Apoio à produção para o consumo do leite).

A partir da criação das modalidades são delimitadas finalidades para serem executadas ações específicas e direcionadas a atender as necessidades produtivas regionais e locais, tomando como ponto de partida a realidade específica de cada microrregião regional e local. Como mecanismo direcionador na execução das modalidades do PAA, o programa apresenta quatro objetivos norteadores, a fim de apresentar um caráter inovador e sistemático. São eles:

- a) Simplificar e agilizar o escoamento da produção;
- b) Promover e ampliar a inserção socioeconômica dos agricultores familiares e assentados de reforma agrária;
- c) Disponibilizar alimentos adequados à nutrição das populações em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar;
- d) Habilitar os agricultores familiares para controlar a comercialização de seus produtos, o que resulta no aumento real de suas rendas e no abandono de uma relação de desvantagem com as redes de atravessadores (MDA, 2010, p. 4-5).

É por meio dessas finalidades que o programa passa a gerir suas ações a fim de contribuir para o desenvolvimento da agricultura familiar. De acordo com Brasil (2015), o

objetivo primordial do programa está em “Garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar” (BRASIL, 2015, p. 1).

Para Delgado (2013, p. 5), o PAA cumpriu um virtuoso papel no desenvolvimento rural, “o de induzir a elevação do excedente econômico dos produtores familiares de alimentos, mediante ação estrita de garantia de comercialização e de fortalecimento de suas organizações associativas”.

Para ter acesso ao programa é preciso que os agricultores realizem a apresentação da DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF, ou da Declaração de Aptidão ao Programa de Aquisição (DAPAA) e estejam devidamente organizados em cooperativas, associações ou grupos de interesses informais com, no mínimo, cinco agricultores (HESPANHOL, 2013).

Por meio de apresentação de documentos e pela realização de cadastro no PAA, o agricultor pode escolher em qual modalidade se adapta e está apto para o fornecimento de produtos advindos da agricultura familiar. Fazendo uma síntese, de acordo com a Conab (2013), o programa apresenta quatro modalidades com seus respectivos arranjos referentes à fonte de recurso, ao órgão executor e aos aspectos que norteiam as formas de acesso dos agricultores familiares como pode ser verificado no quadro 01 a seguir:

Quadro 01 - Modalidades do PAA (Síntese)

Modalidades	Fonte de recurso	Executor	Forma de acesso do agricultor familiar
Compra Direta da Agricultura Familiar	MDS/MDA	CONAB	Individual, Cooperativa, Associação e Grupo Informal.
Formação de Estoque pela Agricultura Familiar	MDS/MDA	CONAB	Cooperativa e Associação
Compra para Doação Simultânea	MDS	CONAB/Estados e Municípios	Individual, Cooperativa, Associação e Grupo Informal.
Incentivo à Produção e Consumo do Leite	MDS	Estados da Região Nordeste e Minas Gerais	Individual, Cooperativa, Associação e Grupo Informal

Fonte: Conab, 2009.

De acordo com o MDA, o programa apresenta características distintas por meio das modalidades do programa, pelo público alvo de cada modalidade, da fonte de recursos, dos órgãos

executores e dos valores disponibilizados a serem pagos por modalidade de forma individual, através de cooperativas ou associações como podem ser verificados na tabela 01 a seguir:

Tabela 01 - PAA: Modalidades, Fonte de recursos, Órgãos executores, Forma de acesso, Ementa e Limites por DAP

PAA: MODALIDADES					
Modalidades	Fonte de Recursos	Executor	Formas de Acesso	Ementa	Limites por DAP
Compra Direta da Agricultura Familiar - CDAF	MDS e MDA	CONAB	Individual, Cooperativa, Associação	Tem por objetivo a melhoria na comercialização da produção familiar por duas formas: formação de estoques e a agregação de valor ao produto por meio do processamento. Os alimentos são adquiridos dos produtores organizados em grupos formais (cooperativas e associações) pelo Governo Federal a preços de referência.	R\$ 8.000,00
Compra com Doação Simultânea – CDS	MDS	CONAB, Estados e Municípios	CONAB, Estados e Municípios	Destina-se à aquisição de alimentos da agricultura familiar com vistas à doação a populações em situação de risco alimentar atendidas por entidades sociais de caráter governamental e não-governamental. Via Conab (R\$ 8.000,00) e via Termo de Adesão (R\$ 6.500,00).	R\$ 8.000,00 ou R\$ 6.500,00
Formação de Estoque pela Agricultura Familiar – CPR Estoque	MDS e MDA	CONAB	Cooperativa e Associação	Tem por objetivo adquirir alimentos da safra vigente de agricultores organizados em grupos formais para a formação de estoques em suas próprias organizações. A organização adquire a produção dos agricultores familiares listados na Proposta de Participação, beneficia os alimentos e os mantém em estoque próprio até sua entrega para estoques públicos ou comercialização no mercado convencional.	R\$ 8.000,00
Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite – IPCL	MDS	Estados do Nordeste e norte de Minas Gerais	Individual, Cooperativa, Associação	A IPCL busca assegurar o consumo de leite a gestantes, crianças, nutrízes, idosos e outros públicos prioritários. Esta modalidade restringe-se a área de atuação da Sudene*, beneficiando os estados do Nordeste e Norte de Minas Gerais. A aquisição é feita de agricultores com produção máxima de 150 litros dia e compra limitada em 100 litros por dia. O leite é pasteurizado em laticínios contratados e distribuído para famílias em postos instalados nos locais de concentração dos beneficiários.	R\$ 4.000,00 por semestre.
Compra Institucional		Recursos do proponente	Individual, Cooperativa, Associação	A modalidade Compra Institucional tem por objetivo realizar compras voltadas para o atendimento de demandas regulares de consumo (restaurantes universitários, presídios, hospitais, academias de polícia, entre outros) por parte da União, Estados, Distrito Federal e municípios. As compras são realizadas com recursos do próprio proponente sem licitação.	R\$ 20.000,00
Aquisição de Sementes	MDS	CONAB	Cooperativa e Associação	A modalidade permite a compra de sementes pela Conab para atender às demandas de organizações previamente definidas e sua distribuição aos beneficiários consumidores.	R\$ 6.000,00

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, 2015. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/modalidades-do-paa>.
 Elaborado por Hentz, 2016.* Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

Dentro das modalidades destacadas, no quadro 02 abaixo, apresentamos de forma detalhadas as informações sobre a forma de organização do programa de acordo com o Manual de Operacionalização do Programa (2010) e o MDA (2010).

Quadro 02 - Modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

Modalidade Compra Direta da Agricultura Familiar Essa modalidade é operada também com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, cujo executor é a CONAB e destina-se à garantia de preços de mercado para uma lista dos principais gêneros alimentícios produzidos pela agricultura familiar, visando o fortalecimento desses agricultores, a constituição de estoques estratégicos desses alimentos e a composição de cestas de alimentos para distribuição gratuita a comunidades em vulnerabilidade social. Nesta modalidade são comercializados os produtos arroz, castanha de caju, castanha do Brasil, farinha de mandioca, feijão, milho, sorgo, trigo, leite em pó integral e farinha de trigo.
Modalidade Formação de Estoques pela Agricultura Familiar É uma modalidade operada também com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e executada pela CONAB, a qual se destina à melhoria da comercialização da produção da agricultura familiar por duas formas: formação de estoques para a venda fora da safra com melhores preços ou visando a obtenção de melhores preços pela agregação de valor ao produto com o seu processamento. Visa adquirir alimentos da safra vigente, próprios para consumo humano, oriundos de agricultores familiares organizados em grupos formais para formação de estoques em suas próprias organizações. Os alimentos adquiridos na modalidade destinam-se à composição de cestas de alimentos para distribuição gratuita a comunidades em vulnerabilidade social.
Modalidade Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea É esta a modalidade operada por municípios e estados selecionados por editais da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN. Destina-se à aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar, de origem agrícola, pecuária, extrativa, ou da indústria familiar, visando a doação a populações em situação de risco alimentar atendidas por entidades da rede de proteção social de caráter governamental ou não-governamental. É operada por Estados, Municípios e pela CONAB e visa promover a articulação entre a produção familiar e as demandas locais de suplementação alimentar e nutricional e os programas sociais de combate à fome. Para tanto são adquiridos produtos de agricultores familiares organizados em associações, cooperativas, grupos informais e também daqueles não-organizados, no caso das operações realizadas em 8 parceria com estados e municípios. Os alimentos adquiridos são distribuídos a creches, escolas, abrigos, hospitais, entidades sócio-assistenciais que fornecem refeições a pessoas em vulnerabilidade social, restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos, entre outros.
Modalidade ‘Incentivo à Produção e ao Consumo do Leite – IPCL’ ou ‘PAA-Leite’ Nesta modalidade busca-se assegurar o consumo de leite a gestantes, crianças, nutrízes, idosos e outros públicos prioritários através da aquisição da produção leiteira de agricultores familiares com produção de no máximo 150 litros de leite por dia, limitado a aquisição de 100 litros por dia. A implantação do IPCL encontra-se restrita à área de atuação da SUDENE. O leite é fornecido por agricultores familiares individualmente e distribuído para famílias que se encontrem em situação de pobreza, previamente cadastradas. O leite é pasteurizado em laticínios contratados e distribuído para as famílias em postos instalados nos locais de concentração dos beneficiários.

Manual Operacional e de Orientação ao Programa de Aquisição de Alimentos – Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea – PAA Municipal, 2010.

Diante disso, se faz necessário destacar que, dentro do modelo atual de desenvolvimento, o PAA passa a se propor como mecanismo modificador positivo do campo brasileiro, principalmente ao que concerne ao seu objetivo principal que “é a promoção do abastecimento alimentar local pelos produtos localmente oferecidos pela agricultura familiar, como estratégia de combate à fome e à desnutrição”.

Nesse sentido, cabe salientar que o PAA traz elementos em sua conjuntura política por meio da concepção de integração que a agricultura familiar exerce no campo, principalmente na perspectiva de um desenvolvimento equitativo, com a incorporação de setores excluídos da economia e com a valorização do agricultor familiar, enquanto sujeito do processo de desenvolvimento agrário e territorial brasileiro.

Sabemos que o acompanhamento da evolução das questões correlatas ao desenvolvimento de programas e políticas direcionadas à agricultura familiar por meio de estratégias políticas se fazem necessárias para que se possam realizar escolhas perante as opções, e, que estas sejam feitas de maneira consciente e consequente (MULLER, 2007, p. 119). Isso vai de encontro ao que o programa se propõe alcançar como resultado da participação dos agricultores familiares. Assim,

(...) as comunidades atendidas passam a contar com uma rede de proteção social capaz de oferecer refeições gratuitas ou a preços acessíveis a quem precisa, além de promover o fortalecimento da agricultura familiar, que concentra grande parte dos focos de vulnerabilidade social e de insegurança alimentar no campo. Assim, o PAA promove a inclusão social no campo e cumpre papel estratégico na integração da política nacional de segurança alimentar e da política nacional de fortalecimento da agricultura familiar, funcionando como consistente estratégia de desenvolvimento econômico local.

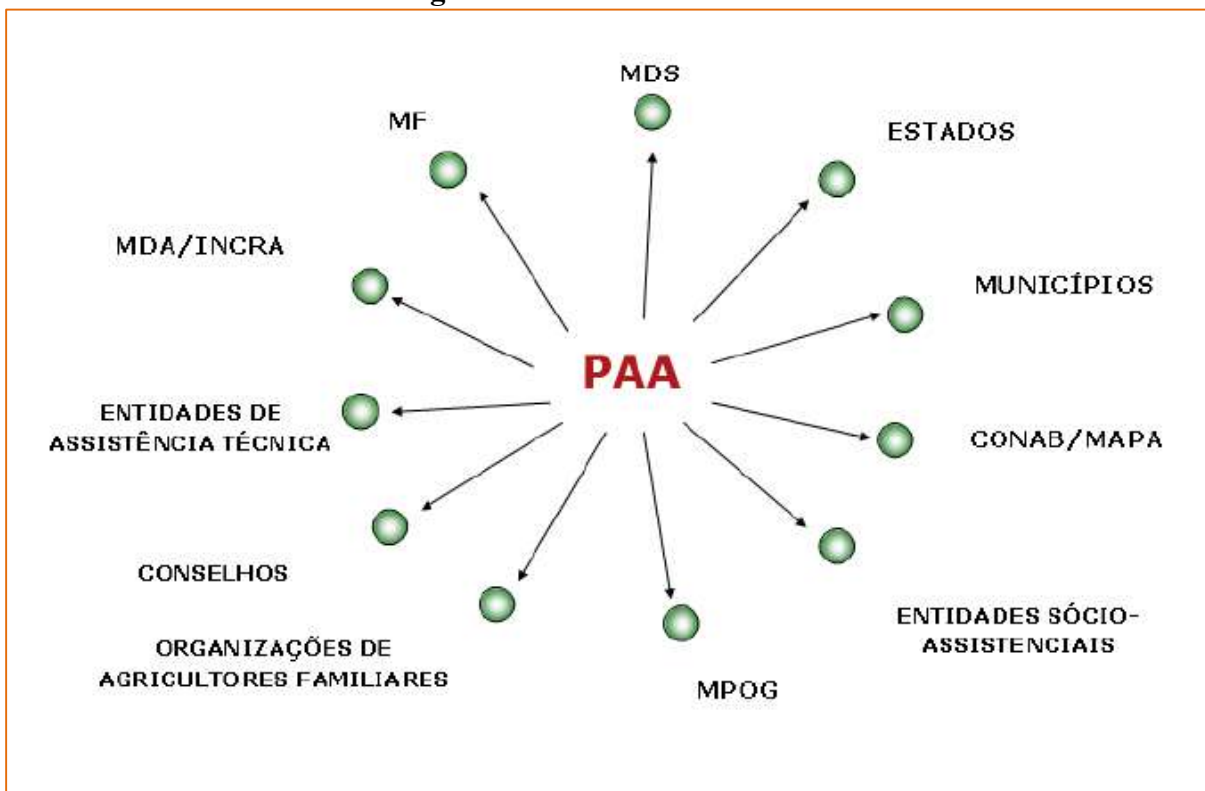
Os resultados só passam a ser representativos por meio da atuação de múltiplos atores que atuam como direcionadores do processo de execução e desenvolvimento de ações em escala nacional, regional e local. Isso é evidenciado pelo Decreto nº 6.447 de 07 de maio de 2008, no artigo primeiro, ao deixar claro que:

O grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos, instituído pelo decreto nº 5.873, de 15 de agosto de 2006, passa a reger-se pelas disposições constantes deste Decreto. Art. 2º O Grupo Gestor será composto por um representante de cada Ministério a seguir indicado: I – do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, que o coordenará; II – da Fazenda; III – da agricultura, Pecuária e Abastecimento; IV – do Planejamento, Orçamento e Gestão; V – do Desenvolvimento Agrário; e VI – da educação (BRASIL, 2008).

Percebamos aí que a partir dessa confluência de múltiplos agentes corroboradores para o desenvolvimento do programa é relevante, tendo em vista a atuação de múltiplas áreas ministeriais a fim de contribuir com o processo de crescimento da agricultura familiar. De acordo com a Conab (2012) fica definida a atuação do PAA a partir do decreto da seguinte forma: Grupo Gestor – Formado pelo: MDS, MDA, MF, MPOG, MAPA e MEC; Gestores dos Recursos: MDS e MDA (a partir de 2006); Gestores Executores: CONAB, Estados e Municípios; Atores Locais: Conselhos Locais, Cooperativas, Associações de Agricultores Familiares, Sociedade Civil e entidades filantrópicas.

Essa correlação de entidades vinculadas ao programa pode ser expressa na imagem a seguir, que traz uma representação das entidades que estão ligadas ao PAA como mecanismos possibilitadores do processo de desenvolvimento do programa em nível de Brasil. Esse processo pode ser visto no diagrama a seguir que expressa a organização das entidades desde o seu nível maior para o menor, perfazendo um exemplo de uma pirâmide em cadeia como pode ser verificado na imagem 01 a seguir.

Imagem 01 - Rede de Atores - PAA



Fonte: Brasil, 2014b.

Percebamos a partir da imagem que o PAA está intimamente ligado às instituições, no entanto, o programa não se faz apenas pela atuação destas, mas pela atuação participativa dos agricultores familiares que passam a promover o fortalecimento das atividades produtivas no campo, e, com isso, vêm a possibilitar o fortalecimento da agricultura familiar por meio de ações direcionadas pelas instituições executoras do programa em escala nacional, regional e local.

2.3 – Os beneficiários

Desde a sua criação no ano de 2003, o programa de aquisição de alimentos apresenta dois grupos ou duas modalidades de beneficiários. Para Brasil (2010), o programa apresenta suas peculiaridades específicas em escala municipal que são descritas da seguinte forma:

- a) produtores de alimentos: agricultores familiares e empreendedores familiares rurais enquadrados no art. 3º da lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que institui o programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF), incluídos agricultores, pescadores artesanais, silvicultores, extrativistas, indígenas, membros de comunidades remanescentes de quilombos e agricultores assentados.
- b) Consumidores de alimentos: pessoas e famílias em vulnerabilidade social, com iminente risco de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por: programas de promoção de segurança alimentar e nutricional, em especial a Rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição – REDESAN, composta por Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos; entidades sócio-assistenciais preferencialmente cadastradas no Cadastro Nacional de Entidades do Sistema Único de Assistência Social – CAD-SUAS; Centros de Referência de Assistência Social – CRAS e Centros de Referência Especializada de Assistência Social - CREAS ou escolas da rede pública de ensino, atendidas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE (BRASIL, 2010, p. 8-9).

E, ainda de acordo com Brasil (2010) é preciso salientar que há outra divisão levando em consideração os agricultores familiares cadastrados no PRONAF, possuidores de Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP, divididos em categorias redefinidas pela Portaria nº. 47, de 26 de novembro de 2008 e a Portaria nº. 85, de 22 de Dezembro de 2008, do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

De acordo com essa portaria, são classificados em duas categorias distintas levando em consideração a escala Municipal, a saber: A) - Agricultores familiares elegíveis na Modalidade Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea – PAA Municipal e; B) - Beneficiários consumidores de alimentos elegíveis na Modalidade Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea – PAA Municipal.

Essa modalidade é subdividida em: **Grupo A** – corresponde a agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa de Crédito Fundiário do Governo Federal que ainda não foram contemplados com operação de investimento sob a égide do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera).

O **Grupo A/C** – que representa agricultores familiares egressos do Grupo "A", ou que já contrataram a primeira operação no Grupo "A", que não contraíram financiamento de custeio nos Grupos "C", "D" ou "E". Agricultores do grupo A/C podem ter sua DAP fornecida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), no caso de beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA, ou pela Unidade Técnica Estadual ou Regional (UTE/UTR), para os beneficiados pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário. Já em relação ao **Grupo B** – este inclui os agricultores familiares mais carentes, a saber que:

a) explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro; b) residam na propriedade ou em local próximo; c) não disponham, a qualquer título, de área superior a 4 (quatro) módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor; d) obtenham, no mínimo, 30% (trinta por cento) da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento; e) tenham o trabalho familiar como base na exploração do estabelecimento; f) obtenham renda bruta anual familiar de até R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais (Brasil, 2010, p. 09).

Em relação ao **Grupo ‘Agricultor Familiar’** (ou enquadramento “V”) – reúne agricultores familiares antes enquadrados nos grupos “D” e “E”, que apresentem renda bruta familiar entre R\$18.000,00 (dezoito mil reais) e R\$110.000,00 (cento e dez mil reais).

Já o **Grupo P** – inclui agricultores familiares com DAP provisória que podem ser fornecidas a acampados e assentados da reforma agrária que estão na chamada “demanda qualificada”, sua finalidade é permitir o acesso aos programas sociais, tais como PAA e Biodiesel. Esta possui validade de apenas 1 ano, não permitindo acesso ao crédito.

2.4 – Quais os produtos e quem são os produtores?

A partir da atuação do Programa de Aquisição de Alimento – PAA, se faz necessária uma apresentação dos produtos que são produzidos pelos (as) produtor (es) (as) e fazer uma correlação com as formas de organização e distribuição espacial dos produtos comercializados pelo Programa de Aquisição de Alimentos no Brasil.

Assim, compreender que o processo de desenvolvimento do campo brasileiro atravessa mudanças e ressignificações estruturais, tanto no campo político como produtivo é essencial, pois, o PAA tem se mostrado ao longo do tempo instrumento dinâmico para o fortalecimento da agricultura familiar, bem como para o crescimento e o desenvolvimento do campo brasileiro.

E, é nesse contexto que damos ênfase ao programa como uma política de ação socioterritorial que tem por objetivo modificar e desenvolver as atividades do campo brasileiro por meio de incentivos a produção agrícola. Compreendemos aí que, por meio dessa discussão em torno do programa, objetivos, atores e beneficiários é que destacamos os principais produtos comercializados pelos produtores ao longo desses 14 anos de existência do PAA. De acordo com os dados da CONAB (2016), há um processo de mudança quanto aos produtos que são destinados da agricultura familiar para a comercialização pelo PAA. No quadro 03 a seguir, são apresentados os principais produtos produzidos por agricultores familiares e que foram comercializados pelo Programa de Aquisição de Alimentos entre os anos de 2003 e 2016 no Brasil.

Quadro 03 - Tipologia dos produtos fornecidos pelos agricultores familiares para o PAA - 2003/2016³

2006	%	2011	%2	2012	%3	2013	%4	2014	%5	2015	%6	2016	%7
<i>Frutas</i>	16,48	<i>Sementes</i>	2	<i>Sementes</i>	3	<i>Sementes</i>	3	<i>Sementes</i>	1,59	<i>Castanhas</i>	1	<i>Castanhas</i>	2
<i>Origem Animal</i>	20,66	<i>Castanhas</i>	1	<i>Carnes</i>	7	<i>Carnes</i>	9	<i>Carnes</i>	3,08	<i>Mel</i>	1	<i>Sementes</i>	2
<i>Farinhas</i>	6,63	<i>Frutas</i>	22	<i>Castanhas</i>	1	<i>Castanhas</i>	0	<i>Castanhas</i>	1,19	<i>Pescados</i>	3	<i>Carnes e Pescados</i>	10
<i>Grãos/Cereais</i>	10,67	<i>Grãos</i>	11	<i>Frutas</i>	17	<i>Frutas</i>	23	<i>Frutas</i>	24,6	<i>Carnes</i>	4	<i>Grãos e Oleaginosas</i>	6
<i>Semente/Castanha</i>	0,77	<i>Hortigranjeiros</i>	26	<i>Grãos e Oleaginosas</i>	11	<i>Grãos e Oleaginosas</i>	11	<i>Grãos e Oleaginosas</i>	8,74	<i>Sementes</i>	5	<i>Frutas e Hortigranjeiros</i>	60
<i>Laticínios</i>	4,04	<i>Laticínios</i>	7	<i>Hortigranjeiros</i>	22	<i>Hortigranjeiros</i>	31	<i>Hortigranjeiros</i>	37,5	<i>Grãos e Oleaginosas</i>	7	<i>Laticínios, Mel e Processados.</i>	20
<i>Palmito</i>	0,16	<i>Mel</i>	2	<i>Laticínios</i>	15	<i>Laticínios</i>	6	<i>Laticínios</i>	6,32	<i>Laticínios</i>	8		
<i>Massas/Pães/Bolos/Bolachas</i>	3	<i>Pescado</i>	4	<i>Pescados</i>	3	<i>Pescados</i>	5	<i>Pescados</i>	2,64	<i>Processados</i>	12		
<i>Temperos/Condimentos/Chás</i>	0,34	<i>Processado</i>	16	<i>Processados</i>	19	<i>Processados</i>	11	<i>Processados</i>	13,3	<i>Frutas</i>	23		
<i>Doces/Sucos/Polpa</i>	9,73	<i>Carnes</i>	9	<i>Mel</i>	2	<i>Mel</i>	1	<i>Mel</i>	0,98	<i>Horti granjeiros</i>	36		
<i>Folhosas</i>	4,68												
<i>Legumes/Raízes/Tubérculos</i>	22,79												
<i>Outros</i>	0,04												

Fonte: SUPAF/GECAF

³ Entre os anos de 2003, 2004, 2005 e 2007 - não há dados que relatem quais foram os produtos comercializados em porcentagem pela CONAB. Já n ao que se refere aos anos de 2008, 2009 e 2010 - há referência a produtos comercializados pela agricultura familiar tais como hortaliças, frutas, doces e biscoitos caseiros, mas, o percentual referentes a esses produtos não aparecem (ver documentos - <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1402&t=>).

Como pôde ser verificado no quadro 03, houve um processo de mudança quanto aos produtos bem como as variações percentuais dos tipos de produtos comercializados pelo PAA. Cabe salientar que, os maiores percentuais levando-se em consideração todos os anos respectivamente quanto aos produtos comercializados, estes estão centrados nas frutas e nos hortigranjeiros.

Os dados demostram que a maior parte desses produtos advém da agricultura familiar, e, isso é um ponto a ser destacado com importante reflexão, tendo em vista que o agricultor familiar é o maior fornecedor de produtos alimentícios para mesa da população brasileira. Segundo o IBGE (2009),

A agricultura familiar é responsável por cerca de 70% dos alimentos produzidos no Brasil. Ela produz 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz e 21% do trigo, na pecuária é responsável por 60% da produção de leite, 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos. De acordo com a Secretaria da Agricultura Familiar, aproximadamente 13,8 milhões de pessoas trabalham em estabelecimentos familiares o que corresponde a 77% da população ocupada na agricultura (...).

Percebamos que a participação da agricultura familiar tem um papel fundamental na organização produtiva dos produtos que chegam à mesa da população brasileira, além de gerar emprego e renda. Esses dados podem ser exemplificados a partir do Censo Agropecuário de 2006 que traz um conjunto de gráficos e tabelas que denota a disparidade entre a quantidade de pequenos estabelecimentos rurais existentes que representam em sua maior parte os estabelecimentos rurais que equivalem até 100 hectares. Os pequenos proprietários são aqueles que têm- até 100 ha; médios - entre 100 e 1 000 ha; e grandes - maior que 1 000 há (IBGE, 2006, p. 168).

Em contrapartida, há grandes estabelecimentos rurais nacionalmente conhecidos como latifúndio, estes não direcionam a sua maior parcela da produção para a produção de produtos alimentícios, mais sim para outros bens de consumo de ciclo longo e com processo de produção em sua grande maioria para a exportação.

Por ser um programa concebido sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada – disciplinado pela lei nº 11.346/2006 ele volta-se a atender dois públicos, os produtores e os consumidores. Aqui destacamos os produtores que podem ser elencados nas seguintes categorias como: agricultores familiares e empreendedores familiares rurais enquadrados no art. 3º da lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que institui o programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF), incluídos aquicultores,

pescadores artesanais, silvicultores, extrativistas, indígenas, membros de comunidades remanescentes de quilombos e agricultores assentados (BRASIL, 2010, p. 08).

No que se refere ao processo de organização e espacialização, cabe enfatizar que por meio das modalidades operacionalizadas pela Conab, o PAA possibilitou a comercialização de 88.120 toneladas de alimentos produzidos por 29.318 agricultores familiares organizados em Cooperativas ou Associações que apresentaram 845 projetos para o ano de 2016 (CONAB, 2016, p. 5).

Cabe destacar também, a importância das prefeituras nesse processo de desenvolvimento do PAA no Brasil. Há uma atuação tanto da CONAB como também das prefeituras que passam a oferecer mais oportunidade para o agricultor familiar. A participação da EMATER é um ponto a ser dada ênfase, tendo em vista o processo de atuação e acompanhamento em campo junto aos agricultores. Isso é um ponto importante, tendo em vista a necessidade de assistência técnica que estes enfrentam diariamente para conseguir produzir de forma correta e eficiente.

Desta forma, percebamos que a participação das associações e das cooperativas dentro do processo de organização e espacialização da produção se mostram como mecanismo dinâmico que pode contribuir de forma positiva para o desenvolvimento do PAA no Brasil, seja em nível local ou regional.

2.5 – Atuação do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA no Brasil

A partir das transformações políticas e estruturais ocorridas no cenário nacional mediante aplicação e o desenvolvimento de ações do PAA, com vista na promoção do crescimento econômico e social e das lutas territoriais por direitos trabalhistas, o PAA vem se mostrando ao longo do tempo um programa relevante no processo de desenvolvimento socioterritorial das comunidades rurais no Brasil.

No que concerne a essas mudanças estruturais, um trabalho bastante ilustrativo que direciona um olhar para as ações do programa em âmbito nacional é o de Grisa et. al., (2009), que traz uma abordagem sobre a aplicação dos recursos do PAA de forma geral e contextualizada.

De acordo com o autor, os recursos disponibilizados ao programa passaram de 164,60 milhões de reais no ano de 2003 para 585,40 no ano de 2009. Em relação ao número de agricultores cadastrados, estes corresponderam a um montante de 42.000 mil no ano de 2003 e apresentou um crescimento deste para o ano de 2008 com um total de 156.000 mil no ano como pode se verificar na tabela 02 a seguir:

Tabela 02 - Recursos executados com o PAA e número de agricultores beneficiados Brasil - 2003 a 2009 (valores em R\$ correntes)

		2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Total
R\$ (Milhões)	MDS	164,60	179,10	333,10	400,77	400,77	462,00	460,00	2.3725,95
	MDA				73,68	64,57	89,20	125,40	353,00
Total		164,60	179,10	333,10	474,05	439,05	551,20	585,40	2.723,95
Nº Agricultor	MDS	42.000	68.200	87.400	120.317	104.635	130.000		552.552
	MDA				27.343	22.570	26.809		76.722
Total		42.000	68.200	87.400	147.660	127.205	156.809		629.274

Fonte: MDA, 2009.

Através dos dados apresentados, é possível percebermos que há periodicamente um processo de crescimento evolutivo dos recursos aplicados pelo programa no Brasil. Entretanto, há de se considerar que no ano de 2007 houve uma redução quanto aos valores destinados pelo programa como também no número de agricultores assistidos por este.

Esse processo pode estar relacionado a um período de grandes mudanças políticas, históricas e estruturais no cenário nacional através da criação de outros programas ou políticas e que podem ter contribuído na redução do repasse dos recursos para o programa no ano de 2007 pelo Estado brasileiro.

Dentre essas políticas podem ser destacadas o PRONERA (nasceu como um programa de ação educacional, e, que desde o ano de 2008 se configura como uma política pública de ação territorial com vista à promoção e disseminação da educação de ensino médio e superior, voltado a alunos de unidades territoriais vinculadas ao projeto de reforma agrária), o PROUNI, o FIES, o ENEM, o PRONATEC e o PRONATEC Campo, exemplificando.

Então, essas são políticas de ação social que estão diretamente ligadas a um processo de modificação e de estruturação das ações governamentais para a promoção do desenvolvimento educacional, territorial e econômico a fim de contribuir com uma mudança quanto ao processo de estruturação das bases sociais, sejam elas de caráter alimentar, social, econômico ou territorial. São políticas como estas que têm em sua essência, objetivos a fim de contribuir com a modificação das múltiplas realidades regionais e que não somente elas passarão a ser alternativa máster do processo, mas uma alternativa em meio ao processo.

Em meio a isso, Zimmermann e Ferreira (2008) fazem uma abordagem analítica sobre o processo de aplicação do PAA no estado de Pernambuco. Os autores trazem uma discussão a partir de uma pesquisa avaliativa do programa, enfatizando a existência de uma atuação positiva da aplicação dos recursos e das ações do programa na área objeto de estudo. Nesse

sentido, os autores evidenciam essas questões vinculadas ao processo de avaliação do programa ao afirmam que:

Os resultados e avaliações do PAA indicam que o programa teve um impacto na alteração da produção e consumo da agricultura familiar tradicional menos capitalizada, bem como na matriz de consumo de entidades beneficiárias com doações. Isto é porque muitos agricultores estavam a dar valor / produzir produtos locais, aumentaram sua renda nominal a sua produção e consumo interno através da incorporação de frutas e hortilizas à dieta familiar (ZIMMERMANN e FERREIRA, 2008, p. 38).

Os autores ainda complementam essa abordagem destacando os benefícios para as entidades beneficiadas pelos produtos fornecidos pelos produtores do PAA. “Os benefícios em termos de consumo também abarcaram as entidades beneficiadas pelas doações, que resultou em uma dieta saudável para as pessoas vítimas de insegurança alimentar”. Para Zizemamm e Ferreira (2008) “os estudos mostram que o programa lança resultados numéricos significativos em recursos investidos, assim como beneficiários diretos e indiretos”.

Para Mattei (2015), no estado de Santa Catarina, as avaliações sobre a aplicação das ações do PAA apontam para diversas questões correlatas à produção e a formação de organização produtiva, mediante a aplicação de entrevistas junto aos agricultores. Nesse sentido, o autor afirma que,

um dos aspectos mais citados pelos agricultores e suas organizações foi a possibilidade de organizar e planejar parte da produção a partir de uma lógica local, ou seja, a demanda dos mercados locais foi considerada um importante fator de estímulo à produção de vários tipos de alimentos que não estavam sendo priorizados no plano de atividades das unidades de produção. Paralelamente a isto, os agricultores passaram a ter um compromisso relativo à periodicidade de fornecimento dos alimentos às entidades credenciadas pelas coordenações locais, fato que os obriga a adotar uma estratégia clara em relação ao processo produtivo. Outro ponto relevante diz respeito ao processo de definição dos preços dos produtos agropecuários, que possibilitou o estabelecimento de um preço “mais justo”, segundo a interpretação da maioria dos entrevistados. Este aspecto é essencial, especialmente para aqueles segmentos de agricultores mais vulneráveis e que geralmente têm pouco poder de barganha para defender melhores preços aos seus produtos quando conseguem se inserir nos mercados locais e regionais (MATTEI, 2015, p. 6 *apud* SOUZA, 2015).

Nesse sentido, Zimmemann e Ferreira (2008), dão ênfase à participação de entidades assistidas pelo PAA entre os anos de 2003 a 2006 destacando que “o número de entidades beneficiadas entre 2003 e 2006 passou de 23 milhões e a população atendida efetivamente

superior os 5 milhões de pessoas. O total de agricultores familiares chegou a mais de 55.000 mil, o que significou cerca de 25 mil toneladas de alimentos”.

Já ao que se refere aos recursos financeiros aplicados, Zimmemann e Ferreira (2008) fazem uma apresentação dos recursos do PAA aplicados em alguns estados, mostrando um processo evolutivo na quantidade de entidades, pessoas e agricultores familiares beneficiados, bem como a quantidade comercializada e os valores dos investimentos financeiros correspondentes entre os anos de 2003 a 2006, como pode ser verificado na tabela 03 abaixo.

Tabela 03 - Participação Entidades no Programa de Aquisição de Alimentos-PAA (2003-2006)

UF	Entidades Beneficiadas (nº)	Pessoas Beneficiadas (nº)	Agricultor Familiar (nº)	Quantidade (T)	Recursos Financeiros (R\$)
TO	475	93.456	1.801	1.153,49	3.013.543,30
MA	9.358	2.008.278	26.651	8.751,85	17.821.129,91
RN	7.318	1.232.944	14.504	4.008,19	7.751.462,02
PI	4.305	1.065.058	4.526	4.753,81	8.304.147,22
SC	62	18.252	467	48,27	80.513,70
PR	2.066	720.878	7.131	6.272,31	11.950.390,38
Totais	23.584	5.138.866	55.080	24.987,92	48.921.186,53

Fonte: MDS, 2007.

Os dados aqui apresentados denotam uma evolução na participação considerável para os estados destacados, com uma participação positiva no processo de fortalecimento das atividades rurais a partir da agricultura, da participação do camponês no processo de fortalecimento das bases da agricultura familiar.

Entretanto, cabe fazer uma ressalva a partir das avaliações do PAA no estado de Santa Catarina, como também no estado de Pernambuco, é preciso destacar que, mesmo havendo aspectos positivos da atuação do programa na dinâmica de desenvolvimento socioterritorial dos respectivos estados, comunidades rurais e do produtor rural, é preciso atentar para a existência de aspectos negativos ao longo do processo de aplicação do PAA em âmbito nacional.

Como ponto de partida, podemos atentar para um processo de burocratização no acesso ao programa e o parcelamento da produção a ser comercializada gerando custos para ao agricultor no transporte de mercadorias, tanto para a CONAB quanto para a prefeitura. Estes detalhes podem contribuir de forma negativa na atuação do programa, tendo em vista

que os produtores buscam reduzir custos e ter uma renda a partir da comercialização de seus produtos de forma satisfatória.

Quando há questões que possam afetar diretamente o produtor (imposto sobre o produto comercializado), estes podem entender que o programa não tenha tanta funcionalidade como fonte de recursos com a venda da produção, por entenderem que este não apresenta rentabilidade satisfatória, levando-se em consideração os encargos que estarão embutidos em todo o processo de produção, colheita e transporte da mercadoria.

De acordo com Zimmemann e Ferreira (2008, p.39-40),

Em avaliações sobre o PAA, [considerando os aspectos] positivos e negativos, a fim de melhorar o programa foram identificados. Em nenhum momento eles foram destinadas a parar crítica, apelando degustação o que a política tem tido algum sucesso. De acordo com as avaliações, os agricultores familiares beneficiários têm quase três vezes mais do que os não-beneficiários, graças à comercialização de renda da produção agrícola através da venda de PAA e são imensamente satisfeito com os preços pagos pelos produtos. O programa mostrou-se eficiente em uma perspectiva não-bem-estar, gerando efeitos positivos de segurança em alimentos de famílias carentes, bem como em relação à promoção social e valorização da agricultura familiar (SPAROVEK et. al, 2007).

A existência de pontos positivos não limita a presença de pontos negativos presentes no programa. É preciso entender que esses aspectos estão em processo que perpassam por avaliações ao longo do tempo, configurando como pontos chave para o crescimento e o desenvolvimento das ações do programa no Brasil.

Um exemplo importante no qual podemos enfatizar como ponto positivo na execução das ações do PAA nos estados do Piauí, Rondônia e São Paulo foram os aumentos dos valores dos produtos comercializados a partir dos anúncios de compras dos produtos, desta forma, havendo uma maior valorização dos produtos advindos dos agricultores familiares.

Isso é destacado na pesquisa de Delgado et. al., (2005) ao afirmarem que a abertura de três polos de compras da agricultura familiar no estado de Rondônia, em 07 de agosto de 2003, sendo um em Cacoal, outro em Rolim de Moura e outro em Alto Alegre [...], os preços de feijão, com o simples anúncio do lançamento do Programa, reagiram rapidamente, passando de R\$ 55,00 a R\$ 60,00, por saca de 60kg para R\$ 62,00 a R\$ 70,00 a saca.

A princípio, o Programa de Aquisição de Alimentos tem se mostrado um importante instrumento corroborativo para as populações e comunidades rurais de produtores da agricultura familiar. Logo, compreendamos que uma parcela da população está sendo beneficiada (sem esquecermos os pontos negativos que ocorrem e podem vir a ocorrer durante

o processo de execução das ações do PAA), sejam os produtores fornecedores ou populações e entidades assistidas.

Assim, compreendamos que isso é um processo que se estabelece desde a deliberação dos recursos financeiros do PAA para os produtores, do fornecimento de produtos dos produtores para as entidades administradoras do programa, do processo de seleção e distribuição para as entidades assistidas, até a chegada à mesa dos beneficiários por meio das distintas modalidades, critérios e objetivos que o programa se propõe a alcançar.

Essas possíveis contribuições do programa podem ser vislumbradas por uma parte da população na medida em que esses produtos comercializados entre produtores e o PAA passam a atender a uma necessidade regional e local, através do fornecimento de produtos advindos da agricultura familiar para atender a uma camada da sociedade a depender da modalidade que esteja sendo executada em cada município, podendo ter demanda de escolas, creches, hospitais e outros que necessitam de alimentos saudáveis e em quantidades para o pleno desenvolvimento de suas funções acadêmicas e físicas (DORETTO e MICHELLON, 2014 p. 135).

No Brasil, os recursos destinados ao PAA aplicados em escala regional vêm apresentando oscilações entre os anos de 2003 a 2016, tendo seu ápice quanto à aplicação de recursos por região no ano de 2012 e apresentando redução quase que sucessivamente decrescente para os anos seguintes, destacando-se nessa realidade apenas o ano de 2014 em que o mesmo apresentou um processo de recuperação em relação ao ano de 2013 que obteve uma redução expressiva como pode ser verificada na tabela 04 a seguir.

Tabela 04 - Evolução dos recursos MDA/MDS aplicados na aquisição de produtos do PAA de 2003 a 2016

Ano	Valor (R\$)					Total
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
2003	12.238.974	31.672.408	12.386.912	7.603.665	17.639.249	81.541.207
2004	3.386.094	42.307.978	28.391.528	8.903.396	24.196.831	107.185.826
2005	5.538.352	34.745.917	16.149.222	13.876.678	42.481.492	112.791.660
2006	10.045.899	54.857.717	17.812.507	32.440.707	85.510.564	200.667.394
2007	8.706.953	56.116.343	18.799.859	42.080.968	102.648.840	228.352.963
2008	9.893.516	80.838.353	15.679.112	73.486.284	93.032.175	272.929.439
2009	13.225.303	102.830.480	15.549.939	78.842.348	153.516.158	363.964.228
2010	21.400.943	121.858.906	28.348.787	79.151.714	128.975.115	379.735.466
2011	32.025.103	153.674.198	29.386.137	111.741.509	124.209.257	451.036.204
2012	43.282.942	154.904.344	36.045.217	131.776.716	220.557.912	586.567.131
2013	24.075.247	66.487.273	22.938.796	67.812.376	43.203.433	224.517.124
2014	31.155.531	79.992.989	37.860.917	128.709.065	60.286.440	338.004.942
2015	29.589.161	92.549.198	33.399.258	77.902.561	54.075.037	287.515.216
2016	17.187.827	88.470.743	27.873.958	41.313.390	22.730.799	197.576.718
Total	261.751.844	1.161.306.846	340.622.150	895.641.376	1.173.063.303	3.832.385.520

Fonte: SUPAF/GECAF, 2015.

A partir desses dados, é possível verificar um processo de mudança nos valores que foram destinados as regiões federativas. Nelas há oscilações dos valores que pode estar correlacionado ao número de beneficiários pelo PAA em cada ano, pela crise financeira e um processo de maior recessão econômica que atravessa o país, e, principalmente, pela crise política estabelecida com o processo de impeachment da então Presidente da República Federativa do Brasil, Dilma Rouseff, para a entrada de seu vice, o atual Presidente Michel Temer⁴.

Dentre os principais produtos comercializados pela agricultura familiar, por meio do PAA no ano de 2015, destacam-se os produtos Hortigranjeiros com 36%; as frutas com 23%; os processados com 12%; os laticínios com 8%; os grãos com 7%; as sementes com 5%; as carnes com 4%; os pescados com 3%; as castanhas e o mel representando apenas 1% (CONAB, 2015). Esses dados apontam para uma atividade produtiva voltada principalmente

⁴ É preciso destacar que a crise política afeta todas as outras questões atreladas a economia, a bolsa de valores, os investimentos estrangeiros na economia brasileira e dentre outros inúmeros fatores que são afetados diretamente pela instabilidade política e econômica atribuídas a insegurança política e econômica nacional.

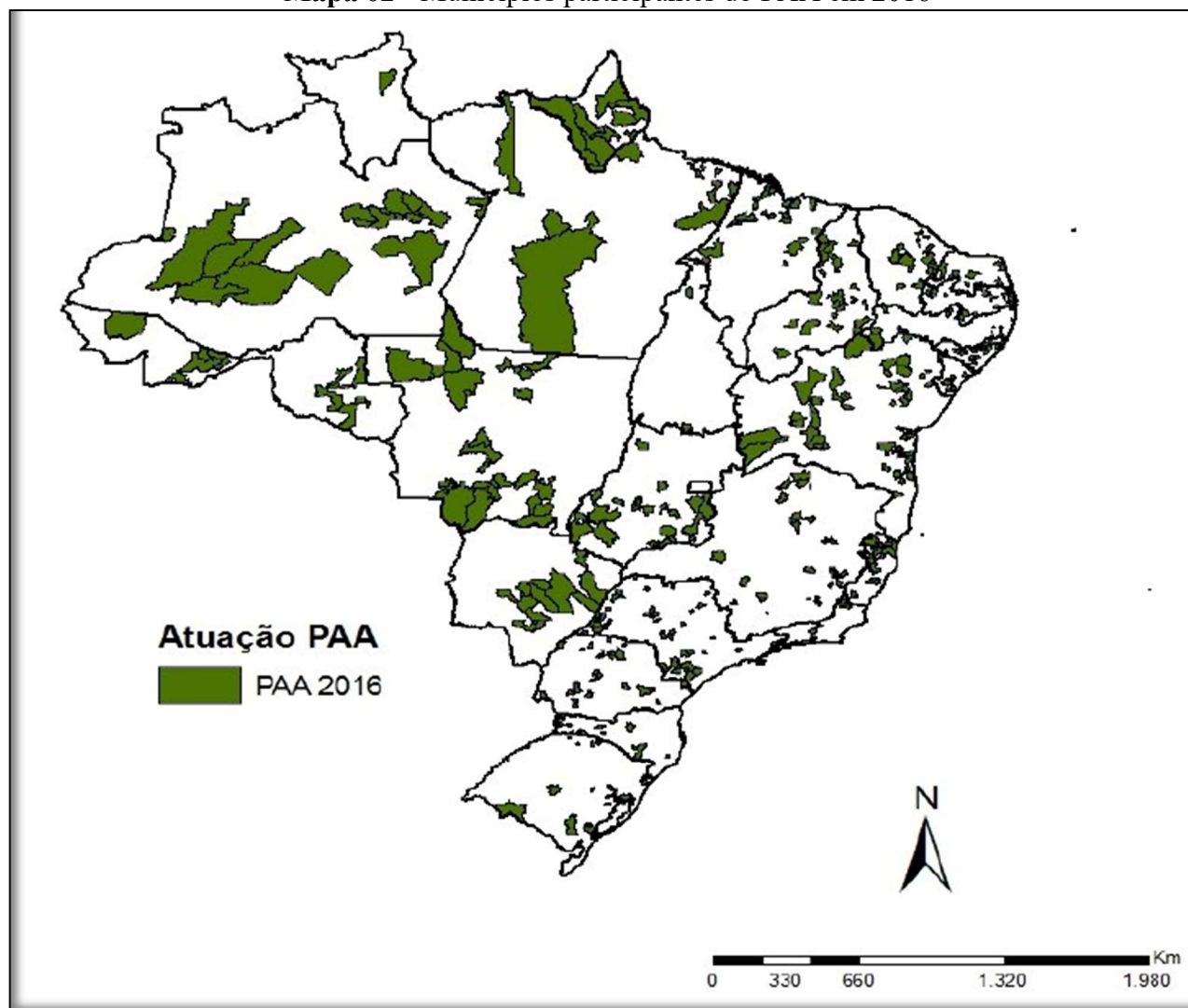
para a produção de alimentos ligados a agricultura, mas, cabe salientar que essas atividades irão depender das potencialidades de cada região, bem como da vocação de cada produtor.

Já em relação à quantidade dos produtos, por meio das modalidades Compra com Doação Simultânea, Compra Direta da Agricultura Familiar, Aquisição de Sementes e CPR Estoque, foram operacionalizados 135.023.283 quilos de diversos produtos cultivados por 38.794 beneficiários fornecedores. Dos produtos comercializados, banana (19,9 milhões de reais), Leite (17,7 milhões de reais) e raiz de mandioca (16,4 milhões de reais) destacaram-se em produção e oferta de comercialização (CONAB, 2015).

De acordo com a Conab (2016), desde a implantação e crescente divulgação, o PAA proporcionou um aumento das demandas por suas ações por parte das Organizações Fornecedoras. Com isso, vários municípios onde estão situadas essas organizações tornaram-se participante do Programa, visualizando em seu território o aumento de renda dos produtores familiares, da produção agrícola e melhoria na alimentação de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

No ano de 2016, participaram 476 municípios das organizações fornecedoras que são representadas no mapa dos municípios participantes do programa no ano de 2016 a partir da atuação do PAA, como pode ser visualizado no mapa 02 a seguir.

Mapa 02 - Municípios participantes do PAA em 2016



Fonte: SUINF/GEOTE, 2016.

A participação dos municípios brasileiros no PAA ao longo desses últimos 13 anos é algo a ser destacado, a considerar o número de municípios participantes no programa. De acordo com a Conab (2016) entre os anos de 2003 a 2016, o PAA executado pela CONAB esteve presente em mais de 2.700 municípios, devido à enorme capacidade da Companhia, ao empenho na divulgação do Programa e ao aumento na confiança depositada na CONAB pelas Organizações Fornecedoras com o passar dos anos.

É em meio a isso que Hespanhol (2013, p. 01) destaca uma questão central quanto à aplicação do programa. Para a autora, a abrangência do programa em nível nacional ainda é limitada se considerarmos o total de estabelecimentos da agricultura familiar e “pela importância que esta política possui em relação à agricultura familiar e à segurança alimentar no país”. Isso é enfatizado na tabela 05 abaixo, onde apresentamos os dados sobre o número de municípios atendidos pelo programa ao longo dos anos.

Tabela 05 - PAA: número de municípios atendidos, número de atendimentos em relação às pessoas e unidades receptoras, em nível de Brasil 2003/2016

Ano	Nº de municípios atendidos	Nº de atendimentos em termos de pessoas	Nº unidade receptoras
2003	104	145.987	0
2004	293	540.027	0
2005	528	2.079.937	0
2006	950	4.290.986	0
2007	976	7.580.948	0
2008	976	8.129.258	0
2009	963	8.129.258	11.572
2010	1.076	14.292.020	17.744
2011	1.177	16.290.738	17.222
2012	1.180	18.208.960	17.988
2013	524	7.981.161	4.449
2014	619	11.460.634	3.968
2015	541	10.960.664	2.829
2016	476	9.306.019	2.619

Fonte: Conab, 2003/2016. Organizado por Sousa, 2017.

A partir dos dados apresentados, consideremos que os números apresentam variações significativas quanto a um processo de crescimento do número de municípios atendidos entre os anos de 2003 e 2012, com pequena queda no ano de 2009. Isso também é verificado quanto

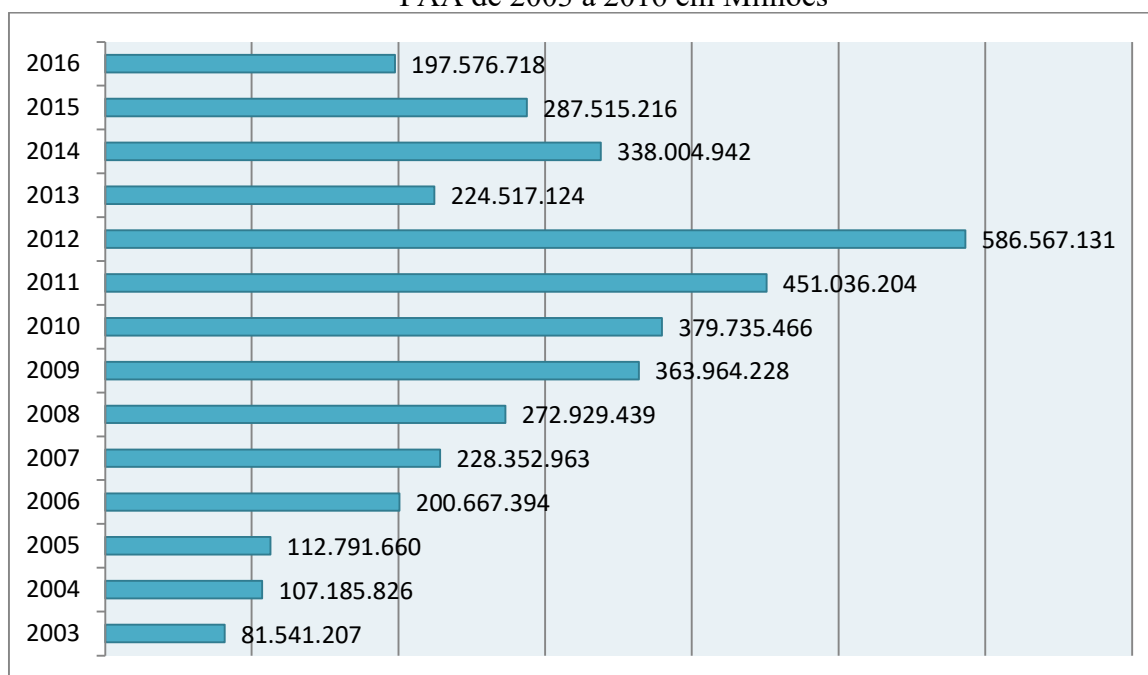
ao número de atendimentos por pessoa que manteve um crescimento para o mesmo intervalo de período destacado, o que se reflete também na quantidade de unidade recebedoras que atingem seu ápice no ano de 2012. Após o ano de 2012 há um processo de redução significativa para as três categorias destacados na tabela 05. De acordo com Hentz (2016), as reduções apresentadas podem estar associadas,

às adequações e atualizações feitas no Manual de Operações da Conab – MOC e do Normativo de Operações da Conab - NOC, os quais passaram a vigorar com novas normas, limitando o acesso por parte dos municípios e fornecedores beneficiados; aos inúmeros casos de mau uso dos recursos do programa em nível de Brasil (desvios e fraudes) por parte das entidades proponentes, resultando na suspensão e/ou cancelamento do programa nestas localidades; aos problemas climáticos (secas e enchentes) nas diferentes regiões brasileiras; a obrigatoriedade por parte dos municípios de dispor de um Banco de Alimentos para acessar o programa, como também da participação de pelo menos 40% de mulheres no PAA a partir de 2011 – atualizações estas que passam a impor novas exigências de acesso -; e, para o ano de 2015, esta redução também pode estar associada ao momento de estagnação econômica que o país enfrenta (HENTZ, 2016, p. 130).

Portanto, estes são alguns dos possíveis fatores que estão correlacionados ao processo de oscilação (positiva ou negativa), referenciados para o número de município atendidos, o número de atendimentos realizados em termos de pessoas e quanto ao número de unidades recebedoras, categorias destacadas na tabela 05, e, que de certa forma, pode ser aplicável a outras questões como a quantidade de produtos adquiridos, ao número de agricultores fornecedores e ao número de projetos aprovados em nível de Brasil e das regiões.

Isso é algo que pode se destacado na Evolução dos recursos SEAD/MDSA aplicados na aquisição de produtos do PAA de 2003 a 2016. Desde o ano de 2003, os valores apresentaram um processo de crescimento, atingindo seu ápice no ano de 2012, e posteriormente havendo um processo de redução dos recursos destinados ao programa no ano de 2013 e tendo uma breve recuperação apenas no ano de 2014. Para os anos de 2015 e 2016 os valores só retrocederam de forma vertiginosa como pode ser visualizado no gráfico 01 a seguir.

Gráfico 01 - Evolução dos recursos SEAD/MDSA aplicados na aquisição de produtos do PAA de 2003 a 2016 em Milhões



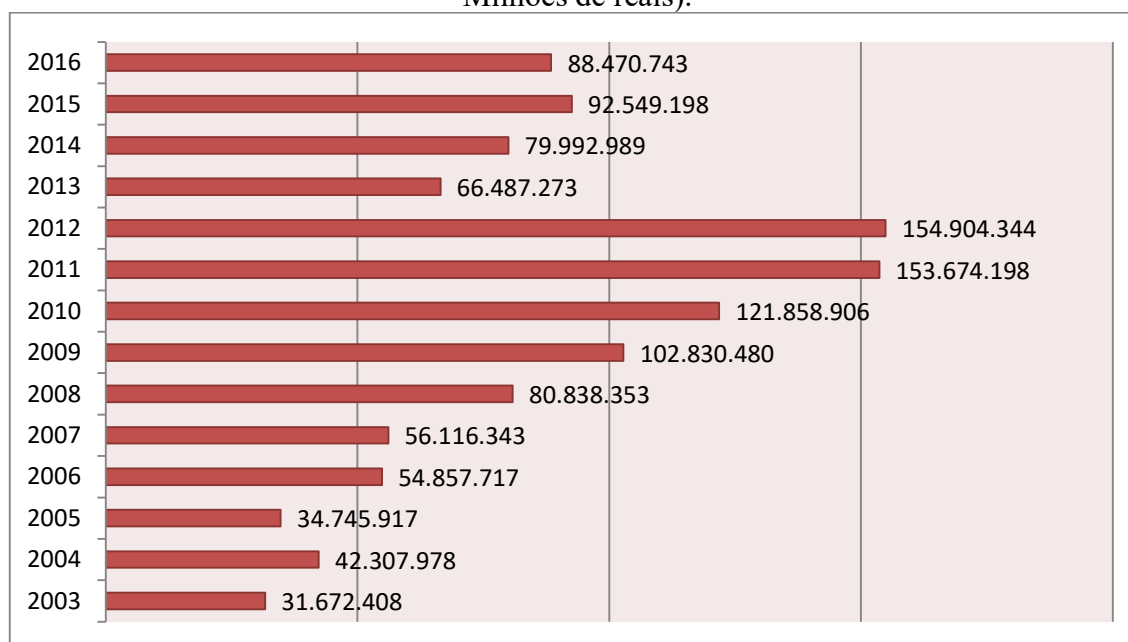
Fonte: Conab, 2003/2016. Organizado por Sousa, 2017.

Essa queda no repasse dos recursos para o programa refletiu diretamente na organização estrutural e produtiva dos estados e também do Nordeste (ver gráfico 02), na forma de aquisição de produtos, pois se há uma queda na fonte de recursos, isso irá afetar a quantidade em toneladas compradas, tanto pelas prefeituras que executam o programa e pela CONAB, e que irá interferir diretamente na organização produtiva dos agricultores.

A redução dos valores destinados ao programa no Brasil pode estar associada nos dias atuais com a recessão econômica que o país enfrenta atrelada a crise política estrutural promulgada a partir da queda da então Presidente da República Dilma Rousseff, bem como pelo conjunto de ações desenvolvidas pelo atual Presidente da República em exercício o senhor Michel Temer.

Correlato a isso, a distribuição orçamentária do PAA para o Nordeste seguiu o mesmo direcionamento da escala nacional, no entanto, apresentando um processo de recuperação entre os anos de 2014 e 2015 e passando a apresentar uma queda significativa para o ano de 2016, como pode ser visualizado no gráfico 02 a seguir.

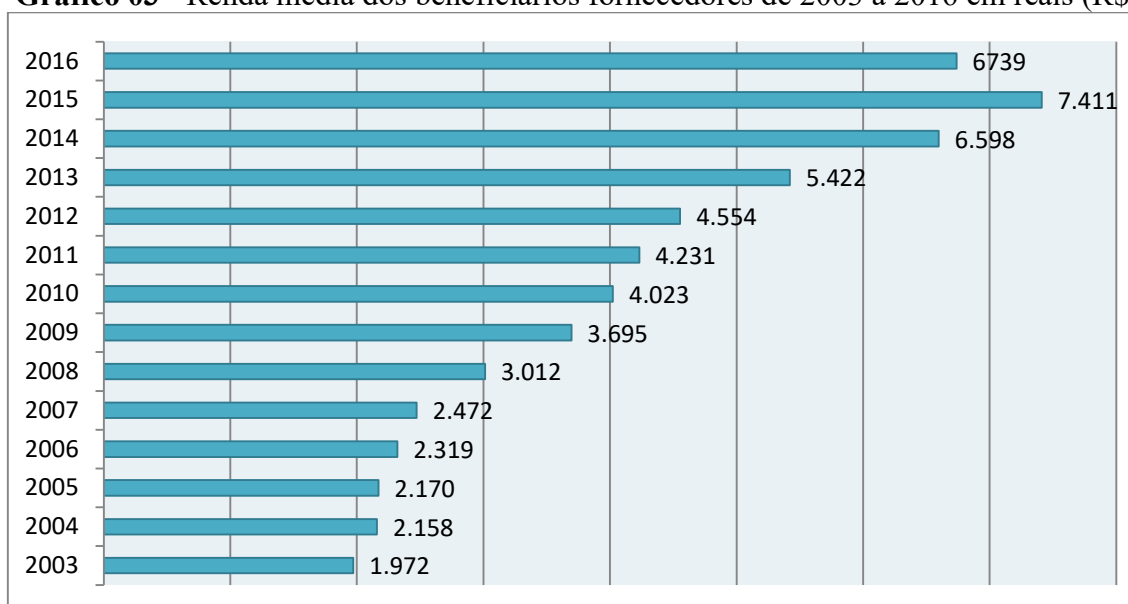
Gráfico 02 - PAA: distribuição orçamentária na região Nordeste, de 2003 a 2016, (em Milhões de reais).



Fonte: Conab, 2003/2016. Organizado por Sousa, 2017.

A relação existente entre os recursos disponibilizados para o programa no Brasil e para os estados (em destaque a região nordeste) afetam diretamente os beneficiários do programa quanto à aquisição de recursos com a venda dos produtos para o programa. No entanto, em relação à renda média dos beneficiários, os dados mantiveram-se crescentes desde o ano de sua criação e apresentando uma redução apenas para o ano de 2016, apresentados no gráfico 03 abaixo.

Gráfico 03 - Renda média dos beneficiários fornecedores de 2003 a 2016 em reais (R\$)



Fonte: Conab, 2003/2016. Organizado por Sousa, 2017.

2.6 – PAA: A participação da Mulher

A participação das Mulheres nas atividades agrícolas de produção e comercialização da produção não é um acontecimento que se manifesta nos dias atuais, mas já vem sendo executado desde os primórdios, em que a maior parte da atividade de colheita e processamento dos alimentos era realizada pela mão de obra feminina.

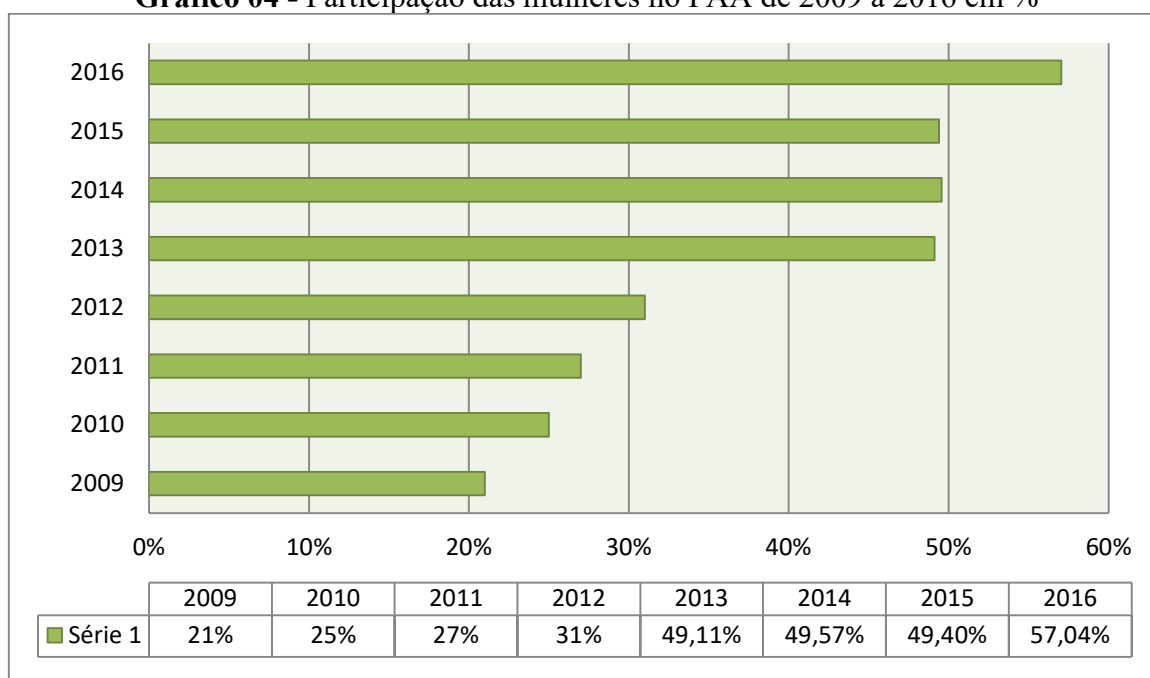
Isso é destacado na visão de Hevilásio (2009, p.05) quando destaca uma das teorias mais aceitas para o surgimento da agricultura no período Neolítico (10.000 a 5.000 A.C). Para o autor, “um grão caído na terra começa a germinar e, é observado em seu crescimento por algumas mulheres que estão coletando na área: aí temos, provavelmente, a base da transformação” (HEVILÁSIO, 2009, p.05). Com a agricultura, homem e mulher mudam suas atividades. As mulheres eram quem semeavam, colhiam e preparavam os alimentos. Os homens não participavam da produção, ficando com a criação de animais (pecuária).

Entretanto, ao longo dos períodos históricos, a mulher, foi sempre considerada como ajudante da família, trabalhando de forma gratuita, sem ter o reconhecimento do seu trabalho pela família e, até por ela, e do mesmo modo que pela esfera pública (MELO, 2002, p. 01).

A presença das mulheres rurais na produção agrícola familiar é um fato. Mesmo na invisibilidade, não se pode negar que elas estão ocupando terras, plantando, colhendo, e cultivando o desejo de ter uma terra livre e usufruí-la com seu trabalho. Presentes na casa, no quintal, na roça e na luta pela terra, as mulheres tiveram ainda de lutar pelo direito de serem reconhecidas como trabalhadoras (SALES, *apud* ALMEIDA et. al., 2014, p.3).

Percebamos que ao longo do tempo a mulher vem lutando por direitos e pelo seu espaço na sociedade, e isso é um fato que deve ser levado em consideração, tendo em vista os esforços realizados por estas durante o desenvolvimento da humanidade. Nas atividades agrícolas, bem como aquelas vinculadas ao PAA, elas vêm ganhando espaço e se tornando maioria nas atividades muitas vezes dominadas pela mão de obra masculina.

No ano de 2013 em que os projetos tiveram como condição a participação mínima de 40% de mulheres na condição de beneficiárias fornecedoras na modalidade CDS e 30% na CPR-Estoque, de acordo com a Resolução do Grupo Gestor do PAA nº 44/2011, houve um aumento da participação do público feminino nas atividades agrícolas do programa ao longo dos anos. Isso pode ser evidenciado a partir dos números referentes à participação das mulheres nas atividades do PAA entre os anos de 2009 e 2016, como podem ser verificado no gráfico 04 a seguir.

Gráfico 04 - Participação das mulheres no PAA de 2009 a 2016 em %

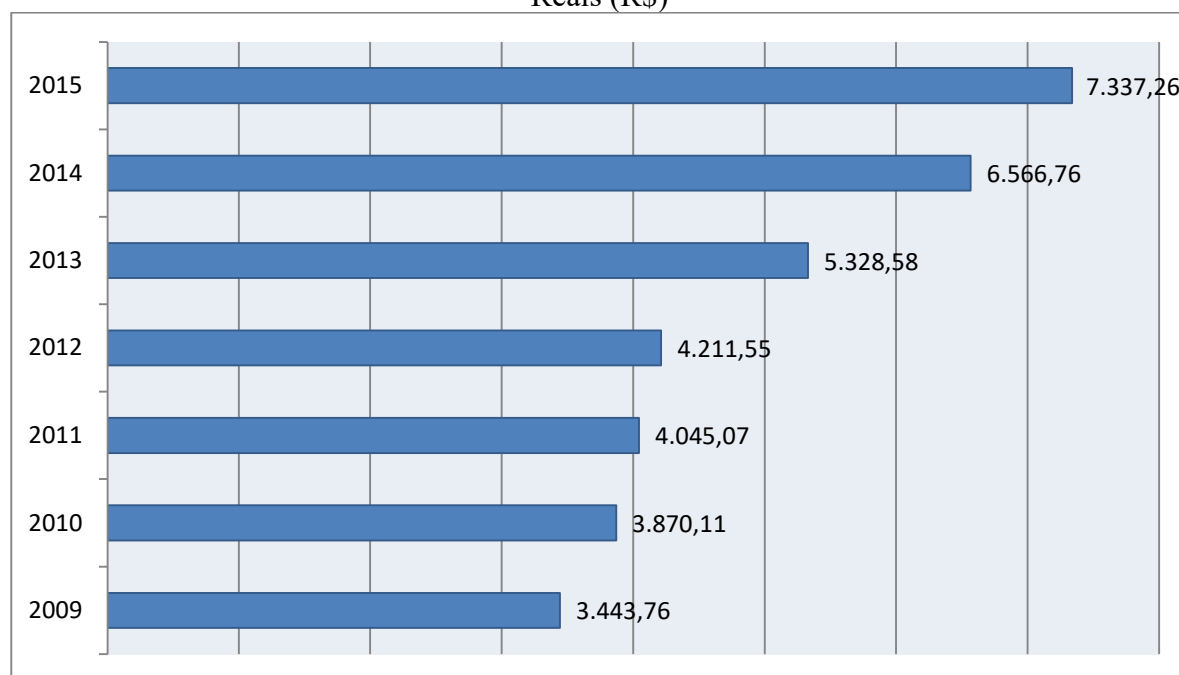
Fonte: CONAB, 2009/2016. Organizado por Sousa, 2017.

A partir dos dados apresentados no gráfico 04 podemos identificar que há um processo de crescimento na participação das mulheres no PAA, e isso vem se intensificando a partir do ano de 2009, antes mesmo da instituição da Resolução nº 44/2011 do Grupo Gestor do PAA no ano de 2013. Os dados aqui expressos representam a importância da participação da mulher na atividade agrícolas, como uma atividade central na produção e no desenvolvimento da agricultura familiar.

Para Gomes Jr et. al., (2013, p. 396), as mulheres assumem um papel importante não só no ato de cozinhar, mas na responsabilidade que possuem tanto no cultivo destinado à participação no mercado aberto a elas pelas políticas públicas, como o PAA, quanto no cultivo destinado à nutrição das suas famílias. Seus atos se inclinam para uma relevância marcante também na construção da soberania alimentar em nosso país.

Os dados representam essa evolução de maneira mais expressiva em relação à renda média das mulheres beneficiadas pelo programa entre os anos de 2009 e 2015 apresentadas no gráfico 05 a seguir.

Gráfico 05 - Renda média das Mulheres no PAA no Brasil entre os anos de 2009 e 2015, em Reais (R\$)



Fonte: CONAB, 2009/2016. Organizado por Sousa, 2017.

Compreendamos que o processo de evolução da renda média das mulheres tem crescido ao longo dos anos destacados, e isso de certa forma representa um ponto positivo para o desenvolvimento da atividade agrícola feminina no campo brasileiro. No entanto, devemos atentar para alguns dados, tomando com ponto de partida nesta análise a renda média dos beneficiários fornecedores de produtos para o PAA no Brasil, tendo em vista que estes apresentam valores mais elevados quando comparados com a renda média das mulheres para o mesmo período descrito.

A renda média das mulheres sempre apresenta valores inferiores à média nacional. Se levarmos em consideração no ano de 2015, a renda média geral no Brasil ficou em R\$ 7.411, já a renda média das mulheres ficou no patamar de R\$ 7.337, uma diferença de 0,99% que não é muito expressiva, mas que de certa forma representa uma realidade cultural da sociedade, de sempre atribuir valores menores às mulheres.

Entretanto, devemos levar em conta alguns fatores, nesses dados, como o volume de produtos produzidos e comercializados pelas mulheres e o valor atribuído aos produtos por região. Esses fatores podem influenciar diretamente na renda média dos produtores, tendo em vista que a quantidade comercializada irá definir a renda média destes, levando em consideração os dados em nível de Brasil.

3 – O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - PAA NO ESTADO DA PARAÍBA: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS - PB

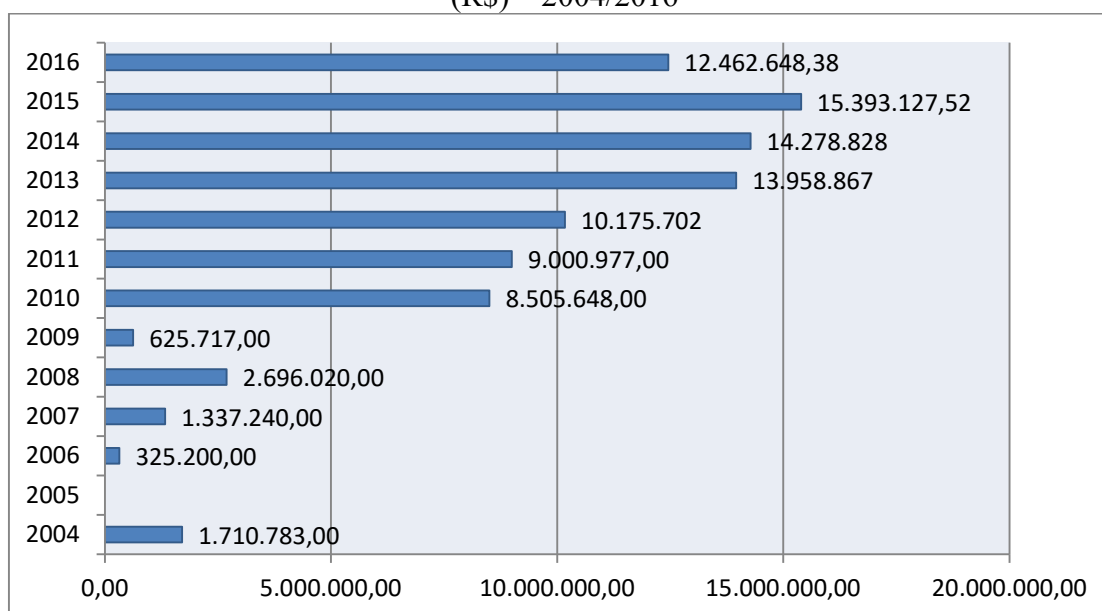
O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA passou a ser executado no estado da Paraíba no ano de 2004 com um investimento inicial de R\$ 1.710.783,04 para a aquisição de produtos da agricultura familiar com recursos do MDS. Desde esse até o atual momento, o programa apresentou alguns avanços, mas, em contra partida, sofreu também com percas em outros.

Os dados chamam a atenção para a especificidade da execução do PAA em diferentes localidades, dificultando, assim, a construção de avaliações generalizantes acerca do impacto do programa em termos de fortalecimento da agricultura familiar no estado (NASCIMENTO NETO, 2012, p. 19).

Sobre o processo de desenvolvimento do PAA é preciso destacar que diante de uma conjuntura política estrutural, correlata à distribuição de renda, e uma mudança ideológica na dinâmica das políticas públicas, o PAA se tornou uma política de assistência às comunidades rurais de modo local e regional e na promoção do desenvolvimento das comunidades rurais no estado da Paraíba.

Entre os anos de 2003 a 2011, de acordo com os dados da CONAB, houve um processo evolutivo da aplicação de recursos no estado da Paraíba, com destaque para os anos de 2006, 2007 e 2008 inicialmente destacados no gráfico 06 abaixo:

Gráfico 06 - Evolução dos recursos aplicados via PAA na aquisição de produtos na Paraíba (R\$) – 2004/2016



Fonte: CONAB, 2004/2016. Organizado por Sousa, 2017.

Ao analisar o gráfico 06, compreendemos que houve descontinuidade entre os respectivos anos destacados no gráfico. Entre os anos de 2010 até 2015 houve sempre um crescimento dos recursos destinados para o estado, e que, no entanto, vieram apresentar uma redução no ano de 2016. Um dos principais problemas para essa descontinuidade pode estar vinculado a não continuidade de crescimento ao longo dos anos, aos intervalos entre a finalização de um projeto e o início de outro e a demora na liberação dos recursos pelo MDS (NASCIMENTO NETO, 2012, p. 54).

Além disso, devemos atentar para um detalhe importante que é a periodicidade do ciclo dos projetos do PAA que geralmente são concluídos entre os meses de junho e julho. Após isso, as associações entram com novos projetos para serem executados no ano seguinte. Com o grande volume de projetos em fase de prestação de contas, isso reduz o número de projetos a serem aprovados no mesmo ano, tendo com isso um aumento dos recursos somente no ano seguinte. Desta forma, com a demora na liberação do recurso pelo MDS, isso dificulta o acesso dos agricultores ao PAA no estado da Paraíba.

Três pontos relevantes podem ser destacados aqui, que é o número de agricultores participantes do programa no estado, os recursos disponibilizados e a média da renda dos beneficiários. Os dados destacados no quadro 04 a seguir apontam para a variação média de renda, o número de famílias beneficiadas, bem como o total dos recursos destinados para o estado da Paraíba entre os anos de 2003 e 2011.

Cabe salientar que os valores destacados aqui quanto à renda média dos beneficiários é uma média geral e não se pode de maneira alguma ser representada com uma realidade aplicável para todo o estado, tendo em vista que são múltiplas as realidades e os espaços de produção de cada agricultor na Paraíba. Esses dados são apresentados no quadro 04 a seguir.

Quadro 04 - Número de famílias beneficiárias pelo PAA e a Renda média dos beneficiários por família/ano na Paraíba – 2003/2016.

Ano	Total dos Recursos MDA/MDS	Número de famílias agrícolas beneficiadas	Renda Média dos Beneficiários/ano
2003	-	-	-
2004	1.710.783,04	751	R\$ 2.278,00
2005	1.997.959,23	793	R\$ 2.519,49
2006	325.200,00	138	R\$ 2.356,52
2007	1.337.240,00	572	R\$ 2.337,83
2008	2.969.020,00	961	R\$ 2.805,43
2009	625.717,00	212	R\$ 2.951,49
2010	8.505.648,00	2.488	R\$ 3.418,00
2011	9.000.977,00	2.149	R\$ 4.188,45
2012	10.175.702	2.318	R\$ 4.389,86
2013	13.958.036	2.593	R\$ 5.382,96
2014	14.278.828	1.954	R\$ 7.307,48
2015	15.393.127,52	1965	R\$ 7.833,65
2016	12.462.648,38	1.574	R\$ 7.917,81

Fonte: Conab, 2005/2016. Organizado por Nascimento Neto, 2012 e Sousa, 2017.

Verificamos nos dados acima uma variação quanto à aplicação dos recursos do PAA, e também, no número de agricultores beneficiados pelo programa entre os anos de 2012 e 2016, ocorrendo uma redução significativa. Nesse sentido, os dados mostram uma situação de crescimento da renda dos produtores, no entanto, esse crescimento está diretamente correlato à redução do número de agricultores como também no aumento do repasse dos recursos no programa.

Essas variações até certo ponto podem representar um fator decisivo na entrada de agricultores familiares para o PAA, tendo em vista que os valores destinados à comercialização por agricultor/ano. Os valores podem representar um ponto positivo no processo, no entanto, o PAA ainda apresenta algumas questões que, de certa forma, podem comprometer ou dificultar o acesso dos agricultores ao programa. Dentre esses fatores, podemos destacar um processo de burocratização para acesso ao programa pelas entidades comunitárias nos editais de chamadas de projetos do PAA realizados pela CONAB.

Isso é um fato que pode ser destacado nos critérios de pontuação dos projetos de Compra com Doação Simultânea – CDS, realizados pela CONAB para o ano de 2017. Foi aberta a seleção de projetos para o PAA entre os dias 14 de junho a 14 de julho de 2017 pelo sistema do PAAnet. A seleção foi aberta para projetos de Compra com Doação Simultânea

(CDS) do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Nesse sentido, para a execução dos projetos,

O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) disponibilizou R\$ 50 milhões para o Programa, sendo 38,5 milhões para a modalidade CDS. O Grupo Gestor do PAA definiu que 60% da verba destinada à Compra com Doação Simultânea será destinada às regiões Norte e Nordeste. Cada organização fornecedora poderá apresentar apenas um projeto, com valor máximo de R\$ 320 mil e R\$ 8 mil por agricultor (CONAB, 2017b).

Retomando a questão vinculada ao processo de burocratização no acesso ao programa, “os projetos devem ser apresentados por meio de associações ou cooperativas com DAP jurídica” (CONAB, 2017c). Após isso, serão adotados alguns critérios de pontuação para cada projeto que for submetido ao sistema do PAAnet. São eles:

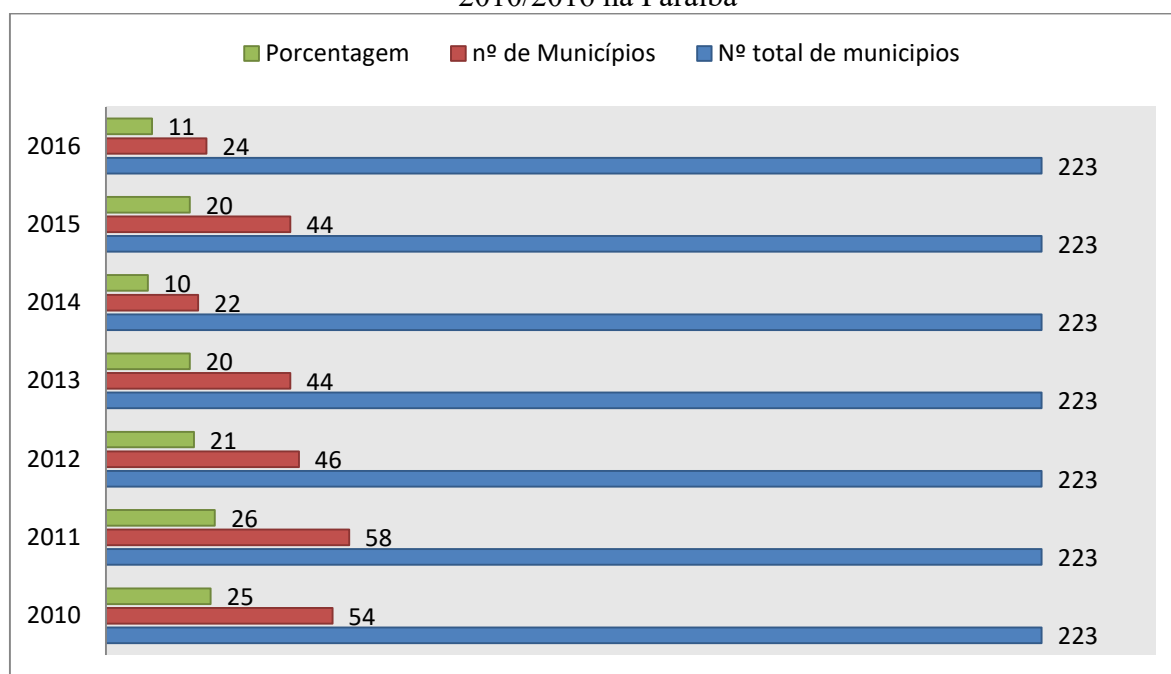
- 1 – Participação das Mulheres: •Propostas com 100% de mulheres (10 pontos); •Propostas entre 60% a 99% de mulheres (08 pontos); •Propostas abaixo de 60% de mulheres (06 pontos);
- 2 – Participação de PCTs e Assentados: •Propostas com 100% de PCTs ou Assentados (10 pontos); •Propostas de 60% a 99% de PCTs ou Assentados (08 pontos); •Propostas abaixo de 60% de PCTs ou Assentados (06 pontos).
- 3 – Mapa de Insegurança Alimentar e Nutricional: •Proposta em município de muito alta vulnerabilidade (10 pontos); •Proposta em município de alta vulnerabilidade (08 pontos); •Proposta em município de média vulnerabilidade (06 pontos);
- 4 – Valores dos projetos: •Projetos com valor até R\$ 50 mil reais (10 pontos); •Projetos com valor entre R\$ 51 mil a R\$ 100 mil reais (08 pontos); •Projetos com valor entre R\$ 101 mil a R\$ 200 mil reais (06 pontos); •Projetos acima de R\$ 201 mil reais (04 pontos);
- 5 – Logística - Unidade Recebedora: •Projetos que entregam para 1 Unidade Recebedora (10 pontos); •Projetos que entregam para 2 Unidades Recebedoras (08 pontos); •Projetos que entregam para 3 Unidades Recebedoras (06 pontos); •Projetos que entregam para mais de 4 Unidades Recebedoras (04 pontos).
- 6 – Produtores de alimentos orgânicos ou agroecológicos: •Propostas com 100% de Orgânicos (10 pontos) (CONAB, 2017c).

Então, estes são critérios que serão adotados para aprovação dos projetos do PAA na modalidade de Compra com Doação Simultânea não só para todas as Organizações da Agricultura Familiar, Associações e Cooperativas de todo o Brasil.

A participação dos municípios do estado da Paraíba no PAA apresentou variações significativas entre os anos de 2010 a 2016. Destacamos de imediato a baixa participação dos municípios no programa, a contar que apenas no ano de 2011 houve um número mais

expressivo de municípios assistidos em todo o estado da Paraíba, como pode ser visualizado no gráfico 07 abaixo.

Gráfico 07 - PAA: Número de municípios participantes do programa entre os anos de 2010/2016 na Paraíba



Fonte: CONAB, 2010/2016. Organizado por Sousa, 2017.

A partir da análise do gráfico 07, destacamos um ponto fundamental no processo de participação dos municípios da Paraíba, que é o seu percentual de cada ano para o período em destaque. É possível observar que a porcentagem não ultrapassou 30% nos sete anos em destaque, o que representa um baixo valor expressivo diante de tamanha expressão nacional e regional que o programa apresenta com os seus objetivos e finalidade.

Dentre elas, podemos destacar o primeiro que se propõe a “incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, incentivo ao processamento da produção e à geração de renda” (BRASIL, 2014). Diante disso, destacamos os municípios participantes do PAA no estado da Paraíba entre os anos de 2014 e 2016, bem como a sua distribuição por ano destacadas no quadro 05 a seguir.

Quadro 05 - PAA: Municípios Participantes entre 2014 e 2016⁵

Municípios	2014	2015	2016	Nº Participações
Alagoa Nova		a		1
Algodão de Jandaira		a		1
Alhandra	a	a	a	3
Araçagi		a	a	2
Areia	a	a	a	3
Barra de Santa Rosa		a	a	2
Boqueirão		a		1
Bananeiras	a	a		2
Cachoeira dos Índios		a		1
Caraúbas		a	a	2
Caturité		a		1
Condado		a		1
Conde			a	1
Congo	a			1
Cruz do Espirito Santo	a	a	a	3
Capim	a	a		2
Curral de Cima	a	a		2
Cuité	a			1
Esperança	a			1
Itabaiana		a		1
Itatuba		a		1
Jacaraú	a	a	a	3
Lagoa de Roça				
Lagoa Seca	a	a		2
Lucena	a			1
Mamanguape			a	1
Marí	a	a	a	3
Matinhas		a		1
Mogei		a		1
Monteiro		a	a	2
Nazarezinho	a		a	2
Nova Floresta	a		a	2
Patos		a		1
Pedras de Fogo		a		1
Picuí		a	a	2
Pitimbu	a	a	a	3
Prata		a		1
Queimadas		a		1
Remígio	a	a		2
Riachão do Poço	a			1
Rio tinto		a		1
Salgado de S. Felix		a		1
São Miguel de Itaipu		a		1
Santa Rita	a	a	a	3
São Bentinho		a	a	2
São Francisco		a		1
São João do Rio do Peixe	a	a	a	3
São João do Cariri		a		1
São José da Lagoa Tapada		a		1
São Sebastião do Umbuzeiro		a		1
São Sebastião de Lagoa de Roça	a	a	a	3
Sapé	a	a		2
Sousa		a	a	2
Sumé		a	a	2
Total	22	44	21	87

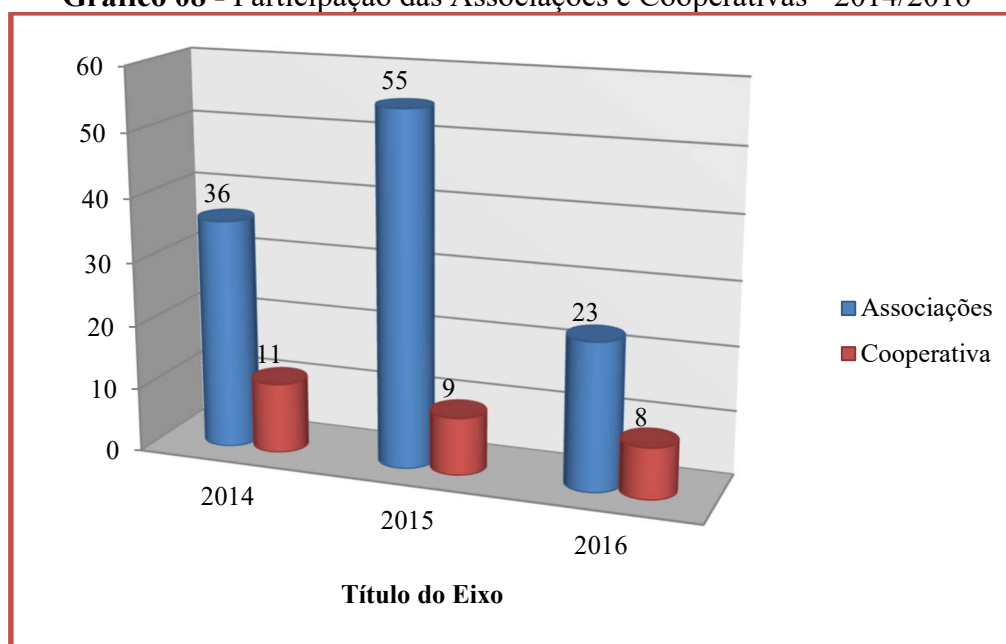
Fonte: Conab, 2014/2016. Organizado por Sousa, 2017.

⁵ A letra “a” representa os municípios participantes entre os anos de 2014 e 2016.

Destacamos aqui, a participação de apenas 54 municípios em todo o estado que efetivamente participaram do PAA na modalidade de compra com doação simultânea realizada pela CONAB. Este número representa apenas 24,21% dos municípios do todo o estado. Se tomarmos o seu número total de 223 municípios, perceberemos que estes números são extremamente baixos, tendo em vista os recursos destinados ao programa e também os objetivos e as finalidades que ele se propõe alcançar, isso, porque a região nordeste é a principal retentora de recursos do programa desde a criação do programa em 2003.

Salientamos um dado importante no programa que é a participação das associações e das cooperativas de agricultores, que têm uma função relevante para o desenvolvimento das ações do programa no fornecimento de produtos e no fortalecimento das atividades agrícolas no campo. Entre os anos de 2014 e 2016 houve uma participação intensiva no programa por parte das associações frente às cooperativas destacadas no gráfico 08 abaixo.

Gráfico 08 - Participação das Associações e Cooperativas - 2014/2016



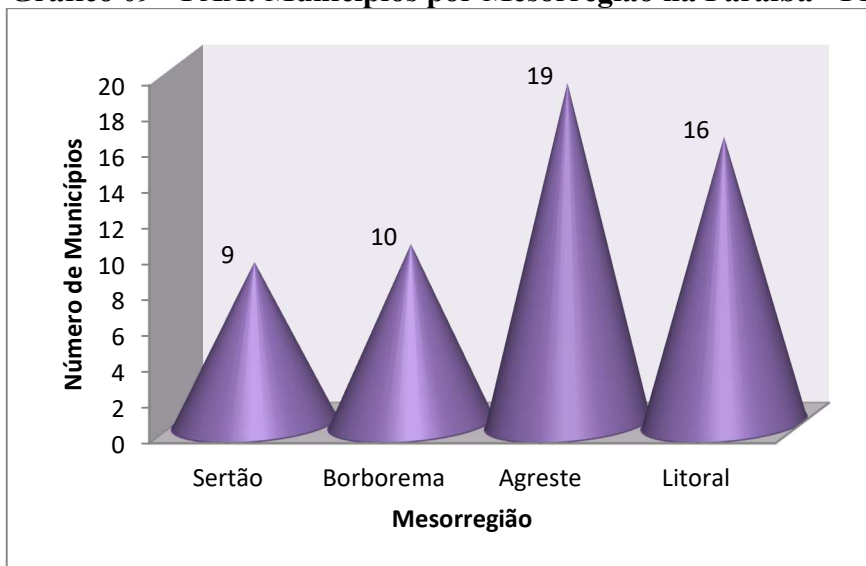
Fonte: Conab, 2014/2016. Organizado por Sousa, 2017.

Entre os anos destacados, o maior percentual entre as duas categorias ocorre no ano de 2015. No entanto, em 2016, houve um declínio acentuado da participação das associações em comparação com os dois anos anteriores. Já as cooperativas se mantiveram em um nível variavelmente estável. Essa redução é reflexo direto da redução dos recursos para o programa no ano de 2016, as questões climáticas que influenciaram bastante o desenvolvimento das atividades agrícolas e também pelo processo de recessão que passa o país nos dias atuais.

Todos estes fatores influenciam direta ou indiretamente não só o produtor como toda a sociedade.

Tomando como exemplo a participação dos municípios do sertão paraibano em relação as outras mesorregiões, perceberemos uma diferença significativa que é destacada no gráfico 09 abaixo.

Gráfico 09 - PAA: Municípios por Mesorregião na Paraíba - PB



Fonte: CONAB, 2014/2016. Organizado por Sousa, 2017.

Como podemos analisar, os dados apontam para uma maior participação dos municípios localizados nas mesorregiões do Agreste e do Litoral paraibano, representando um número de 35 municípios. Por outro lado, a participação no programa por parte do Sertão e Borborema fica bem abaixo em comparação com as duas outras mesorregiões, apresentando apenas 19 municípios participantes. Isso revela um ponto específico que é a necessidade de haver uma atuação mais consistente do programa não só em uma determinada mesorregião, e sim, em todo o estado, tendo em vista que o número de município participantes do programa ainda é baixo, tomando como exemplo o total de 223 municípios que compõe o estado.

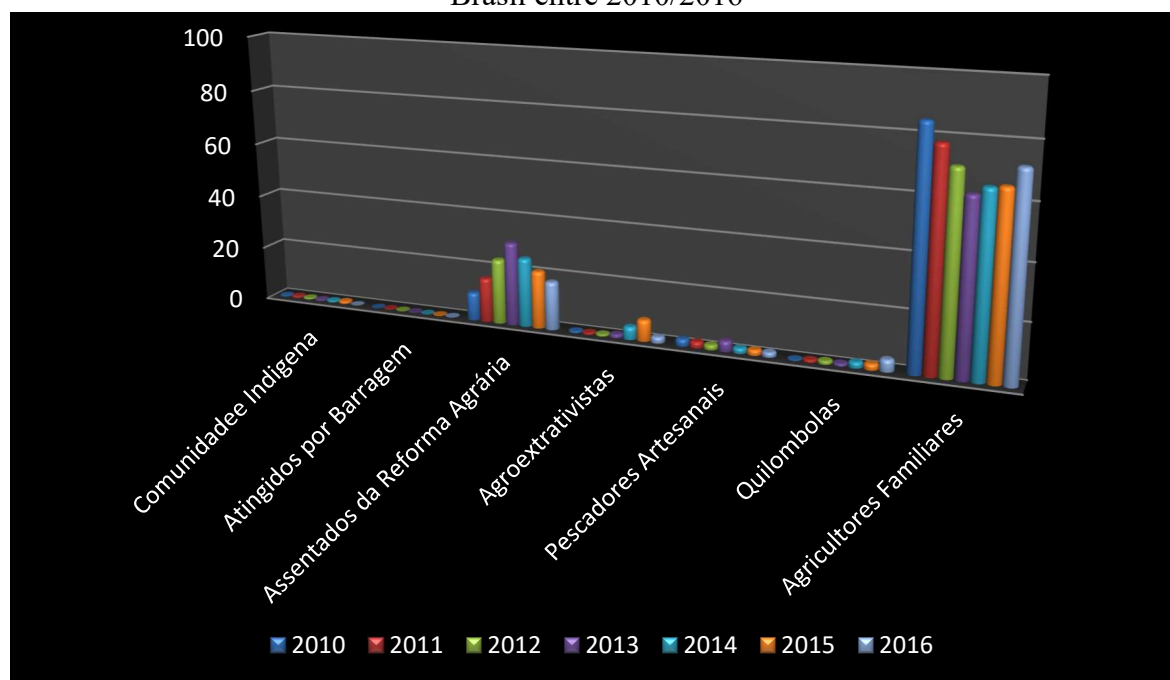
3.1 – A participação dos assentamentos rurais no Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

Correlato ao desenvolvimento das atividades do PAA no estado da Paraíba, destacamos também a importância da participação dos assentamentos rurais no fornecimento de produtos para as instituições beneficiárias receptoras cadastradas no programa.

De início damos ênfase à participação de um conjunto de categorias de beneficiários do PAA em âmbito geral e posterior destacamos os dados referentes à participação dos

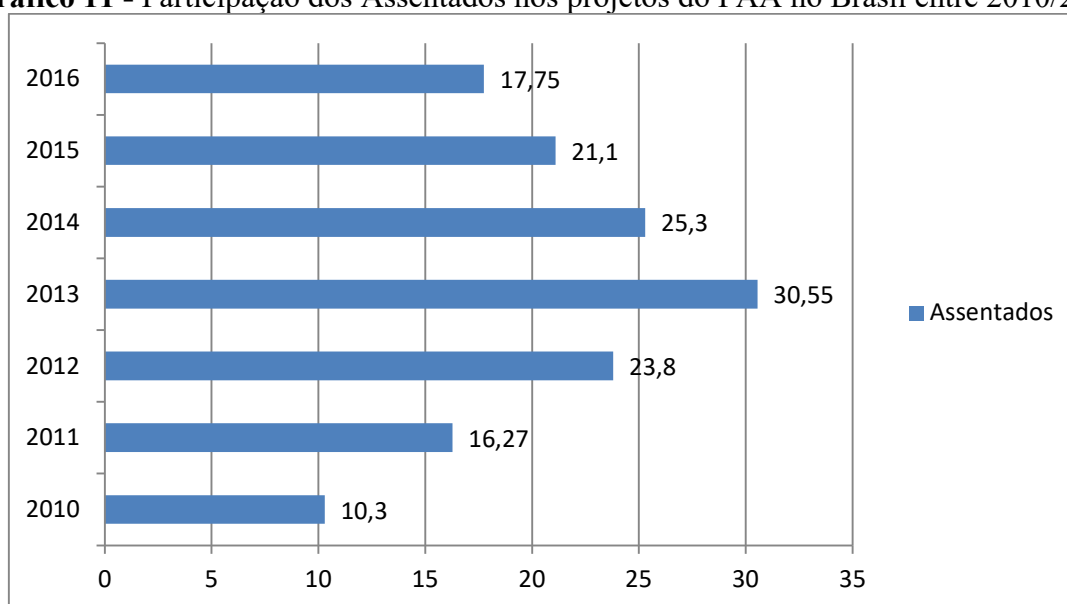
assentamentos rurais no estado da Paraíba. O gráfico 10 a seguir traz um panorama geral sobre a participação de comunidades de beneficiários fornecedores do PAA com projetos aprovados entre os anos de 2010 e 2016. Cabe salientar que dentre os grupos destacados há dois que apresentam maior participação no intervalo de anos destacado.

Gráfico 10 - Distribuição dos projetos do PAA por categoria de beneficiários fornecedores no Brasil entre 2010/2016



Fonte: CONAB, 2009/2016. Organizado por Sousa, 2017.

Como pode ser visualizado no gráfico 10, tanto os Agricultores Familiares quanto os Assentados de Reforma Agrária apresentaram os maiores índices frente aos demais grupos, se considerado o Brasil. De forma geral, a participação dos assentamentos rurais representa uma parcela significativa dos beneficiários fornecedores entre os anos de 2010 e 2016 apresentadas no gráfico 11 a seguir.

Gráfico 11 - Participação dos Assentados nos projetos do PAA no Brasil entre 2010/2016

Fonte: CONAB, 2009/2016. Organizado por Sousa, 2017.

O que podemos destacar aí é um processo de crescimento na participação dos assentados no PAA até o ano de 2013, e que vem tendo uma acentuada redução desde o ano de 2014 destacados no gráfico 11. Essa relação se reflete também no estado da Paraíba quanto ao número de beneficiários fornecedores participantes do PAA na categoria de agricultores familiares e também no número de assentados de reforma agrária apresentados na tabela 07 abaixo.

Tabela 06 - Beneficiários fornecedores participantes do PAA no estado da Paraíba entre 2010/2016 por categoria

Ano	Agricultura Familiar	Agroextrativistas	Assentados da Reforma Agrária	Atingidos por Barragem	Comunidade Indígena	Pescadores Artesanais	Quilombolas	Total
2016	932	105-	391	-	-	117	29	1.574
2015	1.309	142	391	-	-	89	34	1.965
2014	1.004	33	759	-	-	125	33	1.954
2013	1.509	9	587	-	-	453	35	2.593
2012	1.472	-	407	1	-	438	-	2.318
2011	1.650	1	154	2	-	307	35	2.149
2010	1.777	1	101	6	-	608	25	2.518

Fonte: CONAB, 2009/2016. Organizado por Sousa, 2017.

A perda do segundo lugar dos pescadores artesanais para os assentados de reforma agrária pode estar associada aos anos de estiagem, com baixa quantidade de chuva e recarga

dos reservatórios e mananciais. Estes fatos atuam como fatores condicionantes para o processo de desenvolvimento da atividade pesqueira no estado.

Por outro lado, nesta análise, cabe destaque a evolução do número de beneficiários, como os Agroextrativistas que mantiveram um crescimento constante até o ano de 2015, e retrocedendo no ano de 2016, processo que se manifesta em quase todos os demais grupos destacados. Cabe destaque a participação dos atingidos por barragens e também dos quilombolas, número bastante significativo para o estado.

Na Paraíba, o assentamento Massangana I, no município de Cruz do Espírito Santo (PB), o PAA exerce uma funcionalidade de base construtiva para a autoafirmação socioterritorial dos assentados, através da produção da agricultura familiar. De acordo com os dados do INCRA (2011), a perspectiva referente ao ano de 2010 para 2011 os assentados obtiveram um aumento significativo de recursos financeiros, pois,

o assentamento Massangana I, no município de Cruz do Espírito Santo (PB), (...) diversifica a produção e vai fornecer, este ano, R\$ 242 mil em alimentos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). O valor mais do que dobrou com relação ao ano passado, quando as 54 das 138 famílias do assentamento, reunidas na Associação dos Produtores do Assentamento Massangana I, tiveram uma receita de R\$ 115 mil com a venda de alimentos à Conab, eliminando a figura do atravessador.

A partir dessa relação política pública e a produção agrícola dos assentados, observamos que há existencialmente uma funcionalidade das ações governamentais no que se refere aos incentivos à agricultura familiar. De acordo com o INCRA (2011) por meio de entrevista realizada com a assentada de codinome “C.K.” do referido assentamento, ela aponta um dos principais problemas iniciais para o desenvolvimento de políticas e programas nesse território. Ela destaca que:

A desunião das famílias assentadas era uma grande barreira para o desenvolvimento da comunidade. Mas o trabalho da equipe de assistência técnica em fortalecer os grupos produtivos e proporcionar renda, sobretudo para as mulheres, vem colhendo frutos. O maior deles foi a adesão das assentadas ao trabalho coletivo. Isto vem sendo trabalhado nos últimos três anos pela equipe de assistência técnica, tendo como primeiros resultados a formação e a solidificação dos grupos de mulheres, que começaram com 14 integrantes e agora já somam 30 (Assentada C.K.).

O PAA além de possibilitar o desenvolvimento comunitário dos assentamentos, proporciona a inserção da mulher na atividade produtiva, isto é um aspecto positivo para os

assentamentos, pois, estas passam a inserir novas atividades produtivas para atender o mercado consumidor. No ano de 2011, a participação das mulheres no assentamento era realizada com 30 integrantes que forneceram 6.561 quilos de bolos e 3.745 quilos de doces em quatro meses, totalizando cerca de R\$ 54 mil dos R\$ 242 mil totais do PAA para a comunidade (INCRA, 2011). Destacamos que a maior parte da produção do assentamento tem como principais produtos o feijão verde, macaxeira, inhame, mamão, banana, maracujá, batata doce, limão e milho.

No Assentamento Oiteiro de Miranda – no município de Lucena no ano de 2012, o programa atendeu 44 famílias. Com esse número, a comunidade conseguiu consolidar um montante de R\$ 180 mil reais para o ano de 2012. Vale salientar que com o projeto de ampliação tinha-se a perspectiva para se alcançar um montante de R\$ 278 mil reais, envolvendo 58 famílias no ano de 2013 (INCRA, 2012).

Já para o ano de 2014, foi verificado no assentamento Nova Aurora, além do PAA, a inserção do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como mecanismo de fortalecimento da economia na comunidade assentada. De acordo como os dados eles faturaram, só com a prefeitura de Pedras de Fogo, em 2013, R\$ 286 mil reais.

De acordo com o INCRA (2014), em um relato de uma agricultora do assentamento Gurugi II, que fala sobre a importância do papel das ações socioterritoriais do PAA, ao afirmar que “hoje, minha família é composta por seis pessoas e que consegue tirar dos quatro hectares de terra no assentamento uma renda acima de R\$ 8 mil por mês. Nós conseguimos isso, através da venda de doces, macaxeira e outras culturas” (D.P.S.).

A partir disso, é preciso compreender que as ações vinculadas a essa política, estão direcionadas à promoção do desenvolvimento de atividades produtivas de base familiar. Entretanto, nem sempre estas ações passam a contribuir de forma positiva em todos os espaços de atuação do programa no cenário nacional. Assim, é preciso atentar para algumas questões que já foram colocadas aqui como a burocratização do processo de acesso ao programa, dificultando a inserção do agricultor familiar, das associações, entidades e/ou instituições que possam promover o desenvolvimento das atividades rurais, tendo como objetivo a promoção da melhoria de renda das populações rurais, bem como no bem estar social.

3.2 – O PAA no município de Cajazeiras

O processo de desenvolvimento do Programa de Aquisição de Alimentos no município de Cajazeiras é dinâmico, tendo em vista as particularidades locais, como também a

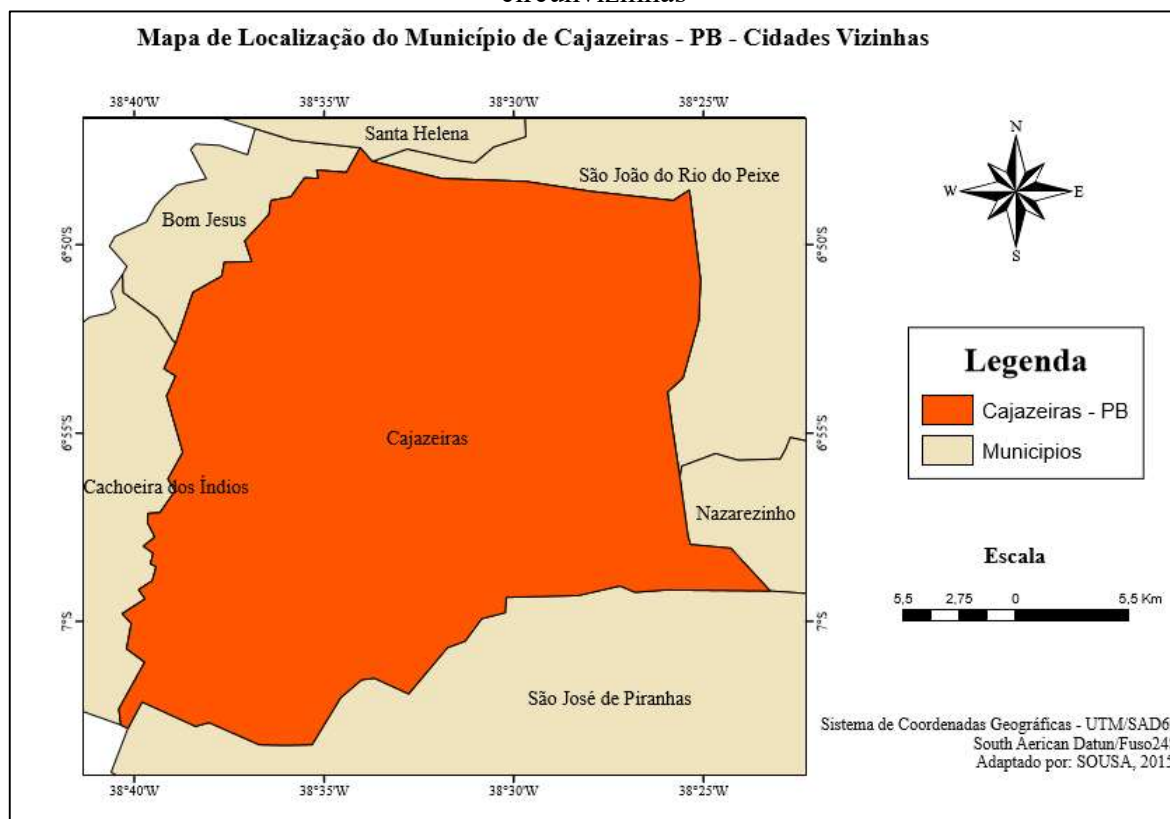
organização estrutural das ações executadas pelo PAA ao longo dos anos. Para entendermos esse aspecto devemos nos atentar para um ponto relevante que é a caracterização da área de estudo, pois as características locais da região irão influenciar a oferta de determinados produtos, a quantidade e a variedade destes. Assim, damos ênfase no item a seguir que tratamos sobre a caracterização geográfica da área de estudo, destacando suas principais características.

3.2.1 – Caracterização Geográfica da Área objeto de Estudo

O município de Cajazeiras encontra-se localizado no Oeste do Estado da Paraíba, estando localizado na mesorregião do sertão paraibano (constituída por 83 cidades distribuídas em sete microrregiões), sendo que a cidade de Cajazeiras está localizada na microrregião do Alto Sertão paraibano (MASCARENHAS et. al., 2005, p. 02).

O município apresenta seus limites territoriais delimitados a Oeste com Cachoeira dos índios e Bom Jesus, ao Sul com São José de Piranhas, a Noroeste com Santa Helena, a Norte e Leste com São João do Rio do Peixe e a Sudeste com Nazarezinho destacadas no mapa 03 abaixo.

Mapa 03 - Localização e limites territoriais do município de Cajazeiras com as cidades circunvizinhas



Fonte: Sousa, 2016.

O município foi criado pela lei nº 92 de 23 de novembro de 1863 e instaurado em 23 de novembro de 1864. De acordo com o último censo do IBGE, a comunidade possui uma população de 58.446 habitantes, apresentado uma área de 565,889km². A cidade contém cerca de 17.279 domicílios particulares e permanentes, destes 14.017 são abastecidos pela rede geral de água e 13.664 dispõem de serviço de coleta de lixo (IBGE, 2010). No setor de saúde o serviço é prestado por 59 estabelecimentos de saúde. A educação conta com o concurso de 114 estabelecimentos de ensino (IBGE, 2010).

O município encontra-se inserido no domínio do “Polígono das Secas” e está situado na Longitude 38° 32’ Oeste e Latitude 6° 47’ Sul, apresentando um clima semiárido quente e seco ou Aw’, denominado de clima tropical chuvoso Koppen (1956 *apud* MASCARENHAS et. al., 2005).

As variações térmicas médias ficam em tornos de 24° C e 29° C, com uma amplitude térmica em torno de 5° C com ocasionais picos mais elevados, principalmente durante a estação seca. Os meses mais frios correspondem a junho e julho e os mais quentes são outubro, novembro e dezembro (IBGE, 2012).

De acordo com o levantamento exploratório-reconhecimento de solos do Estado da Paraíba, (SEPLAN, 1997) o município de Cajazeiras tem uma constituição geológica formada basicamente por três tipos de solos: o NC 01 que corresponde a classe dos solos Brunos não Cálcicos⁶; o RE 18 e 21⁷ que correspondem a classe dos solos Litólicos Eutróficos e; o V4 que corresponde aos Vertissolos.

A vegetação do município apresenta uma vegetação do tipo Caatinga que se encontra na área de influência do clima semiárido quente e seco, passando a desenvolver uma vegetação totalmente adaptada ao respectivo tipo de clima. De acordo com Ross (2008, p. 176):

A caatinga propriamente dita é uma mata que perde suas folhas durante a estação seca. Apenas o juazeiro, que possui raízes muito profundas para capitar água do subsolo, e algumas palmeiras não perdem as folhas. As plantas da Caatinga estão adaptadas às condições climática e possuem várias

⁶ são solos minerais pouco profundos [...], não hidro mórficos, com argila de atividade alta, estróficos com horizonte A de consistência dura [...], quando secos, estrutura maciça [...], seguida por um horizonte B pouco espesso realçado pela cor vermelha, usualmente com mudança textual abrupta (entre o horizonte A e o B), estrutura em blocos bem desenvolvidos [...].

⁷ O RE 18 apresenta horizonte A fraco, textura arenosa e/ou média, fase pedregosa e rochosa, caatinga hipoxerófila, relevo forte ondulado e montanhoso, substrato gnaisse e granito e afloramento de rocha (SEPLAN, 1997). Já o RE 21 contém horizonte A fraco, textura arenosa, fase pedregosa e rochosa, caatinga hiperxerófila, relevo suave ondulado, substrato gnaisse e granito (SEPLAN, 1997).

adaptações dos tecidos que ajuda a perder menos água por transpiração. Plantas xeroformicas apresentam folhas grossas, coriáceas e pilosas. As folhas são mais miúdas e muitas têm forma de espinhos, como diversos tipos de cactos.

A rede de drenagem é do tipo intermitente e seu padrão é predominantemente dentrítico (que lembra as nervuras de uma folha vegetal). Devido à existência de fraturas geológicas, as estruturas revelam-se com variações para retangular e angular. Os riachos e demais cursos d'água que drenam a área, são de pequeno porte e constituem afluentes da denominada Bacia do Rio do Peixe (MASCARENHAS et. al., 2005).

A geomorfologia predominante na área encontra-se delineada por um relevo incluso na denominada “Planície Sertaneja”, a qual constitui um extenso pediplano arrasado, durante o Ciclo Paraguaçu de King (1956), onde localmente se destacam elevações residuais alongadas e alinhadas com o “trend” da estrutura geológica regional (MASCARENHAS et. al., 2005, p. 04).

O município de Cajazeiras é caracterizado pela forma de dissecação C, denominadas de convexas, pois apresentam relevo de topo convexo com diferentes ordens de grandezas e de aprofundamento de drenagem separadas por vales em “V” e eventualmente por vales de fundo plano (RADAMBRASIL, 1981).

3.3 – O processo de desenvolvimento e a dinâmica estrutural do PAA no município de Cajazeiras – PB

No contexto atual de formação e estruturação do PAA em nível local, a partir de uma análise e compreensão de sua dinâmica regional e nacional, compreendemos que ele se apresenta de distintas formas da atuação nas múltiplas realidades no cenário brasileiro, tendo em vista as particularidades e singularidades regionais e dos grupos que o programa se propõe alcançar.

É nesse contexto que damos ênfase ao município de Cajazeiras – PB, por estar localizado numa área estratégica entre os estados do Ceará - CE, Rio Grande do Norte – RN, Pernambuco – PE e ao próprio estado da Paraíba, na sua polarização da Microrregião do Alto Sertão e Sertão paraibano. Por ser caracterizado como um polo Microrregional na área de Ensino (Licenciatura; Bacharelado), seja na área de formação de professores, na formação de tecnólogos, na formação de profissionais da área da saúde, da construção civil, de programação tecnológica, da área de esporte, jurídicas, farmacêuticas, filosóficas e advocacia, destacamos que isso tem uma funcionalidade local no processo de desenvolvimento local, a partir dos múltiplos campos do conhecimento.

Então, é nesse contexto, que damos ênfase as realidades locais, principalmente ao trabalhador rural, por meio das ações do PAA desde a sua criação, implantação e desenvolvimento local. Compreendemos que dentro do modelo atual de desenvolvimento regional e local, as ações das políticas ou programas públicos que visam atender a uma camada da sociedade são essenciais, tendo em vista promover o desenvolvimento das comunidades locais como também são propícias na criação de ciclos produtivos de comercialização de produtos advindos da agricultura familiar. Desta forma, contribuindo para o processo de desenvolvimento social, produtivo e financeiro das famílias contempladas pelo programa, em especial, destacamos a nossa área de pesquisa, o município de Cajazeiras - PB.

Nas palavras de Schmitt (2005, p.83), “a criação do PAA, em julho de 2003, sinaliza um novo estágio no que se refere às políticas de fortalecimento da agricultura familiar, particularmente no que diz respeito à questão da comercialização em sua relação com as temáticas do abastecimento e da segurança alimentar e nutricional”. E isso é o que passamos a discutir especificamente com maior ênfase neste trabalho destacando a participação das comunidades rurais e também dos assentamentos no município de Cajazeiras, apresentando as comunidades rurais atendidas pelo PAA como também apresentamos as instituições assistidas pelo programa.

3.3.1 – O PAA e as Comunidades Rurais no Município de Cajazeiras - PB

Desde a sua criação no ano de 2003, o PAA vem se transformando em um instrumento favorável no processo de desenvolvimento das comunidades rurais no cenário nacional, isso é o que apontam algumas pesquisas direcionadas a esse grupo. Isto é destacado por Camargo et. al., (2012) em um estudo correlacionado ao PAA em um assentamento como área de estudo, em que foram verificados aspectos importantes inerentes ao programa.

Um ponto a ser destacado é que após a implementação do programa, foi possível constatar significativas transformações de caráter qualitativo no assentamento. Houve mudanças nos sistemas de produção, na organização social dos agricultores, na forma de exploração dos lotes e na segurança alimentar das famílias.

Essa passagem dá ênfase a uma realidade modificada de forma positiva dentro do processo de desenvolvimento das comunidades em consonância com as ações do PAA. Isso também pode ser evidenciado no município de Cajazeiras – PB, a partir de alguns dados

relativos à aplicação das ações do programa em escala local, principalmente, a partir do ano de 2006, ano que fora implantado o PAA no município (Dados do Portal da Transparência).

De acordo com dados do portal da transparência, verificamos que há apenas quatro anos em que são apresentados os dados de domínio público com disponibilização de recursos destinados para atender os produtores rurais na forma de aquisição de alimentos por meio do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.

Quanto aos valores dos convênios firmados, estes não apresentaram significativas mudanças estruturais quanto aos valores comercializados durante os anos de 2009 e 2012. Verificamos que ocorreu uma mudança significativa quanto aos valores comercializados apenas entre os anos de 2006 e 2009, o que não se perpetuou para os anos seguintes. Isso pode ser verificado no quadro 06 a seguir em que apresentamos os dados referentes aos anos e os valores comercializados até o ano de 2012 (Portal da transparência).

Quadro 06 - Recursos destinados à agricultura provenientes do PAA no município de Cajazeiras - PB⁸

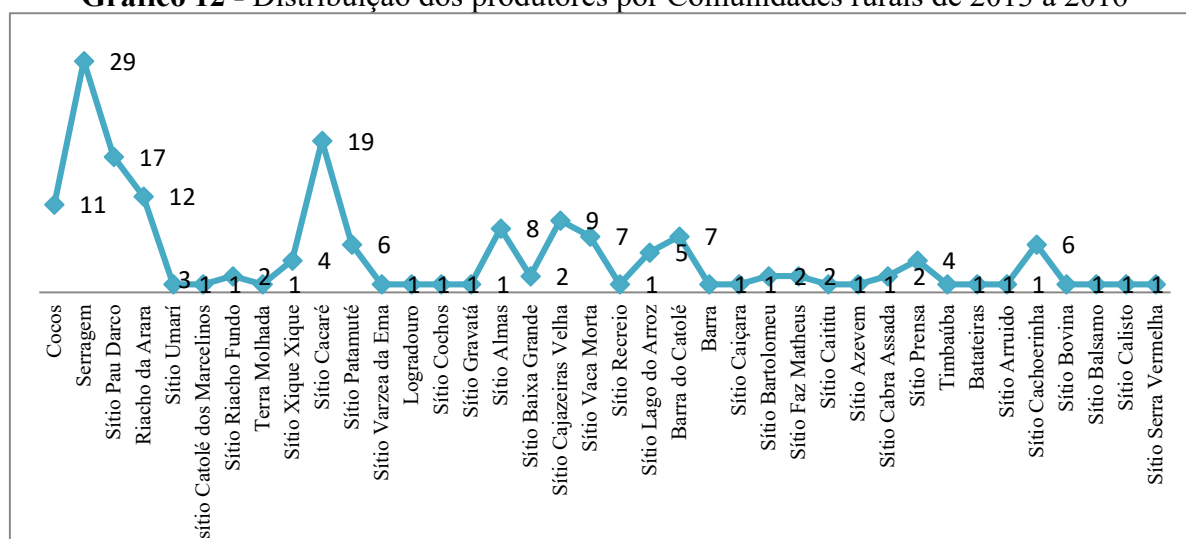
Ano	Recursos PAA
2006	324.000,00
2009	447.562,18
2010	447.562,18
2012	447.562,18

Fonte: Portal da Transparência, 2016 – Organizado por: Sousa, 2017.

Durante o período de execução do programa para os anos supracitados no município, cabe salientar que por meio ao acesso aos contratos, bem como pela quantidade de produtos a serem adquiridos, o PAA representaria um fator importante no desenvolvimento da agricultura familiar, bem como dos assentados de reforma agrária presentes no município.

Essa relação também pode ser evidenciada pelo número de agricultores e comunidades rurais participantes no município apresentados no gráfico 12 a seguir.

⁸ Houve a participação do município de Cajazeiras – PB no PAA entre os anos de 2013 a 2016. No entanto, não informações documentais sobre os valores comercializados pelo programa nos respectivos anos, tendo em vista que esses valores não constam no portal da transparência, e tão pouco foi encontrado os projetos do PAA com os recursos destinados a compra de produtos advindos da agricultura familiar.

Gráfico 12 - Distribuição dos produtores por Comunidades rurais de 2013 a 2016

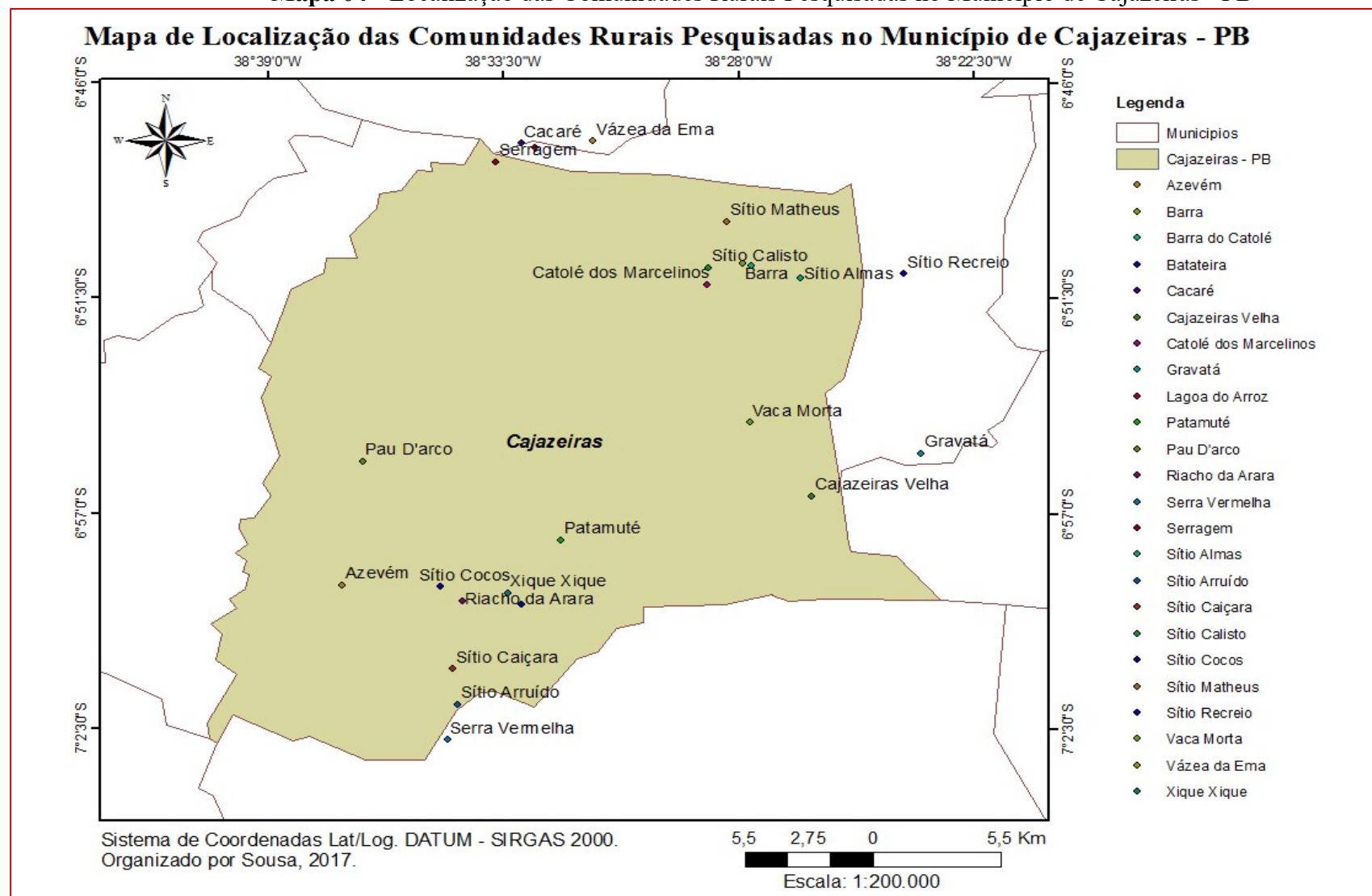
Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Humano. Organizado por Sousa, 2017.

Como pode ser evidenciado no gráfico acima, destacamos que há um processo de variação do número de comunidades e também de participantes, destacando-se o sítio serragem com 29 beneficiados, o sítio Cacaré com 19 e o sítio pau d'arco com 17 produtores participantes entre os anos de 2013 e 2016.

Em relação ao número de participantes do sítio serragem e cacaré, devemos levar em consideração a presença de um projeto irrigação do governo do estado (o perímetro das Várzeas da Ema) o que pode estar associado ao número de agricultores participantes, tendo em vista a localidade dispor de condições favoráveis a produção local.

Um aspecto relevante que consideramos em nossa análise é a distribuição dos fornecedores de produtos do PAA no município de Cajazeiras. No mapa 04 a seguir, realizamos uma espacialização das comunidades rurais participantes programa entre os anos de 2013 e 2016.

Mapa 04 - Localização das Comunidades Rurais Pesquisadas no Município de Cajazeiras - PB



Fonte: Sousa, 2017.

Nesse sentido, destacamos que a participação dos produtores rurais no PAA é um ponto positivo. Logo, a espacialização do mapa 04 nos direciona a compreender que no referido município há um processo de buscar contemplar os mais variados produtores, dentro da modalidade executada durante os respectivos anos de 2013 a 2016.

Além da participação dos beneficiários produtores, devemos considerar aqueles assistidos, pois há um processo concomitante entre os produtores beneficiários e os assistidos pelo programa. No quadro 07 a seguir, são apresentadas as instituições assistidas, os anos de participação, bem como a quantidade de pessoas atendidas pelo PAA.

Quadro 07 - Instituições Assistidas pelo PAA.⁹

Instituições	2013	2014	2015	2016	N.P.A.
Abrigo Lucas Zorn	a	a	a		NC
APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais			a	a	69
Associação Comunitária Arte e Vida	a	a	a	a	80
Associação Comunitária Bairro Esperança	a	a	a	a	80
Associação Comunitária Barra do Catolé	a	a	a	a	NC
Associação Comunitária Barroso da Silva	a	a	a		NC
Associação Comunitária Conjunto Mutirão	a	a	a	a	80
Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais do Sítio Vaca Morta			a	a	16
Associação Comunitária Rural de Azevém	a	a	a		NC
Associação Comunitária Sítio Patamutê		a	a	a	77
Associação Comunitária Bairro São José	a	a	a	a	80
Associação das Antigas Alunas Doroteias	a	a	a		NC
Associação de Ampara ao Idoso de Rua Joca Claudino			a	a	25
Associação de Desenvolvimento Comunitário do Distrito de Divinópolis	a	a	a	a	NC
Associação de Moradores da Fazenda Queimadas	a	a	a		NC
Associação de Moradores do Sítio Almas	a	a	a		17
Associação de Moradores Novo Horizonte			a	a	93
Associação de Moradores Sítio Pau D'arco	a	a	a	a	16
Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Cajazeiras – ASCAMARC	a	a	a		80
Associação dos Moradores do Bairro Tecedores				a	68
Associação Sítio Riacho Fundo	a	a	a		NC
CAPS – II	a	a	a		NC
Centro de Atenção para Alcoólicos e Drogas	a	a	a		NC
Clube de Mães Maria Pereira	a	a	a	a	80
Conferência de São Vicente de Paula	a	a	a		83
Creche Francisca Leandro de Sousa	a	a	a		16
Creche Nossa Senhora da Piedade	a	a	a		80
Emeief Augusto Bernadinho de Souza	a	a	a		21
Emeief Antônio de Sousa Dias		a	a		NC
Emeief Antônio Tabosa Rodrigues – CAIC	a	a	a		80
Emeief Colégio Crispim Coelho	a	a	a		80
Emeief Colégio Matias Duarte Rolim		a	a		80
Emeief Costa e Silva	a	a	a		80
Emeief Eliza Bezerra Leandro	a	a	a		NC
Emeief Francisco Arcanjo de Albuquerque	a	a	a		NC
Emeief Gabriel Lucindo Pereira		a	a		NC
Emeief Irmã Nirvanda Leite Rolim	a	a	a		80
Emeief José Antônio do Nascimento	a	a	a		17
Emeief José Antônio Dias	a	a	a		NC
Emeief José Cosmo de Abreu	a	a	a		16
Emeief José Daniel de Sousa	a	a	a		NC
Emeief Maria Guimaraes Coelho	a	a	a		NC
Emeief Vitoria Bezerra	a	a	a		80
Fundação Luiz Antônio Bezerra – FLAB	a	a	a		76
Fundo Municipal de Assistência Social - FMS - Crass I	a	a	a		73
Fundo Municipal de Assistência Social - FMS - Crass II	a	a	a		NC
Igreja Apostólica Rio de Água da Vida – IARAV	a	a	a		50
Igreja Pentecostal de Jerusalém	a	a	a		NC
Instituição de Ajuda Passo Certo	a	a	a		NC
Lar dos Idosos Grupo Espirita Kardecista o Reencontro	a	a	a		NC
Nossa Senhora da Soledade	a	a	a		NC
União das Igrejas Evangélicas Congr. Do Brasil	a	a	a		NC

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Humano, 2013-2016. Organizado por Sousa, 2017.

⁹ A letra “a” está representando as instituições que foram assistidas nos respectivos anos destacados e “NC” significa que não constam dados sobre o total de pessoas atendidas pelas instituições assistidas pelo PAA.

Desta forma, é preciso destacar que devemos levar em consideração nesse processo, a dinâmica estabelecida entre as ações proposta pelo programa, como também as relações de comercialização entre produtor e as entidades que realizam a compra das mercadorias mediante convênios firmados em escala municipal, como também estadual. No que concerne aos produtos comercializados, estes variam desde produtos hortigranjeiros, mel e hortaliças, levando em consideração os produtos regionais e produtos que são ofertados pelos produtores rurais locais durante o período de inscrição e cadastro para fornecimento de produtos ao programa de ordem municipal.

Quanto à participação do programa em escala estadual, cabe salientar que a CONAB realizou suas ações por meio da modalidade PAA/Doação Simultânea entre os anos de 2014 a 2016. Sobre as operações de projetos executados pela regional da Paraíba há uma abordagem estatística sobre as unidades fornecedoras, as unidades receptoras de produtos e, também, o número de indivíduos assistidos pela unidade entre os anos de 2014 e 2016 (ver anexos a, b, c e d).

Nesse sentido, a participação de agricultores tem se mostrado positiva ao longo dos anos. Isso pode ser verificado nos dados disponibilizados pela Secretaria de Desenvolvimento Humano do Município de Cajazeiras – PB, verificados na tabela 08 onde destacamos o número de agricultores fornecedores de produtos ao PAA, entre os anos de 2013 e 2016¹⁰. Verifica-se uma mudança estrutural quando o número de produtores entre os respectivos anos, variando com números significativamente maiores e menores de produtores no intervalo supracitado.

Tabela 07 - PAA: Beneficiários Fornecedores no município de Cajazeiras entre os anos de 2013 e 2016

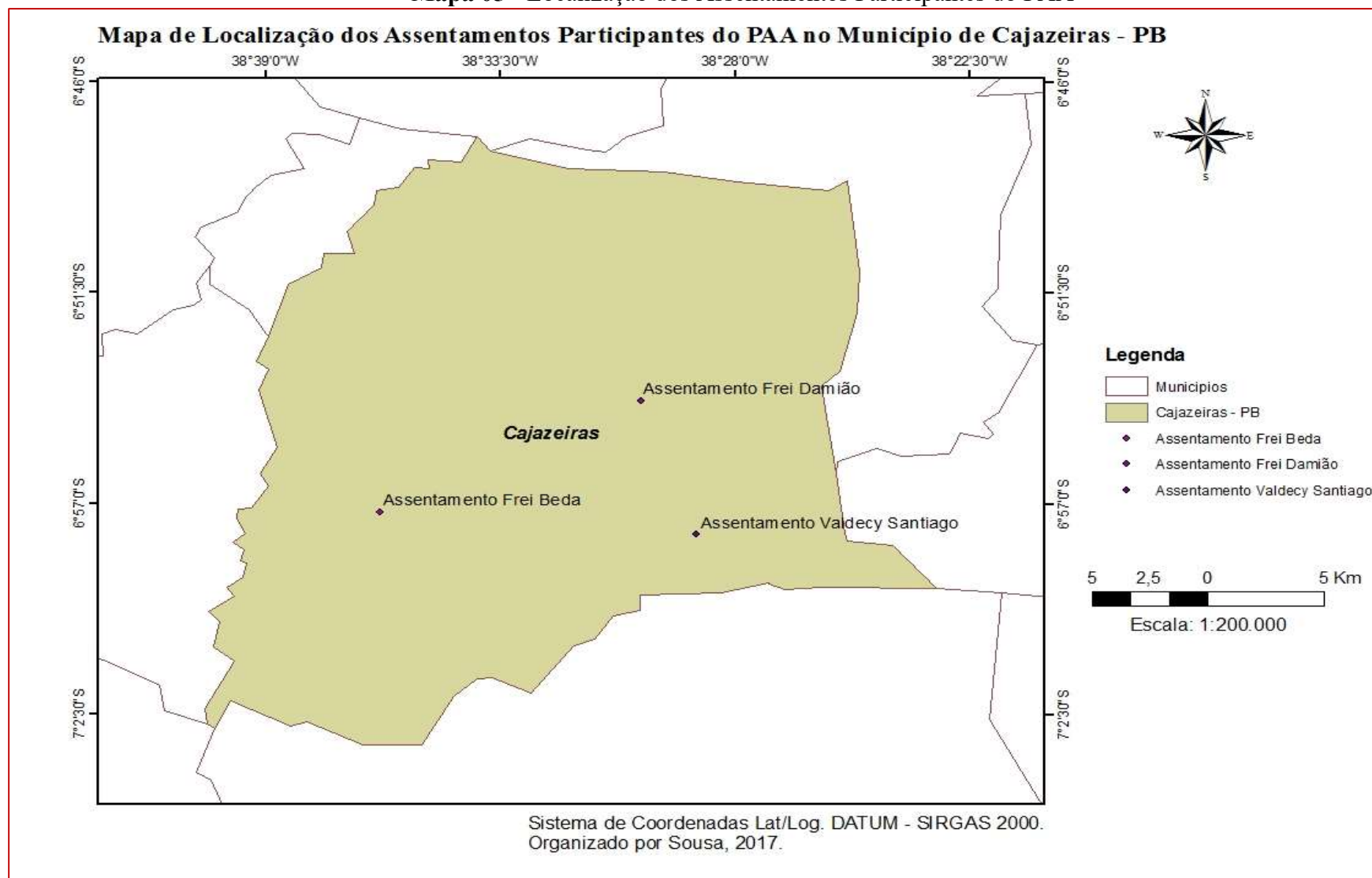
Ano	2013	2014	2015	2016
Total	68	115	92	58

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Humano. Organizado por Sousa, 2017.

¹⁰ Não apresentamos os dados referentes aos anos anteriores (2006; 2009; 2010; 2011 e 2012) por não encontrarmos registros documentais, mas destacamos a fala da Coordenadora no item 3.4 que traz um diálogo que retrata as questões sobre o número de produtores e o processo de credenciamento do programa e as questões que dificultaram o processo de desenvolvimento do PAA para o período de 2009 a 2012. Também é destacado pela coordenadora o número de agricultores participantes e os valores comercializados no Programa. Cabe salientar que entre os anos de 2011 e 2012 não houve registros documentais significativos dos produtores e dos produtores comercializados (2011 – dois registros e 2012 apenas 1 registro). Entre os anos de 2013 a 2016, há presença de registros comprobatórios que trazem as fichas dos produtores, o volume comercializado e os valores pagos por cada produto, tendo como unidade de referência o Kg. No entanto, não se verificou nesses registros um valor total aplicado pelo Programa por ano, por isso, não apresentamos os valores comercializados pelo Programa para o período destacado no município de Cajazeiras – PB.

A partir desse contexto, é preciso destacar também a participação dos produtores rurais assentados nesse processo de fornecimento de produtos a fim de atender a demanda local que o programa se propõe alcançar anualmente. Ao tratarmos da situação dos assentamentos, a partir de nossas pesquisas, destacamos que de acordo com a coordenadora da CAAASP, houve uma participação dos assentamentos no programa, mas não ocorreu de forma intensa.

No entanto, quando fomos tratar sobre as questões documentais no acervo do município, não obtivemos êxito quanto aos registros. De acordo com a coordenadora, participaram do programa apenas três assentamentos (Frei Damião; Frei Beda e; Valdecy Santiago) que são especializados localmente através do mapa 05 a seguir.

Mapa 05 - Localização dos Assentamentos Participantes do PAA

Fonte: Sousa, 2017.

Dos três destacados, damos ênfase ao assentamento Valdecy Santiago, que durante o período de 2013 a 2016, houve apenas um produtor rural cadastrado no programa no município de Cajazeiras – PB. De acordo com informações adquiridas junto à coordenadora da Central de Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano – CAAASP, Dona Nelsa, houve um crescimento significativo das comunidades assentadas com a participação dos assentados junto ao PAA no município.

Segundo Dona Nelsa (2017) o PAA “funcionava com a elaboração de um projeto pela EMATER que cadastra o agricultor e os produtos ofertados, as entregas eram semanais e o pagamento deveria se mensal, mas atrasa (sic) até 6 meses”. Essa é umas das dificuldades enfrentadas tanto pela Coordenadora como também pelos assentados que são contemplados pelo direito de fornecer produtos para PAA no município. É nesse contexto que Dona Nelsa (2017) corrobora ao afirmar que:

Já fiz parte do programa PAA, mas a burocracia atrapalhou muito, hoje não forneço mais, participei de 2007 a 2015, se não houvesse desvio de finalidade seria a filosofia do programa é nota 10. Eu só entregava mel para o PAA, o restante vendo para fora do estado (atravessador).

E, ainda de acordo com a coordenadora ao apontar os problemas na atuação do PAA junto às comunidades assentadas, enfatiza que dentro do processo de desenvolvimento do programa há um histórico de problemas que devem ser levados em consideração. São elencados por ela quatro pontos e apresenta três sugestões quanto à aplicação dos recursos do programa no município¹¹.

1ª fraudes (produtor cadastra determinado produto, no dia da entrega, não tem o produto, compra na feira convencional e entrega); 2ª Agricultores que fornecem suas DAPs e empresta o nome para terceiros que não são agricultores que fornecerem produtos; 3ª não há por parte do município uma fiscalização no controle de qualidade; 4ª Os agricultores não são visitados onde produzem. Sugestões: Visitas aos locais de Produção; Fiscalização e controle de produção 100% agroecológico (Dona Nelsa, 2017).

¹¹ Durante a realização da pesquisa junto a Emater, como também na Secretaria de Desenvolvimento Humano não obtivemos êxito quanto aos registros anteriores aos anos de 2011. De acordo com as informações prestadas por funcionário coordenador do PNAE da Emater, os projetos do PAA sempre foram realizados por parte da prefeitura na antiga secretaria de desenvolvimento social que passou a se chamar de Secretaria de Desenvolvimento Humano. Essas informações não foram adquiridas tendo em vista um fator limitante, a mudança de gestão municipal, o que na maioria das vezes os documentos referentes à atuação de secretarias não são arquivadas no fim do mandato eletivo. Não foram encontrados “arquivos mortos” arquivados em área específica ou depósito para estes materiais. Esses fatos impossibilitam ter uma análise e compreensão criteriosa da atuação do PAA no Município de forma efetiva, por não termos acesso a um conjunto de arquivos que são de suma importância para as análises do fenômeno estudado, tendo em vista que o programa foi instituído no município a partir do ano de 2006.

A participação dos assentamentos no PAA tem se mostrado de forma lenta, tendo em vista que de acordo com as informações prestadas pela Coordenadora das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano – CAAASP, (Dona Nelsa), um fator importante que dificulta o processo de desenvolvimento das ações ligadas à participação de assentados junto ao programa, se manifesta pela burocratização do processo de parcelamento no fornecimento dos produtos para as entidades, gerando assim vários custos, principalmente o de locomoção para entrega dos produtos, como também pela demora no processo de pagamento dos produtos comercializados pelos assentados.

Desta forma, verifica-se aí uma questão particular direcionada diretamente ao programa, o que tem levando muitos agricultores a deixarem de comercializarem seus produtos agrícolas com o programa no município de Cajazeiras - PB.

Para se ter ideia, um filho de agricultor assentado que trabalhava na produção de hortaliças para comercialização junto ao PAA, em uma conversa nos apresentou um relato importante sobre a comercialização de seus produtos. Para ele, a proposta estabelecida dentro do contexto regional é fundamental para os produtores, tendo em vista que o programa, em sua essência, busca promover o desenvolvimento de comunidades rurais a partir da produção agrícola, como também tem por objetivo promover o crescimento social e econômico do produtor rural. No entanto, o processo de comercialização dos produtos em parcelamento da produção como também a dificuldade de receber os pagamentos são fatores que tendem a desmotivar a participação dos assentados no programa.

De acordo com ele, a participação junto ao PAA só representaria uma vantagem efetiva, quando o volume da produção a ser comercializada for elevado e que possa expressar de fato uma vantagem, e isso só ocorreria em um período de grande oferta de um mesmo produto, o que tenderia a diminuição do preço desse produto no mercado. Isso pode ser expresso na chamada lei da oferta e da procura.

Como foi destacado no início deste trabalho, a participação dos assentamentos ao PAA foi firmada por três assentamentos (P.A Frei Damião; P.A Valdecy Santiago e; P. A Frei Beda) de acordo com dados da CAAASP. Segundo Dona Nelsa, a participação dos assentamentos não ocorreu de forma intensa, tendo em vista que o programa não representou uma mudança efetiva como imaginavam os assentados.

De acordo com um profissional da CAAASP que realizam o acompanhamento dos assentamentos no município de Cajazeiras, ele relatou um processo de resistência quanto ao programa, pelos assentados, tendo em vista que o mesmo até então não representaria um

ponto positivo no processo de desenvolvimento das atividades rurais, como também para o crescimento econômico e social das famílias participantes do programa.

No assentamento Valdecy Santiago, ainda existia a presença de um agricultor que realiza o fornecimento de produtos para o PAA no ano de 2016. Este produtor não realizava somente o fornecimento da produção para o PAA, mais também realizava a comercialização com o PNAE¹², como também para a feira agroecológica e supermercados, além de realizar a produção para o próprio consumo.

3.4 – O funcionamento e a visão dos responsáveis pelo Programa de Aquisição de Alimentos em Cajazeiras – PB

Dentro do contexto de formação e estruturação do PAA em Cajazeiras, compreendemos que a participação dos responsáveis pela organização e aplicação do programa se tornam mecanismos fundamentais à efetividade do crescimento e o desenvolvimento das comunidades rurais, pois, a atuação dos profissionais que realizam o acompanhamento de todo o processo é que irão direcionar o andamento do programa.

Nesse sentido, buscamos através de entrevistas, ter uma visão contextualizada quanto à aplicação do programa no município e correlacionando isto com alguns pontos como: a geração de renda; a destinação da produção; as formas de transporte dos produtos e; quanto às formas de pagamento. Nesta pesquisa, foi entrevistada (Roteiro de entrevista - apêndice B) a antiga Coordenadora do PAA (2009-2012). Cabe aqui salientar que o PAA entre os anos de 2009 e 2012 foi executado na modalidade de Compra Direta Local da Agricultura Familiar – CDLAF, e entre 2013 e 2016, Compra com Doação Simultânea – CDS.

Inicialmente, questionamos a antiga coordenadora sobre a importância do programa para o município. A entrevista nos direcionou a dois pontos distintos: o primeiro, o incentivo à produção e; o segundo diz respeito à retirada da figura do atravessador entre o agricultor e o consumidor.

Quanto ao critério de seleção dos agricultores, para o ano de 2009, um dado deve ser levado em consideração. O projeto para ser aprovado teria que ter 126 agricultores cadastrados. No entanto, não houve um processo propriamente dito em relação aos critérios,

¹² 58 **Lei nº 11.947/2009**: Determina a utilização de, no mínimo, 30,00% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE para alimentação escolar, na compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações. Os beneficiários da Merenda Escolar são alunos da educação infantil (creches e pré-escolas), do ensino fundamental, da educação indígena, das áreas remanescentes de quilombos e os alunos da educação especial, matriculados em escolas públicas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, ou em estabelecimentos mantidos pela União, bem como os alunos de escolas filantrópicas, em conformidade com o Censo Escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP no ano anterior ao do atendimento.

pois de início, o programa foi iniciado com apenas 16 produtores, e isso só foi possível a partir da autorização da coordenadora de Brasília, uma vez que, no primeiro momento, não se conseguia alcançar o número mínimo de 126 agricultores para que o programa pudesse ser iniciado, mesmo tendo divulgação nos meios de comunicação. Em virtude disso, o programa veio a funcionar apenas em setembro de 2010, com um ano de atraso.

A pergunta seguinte foi: quais foram os produtos adquiridos pelo programa? Nos foi respondido que: “eram adquiridos aqueles que os produtores afirmavam que tinham para vender no ato da inscrição. No município só não foi adquirido o Leite”. Já em relação ao transporte dos produtos, isso ficava a critério dos produtores e também pelas instituições e pessoas assistidas pelo Programa.

Indagamos na entrevistada sobre as formas de distribuição dos produtos adquiridos pelo PAA. Segundo ela, “a metade ficava para as escolas e as creches, tendo um responsável que realizava a distribuição. A outra metade era dividida entre as outras instituições cadastradas” (Dodô). Quanto às instituições assistidas, a ex-coordenadora afirmou que “o programa tinha uma filosofia da seguinte forma: o produtor produz, o governo compra e doa e as pessoas se alimentam. Quem são essas pessoas? pessoas com níveis de vulnerabilidade baixa. São essas pessoas aptas a serem beneficiadas por esses programas sociais”. Essa distribuição foi realizada inicialmente nas escolas municipais e creches e posteriormente para outras instituições, como a Fundação Luiz Antônio Bezerra¹³ e a Fundação São Francisco de Assis.

Nas palavras da ex-coordenadora,

no desenvolvimento do programa, eu fui percebendo que as escolas já tinham recursos destinados especificamente para a merenda escolar como o PNAE, e fui saber de Brasília se teria como distribuir esses alimentos para outras instituições, isso só foi possível através do banco de alimentos. Inserimos instituições religiosas católicas e evangélicas, o Seminário, o Carmelo, os Crass, associações de bairros, o tiro de guerra, CREAS, e o CCA (Dodô, 2017).

Ela afirmou que não houve perdas de produtos, pois,

na segunda recebia frutas e legumes, na terça recebia carne e verdura. Na terça já era dividindo e distribuindo logo em seguida. A carne tinha que ser abatida no município. A parte que sobrava era distribuída a pessoas carentes

¹³ Instituição filantrópica sem fins lucrativos. Desenvolve as atividades com apoio de colaboradores, mantida através de doações e oferece atividades e curso como oficinas de caratê, capoeira, aula de música, de dança, curso de biscoito e pintura em cerâmica.

que chegavam pedindo e também aos funcionários voluntários que não eram contratados e recebiam de certa forma através de cestas com produtos (Dodô, 2017).

Quando questionada se o programa tinha gerando renda, nos foi respondido que sim, principalmente, por ter tido incentivo ao agricultor, pois “alguém que não plantava passou a plantar, e três grupos no município compraram equipamentos para processamento de fruta para fazer polpa. Já outros que realizavam a produção de um determinado produto passaram a diversificar a produção. Um produtor que plantava apenas banana, com o compra direta, foi plantar feijão, macaxeira, pimenta, pimentão, cebolinha, batata doce, coentro e, nos dias atuais já se tem plantio de goiaba em partes altas na Serragem”. Na pergunta seguinte, foi questionado sobre os valores pagos aos produtos. De acordo com ela,

o programa tinha um plano de trabalho, e neste ele determinava todo o funcionamento do programa. Um das exigências tinha que ser comprado pelo preço da CONAB, e um problema que ocorreu foi que quando cheguei com a tabela da CONAB ficava tão distante o preço, que não compensava o produtor, pois depois da primeira reunião com os produtores, quem participou pediu para tirar o nome da lista. Liguei para Brasília para se informar sobre essa questão, e lá foi informado que só poderia ser realizado pela tabela da CONAB que tem uma resolução que estabelece (Dodô, 2017).

Nesse sentido, o problema referente aos preços dos produtos do PAA no município de cajazeiras só foi solucionado por não existir a Conab no sertão. Após isso, foi autorizada a realização de uma pesquisa de preço em três estabelecimentos comerciais com CNPJ para receber autorização para serem comprados os produtos pelos preços locais pela coordenadora de Brasília.

Já em relação às formas de pagamento, ela nos afirmou que:

devido ao número pequeno de funcionários, era realizado da seguinte forma: recebíamos as mercadorias durante as três primeiras semanas e na quarta semana parávamos para realizar o pagamento. Funcionava assim: a prefeitura entrava com uma contrapartida para pagar dois prestadores de serviços: um técnico agrícola e um encarregado de campo. O pagamento era feito com cheque, e sem seguida foi criada uma secretaria de controle interno no município. Houve duas mudanças, uma na parte do município e outra o governo federal. Na parte do governo mudou, que não poderia mais pagar em cheque, teria que realizar uma transferência da conta do programa para a conta do produtor, e com isso, os produtores tiveram que abrir uma conta corrente no Banco do Brasil, e com a exigência de ser uma conta corrente diferenciada, uma conta específica para programas sociais em que o produtor não paga anuidade. Já a mudança na prefeitura, a gente teria que fazer o relatório mensal (Preço dos produtos, quais os produtos, quem vendeu,

quantos venderam) com o valor de cada produtor. Isso era enviado para a contabilidade da prefeitura, para ela colocar o número do empenho de cada produtor. Em seguida isso era retornado para a coordenação do PAA, de posse do número do empenho seguia-se para a coletoria para fazer a nota fiscal de cada produtor, que era pago, por cada produtor, 10 reais por cada nota na coletoria estadual. Para facilitar o processo, foi delegado uma pessoa na coordenação do programa para fazer as notas fiscais de cada produtor. Depois, em mão de todas as notas, enviávamos um ofício para a secretaria de controle interno para avaliação e autorizava o pagamento, que era enviado para a secretaria de finanças autorizando a transferência do recurso para a conta do produtor (Dodô, 2017).

Uma questão fundamental que deve ser destacada foi à aplicação de uma taxa de 17% sobre a carne e os derivados do leite pelo estado da Paraíba, medida que ia contra a lei federal que retira todos os impostos sobre os produtos destinados a programas sociais. Esse problema foi solucionado tendo em vista a atuação da coordenadora na retirada dessa taxa aplicada pelo governo de estado.

Em seguida, demos a oportunidade para a coordenadora expressar as suas dificuldades e sugestões que a mesma enfrentou quando esteve à frente do programa. Ela relatou que as principais dificuldades estavam na falta de um local adequando com equipamentos; contratação de técnicos da área para fazer o acompanhamento; pessoas para capacitar o produtor nas atividades práticas de produção; transporte; materiais para suporte nas atividades; SICONV – Sistema de Convênio do Ministério de Planejamento, em que era realizada a consultoria no município de Patos e que realizava todo o processo de elaboração de projeto. No entanto, quando a proposta era aprovada não tínhamos um suporte, seguíamos por conta própria. De acordo com a coordenadora,

No sistema você vai executando e cadastrando, só que a pessoa que foi capacitada para executar o processo não realizou. No município não tinha ninguém habilitado no município para realizar o processo. Foi encontrado uma pessoa em Poço Dantas. A pessoa foi contratada e começou a cadastrar apenas nos sábados até às 11 horas. Isso começou a ser executado já na segunda contrapartida de recursos destinados ao programa, e que ainda não estava cadastrado no sistema. O resultado final é que o programa está na justiça, tendo em vista que foi executado uma média de 800 mil e só conseguimos cadastrar 400 mil e sobrou 457 mil reais. A documentação foi toda enviada para Brasília através de relatórios semestral e trimestral (Dodô, 2017).

E ainda continua afirmar que:

O convênio foi firmado para 36 meses no ano de 2009, no entanto, como o programa foi iniciado com um ano de atraso, e já estávamos no ano de 2012,

e já tinha entrado a terceira parcela na contra do programa, foi pedido um aditivo de prazo para execução dos recursos. Foi aprovado o aditivo de prazo, e não foi informado para a coordenação, e já tinha sido aprovado em 17 de outubro de 2012. Só teria mais de 2 meses e duas semanas para executar o programa e entregar a nova gestão, e por conta que os produtores já terem encerrado a cota anual da Dap (4.500 na época), o processo não pôde ser executado, dentro do novo plano de trabalho, seria necessário encontrar novos produtores, e nesse caso não teria como executar os recursos no curto período de tempo. Fiz um ofício e retirei o extrato bancário e enviei para Brasília afirmando que o programa estava sendo encerrado com mais de 500 mil reais na conta (Dodô, 2017).

Já em relação às Sugestões, os principais pontos estão centrados na existência de um local adequado com equipamentos, contratação de técnicos da área para fazer o acompanhamento; que o programa tenha um percentual dos recursos que seja destinado a ter um suporte para o desenvolvimento do programa, e capacitação das entidades que serão receptoras dos produtos.

Quando indagada se o programa é suficiente para atender os produtores do município, ela foi expressiva ao enfatizar que “o programa não é suficiente, isso é um ponto negativo. A pior parte desse programa é que o produtor pode fornecer só 4.500 e hoje 6.500, se o PNAE é 20.000 mil¹⁴. Se um produtor pudesse fornecer 20 mil, você pode ter certeza que o povo iria aproveitar até as beiradas de riacho para plantar”. Portanto, a visão da coordenadora aponta para um processo de mudanças que possam ser instituídas para o melhor desenvolvimento do programa no município, para o desenvolvimento e o crescimento dos produtores rurais.

3.5 – PAA: caracterização e a visão dos beneficiários

O perfil dos agricultores fornecedores beneficiários do programa de aquisição de alimentos está centrado nos anos de 2013 a 2016¹⁵, tendo em vista que o projeto de execução do PAA para o ano de 2017 foi aprovado apenas no mês de julho do corrente ano. Assim, não teríamos condições e espaço de tempo suficiente para realizar um acompanhamento das atividades produtivas, bem como de todo o processo de fornecimento e doação dos produtos

¹⁴ Valor máximo a ser pago aos produtores pela aquisição de produtos para o PAA como também para o PNAE ao ano.

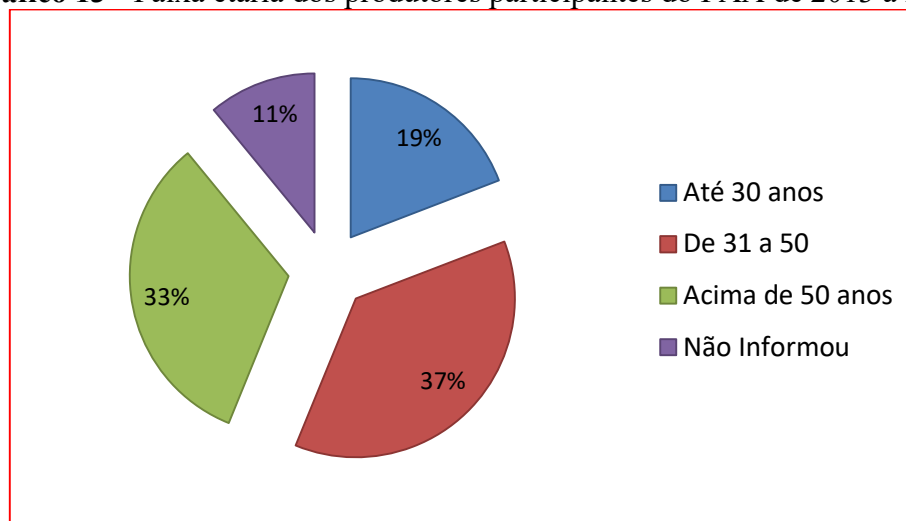
¹⁵ Ao todo, o número de agricultores fornecedores de produtos cadastrados entre os anos de 2013 e 2016 foram de 185 (ver anexo E). Deste total, nem todos foram encontrados para aplicação de questionário (Não residiam na localidade; se mudaram para cidades circunvizinhas; Realizaram o Cadastro, mas apenas forneceu da DAP para que outra pessoa colocasse os produtos em seu nome, o que não caracterizava o agricultor como fornecedor de alimentos para o programa, tendo em vista que o mesmo apenas emprestou o nome. Estes se negaram a responder o questionário, bem como outros que não foram encontrados, tendo em vista que boa parte dos produtores das localidades é conhecida por apelido, e isso dificultou a aplicação dos questionários). Do total de produtores pesquisados, para esta pesquisa trabalhamos com 73 questionários válidos.

comercializados com o programa. Os dados aqui destacados dão ênfase a Modalidade de Compra com Doação Simultânea – CDS.

De início, damos ênfase à faixa etária dos beneficiários fornecedores (Roteiro do questionário – Apêndice A). Os dados apontam para um maior percentual de agricultores com média de idade entre 31 e 50 anos, perfazendo 37% do total de entrevistados. Já os produtores são acima dos 50 anos representaram 33%. Destacamos 19% dos agricultores de até 30 anos e 11% dos entrevistados não quiseram informar a idade.

A predominância de produtores com idade acima dos 30 anos é uma questão que deve ser levada em consideração, tendo em vista que esse fator está diretamente relacionando com a questão da posse a propriedade. Ver gráfico 13 a seguir.

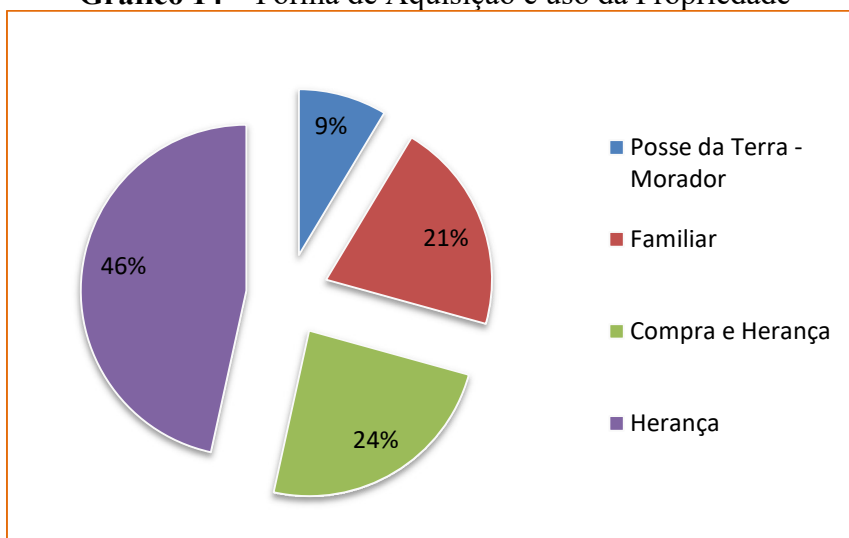
Gráfico 13 - Faixa etária dos produtores participantes do PAA de 2013 a 2016



Fonte: Pesquisa de Campo. Organizado por Sousa, 2017.

Quanto à condição dos produtores rurais pesquisados, os dados apontam para uma expressão majoritária dos produtores com viações de idade entre 31 e 50 e acima de 50 anos. Destacamos que este percentual representa um valor significativo, pois há de se considerar que a importância da atividade agrícola na região, e, principalmente, o trabalhador rural que desenvolve essa atividade.

Em relação os produtores que trabalha em terras próprias, de acordo com as informações adquiridas, a maior parte dos produtores são proprietários de terras onde desenvolvem suas atividades. Já no que se refere aos não proprietários, estes estão expressos nos dados do gráfico 14 a seguir, que trata da forma de aquisição da terra.

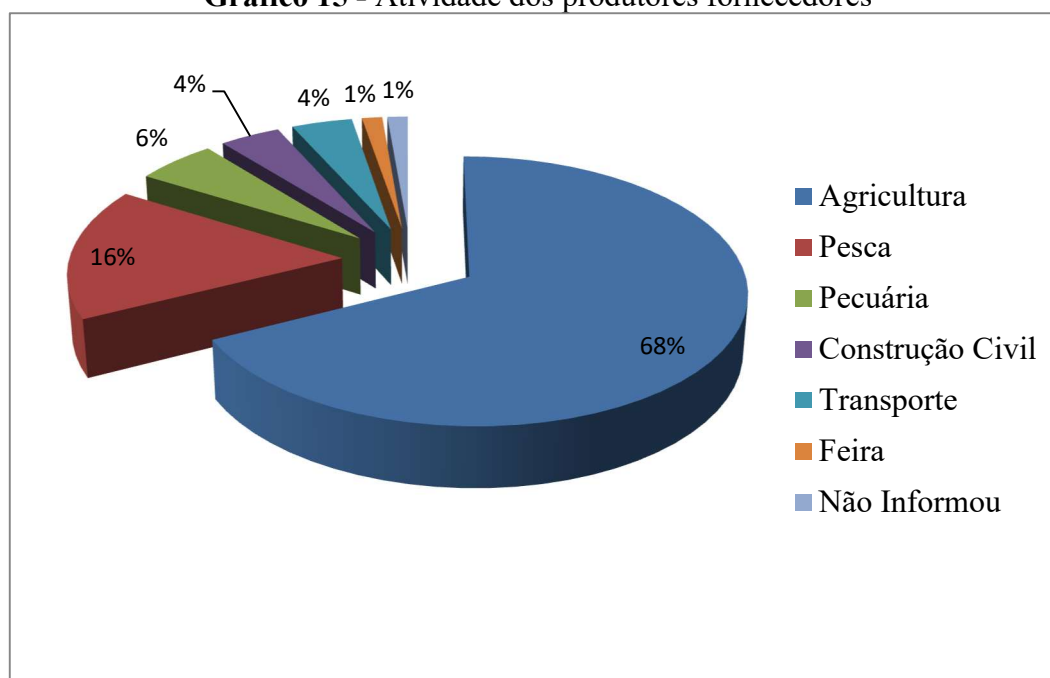
Gráfico 14 – Forma de Aquisição e uso da Propriedade

Fonte: Pesquisa de Campo. Organizado por Sousa, 2017.

A partir da análise, percebemos que 46% dos entrevistados afirmaram que adquiriram a propriedade por meio de herança, enquanto que apenas 24% por meio de Compra e Herança. Além disso, um fato importante apresentado no gráfico 14 é a presença das atividades na unidade familiar com 21% dos entrevistados, bem como ainda há outras formas de aquisição caracterizada por meio de doação de terras do DNOCS.

Já em relação às atividades desenvolvidas pelos entrevistados, os dados não apresentaram mudanças significativas, tendo em vista que o maior percentual ficou centrado nos produtores que desenvolvem apenas as atividades agrícolas, ficando em segundo lugar a atividade pesqueira e em seguida pela pecuária¹⁶ destacados no gráfico 15 a seguir.

¹⁶ Entre os anos de 2013 a 2016, a carne bovina sempre esteve entre os produtos comercializados com o PAA. Para este ano de 2017, a carne não entrou como produto a adquiridos dos produtores, levando-se em consideração o preço do produto no mercado em reação aos recursos destinados ao programa no município. De acordo com a coordenadora do Programa, essa iniciativa tinha por objetivo atender o maior número de agricultores na aquisição de outros produtos.

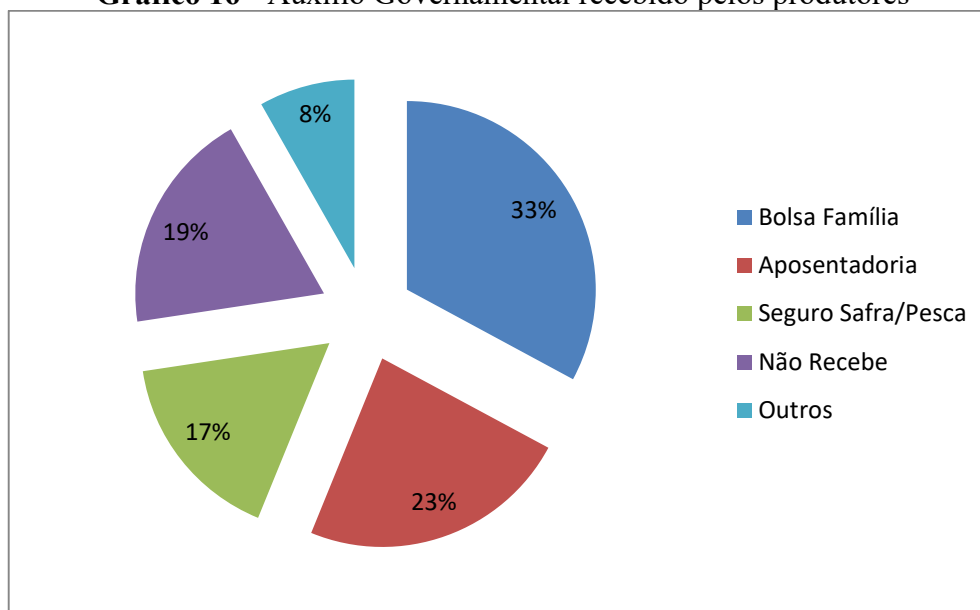
Gráfico 15 - Atividade dos produtores fornecedores

Fonte: Pesquisa de Campo. Organizado por Sousa, 2017.

A partir do gráfico 15 podemos destacar que 68% dos entrevistados executam apenas agricultura como atividade principal. Por outro lado, 32% dos entrevistados realizam além da agricultura outras atividades descritas acima. No que concerne à pesca que representa 16% do total, esta atividade é executada no sítio Serragem, no reservatório hídrico de Lagoa do Arroz. Destacamos que localidade na localidade é bem servida de água, pois, há um projeto irrigado do governo do estado (o perímetro das Várzeas da Ema).

Enfatizamos que a maior parte da renda dos produtores se encontra centralizada nas atividades agrícolas com 68%. Em contrapartida as atividades não agrícolas representam 32% dos entrevistados. Nesse sentido Maluf (2003, p 138) destaca que “[...] a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas insere a família rural em diferentes setores e amplia seu campo de atuação e de inserção social e econômica, associando o enfoque da pluriatividade, diretamente, ao da multifuncionalidade”.

Quanto à assistência governamental em forma de benefício, os produtores apontaram para um maior percentual para a assistência recebida pelo Programa Bolsa Família com 33%, seguido pelos beneficiários da aposentadoria com 17% do total de entrevistados. Ver gráfico 16 a seguir.

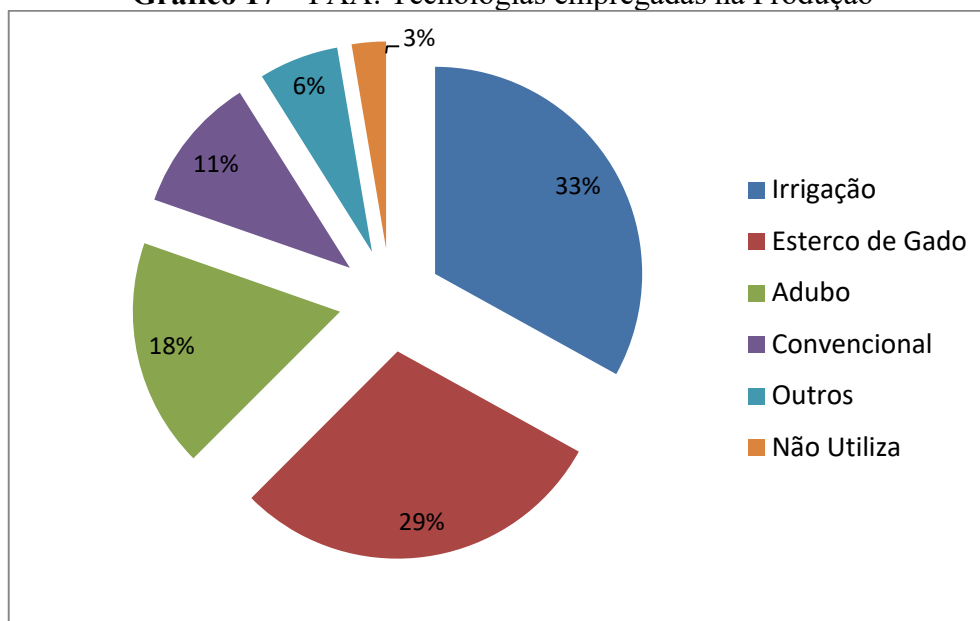
Gráfico 16 - Auxílio Governamental recebido pelos produtores

Fonte: Pesquisa de Campo. Organizado por Sousa, 2017.

O campo outros destacado no gráfico 16 representou uma parcela dos produtores que recebem outros benefícios dentro da unidade familiar, como auxílio do INSS ou o conjugue é concursada no serviço público do município de Cajazeiras ou cidades circunvizinhas.

Do quadro de produtores, há de se destacar a mão de obra utilizada nas atividades agrícolas. Neste ponto, o percentual de agricultores que utilizam trabalhadores representou 38% dos entrevistados, enquanto que 62% destes utilizam apenas a mão de obra própria no desenvolvimento das atividades de produção.

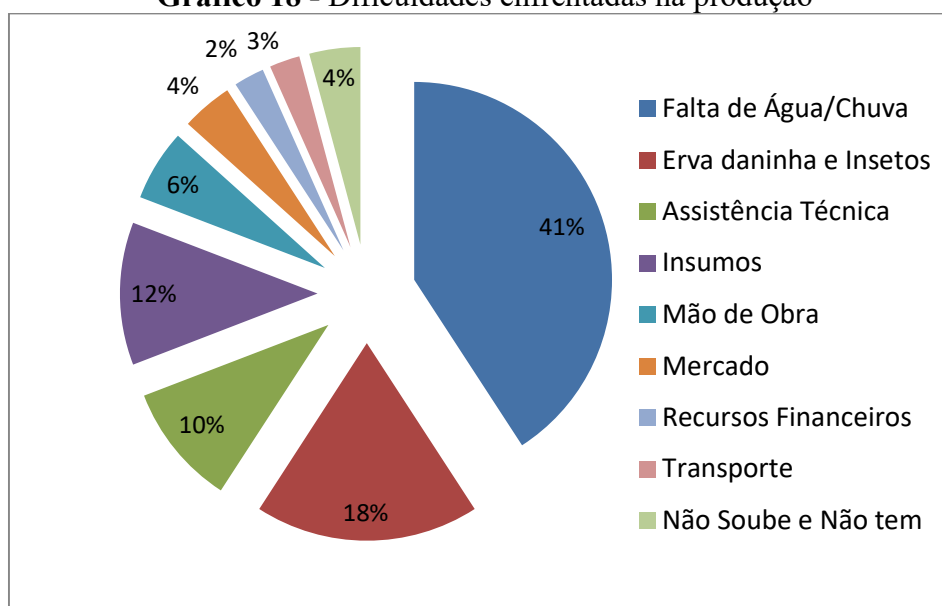
Quanto às tecnologias empregadas na produção, os produtores entrevistados destacaram: a irrigação, com 33% e; o uso de esterco de gado com 29% da representação das tecnologias empregadas nas atividades produtivas destacadas no gráfico 17 a seguir.

Gráfico 17 – PAA: Tecnologias empregadas na Produção

Fonte: Pesquisa de Campo. Organizado por Sousa, 2017.

Ainda de acordo com os dados, o modo convencional empregado na produção é descrito pelos produtores como a limpeza do terreno, o plantio, o cultivo com a utilização de enxada e a aplicação de defensivos agrícolas. Já em relação à categoria outros, destacada no gráfico, esta representa os implementos agrícolas ou tecnologias que obtiveram baixa citação pelos produtores como: cultivador; enxada; roçadeira; motor e trator.

Em relação às dificuldades enfrentadas pelos produtores, estas são representadas no gráfico 18 abaixo.

Gráfico 18 - Dificuldades enfrentadas na produção

Fonte: Pesquisa de Campo. Organizado por Sousa, 2017.

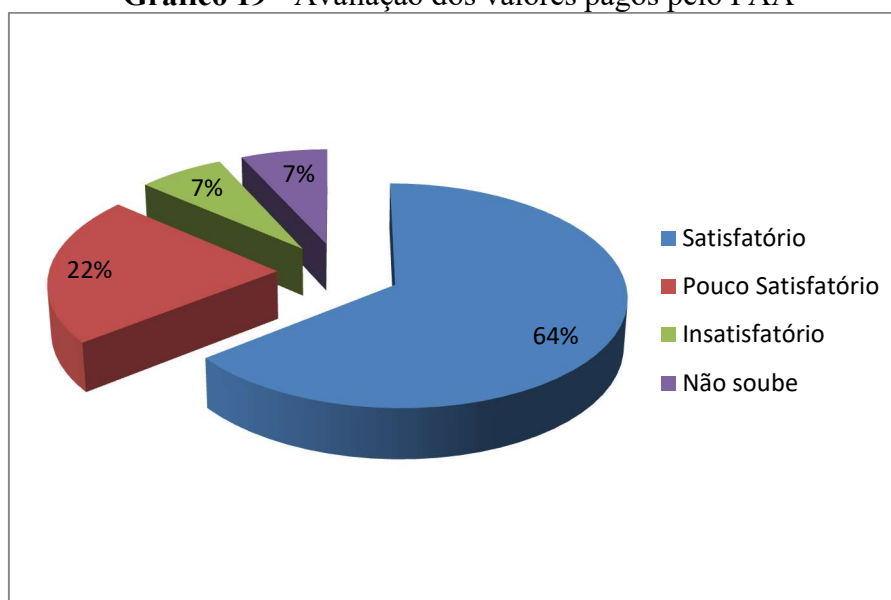
Observamos que uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos produtores é a falta de Água/Chuva, seguido pela presença de ervas daninhas e insetos. Em relação aos insumos, estes são destacados pelos produtores como acessórios de trabalho (cano, motor, trator, sementes, adubo, estrume) que dificultam as atividades produtivas.

Quando questionados de que forma o PAA se apresentava na renda dos produtores, 51% dos produtores afirmaram que os recursos adquiridos através do programa era um valor complementar, 27% parte significativa, 18% destacaram que os recursos do programa representavam a maior parte da renda e 4% dos produtores não souberam ou não informaram.

Quando questionados se conseguiriam produzir acima do valor da Dap, os produtores que afirmaram que conseguiriam produzir representaram 69%. Já 27% afirmaram que não teriam condições de produzir acima do valor estabelecido pela Dap. Este percentual dos produtores que não teriam condições de produzir deve ter relação com a estiagem que afeta a região há pelo menos cinco anos consecutivos e dificulta o desenvolvimento das atividades agrícolas.

Em seguida, foi perguntado se o valor da Dap expressava um valor satisfatório ou não para os produtores. Essa realidade é destacada no gráfico 19 abaixo.

Gráfico 19 - Avaliação dos valores pagos pelo PAA

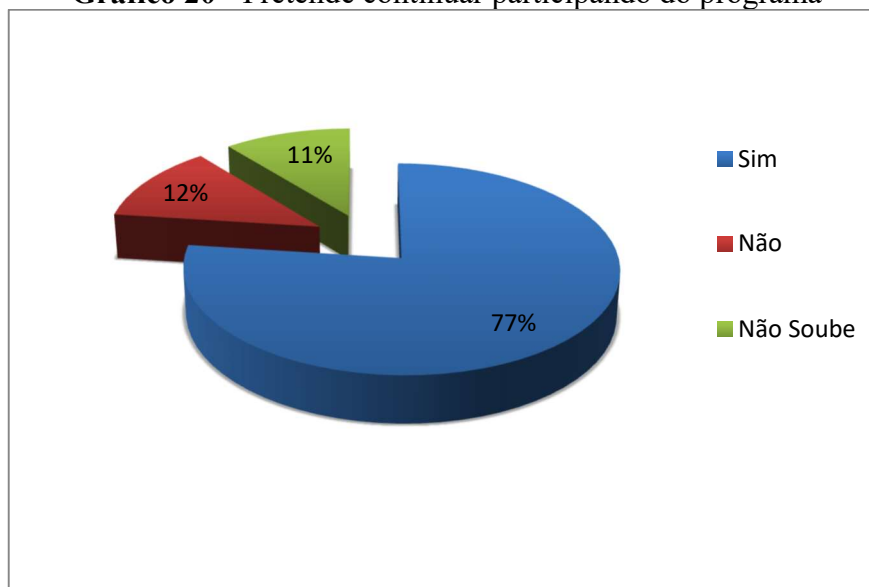


Fonte: Pesquisa de Campo. Organizado por Sousa, 2017.

A partir dos dados apresentados, observamos que os produtores consideram que o valor aplicado por Dap é satisfatório com 64%. Por outro lado, 24% dos produtores não estão totalmente satisfeitos com o valor. Esse ponto foi destacado em suas falas ao afirmarem que seria importante que houvesse um aumento no valor da Dap, por considerá-lo baixo, pois se

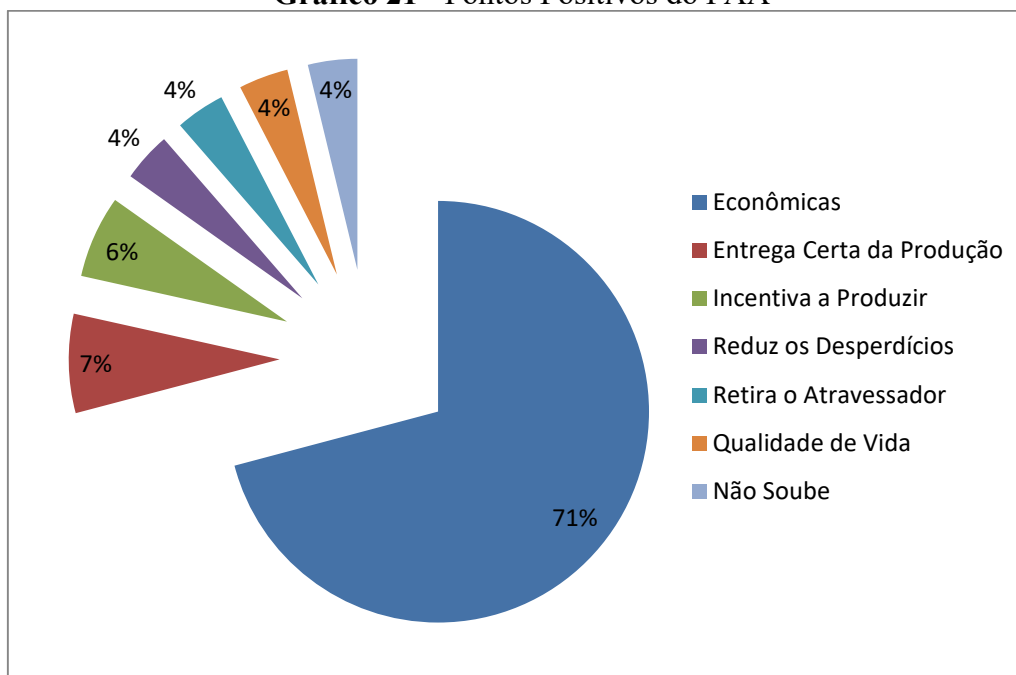
fosse para encher a conta, isso aconteceria de forma rápida e o produtor não teria mais como vender para o programa. Isto é refletido no interesse dos produtores em participar novamente do PAA como pode ser verificado no gráfico 20 abaixo:

Gráfico 20 - Pretende continuar participando do programa



Fonte: Pesquisa de Campo. Organizado por Sousa, 2017.

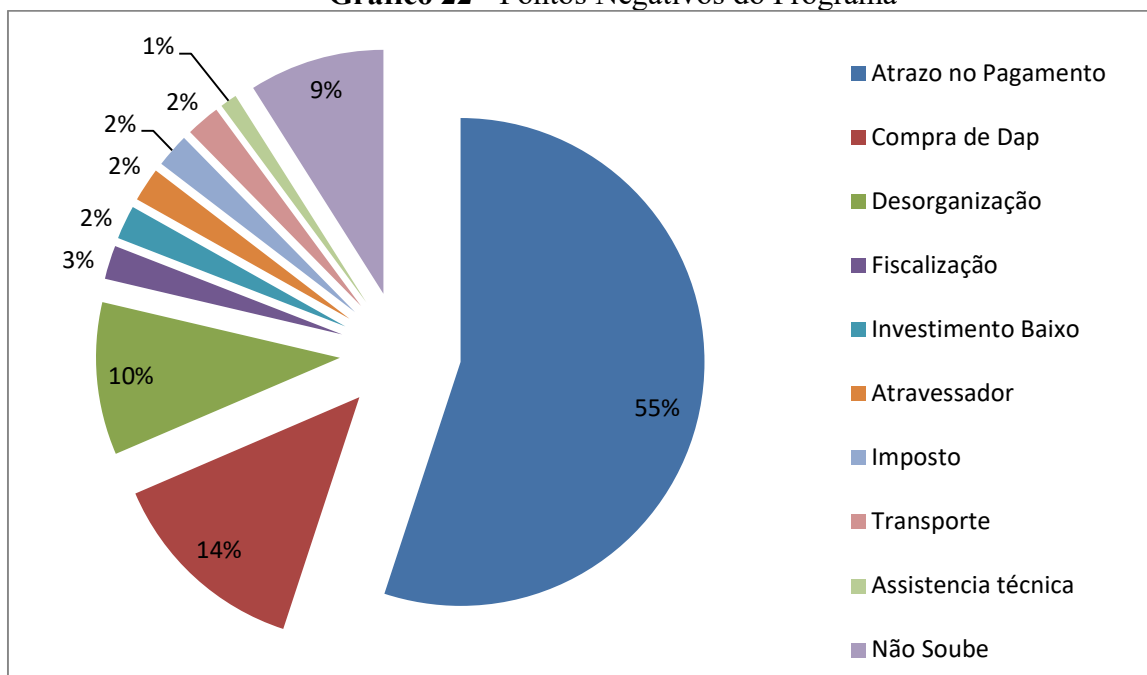
A ênfase é o desejo dos produtores em participarem do PAA, pois, compreendem que o Programa apresenta pontos positivos que são expressos no gráfico 21 a seguir. No gráfico são apresentados principais pontos destacados pelos produtores, em que 26% afirmaram que o Programa tem como ponto forte as questões econômicas e em segundo lugar, o PAA expressa uma forma de ajuda para os agricultores.

Gráfico 21 - Pontos Positivos do PAA

Fonte: Pesquisa de Campo. Organizado por Sousa, 2017.

Cabe aqui destacar outro ponto importante e culturalmente histórico, apresentado um percentual significativo: a retirada do atravessador. O papel o atravessador influencia diretamente nos recursos financeiros adquiridos pelos produtores, pois este compra a valores irrisórios dos produtores e irá vender a valores de mercado, ficando com a maior parte dos lucros da venda dos produtos ao consumidor. Também damos ênfase ao incentivo que o programa tem gerado.

Por outro lado, quando indagados sobre os pontos negativos do programa, estes não hesitaram em apontar para o atraso no pagamento que corresponde a 55% dos informantes, seguido de longe pela compra de Dap, com 14%. Ver gráfico 22 a seguir.

Gráfico 22 - Pontos Negativos do Programa

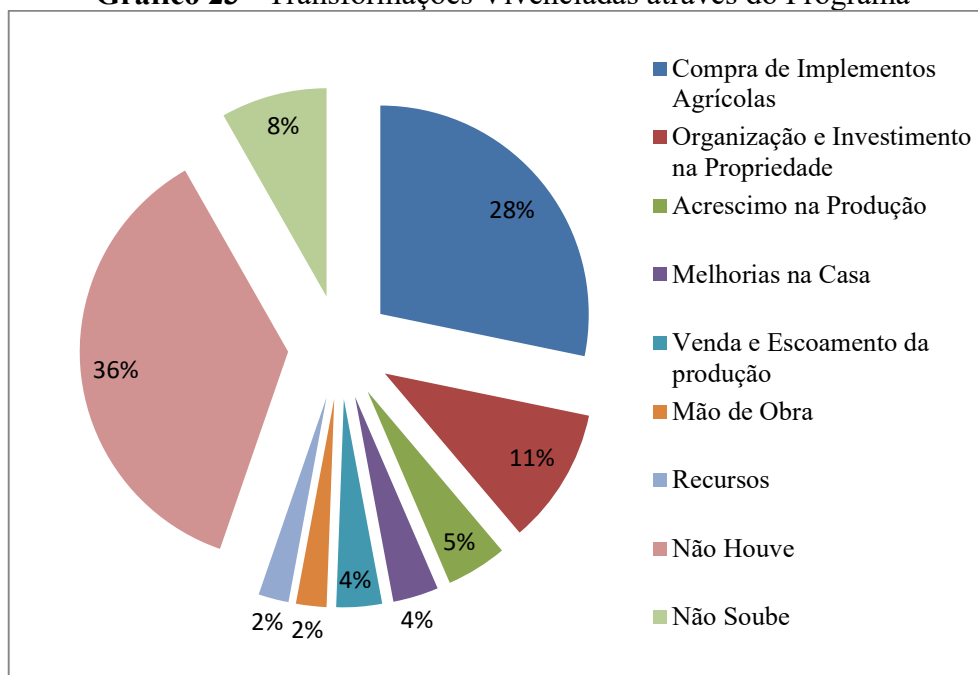
Fonte: Pesquisa de Campo. Organizado por Sousa, 2017.

Outro ponto destacado pelos produtores diz respeito à “compra de Dap”, fato mencionado por parte dos produtores ao afirmarem que alguns realizavam essa prática ao comprarem a Dap de outros agricultores por um valor ‘X’ para fornecerem os produtos no lugar daqueles que não tinham como produzir ou não tinham os produtos para atender o PAA. Esses produtores que vendiam a Dap só iam receber os recursos pagos pelo PAA para poderem repassar a terceiros. Atividade praticada entre pessoas conhecidas do mesmo sítio.

Já em relação à participação em outros programas, 50% afirmaram que não participam de nenhum outro programa, já 28% destacaram o PNAE, 8% destacaram o seguro pesca e 6% a participação no Pronaf e também no Cred Amigo do Banco do Nordeste.

Na pergunta seguinte, foi indagado se o Programa é suficiente para atender todos os agricultores do município. Do total, 42% afirmaram que o PAA não é suficiente para atender todos os agricultores, destacando a necessidade de haver um processo de ampliação do Programa (30%), na forma de recursos destinados para os agricultores, bem como ter um número maior de participantes. Já 23% asseguraram que Programa tem condições de atender todos os produtores do município e 5% não souberam especificar se o Programa apresenta essa capacidade ou não.

Na última questão, foi perguntado aos produtores, quais as transformações vivenciadas através da participação no PAA. Os dados são apresentados no gráfico 23 a seguir.

Gráfico 23 - Transformações Vivenciadas através do Programa

Fonte: Pesquisa de Campo. Organizado por Sousa, 2017.

Por meio dos dados apresentados, podemos compreender que 36% dos produtores destacaram que não houve um processo de transformação ou modificação através do PAA. Por outro lado, 28% afirmaram que a maior transformação está centrada na compra de materiais ou implementos agrícolas para a produção (cano, aspersor; motor, sementes; máquinas para plantar), seguido pela organização e investimento da propriedade (perfuração de poço, construção de cacimbão e compra de animais).

Um fato que chamou bastante atenção é que o percentual de produtores que afirmaram que o programa não gerou nenhum tipo de transformação e bastante expressivo, isso está associado diretamente aos pontos negativos destacados anteriormente, em que o maior percentual representa o atraso no pagamento dos produtores, e isso é um fator que pode interferir diretamente na forma de organização do produtor e dos investimentos que ele pode executar na propriedade, pois sem os recursos adquiridos com a venda da produção, não há como planejar e realizar modificações na estrutura da propriedade. Cabe salientar que essa questão de atraso de pagamento ocorreu entre 2013 e 2016.

Cabe aqui salientar que os questionários foram direcionados aos agricultores participaram do programa entre os anos de 2006 e 2016. Uma questão que destacamos a partir deste ponto é a diferenciação entre duas épocas distintas: de 2006 a 2012 e; de 2013 a 2016. Quando os produtores nos questionaram do que se tratava a pesquisa, nos foi dito um ponto relevante para o desenvolvimento deste trabalho. Trata-se que os informantes destacaram a

importância da coordenadora do PAA entre os anos de 2009 e 2012 no processo de desenvolvimento do Programa no referido município. Essa importância foi atribuída às formas de organização na sua execução, na disponibilidade e no acesso pra os produtores, no empenho da equipe para fazer o Programa acontecer de forma a contribuir com todos os envolvidos no processo.

Ao relatarmos a participação de Dodô da Serragem na coordenação do PAA, víamos que o programa tinha uma atuação positiva a partir das falas dos agricultores. No entanto, ao retratarmos os anos de 2013 a 2016, apresentavam críticas, principalmente ao atraso nos pagamentos, chegando a passar mais de dois anos para receberem os recursos do Programa.

Ao retratarmos o PAA no município de Cajazeiras, temos que levar em conta dois momentos particulares, até 2012 e; de 2013 a 2016. Devemos levar em consideração que pelo fato do Programa ter gerando alguns problemas que afetaram parte significativa dos produtores, pela forma de organização e aplicação do programa nos últimos quatro anos, isso pode está refletindo nos dados aqui apresentados. Também, devemos levar em consideração que para os dois momentos apresentados, o primeiro se refere à aplicação da modalidade de Compra Direta Local da Agricultura Familiar – CDLAF, e o segundo, Compra com Doação Simultânea, conhecida localmente no município pelo codinome de “Comida na Mesa”, nome aplicado pela gestão municipal entre 2013 e 2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao apresentarmos aqui um processo dinâmico, a partir do processo de formação e estruturação do PAA no Brasil e trazendo a sua relação a partir da realidade local, compreendamos que este é um programa de grande importância para o crescimento e o desenvolvimento das comunidades rurais. Além de incentivar o produtor rural nas atividades do campo, o programa busca fortalecer as bases da agricultura familiar por meio da atuação em consonância com outras instituições, levando desta forma não só um benefício para os fornecedores, mas também àqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional.

Também podemos destacar nesse processo um aspecto relevante, a valorização das atividades produtivas do homem/mulher do campo. E, é por meio desses pontos destacados que enfatizamos algumas questões pontuais decorrente das análises e discussões da temática abordada neste trabalho.

Primeiro, consideremos que o processo de formação social e territorial regional é um fator importante que devemos correlacioná-lo com as questões ligadas ao aspecto natural, como o climático e fenômeno da seca. Ainda anterior a isso, cabe aqui destacar o processo de produção, distribuição e comercialização já antecedidas nas palavras de Josué de Castro na sua obra “Geografia da Fome”. Elementos que contribuem na forma de organização da produção, de distribuição e que estão ligadas às formas de comercialização da produção, e por que não dizer a lei da oferta e da procura. São esses elementos sistemáticos que formam uma estrutura organizacional que afeta milhões de pessoas ao redor do mundo e não só de agora, mas há século quanto à segurança alimentar e nutricional.

Segundo, a formação de políticas públicas de atuação pontual regional no âmbito do Brasil já vem sendo executadas desde o período Imperial e que apresentaram maior visibilidade a partir das adversidades regionais ligadas majoritariamente à Região Norte, pela ausência de povoamento, e ao Nordeste, representado pela ação das secas. Dentre elas podemos destacar a criação de órgãos como a SUDAM e a SUDENE, bem como a criação de órgãos de “combate a Seca” como os IOCS, IFOCS e o DNOCS.

Terceiro, as mudanças políticas decorrentes da passagem de um governo neoliberal nos anos de 1990 na gestão de FHC representaram um novo olhar para a sociedade brasileira a partir do início do século XXI. Não devemos esquecer aqui a criação de alguns programas como o PRONERA e o PRONAF, mesmo em um período com agravos políticos e sociais da época. Com a chegada de um governo advindo da classe trabalhadora no ano de 2003, isso

representou não só a entrada de um governo com um olhar para a classe trabalhadora, mas também para o desenvolvimento de um projeto de nação.

Isso foi expresso nas formas de organização social e territorial, nos incentivos direcionados ao produtor rural, às famílias de baixa renda e à classe estudantil. Isso é posto por meio da criação de programa social como o PFZ, o PAA, o PRONATEC, o PRONATEC Campo, o FIES, a Criação do ENEM, Minha Casa Minha Vida e tantos outros ligados aos incentivos existentes no Banco do Nordeste e outras entidades. Então, esses são elementos que deram um novo direcionamento nas bases estruturais no cenário nacional, não só para uma área específica de estudo, mas para todas àquelas envolvidas no processo.

Quarto, a criação do PAA no ano de 2003, representou uma mudança da forma de investimento para o produtor rural, pois, o programa busca promover o crescimento e o desenvolvimento do produtor rural por meio da produção e da comercialização dos produtos vindos da agricultura familiar. Isso é um fato que devemos dá ênfase, tendo em vista que o Programa tem como finalidades principais centradas em: I - incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento, à industrialização de alimentos e à geração de renda; II - incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar; III - promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável, destacadas por Andrade (2013, p. 58).

Cabe destacar que por meio da geração e renda isso possibilitará ao produtor o acesso a aquisição de equipamentos para a produção, a autonomia econômica de homens e mulheres no campo, menor dependência de políticas de auxílio ou assistência social do governo federal e estadual.

E, isso vai ao encontro dos objetivos que o Programa apresenta como: a) simplificar e agilizar o escoamento da produção; b) promover e ampliar a inserção socioeconômica dos agricultores familiares e assentados de reforma agrária; c) disponibilizar alimentos adequados à nutrição das populações em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar; d) habilitar os agricultores familiares para controlar a comercialização de seus produtos, o que resulta no aumento real de suas rendas e no abandono de uma relação de desvantagem com as redes de atravessadores destacados pelo MDA (2010, p. 4-5).)

Quinto, o PAA ao longo dos anos vem passando por modificações estruturais com vistas possibilitar uma melhor atuação do programa de forma local e regional. Essas alterações são realizadas através de decretos que modificaram a um ponto importante, os

valores destinados para o produtor ao ano nas suas distintas modalidades de acesso o produtor rural ao programa. Cabe aqui destacar as avaliações e os estudos direcionados ao Programa, tendo como foco principal, analisar e compreender de que forma o Programa vem sendo aplicado nos múltiplos espaços regionais do Brasil, e, isso é um fator importante, pois, o processo de modificação e estruturação do campo brasileiro é uma de suas finalidades.

Sexto, o desenvolvimento do Programa no estado da Paraíba vem sendo moldado desde o ano de 2004. No entanto, a participação de entidades ou instituições assistidas pelo programa de certa forma apresenta valores ainda baixos, mas não queremos aqui dizer que o programa não tem contribuído ou levando avanços para o campo. Deixamos claro que a participação dos municípios ainda se apresenta de forma lenta, pois, apenas há registro de apenas 54 municípios assistidos pelo programa entre os anos de 2013 e 2016, e isso é um ponto a ser destacado.

Sétimo, compreendemos que há um processo de redução dos recursos destinados ao PAA, principalmente, a partir do ano de 2013, mas apresentados recuperação no ano seguinte. No entanto, entre os anos de 2014 e 2016 os recursos têm apresentado quedas significativas forma geral na destinação de recursos para o programa em escala nacional, regional e estadual. Na Paraíba isso não é diferente. Com a redução dos recursos, isso tem afetado diretamente o produtor, como também as instituições assistidas pelo Programa e as pessoas que são atendidas por estas.

Oitavo, o PAA em Cajazeiras vem sendo executado desde o ano de 2006. Na modalidade CDLAF (2006 e de 2009 a 2012) e CDS (2013 a 2016). Quanto à atuação do Programa, podemos destacar que este apresenta dois momentos, até 2009 e após 2012. O Programa ao longo do tempo gerou um processo de modificação da realidade local, principalmente entre o período de 2009 a 2012. Isso é expresso nas falas dos produtores ao afirmarem que durante esse respectivo período, o Programa apresentava uma série de pontos positivos, como um incentivo ao produtor rural e que ajuda o agricultor em seu crescimento por meio da compra dos produtos, sendo um processo sério e positivo para o produtor. Já entre os anos de 2013 e 2016, houve outro posicionamento dos produtores ao se referirem sobre o PAA (Comida na Mesa). Ao destacar a atuação do programa, os produtores apresentam uma série de argumentos quanto à forma de organização do Programa e no atendimento dos produtores em reuniões e também quanto aos pagamentos realizados a estes. Isso é expresso nos dados do gráfico 22 (pag. 132) ao tratarmos dos pontos negativos que o programa apresenta. Nele é majoritariamente é dado como ponto principal o atraso dos pagamentos, tendo como ponto central o tempo de atraso, que foi de mais de dois anos. Não

queremos aqui atribuir pontos negativos apenas a única gestão, pois sabemos que a atuação do programa é um processo dinâmico e há de se considerar que mesmo que pontuais, o PAA tem falhas em ambos os períodos destacados e que sua continuidade depende de aperfeiçoamentos.

Nono, destacamos que a atuação do PAA no município tem gerando transformações ainda que de forma lenta, devido aos problemas que vieram a ocorrer destacados no gráfico 22 (pág. 132). As transformações foram expressas no gráfico 23 (pág. 133). Ao direcionarmos um olhar para o processo de desenvolvimento do programa no município, passamos a compreender que a atuação deste é um incentivo ao produtor rural e tem gerado contribuições ou apresentado pontos positivos destacados no gráfico 22 (pág. 132). E isso mostra que o programa tem contribuído como o produtor rural, uma vez que há o desejo em participar novamente, mesmo diante dos problemas que foram destacados pelos produtores. Assim, o desejo em participar do PAA corresponde a 77% dos produtores entrevistados apresentados anteriormente no gráfico 20 (pág. 130).

Décimo, damos ênfase que o PAA vem sendo um instrumento de fortalecimento das bases produtivas da agricultura familiar no município de Cajazeiras, mesmo apresentado problemas e também contribuições para os agricultores. No entanto, devemos atentar que o Programa é dinâmico e está sempre em processo de modificação. A atuação dos coordenadores é um fator primordial para que ele possa ocorrer, bem como o empenho dos produtores no fornecimento dos produtos para o PAA. A união e a parceria entre os múltiplos atores envolvidos nesse processo é que direcionarão o crescimento e do desenvolvimento do PAA com a finalidade de promover o fortalecimento das atividades agrícola, na promoção, ampliação e inserção socioeconômica dos agricultores familiares e assentados de reforma agrária no município de Cajazeiras - PB¹⁷

Décimo primeiro, quanto ao processo de inserção dos assentados no PAA, destacamos que houve uma participação, no entanto, esta se apresenta de forma mínima, pois dentre os anos de 2013 e 2016 houve apenas 01 (um) agricultor participante do programa (Anexo E), isso é um dado a ser enfatizado. Também cabe destacar a fala da Coordenadora da CAAASP que ao apresentar a participação dos assentados no PAA, evidencia um conjunto de dificuldades e problemas quanto a forma de organização e estruturação do programa no município de Cajazeiras – PB.

¹⁷ O PAA no município de Cajazeiras neste ano de 2017 começou a funcionar no mês de Julho com apenas 47 produtores.

Portanto, para que essa realidade possa ser alterada, é necessária uma maior divulgação do programa, bem como haja uma abrangência maior em relação ao “número de vagas” a serem preenchidas pelo programa ao ano para os produtores rurais do município.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. A. T.; NORONHA, C. R. B.; BRITO, E. R. P.; FARIAS, A. R. B; ANDRADE, H. M. L. S. **A invisibilidade parcial do trabalho feminino no campo das atividades produtivas**. Recife PE, p.1-11, 2014.

ANDRADE, Cícera Gomes de. **Memoria e ordenamento territorial do espaço agrário: estudo da presença da Comissão Pastoral da Terra na organização da lutas camponesas no município de Cajazeiras – PB**. [Monografia]. Universidade Federal de Campina Grande – UFCG/Centro de Formação de Professores – CFP/ Unidade Acadêmica de Geografia – UNAGEO. Cajazeiras – PB, 2015.

ANDRADE, Fernando Rabello Paes de. **O programa de aquisição de alimentos (PAA) nos assentamentos rurais de araras/sp**. Dissertação. Universidade estadual de campinas – UNICAMP/ Faculdade de engenharia agrícola Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas. Campinas. Fevereiro de 2013.

BRASIL. **Decreto 7.775/12**. 2012. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7775.htm>. Acesso em: 12 mai. 2017.

_____. **Manual Operacional e de Orientação ao Programa de Aquisição de Alimentos** – Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea – PAA municipal ano 2010. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. 2010.

_____. **Manual Operativo – Modalidade Compra com Doação Simultânea operação por meio de termo de adesão**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome/Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN/Departamento de Apoio à Aquisição e à Comercialização de Produção Familiar – DECOM/ Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. 2014a.

_____. **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: Rede de Atores Envolvidos**. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDS/Secretaria da Agricultura Familiar. 2014b.

_____. **Lei Nº 10.696, de 2 de Julho de 2003**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.696.htm>. Acesso em: 08 jul. 2017.

BURITY, et. al., **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional**. Brasília, DF: ABRANDH, 2010. 204p.

CASTRO, J. de. **A alimentação brasileira à luz da geografia humana**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937.

_____. **Geografia da fome – o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

_____. **Fome – um tema proibido**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2001.

CLAVAL, Paul. **O território na transição da pós-modernidade**. In: Geographia, Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF, ano 1, nº2, 1999.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Assentamentos rurais: territórios do território cantuquiriguaçu, Estado do Paraná**. Disponível em: <<http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completo/Estevan%20Leopoldo%20de%20Freitas%20Coca.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2016.

CONAB. **Breves Considerações sobre o PAA. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar**. Gerencia de Operações e Suporte Estratégico – Geose/ Setor de Operações e Programas Institucionais – SEOPI. Superintendência Regional Paraíba. 2017a.

_____. **Conab abre inscrições para novos projetos do PAA**. 2017b. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/imprensa-noticia.php?id=44321>>. Acesso em:

_____. **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: Compra Com Doação Simultânea -2017 - Critérios Para Pontuação Dos Projetos**. 2017c. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/17_06_14_14_58_36_critérios_para_pontuacao_dos_projetos.pdf>. Acesso em:

_____. **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: Legislação Básica**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA/Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB/Diretoria de Política Agrícola e Informações – DIPAI. 2009.

_____. **Programa de Aquisição de Alimentos – Exercício 2004: Sumário Executivo**. . Ministério da Agricultura, pecuária e Abastecimento. Brasília, 2005.

_____. **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: ações da Conab em 2003**. Ministério da Agricultura, pecuária e Abastecimento. Brasília, 2004.

_____. **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: ações da Conab em 2005**. Ministério da Agricultura, pecuária e Abastecimento. Brasília, 2006.

_____. **Programa de Aquisição de Alimentos – Resultado das ações da Conab em 2006**. Ministério da Agricultura, pecuária e Abastecimento. Brasília, 2007.

_____. **Programa de Aquisição de Alimentos – Resultado das ações da Conab em 2007**. Ministério da Agricultura, pecuária e Abastecimento. Brasília, 2008.

_____. **Programa de Aquisição de Alimentos – Resultado das ações da Conab em 2008**. Ministério da Agricultura, pecuária e Abastecimento. Brasília, 2009.

_____. **Programa de Aquisição de Alimentos – Resultado das ações da Conab em 2009**. Ministério da Agricultura, pecuária e Abastecimento. Brasília, 2010.

_____. **Programa de Aquisição de Alimentos – Resultado das ações da Conab em 2010**. Ministério da Agricultura, pecuária e Abastecimento. Brasília, 2011.

_____. **Programa de Aquisição de Alimentos – Resultado das ações da Conab em 2011**. Ministério da Agricultura, pecuária e Abastecimento. Brasília, 2012.

_____. **Programa de Aquisição de Alimentos – Resultado das ações da Conab em 2012.** Ministério da Agricultura, pecuária e Abastecimento. Brasília, 2013.

_____. **Programa de Aquisição de Alimentos – Resultado das ações da Conab em 2013.** Ministério da Agricultura, pecuária e Abastecimento. Brasília, 2014

_____. **Programa de Aquisição de Alimentos – Resultado das ações da Conab em 2014.** Ministério da Agricultura, pecuária e Abastecimento. Brasília, 2015.

_____. **Programa de Aquisição de Alimentos – Resultado das ações da Conab em 2015.** Ministério da Agricultura, pecuária e Abastecimento. Brasília, 2016.

_____. **Programa de Aquisição de Alimentos – Resultado das ações da Conab em 2016.** Ministério da Agricultura, pecuária e Abastecimento. Brasília, 2017.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Espaço, um conceito-chave da Geografia.** In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cezar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia Conceitos e Temas*. 10ª ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2007.

DELEUZE, G. GUATERRI, F. **O que é Filosofia?** Rio de Janeiro. Ed. 34, 1992. 272 p.

DELGADO, Guilherme C.; CONCEIÇÃO, Júnia Cristina P. R. da; OLIVEIRA, Jader José de. **Avaliação do programa de Aquisição de alimentos da Agricultura familiar (PAA).** Texto para Discussão nº 1145. Brasília, dezembro de 2005. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1145.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2016.

DELGADO, Guilherme Costa. Relatório de Avaliação do PAA - III: Síntese, 2013,(mimeo).

DIAS, Mariza Souza. **Apropriações camponesas da política pública para a agricultura Familiar no assentamento três pontes, Perolândia (GO).** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Campus Jataí. Jataí, 2012.

DORETTO, Moacyr; MICHELLON, Ednaldo. **Avaliação dos Impactos Econômicos, Sociais e Culturais do Programa de Aquisição de Alimentos no Paraná.** Disponível em: <http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/aval_impact_econo.pdf>. Aceso em: 12 fev. 2017.

FERNANDES, A. S. Políticas Públicas: Definição, Evolução e o Caso Brasileiro na política social. São Paulo: Paulus, 2007, p. 203-226.

FERNANDES, B. M. **Espacialização e territorialização da luta pela terra:** a formação do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra em São Paulo. São Paulo, 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

_____. **Espaços Agrários de Inclusão e Exclusão social: novas configurações do campo brasileiro.** Universidade Estadual de São Paulo. Presidente Prudente. Currículo sem fronteira, v3, n. 1 pp. 11-27, jan/jun 2003.

_____. **Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar.** In: XIII Encontro Nacional de Geógrafos, 2002, João Pessoa. Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2002.

_____. **Questão Agrária, Pesquisa e MST.** São Paulo, Cortez Editora, 2001.

FREY, K. **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil.** **Planejamento e Políticas Públicas** (IPEA), Brasília, v. 21, p. 211-259, 2000.

GALVÃO, J. C.. **Aspectos Metodológicos na Análise dos Discursos dos Senadores Cearenses e Paraibanos sobre Água e Irrigação no Semiárido.** Mercator (UFC), v. 1, n.8, p. 27-46, 2005.

GEORGE, P. **Os Métodos da Geografia.** São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** Editora Atlas. São Paulo, 1987.

GOMES JR., Newton Narciso & ANDRADE, Érica Ramos. **Uma discussão sobre a contribuição das mulheres na disputa por soberania alimentar.** Porto Alegre: Revista Textos & Contextos, v.12, n.2, p.392-402,jul/dez., 2013.

GRISA, Catia; SCHMITT, Claudia Job; MATTEI, Lauro Francisco; MALUF, Renato Sergio; LEITE, Sergio Pereira. **O programa de aquisição de alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate.** 2009.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HENTZ, Carla. **O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA como estratégia de reprodução socioeconômica na Microrregião Geográfica de Chapecó – SC.** Dissertação de Mestrado/Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG)/ Universidade Estadual Paulista/Faculdade de ciências e Tecnologia/Campus de Presidente Prudente. Presidente Prudente: [s.n], 2016. 240 f.

HESPAANHOL, Rosangela A. M.. Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. **Revista Sociedade e natureza**, v. 25, n. 3, 2013.

HEVILÁSIO, Francisco F P. **Origem e evolução da agricultura.** 2009. p. 1-14. Disponível em: <http://www.ccta.ufcg.edu.br/index.php?action=view_page&page=235>. Acesso em: 23 de abril de 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Cajazeiras - PB. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_paraiba.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2017.

_____. **Censo Agropecuário 2006**. Brasil, Grandes Regiões e Unidade da Federação. Rio de Janeiro, p. 1-777, 2006. ISSN 0103-6157.

_____. Censo Agropecuário 2006. **Agricultura Familiar**. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Brasília/Rio de Janeiro: MDA/MPOG, 2009.

INCRA. Instituto Nacional de Reforma Agrária. Cidadania e Reforma Agrária. **Assentados da Zona da Mata Sul da Paraíba relatam experiências de sucesso em Fórum**. 2014. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/assentados-da-zona-da-mata-sul-da-paraiba-relatam-experiencias-de-sucesso-em-forum>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

_____. Cidadania e Reforma Agrária. **Assentamento dobra fornecimento de alimentos para o PAA da Conab**. 2011. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/assentamento-dobra-fornecimento-de-alimentos-para-o-paa-da-conab>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

_____. Cidadania e Reforma Agrária. **Famílias de assentamento na Paraíba conseguem captar R\$ 180 mil do PAA**. 2012. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/assentamento-dobra-fornecimento-de-alimentos-para-o-paa-da-conab>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

INFANTE, Sandra Perez. **Relações sociais no espaço agrário em transformação: uma análise dos produtores familiares na comuna de collipulli, sul do Chile**. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Julho de 1997.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço y política**. Barcelona, ediciones penisula (original em francês de 1973).

_____. **La production de l'espace**. Paris: anthropos, 1986.

LIMA, Anna Erika Ferreira. **A Geografia da Segurança Alimentar e Nutricional no Ceará – Brasil: um estudo de caso sobre o programa de aquisição de alimentos (PAA)**. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Ceará/Centro de Ciências/Departamento de Geografia/Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2015.

LIMA, Neusa Paviato Botelho. **O Programa de Aquisição de Alimentos (Paa) e seu Impacto no Processo de Desenvolvimento Socioprodutivo de Famílias Assentadas: Estudo de Caso no Assentamento 17 De Abril - Estinga/Sp**. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Campus de Presidente Prudente – UNESP. Convênio UNESP/INCRA/Pronea. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Graduação em Geografia (Licenciatura e Bacharelado). Presidente Prudente, SP, 2011.

LIMA, Anna Erika Ferreira; SAMPAIO, José Levi Furtado. **Segurança Alimentar Nutricional: uma perspectiva interdisciplinar e sua contribuição para as ciências humanas e ambientais**. 2015. Rede – revista eletrônica do PRODEMA. Fortaleza - Brasil, v. 9, n. 2, p. 93-110, jul./dez. 2015. Issn: 1982-5528.

MALUF, Renato S. O novo contexto internacional do abastecimento e da segurança alimentar. In: _____. **Segurança Alimentar e Nutricional**. 3º ed. RJ: Vozes, 2011.

MALUF, Renato S.; MENEZES, Francisco A. F. Caderno de Segurança Alimentar, 2006. Disponível em: <www.dhnet.org.br>. Acesso em: 14 jan. 2017.

MALUF, Renato Sérgio J. **Segurança Alimentar**. Petrópolis: Vozes, 2007.

MARIOTO, Anderson. **Programa de aquisição de alimentos (PAA) e o desenvolvimento territorial: um estudo comparativo entre os municípios de Euclides da Cunha Paulista – SP e Paranavaí – PR**. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2013.

MASCARENHAS, João de Carlos et. al., **Serviço Geológico do Brasil**. Diagnóstico do município de Cajazeiras, estado da Paraíba. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005. Disponível em: <<http://www.cprm.gov.br/rehi/atlas/paraiba/relatorios/CAJA046.pdf>>. Acesso em: 14 de junho de 2017.

MATTEI, Lauro Francisco. **Programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA): percepções de atores sociais do estado de santa Catarina**. Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis, Sc, Brasil. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/6/403.pdf>>. Acesso em: 26 de mar. 2017.

MELO, Lígia Albuquerque de. **Injustiças de Gênero: o trabalho da mulher na agricultura familiar**. In: Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 13, 2002, Ouro Preto, p. 1-14, 2002.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **A ação territorial de uma igreja radical: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da comissão pastoral da terra no Estado da Paraíba**. [Tese de Doutorado]. Programa de Pós-Graduação e Geografia Humana – Faculdade de Filosofia, Letra e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, USP: São Paulo, 2008.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB. 1997. 332p.

MULLER, Maria Luiza. **A construção das Políticas Públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: o caso do programa de aquisição de alimentos**. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Faculdade de Ciências Econômicas. Porto Alegre, 2007.

NASCIMENTO, Renato Carvalheira do. **A fome como uma questão social nas Políticas Públicas brasileiras**. Revista IDEAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. V. 3, n. 2, p. 197-225, jul./dez. 2009.

NASCIMENTO NETO, Manuel Pereira do. **O programa de Aquisição de Alimentos – PAA no município de Lagoa Seca – PB: análises das transformações vivenciadas pela Agricultura Familiar**. Dissertação [Mestrado em Desenvolvimento Regional]. Universidade Estadual da Paraíba – Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. Campina Grande – PB, 2012.

PEITER, Gleyse. **Atitude Cidadã: Legado de Betinho**. Publicado: 13/08/2012 00h00 última modificação: 29/06/2017 10h41 Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/artigos/2012/atitude-cidada-legado-de-betinho>>. Acesso em: 08 mai. 2017.

PESSANHA, Lavínia. **A agricultura familiar e os quatro conteúdos da segurança alimentar**. Rio de Janeiro: AGORA/RIAD/REDCAOA, 1995.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROCHA, A. G. P. et. al., **Um panorama do Programa de Aquisição de Alimentos no estado da Bahia: estudos de caso em Boa Vista do Tupim, Tapiramutá e Vitória da Conquista**. 2009.

ROSS, Jurandyr L. **Geografia do Brasil**. 5ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SAMPAIO, José Levi Furtado. **A fome e as duas faces do Estado do Ceará**. São Paulo: Tese de Doutorado em Geografia, Departamento de Geografia/FFL/CH/USP, 1999.

SANTANA, Alessandro Fernandes de. **Análise do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA como um vetor de fomento para a agricultura familiar no município de Ilhéus-Ba: o caso da COOFASULBA**. Tese de Doutorado. Universidade federal rural do rio de janeiro. Instituto de ciências humanas e sociais Programa de pós-graduação de ciências sociais em desenvolvimento, agricultura e sociedade. Rio de Janeiro, RJ. Agosto de 2013. 278 f.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo. Nobel. 1985.

_____. **Por uma geografia nova**. São Paulo. Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia de (Orgs). **A construção do Espaço**. Coleção Espaços. São Paulo: Nobel, 1986.

SANTOS, Vicente Tavares dos. **Crítica da sociologia rural e a construção de uma outra sociologia dos processos agrários**. XIV – Encontro Anual da ANPOCS. 22 a 26 de outubro de 1990. Caxambu – Minas Gerais, 1990.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e Concepções de Território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise e casos práticos**. São Paulo: Cengage learning. 2010. 133 p.

SIMONETTI, Mirian Claudia L. (1999). **A longa caminhada: (re)construção do território camponês em Promissão**. [Tese de Doutorado]. São Paulo, Departamento de Geografia da USP. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1399/1381>> . Acesso em: 12 de maio de 2016.

SILVA, Juniele Martins; MENES, Estevane de Paula Pontes. **Agricultura Familiar no Brasil: características e estratégias da comunidade cruzeiro dos martírios – município de catalão (Go).** XIX Encontro Nacional de geografia Agrária, São Paulo, 2009, pp. 1-28.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura.** Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 04 jul. 2016.

SOUZA, Jamerson Raniere Monteiro de. **Resistencia e recriação camponesa a partir do Programa de Aquisição de Alimentos no município de Lagoa Seca – PB.** [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal da Paraíba – UFPB/Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGG. João Pessoa – PB, 2015.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia Conceitos e Temas.** 2ª ed. Editora Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2007.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia: Contribuições para o ensino do pensamento geográfico.** 1ª reimpressão. Editora UNESP. São Paulo, 2004.

STEDILE, J. P.; CARVALHO, H. M. Soberania alimentar. In: CALDART, Roseli; PEREIRA, Izabel; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

YASBEK, Maria Carmelita. **O programa fome zero no contexto das políticas sociais brasileiras.** São Paulo em Perspectiva, 18(2): 104-112, 2004.

ZIMMERMANN, Silvia A.; FERREIRA, Ana Paula Lopes. El Programa de Adquisición de Alimentos de la Agricultura Familiar en Mirandiba-PE. In: Scotto, GABRIELA. **Aun Hay Tiempo Para El Sol: pobrezas rurales y programas sociales Brasil - venezuela – guatemala una mirada desde lo local.** Rio de Janeiro, Brasil, 2008.

ZIMOLOG, Heliton Rogério. **Mudanças socioeconômicas através do programa de aquisição de alimentos na comunidade península de Candói – PR.** [Dissertação de Mestrado]. Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR. Campus Pato Branco. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Pato Branco, 2015.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro.** XX Encontro Anual da ANPOCS. Gt 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG. Outubro 1996.

ANEXOS

Anexo A – Ações da Conab 2014



ANO 2014

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA PARAÍBA, GERÊNCIA DE
OPERAÇÕES E DE SUPORTE ESTRATÉGICO
SETOR DE OPERAÇÕES DE PROGRAMAS INSTITUCIONAIS E SOCIAIS DE ABASTECIMENTO

Organização Fornecedora	Município	Número de agricultores fornecedores	Valor total do	Quantidade de produtos do projeto (kg)	Classificação dos	Unidade Recebedora – UR	Quantidade destinada à	Município da Unidade	Nº de pessoas
COOP. DA AGRICULTURA E SERV. TEC. DO LITORAL SUL PARAIBANO	Alhandra	27	R\$ 175.499,03	98.281	Hortifruti	BCO. ALIM. PREF. MUN. J.PESSOA	98.281	João Pessoa	61.850
ASSOC. DOS AGRICULTORES FAMILIARES DAS COMUNIDADES MALACACHETAS E ADJACENCIAS	Remigio	14	R\$ 90.989,03	59.544	Hortifruti	SESC – AR C.GDE.	59.544	Campina Grande	36.303
ASSOC. DA COMUNIDADE NEGRA SENHOR DO BONFIM	Areia	22	R\$ 212.637,25	121.037	Hortifruti	ASSOC. HUM. DOS BOMBEIROS VOLUNT. DO BREJO PARAIBANO	89.646	Areia	1.297
						APAE	5.111	Areia	54
						SCFV – SERV. DE CONV. E FORTALECIMENTO DE VINCULOS	27.170	Areia	413
ASSOC. DA COMUNIDADE NEGRA SENHOR DO BONFIM	Areia	22	R\$ 212.637,25	121.037	Hortifruti	ASSOC. COMUN. UNIDOS POR TODOS DA RUA DO POVO	37.278	Pitimbu	947
						ASSOC. MORADORES COMUNIDADE DE MUCUIM	33.493	Pitimbu	889
						SESC – AR JPA	53.946	João Pessoa	117.309
						BCO. ALIM. PREF. MUN. J.PESSOA	32.203	João Pessoa	61.850
						ASSOC. COM. PONTA DE COQUEIROS	17.442	Pitimbu	318
ECOBORBOREMA – ASSOC. DOS AGRIC.	Lagoa Seca	83	R\$ 477.286,75	170.037	Hortifruti	SESC – AR C.GDE.	170.037	Campina Grande	4.300
						SESC – AR JPA	73.110	João Pessoa	117.309
						IGREJA EVANG. ASS. DE DEUS MINISTERIO NOVO MONTE	7.677	Alhandra	130
						BCO. ALIM. PREF. MUN. J.PESSOA	112.407	João Pessoa	61.850
						ASSOC. ESPIRITA DOS JUREMEIROS DE ALHANDRA	11.024	Alhandra	243
						ASSOC. COM. DA VILA OPERARIA DE TIBIRI	74.340	Santa Rita	1.080
						ASSOC. COM. E DESENV. DA COMUNIDADE DE ODILANDIA	24.370	Santa Rita	347
						ASSOC. COM. E DESENV. DOS TRAB. RURAIS DE	40.069	Santa Rita	682
						ASSOC. DOS MORADORES UNIDOS DAS COM. USINA SANTANA	30.000	Santa Rita	542
						ASSOC. DO LOTEAMENTO HEITEL SANTIAGO	38.100	Santa Rita	578
						ASSOC. DOS MORADORES E AMIGOS DE VARZEA NOVA	51.492	Santa Rita	753

						ASSOC. PROMOCIONAL DO ANSIAO DONA LICOTA C. DA CUNHA MAROJA	8.678	Santa Rita	101
						ASSOC. COM. DE N. SRA. DO LIVRAMENTO	52.311	Santa Rita	817
						CENTRO DE DESENV. COMUN. DO MARCOS MOURA	32.200	Santa Rita	581
						FUNDAÇÃO CARMINE D'ALOIA	15.030	Santa Rita	175
ASSOC. DOS PEQUENOS AGRICULTORES RURAIS DO ASSENTAMENTO TIRADENTES	Mari	71	R\$ 461.447,14	283.642	Abóbora leite, Batata doce, Feijão verde, Inhame, Milho verde, Raiz Mandioca	BCO. ALIM. PREF. MUN. LUCENA	105.072	Lucena	6.608
ASSOC. ASSENTADOS ASSENTAMENTO MANOEL BENTO MUNICIPIO DE CAMPIM-PB	Capim	16	R\$ 103.992,31	57.547	Hortifruti, Raiz mandioca	SESC – AR JPA	178.570	João Pessoa	117.309
ASSOCIAÇÃO AGRICULTORES FAZENDA OUTEIRO DE MIRANDA – AAOML	Lucena	64	R\$ 415.997,65	224.012	Hortifruti	BCO. ALIM. PREF. MUN. LUCENA	57.547	Lucena	6.608
						ASSOC. MÃOS QUE SE AJUDAM – COCADA NA KENGA E ARTESANATO	46.537	Lucena	1.289
						BCO. ALIM. PREF. MUN. LUCENA	177.475	Lucena	5.261
ASSOCIAÇÃO TRABALHADORES RURAIS DE ANDREZA I	Pitimbu	61	R\$ 396.500,00	216.225	Frutas e Tubérculos	SESC – AR JPA	111.653	João Pessoa	117.309
						BCO. ALIM. PREF. MUN. J.PESSOA	104.572	João Pessoa	61.850
ASSOC. DOS TRABALHADORES RURAIS FRANCISCA FIDELIS DE ARAUJO	Nazarezinho	26	R\$ 144.447,39	65.984	Hortifruti	COZINHA COMUN. POÇO DANTAS	45.392	Poço Dantas	900
COOPERATIVA AGROPECUARIA DO LITORAL SUL DA PARAIBA	Alhandra	22	R\$ 142.980,17	67.723	Inhame, Feijão verde, Raiz mandioca	SESC – AR SOUSA	20.592	Sousa	9.041
						BCO. ALIM. PREF. MUN. J.PESSOA	67.723	João Pessoa	61.850
						SESC – AR C.GDE.	133.945	Campina Grande	40.334
						HOSP. MUN. DE ESPERANÇA	330	Esperança	32
						E.M.E.F. OLIMPIA SOUTO	4.500	Esperança	782
						E.M.E.F. JOSÉ SOUTO	3.200	Esperança	380
						E.M.E.F. JOSÉ LOPES	2.300	Esperança	276
						E.M.E.F. HOSANA LOPES MARTINS	3.000	Esperança	361
						E.M.E.F. DOM MANOEL PALMEIRA DA ROCHA	6.900	Esperança	924
						CAPS – CENTO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	1.755	Esperança	160
						APAE	1.850	Esperança	186
						CASA DE APOIO A CRIANÇA DESAMPARADA NOSSO LAR	410	Esperança	20
ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES DE BARRA DE CAMARA, CARRASCO E ADJACENCIAS	Esperança	20	R\$ 104.995,10	169.066	Frutas, legume e tubérculos	SERV. DE CONCIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS	1.870	Esperança	232
ASSOCIAÇÃO DOS CAMPONESES/AS DO ASSENTAMENTO DOM JOSE MARIA PIRES	Santa Rita	20	R\$ 129.999,70	93.062		SESC – AR JPA	93.062	João Pessoa	117.309
						SESC – AR JPA	113.066	João Pessoa	117.309

ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DA APASA DO ABIAI	Pitimbu	76	R\$ 494.000,00	220.515	Hortifruti	BCO. ALIM. PREF. MUN. J.PESSOA	107.449	João Pessoa	61.850
COOP. DE PRODUÇÃO AGROPECUARIA DO ASSENTAMENTO TIRADENTES	Mari	55	R\$ 356.718,96	209.112	doce, Feijão verde, Inhame, Milho verde, Raiz	ASSOC. DE MORADORES FCO. GUEDES DE ADJACENCIAS	209.112	Mari	9.334
ASSOC. DOS CAMPONESES DA AGRICUTURA FAMILIAR DE MARINAS DE ABIAI	Pitimbu	7	R\$ 45.499,67	24.386	legume e tubérculos	SESC – AR JPA	24.386	João Pessoa	117.309
ASSOC. DOS TRABALHADORES RURAIS DO ASSENTAMENTO BOA ESPERANÇA	Jacarau	28	R\$ 223.983,98	163.337	Hortifruti	CENTRO DIFUSOR DE PRATICAS ALTERNATIVAS DE VIDA	163.337	Pirpirituba	3.637
ASSOC. DOS TRABALHADORES RURAIS DO ASSENTAMENTO JARDIM	Curral de Cima	13	R\$ 103.863,61	63.351	Hortifruti	BCO. ALIM. PREF. MUN. LUCENA	63.351	Lucena	6.608
ASSOC. DOS TRABALHADORES RURAIS DO ASSENTAMENTO NOVO SALVADOR	Jacarau	8	R\$ 63.991,72	47.973	Batata doce, Caju, Feijão	CENTRO DIFUSOR DE PRATICAS ALTERNATIVAS DE VIDA	47.973	Pirpirituba	3.637
ASSOC. DOS TRABALHADORES DO ASSENTAMENTO CHICO MENDES	Riachão do Pço	17	R\$ 128.183,28	109.269	legume e tubérculos	ASSOC. BENEFICENTE EMBAIXADORES DE CRISTO	103.113	Sapé	5.100
						ASSOC. DA MELHOR IDADE DE SAPÉ	6.156	Sapé	272
ASSOC. DOS TRABALHADORES RURAIS DO ASSENTAMENTO ANTONIO CHAVES	Jacarau	16	R\$ 127.992,37	91.017	Hortifruti e tubérculos	CENTRO DIFUSOR DE PRATICAS ALTERNATIVAS DE VIDA	91.017	Pirpirituba	3.637
COOPERATIVA DE EMPREENDIMENTOS DO AGRONEGOCIO DA PARAIBA	Congo	117	R\$ 935.994,00	115.180	Pescado	SESC – AR C.GDE.	15.000	Campina Grande	46.274
						SESC – AR JPA	15.000	João Pessoa	117.309
						ROTARY CLUBE JPA	55.180	João Pessoa	10.706
						BCO. ALIM. PREF. MUN. J.PESSOA	20.000	João Pessoa	95.727
						BCO. ALIM. PREF. MUN. PATOS	10.000	Patos	11.740
ASSOC. DOS TRABALHADORES RURAIS DO ASSENTAMENTO CANUDOS	Cruz do Esp. Santo	42	R\$ 335.992,60	224.678	Hortifruti, legume e tubérculo	BCO. ALIM. PREF. MUN. LUCENA	48.527	Lucena	6.608
						SESC – AR JPA	176.151	João Pessoa	117.309
COOP. DE PRODUÇÃO AGROPECUARIA DO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES	Mari	49	R\$ 391.975,62	314.291	Hortifruti	MISSÃO RESTAURANDO VIDAS	59.570	Sapé	12.000
						ASSOC. COMUN. MONSENHOR O. A. PEDROSA	122.171	Sapé	9.843
						CENTRO DIFUSOR DE PRATICAS ALTERNATIVAS DE VIDA	132.550	Pirpirituba	7.670
ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DO ASSENTAMENTO ESTIVA DO GERALDO	Lucena	66	R\$ 527.999,46	300.823	Hortifruti	SESC – AR JPA	300.823	João Pessoa	117.309
ASSOC. DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO PA ZUMBI DOS PALMARES	Mari	38	R\$ 303.984,25	347.863	Hortifruti e tubérculos	ASSOC. COMUN. MONSENHOR O. A. PEDROSA	127.264	Sapé	7.250
						MISSÃO RESTAURANDO VIDAS	134.957	Sapé	2.789
ASSOC. DOS PRODUTORES RURAIS DO ASSENTAMENTO CANUDOS II	Cruz do Esp. Santo	25	R\$ 199.992,50	128.033	Hortifruti	MISSÃO RESTAURANDO VIDAS	85.642	Sapé	10.000
						SESC – AR JPA	42.391	João Pessoa	117.309
ASSOC. DOS TRABALHADORES RURAIS DO ASSENTAMENTO SANTA HELENA I	Sapé	21	R\$ 167.988,66	137.119	Hortifruti	MISSÃO RESTAURANDO VIDAS	137.119	Sapé	13.308
						SESC – AR JPA	38.617	João Pessoa	117.309
						ASSOC. CULTURAL ARUENDA DA SAUDADE	12.035	Pitimbu	341

						BCO. ALIM. PREF. MUN. J.PESSOA	23.548	João Pessoa	61.850
						ASSOC. COMUN. UNIDOS POR TODOS DA RUA DO POVO	21.648	Pitimbu	860
						ASSOC. COMUN. DAS MULHERES DA TAQUARA	32.588	Pitimbu	705
ASSOC. DOS AGRICULTORES FAMILIARES									
ASSOC. DOS MORADORES DE SALAMARGO	Cruz do Esp. Santo	22	R\$ 170.870,92	157.414	Hortifruti	SESC – AR JPA	157.414	João Pessoa	117.309
COOP. AGROECOLOGICA MISTA DA VARZEA PARAIBANA ASSENTAMENTO DONA HELENA	Cruz do Esp. Santo	21	R\$ 167.998,33	130.152	Hortifruti	SESC – AR JPA	130.152	João Pessoa	117.309
ASSOC. DOS TRABALHADORES RURAIS DO ASSENTAMENTO SANTA HELENA II	Sapé	25	R\$ 199.987,97	156.433	Hortifruti	MISSÃO RESTAURANDO VIDAS	156.433	Sapé	13.308
						IGREJA EVANG. ASS. DE DEUS	26.643	Riachão do Poço	1.268
COOP. DE PRODUÇÃO AGROPECUARIA CAMPO VERDE	Riachão do Pço	23	R\$ 153.320,98	103.174	Hortifruti, legume e tubérculos	CENTRO DIFUSOR DE PRATICAS ALTERNATIVAS DE VIDA	76.531	Pirpirituba	6.700
						COZINHA COMUN. SANTARÉM	18.300	Santarém	305
						CRAS	10.800	Nazarezinho	180
						BCO. ALIM. PREF. MUN. PATOS	266.734	Patos	11.740
						COZINHA COMUN. POÇO DANTAS	54.000	Poço Dantas	900
ASSOC. DOS PRODUTORES RURAIS DENOMINADA DE IZAU PEDROSA DE LIMA	Nazarezinho	73	R\$ 583.999,31	400.853	hortalicas e tubérculos	SESC – AR SOUSA	51.019	Sousa	8.813
						SOPÃO COMUN. DA PAROQUIA DE SÃO SEBASTIÃO	3.002	São Seb. L. Roça	278
						SESC – AR C.GDE.	35.620	Campina Grande	46.274
						O RESGATE – INST. SOC. PARA DEPEND. QUIMICOS	1.280	Campina Grande	89
						INSTITUTO SÃO VICENTE DE PAULO	4.212	Campina Grande	195
						FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL DA PARAIBA	8.874	Campina Grande	250
						CENTRO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS	9.693	São Seb. L. Roça	358
						CASA DA CRIANÇA DR. JOÃO MOURA	3.758	Campina Grande	174
COOP. PARAIBANA DE AVICULTURA E AGRICULTURA FAMILIAR	Sao Seb. L. Roça	62	R\$ 495.936,98	68.987	Carne de frango e tubérculos	CASA DO MENINO	2.548	Campina Grande	118
ASSOC. RURAL DOS FRUTICULTORES DO SÍTIO BUJARI NO MUNICÍPIO DE CUITÉ	Cuité	14	R\$ 106.487,88	49.514	Hortifruti	CRAS JOANA D'DARC	49.514	Cuité	11.418
						CRAS JOANA D'DARC	28.505	Cuité	11.418
ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES E FRUTICULTORES DE NOVA FLORESTA	Nova Floresta	26	R\$ 207.949,02	80.831	Hortifruti	CRAS – NOVA FLORESTA	52.326	Nova Floresta	5.541
						BCO. ALIM. PREF. CAJAZEIRAS	116.384	Cajazeiras	7.043
						AÇÃO SOC. EVANG. SERTANEJA	24.243	São J. R. Peixe	845
						COZINHA COMUN. POÇO DANTAS	32.323	Poço Dantas	741

						BCO. ALIM. PREF. MUN. PATOS	181.813	Patos	15.344
COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE ARROZ DO VALE						AÇÃO SOC. DA DIOCESE DE CAJAZEIRAS	44.444	São J. R. Peixe	2.523
						SESC – AR JPA	61.000	João Pessoa	27.835
ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO MUNICIPIO DE REMIGIO	Remigio	40	R\$ 319.810,68	182.737	Hortifruti	CRAS	121.737	Remigio	1.024
						BCO. ALIM. PREF. CAJAZEIRAS	13.300	Cajazeiras	233
						CAPS – SÃO J. R. PEIXE	7.780	São J. R. Peixe	13
						COZINHA COMUN. DE JOCA CLAUDINO	4.500	Santarém	85
						CRAS – DE JOCA CLAUDINO	7.440	Santarém	141
						AÇÃO SOC. EVANG. SERTANEJA	27.000	São J. R. Peixe	845
						APAE – DE SÃO J. R. PEIXE	5.400	São J. R. Peixe	100
						HOSP. MUN. CAP. JOÃO DANTAS ROTHIA	10.000	São J. R. Peixe	20
						CREAS – SÃO J. R. PEIXE	7.650	São J. R. Peixe	150
						CRAS – DE SÃO J. R. PEIXE	8.100	São J. R. Peixe	155
						CRAS – DE POÇO DE JOSÉ DE MOURA	21.000	Poço de José de	689
						SERV. DE CONCIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS	24.200	São J. R. Peixe	467
						PAROQUIA N. SRA. DO ROSARIO	58.630	São J. R. Peixe	2.100
ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA SÃO JOSÉ	São J. R. Peixe	48	R\$ 383.873,00	210.300	Hortifruti	MITRA DIOCESANA – DIOCESE DE CAJAZEIRAS	15.300	Poço de José de	329
						ARQUIDIOCESE DA PARAIBA	9.318	Caaporã	156
						ASSOC. DE PESCADORES DE JACUMÃ	30.849	Conde	882
						ASSOC. COMUN. UNIDOS POR TODOS DA RUA DO POVO	30.132	Pitimbu	947
						ASSOC. CULTURAL ARUENDA DA SAUDADE	7.010	Pitimbu	316
						ASSOC. DE MORADORES DO ALTO DA BELA VISTA	21.460	Pitimbu	930
						ASSOC. DE MORADORES DO CONJ. HAB. JOSÉ MARIA RIBEIRO	25.355	Pitimbu	916
						ASSOC. DOS MORADORES DO DISTRITO DE MATA REDONDA	42.895	Alhandra	1.737
						IGREJA EVANG. ASS. DE DEUS MINISTÉRIO PENTECOSTAL DO	12.373	Caaporã	268
						INSTITUIÇÃO ESPÍRITA NOSSO LAR	14.471	João Pessoa	505
						JOÃO PESSOA SECRETARIA DAS FINANÇAS	189.520	João Pessoa	43.293

COOP. AGRICOLA MISTA DOS PROD. DO ASSENTAMENTO NOVA VIDA LTDA.						SESC – AR JPA	208.004	João Pessoa	117.309
ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DE ARVORE ALTA	Alhandra	34	R\$ 271.968,98	144.130	Hortifruti, legume e tubérculos	ASSOC. DE MORADORES DO ALTO DA BELA VISTA	16.655	Pitimbu	946
						ASSOC. DOS MORADORES DO DISTRITO DE MATA REDONDA	27.330	Alhandra	1.508
						UNIÃO STA. RITENSE DE ASSO. COMUNITARIAS	100.145	Santa Rita	6.082
						COMUN. EVANG. BATISTA DE AREIRA	41.022	Areia	530
ASSOC. DOS TRABALHADORES RURAIS DE SANTA HELENA E NOSSA SENHORA DE FATIMA	Areia	40	R\$ 319.875,00	116.100	Hortifruti, Raiz mandioca	GRUPO ESCOTEIRO PROF. FERNANDES PEIXES	25.695	Areia	332
						ASSOC. BENEFICENTE MENORES CARENTES PALMEIRAS AREIENSE	49.383	Areia	638
						CRAS – NOVA FLORESTA	4.210	Nova Floresta	5.541
ASSOC. COMUNITARIA DE PRODUTORES DA AVICULTURA ALTERNATIVA DO MUNICIPIO DE NOVA FLORESTA	Nova Floresta	11	R\$ 87.989,00	9.262	Carne de frango caipira	ESCOLAS MUNICIPAIS DE N. FLORESTA	5.052	Nova Floresta	1.223
						Associação dos Moradores da Rua do Vento	30.705	Bananeiras	320
						ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NOSSA SENHORA DA PAZ	21.404	Itapororoca	520
						CARMELO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS E MADRE TERESA	14.748	Bananeiras	300
						FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE BANANEIRAS-PB	29.001	Bananeiras	800
						FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	11.013	Serraria	220
						CRAS – Lagoa de Dentro	11.047	Lagoa de Dentro	200
						DIOCESE DE GUARABIRA	24.097	Serraria	225
						DIOCESE DE GUARABIRA	25.394	Lagoa de Dentro	412
						FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS DE SOLANEA	20.600	Solânea	450
COOPERATIVA REGIONAL DOS PRODUTORES RURAIS LTDA	BANANEIRAS	75	R\$ 593.546,82	188.009	HORTIFRUTIGRANJEIROS				

NOTA: TENDO EM VISTA QUE ALGUMAS ORGANIZAÇÕES FORNECEDORAS ENTREGAM SEUS ALIMENTOS A UMA DETERMINADA UNIDADE CONSUMIDORA, LOCALIZADA EM UM MESMO MUNICÍPIO, CONSIDEROU-SE ENTÃO A QUANTIDADE DE PESSOAS ASSISTIDAS DE FORMA REPETIDA, NÃO CABENDO O SOMATÓRIO DESTAS POR MUNICÍPIO.

Anexo B – Ações da Conab 2015

 Conab Companhia Nacional de Abastecimento SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA PARAÍBA GERÊNCIA DE OPERAÇÕES E DE SUPORTE ESTRATÉGICO SETOR DE OPERAÇÕES DE PROGRAMAS INSTITUCIONAIS E SOCIAIS DE ABASTECIMENTO ANO 2015									
Organização Fornecedora	Município	Número de agricultores fornecedores	Valor total do projeto	Quantidade de produtos do projeto (kg)	Classificação dos produtos	Unidade Recebedora – UR	Quantidade destinada à unidade recebedora (kg)	Município da Unidade Recebedora	Nº de pessoas assistidas pela UR
ASSOC. DOS AGRIC. FAM. DE SÃO JOSÉ DA LAGOA TAPADA	São José da Lagoa Tapada	22	R\$ 175.979,98	98.234	hortifrutis e tubérculos	AÇÃO SOCIAL DA DIOCESE DE CAJAZEIRAS	18.004	São José da Lagoa Tapada	218
						CRAS	1.906	São José da Lagoa Tapada	529
						E.E.E. FUND. E MEDIO CELSO MARIZ	7.567	Sousa	456
						SERVICO SOCIAL DO COMERCIO SESC-AR/PB	57.818	Patos	24.368
						UNIDADE MISTA DE SAUDE CACILDA BRAGA	12.939	São José da Lagoa Tapada	62
ASSOC. COMUNITÁRIA RURAL DE ANGICO I	São Bentinho	54	R\$ 432.000,00	34.000	Carne caprina, frango Mel, Queijo	MITRA DIOCESANA DEIOCESE DE CAJAZEIRAS	34.000	São Bentinho	1.474
ASSOC. COMUN. DOS AGRIC. RURAIS DE BOA VISTA I	Rio Tinto	58	R\$ 463.999,79	256.075	Hortifrutis	INSTITUICAO ESPIRITA NOSSO LAR	36.362	João Pessoa	459
						ASS. DE CIDADANIA E INCLUSÃO SOCIAL – ACIS	109.857	João Pessoa	22.592
						BANCO DE ALIMENTOS DA CIDADE DE JOÃO PESSOA	109.857	João Pessoa	64343
ASSOCIAÇÃO DOS PISCICULTORES DE ACAUÃ	ITATUBA	45	R\$ 359.996,00	51.428	Peixe	ARQUIDIOCESE DA PARAIBA	51.428	Itatuba	2.243
ASSOC. COMUN. DO FECHADO	Patos	31	R\$ 247.997,21	43.491	Polpa de frutas	BANCO DE ALIMENTOS DE PATOS	21.991	Patos	11.740
						SERVICO SOCIAL DO COMERCIO SESC-AR/PB	21.500	João Pessoa	117.309
ASSOC. AGROIND. DOS PROD. RURAIS DO MUN. DE CACH. DOS INDIOS	Cachoeira dos Indios	32	R\$ 256.000,00	38.392	Hortifrutis, Bolos, Carneos, mel, Queijo	FUNDAÇÃO COMUNITÁRIA DO SÍTIO CIPÓ	38.392	Cachoeira dos Indios	789
ASSOC. COMUNITÁRIA RURAL DO NÚCLEO I DE SÃO GONÇALO	Sousa	58	R\$ 462.658,98	336.512	hortifrutis e tubérculos	BANCO DE ALIMENTOS DE PATOS	332.059	Patos	11.740
					hortifrutis e tubérculo	E.E.E. FUND. E MEDIO CELSO MARIZ	4.453	Sousa	456
HIDROÇU – COOP. AGROPEC. DE URUÇU	São João do Cariri	17	R\$ 135.998,40	33.505	alface, coentro, maxixe, quiabo.	BANCO DE ALIMENTOS DE PATOS	17.458	Patos	11.743
					alface, coentro, maxixe, quiabo.	SERVICO SOCIAL DO COMERCIO SESC-AR/PB	16.047	Patos	24.368
COAGROPEC – COOP. AGROPEC. DE CONDADO	Condado	60	R\$ 479.998,56	68.132	Carne de frango, Doce, Mel, Peixe, frutas	MITRA DIOCESANA DE PATOS -	68.132	Condado	1.388
ASSOC. BENEFICENTE DOS MORADORES DE CAPITÃO	Santa Rita	31	R\$ 245.726,77	185.007	hortifrutis e tubérculo	ASSOC. COMUN. DOS MORADORES DO DISTRITO DE LEROLANDIA	54.171	Santa Rita	1.051
						ASSOC. COMUN. E DESENV. DOS TRAB. RURAIS	70.339	Santa Rita	1.598
						ASSOCIAÇÃO CASA DOS SONHOS	44.327	Santa Rita	717
						CASA DO ANCIÃO MARIA RIBEIRO DE LIMA	4.584	Santa Rita	78

						CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DOM OSCAR ROMERO	5.445	Santa Rita	119
						CENTRO SOCIAL ELIASAFE	6.141	Santa Rita	120
ASSOC. DOS TRAB. RURAIS DO ASSENT. NOVA VIVENCIA	Sapé	36	R\$ 287.999,56	159.121	hortifíuti e tubérculo	BANCO DE ALIMENTOS DA PREFEITURA DE JOÃO PESSOA	80.304	João Pessoa	61.850
						SERVICO SOCIAL DO COMERCIO SESC-AR/PB	78.817	Campina Grande	47.763
ASSOC. DOS TRAB. RURAIS DO ASSENT. MATA DE VARA	Pedras de Fogo	28	R\$ 223.998,79	201.322	frutas e tubérculos	BANCO DE ALIMENTOS DA PREFEITURA DE JOÃO PESSOA	96.114	João Pessoa	16.850
						SERVICO SOCIAL DO COMERCIO SESC-AR/PB	105.208	Campina Grande	47.763
ASSOC. DOS TRAB. RURAIS DE AMARELA II	São Miguel de Taipu	10	R\$ 79.990,50	66.310	abacaxi, batata doce, feijão verde, quiabo,	BANCO DE ALIMENTOS DA PREFEITURA DE JOÃO PESSOA	28.810	João Pessoa	61.850
						SERVICO SOCIAL DO COMERCIO SESC-AR/PB	37.500	Campina Grande	47.763
ASSOC. DOS TRAB. RURAIS DE AMARELA I	São Miguel de Taipu	8	R\$ 63.999,28	61.764	Abacaxi, Batata, Mandioca	BANCO DE ALIMENTOS DA PREFEITURA DE JOÃO PESSOA	32.000	João Pessoa	61.850
						SERVICO SOCIAL DO COMERCIO SESC-AR/PB	29.764	João Pessoa	117.309
ASSOC. DOS TRAB. RURAIS DO ASSENT. 21 DE ABRIL	Sapé	9	R\$ 71.990,80	21.490	batata doce, bolo de mandioca, feijão verde,	BANCO DE ALIMENTOS DA PREFEITURA DE JOÃO PESSOA	9.200	João Pessoa	61.850
						SERVICO SOCIAL DO COMERCIO SESC-AR/PB	12.290	João Pessoa	117.309
ASSOC. COMUN. NEGRA DO CAMARÁ – ACONCA	Remigio	16	R\$ 131.517,08	106.732	abacate, abobora leite, batata doce, batata inglesa, cebola, cebolinha, jaca, laranja, limão, manga, maxixe, milho verde, mandioca	CRAS - Centro de Referência Assistência Social	49.053	Remigio	2.447
						E.M.E.I.F. PROF. GERCINA ELOY FREIRE	4.168	Remigio	995
						E.M.E.I.F. JULIA VITORIO	1.604	Remigio	220
						SERVICO SOCIAL DO COMERCIO SESC-AR/PB	51.907	Campina Grande	47.763
ASSOC. COMUN. DA AGRIC. FAM. DE MASSARANDUBA – ACAFAMA	Remigio	7	44.794,76	33.752	abacate, banana, batata doce, caju, cebolinha, jaca, laranja, limão, manga, maracujá, milho verde, pimentão, mandioca	CRAS - Centro de Referência Assistência Social	13.905	Remigio	2.447
						CRECHE WILSON PEREIRA DOS SANTOS	497	Remigio	63
						E.M.E.I.F. ANTONIO CARNEIRO FILHO	1.863	Remigio	226
						Fundação Assistencial da Paraíba	5.110	Campina Grande	280
						SERVICO SOCIAL DO COMERCIO SESC-AR/PB	12.377	Campina Grande	47.763
ASSOC. DOS AGRIC. DO ASENTAMENTO JOÃO PEDRO TEIXEIRA	Sapé	42	335.916,13	283.233	Hortifrutis, Cão seco, Cão verde	MISSÃO RESTAURANDO VIDAS	283.233	Sapé	10.000
ASS DOS TRABALHADORES RURAIS DE JOÃO GOMES E CRUZ DO CABOCLO	ALHANDRA	16	127.999,96	71.937	Hortifrutis	FUNDAÇÃO INTERNACIONAL UNIDOS DO BRASIL - FUNIB	71.937	Cabedelo	4.757
ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS EM AVICULTURA ALTERNATIVA DE CATURITÉ	CATURITÉ	24	191.976,00	20.208	Aves	SERVICO SOCIAL DO COMERCIO SESC-AR/PB	20.208	Campina Grande	47.763
ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO SÃO LUIZ	SÃO FRANCISCO	5	39.995,00	4.210	Aves	Fundo Municipal de Assistencia de Sao Francisco	4.210	São Francisco	219
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO DE CAIANA	REMÍGIO	12	75.797,79	63.925	Hortifrutis	CRAS - Centro de Referência Assistência Social	34.728	Remigio	2.447
						Creche Olivia Bronzeado	1.551	Remigio	190
						E.M.E.I.F. Estanislau Eloy	3.643	Remigio	686
						SERVICO SOCIAL DO COMERCIO SESC-AR/PB	24.003	Campina Grande	47.763

ASSOCIAÇÃO DE AVICULTORES ALTERNATIVOS DE QUEIMADAS-PB	QUEIMADAS	8	63.992,00	6.736	Aves	SERVICO SOCIAL DO COMERCIO SESC-AR/PB	6.736	Campina Grande	47.763
ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE AVICULTURA ALTERNATIVA DO AGRESTE E BORBOREMA	S.S. DE L. DE ROÇA	41	327.955,19	67.816	Aves e Hortifrutis.	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA RUA ANTONIO APOLINÁRIO DA SILVA	9.945	S. S. Lagoa de Roça	300
						Igreja Batista Misionaria Fogo e Poder	9.845	S. S. Lagoa de Roça	297
						SERVICO SOCIAL DO COMERCIO SESC-AR/PB	48.026	Campina Grande	47.763
ASS. DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DAS COMUNIDADES JUCÁ E BOA VISTA	.SECA	38	225.212,00	164.100	Hortifrutis	SERVICO SOCIAL DO COMERCIO SESC-AR/PB	164.100	Campina Grande	47.763
ASSOC. DA COMUN. NEGRA SENHOR DO BONFIM	Areia	33	263.254,57	136.325	alface, banana, batata doce, cebolinha, coentro, couve, laranja, limão, pimentão, mandioca	APAE de Areia	6.142	Areia	67
						ASSOC. HUMANITARIA DOS BOMBEIROS VOLUNTARIOS DO BREJO	96.264	Areia	900
						SERV. DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS – SCFV	33.919	Areia	370
Associação de Desenvolvimento Comunitário Rural de	Caraúbas	30	240.000,00	16.000	CARNE CAPRINA	MITRA DIOCESANA DE CAMPINA GRANDE	16.000	Caraúbas	1.326
ASSOCIAÇÃO NOVA VIDA	Mogeiro	10	79.997,12	54.263	Hortifrutis	CRAS- - MOGEIRO	54.263	Mogeiro	910
ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES AGROECOLÓGICOS DE MONTEIRO	Monteiro	18	143.998,96	35.911	hortifrutis	ASS. DE AÇÃO COMUNITÁRIA E ATIV. CULTURAIS – ACAS	20.480	Monteiro	1.033
						CLUBE DE MÃES DE MONTEIRO	15.431	Monteiro	742
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DO SERIDÓ E CURIMATAÚ PARAIBANO	Picuí	29	232.000,00	51.400	Polpa de caju, goiaba, maracujá, umbú.	Prefeitura municipal de Picuí	51.400	picui	10.353
ASSOCIAÇÃO DOS PISCICULTORES E AQUICULTORES DO MUNICÍPIO DE ARAÇAGI	ARAÇAGI	16	127.995,00	18.285		DIOCESE DE GUARABIRA	18.285	Araçagi	2.395
ASS. C. VICENTE DE ASSIS FERREIRA DE AVICULT. ALT. DO CARIRI OCIDENTAL	Monteiro	51	407.996,50	42.947	carne de frango.	ASS. DE AÇÃO COMUNITÁRIA E ATIV. CULTURAIS – ACAS	12.300	Monteiro	1.033
						CLUBE DE MÃES DE MONTEIRO	11.399	Monteiro	742
						CRAS – MONTEIRO	2.000	Monteiro	53
						PETI – PROG. DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	4.300	Monteiro	396
						PROGRAMA MUNICIPAL SOPA DA GENTE	.948	Monteiro	404
ACAAB - ASSOCIAÇÃO DOS CRIADORES DE AVICULTURA ALTERNATIVA DE DE BOQUEIRÃO	BOQUEIRÃO	9	71.991,00	7.578	Carne de frango	ASSOC. DE PAIS E AMIGOS DOS EXC. BOQUEIO	748	Boqueirão	104
						Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)	1.195	Boqueirão	166
						Hospital Municipal de Boqueirão	5.635	Boqueirão	2.526
ASS. DOS AGRIC. FAMILIARES DAS COMUNIDADES MALACACHETA E JACARÉ	REMIGIO	14	111.988,73	78.666	Hortifrutis.	SERVICO SOCIAL DO COMERCIO SESC-AR/PB	78.666	Campina Grande	47.763
COOP. DE PRODUCAO AGROP. DO ASSENTAMENTO TIRADENTES – COOPERAT	MARÍ	71	564.838,00	391.600	Hortifrutis.	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA FRANCISCO GUEDES DE ADJACENCIAS	391.600	Mari	9.634
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RURAL DE SÃO JOSÉ DOBÉDÃO	S. J. DO RIO DO PEIXE	29	231.999,53	75.716	Hortifrutis	CRAS – Triunfo	31.960	Triunfo	3.150
						CRAS POÇO DE JOSÉ DE MOURA	20.500	Poço de José de	689
						Paróquia Nossa Senhora do Rosário	23.256	São João do Rio do	2.100
ASS. DE DESENVOLVIMENTO E FORTALECIMENTO DA AGRIC. FAMILIAR	Barra de Sta. Rosa	45	359.950,30	57.424	Hortifrutis, ovos, aves e polpa.	Prefeitura Municipal de Barra de Santa Rosa	57.424	Barra de Santa Rosa	3.280
						AÇÃO SOCIAL EVANGÉLICA SERTANEJA	9.778	São João do Rio do	1.200

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE LEITE E QUEIJO DO VALE DO RIO DO PEIXE	S. J. DO RIO DO PEIXE	75	600.000,00	96.153	Doce, feijão, milho e der.	BANCO DE ALIMENTOS DA CIDADE DE CAJAZEIRAS	15.556	Cajazeiras	7.043
						Cozinha Comunitária de Poço Dantas	22.588	São João do Rio do	900
						CRAS – Triunfo	22.772	Triunfo	3.150
						Cras São João do Rio do Peixe	9.781	São João do Rio do	15.000
						Paróquia Nossa Senhora do Rosário	15.678	São João do Rio do	2.100
ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO SITIO CHA DA BARRA E ADJACENTES ASSOCIAÇÃO SUMEENSE DE AVICULTURA	ALAGOA NOVA	21	167.921,12	131.874	Hortifrutis	SERVICO SOCIAL DO COMERCIO SESC-AR/PB	119.102	Campina Grande	47.763
						SHEILA - INSTITUTO ESPÍRITA DE PEDAGOGIA E EVANGELIZAÇÃO	12.772	Campina Grande	324
						PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMÉ	10.947	Sumé	404
ASS. RURALISTA DE ALGODÃO DE JANDAÍRA	ALGODÃO DE JANDAÍRA	36	160.449,32	18.269	Alface, coentro e frango	MUNICÍPIO DE ALGODÃO DE JANDAÍRA	18.269	Algodão de Jandaira	1.676
ASS. DOS CAMP.DA AGRIC.FAM.DE MARINAS DO ABIAÍ		7	55.999,36	29.114	Hortifrutis	SERVIÇO SOCIAL DO COMERCIO - SESC AR PB	29.114	João Pessoa	117.309
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RURAL DO DISTRITO DE UMARI	S. J. DO RIO DO PEIXE	70	560.000,00	478.200	Hortifrutis	ACAO SOCIAL DA DIOCESE DE CAJAZEIRAS	38.255	São João do Rio do	2.523
						AÇÃO SOCIAL EVANGÉLICA SERTANEJA	23.909	São João do Rio do	845
						BANCO DE ALIMENTOS DA CIDADE DE CAJAZEIRAS	191.280	Cajazeiras	7.043
						BANCO DE ALIMENTOS DE PATOS	205.629	Patos	15.344
						COZINHA COMUNITÁRIA DE POÇO DANTAS	19.127	Poço Dantas	741
COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE ARROZ DO VALE DO RIO DO PEIXE	S. J. DO RIO DO PEIXE	70	560.000,00	478.200	Hortifrutis	ACAO SOCIAL DA DIOCESE DE CAJAZEIRAS	35.000	São João do Rio do	2.523
						AÇÃO SOCIAL EVANGÉLICA SERTANEJA	13.000	São João do Rio do	845
						BANCO DE ALIMENTOS DA CIDADE DE CAJAZEIRAS	120.000	Cajazeiras	7.043
						BANCO DE ALIMENTOS DE PATOS	255.475	Patos	15.344
						COZINHA COMUNITÁRIA DE POÇO DANTAS	13.000	Poço Dantas	741
COOAGRIL-COOPERATIVA DE AGROINDUSTRIAS LTDA.	MONTEIRO	57	R\$ 455.997,81	81.738	Aves e Hortifrutis.	FUNDAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MONTEIRO	27.686	Monteiro	736
						IGREJA PRESBITERIANA DE MONTEIRO	10.800	Monteiro	150
						PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DAS DORES	24.898	Monteiro	540
						SERVICO SOCIAL DO COMERCIO SESC-AR/PB	15.474	Campina Grande	47.763
						SOCIEDADE ABRIGO IRACEMA AZEVEDO MENEZES	2.880	Monteiro	40
ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE PICUI	PICUI	13	R\$ 103.995,50	17.533	Aves e Hortifrutis.	CENTRO DE REFERENCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL	17.533	picui	500
ASS. DO ASSENT. ANTONIO CHAVES	JACARAÚ	21	R\$ 167.789,06	114.630	Hortifrutis	Centro difusor de práticas alternativas de vida	114.630	Pirpirituba	3.637
ASS. DE AVIC. ALT. DE S. S. DO UMBUZEIRO	SAO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO	13	R\$ 103.987,00	10.946	frango	Fundo Municipal de Assistência Social	10.946	s. s. do Umbuzeiro	1.184
ASS. DO ASSENT. NOVO SALVADOR	JACARAÚ	10	R\$ 68.007,84	46.967	Hortifrutis	Centro difusor de práticas alternativas de vida	46.967	Pirpirituba	3.637

ASS. DO ASSENT. JARDIM	CURRAL DE CIMA	25	R\$ 199.780,56	145.188	Hortifrutis	BANCO DE ALIMENTOS DA CIDADE DE LUCENA	145.188	Lucena	6.608
ASS. DOS AGRICULTORES FAMILIARES AGROECOLOGICOS DE PITIMBÚ	PITIMBÚ	28	R\$ 223.999,88	129.027	Hortifrutis	Associação Comunitaria das Mulheres de Taquara	33.401	Pitimbú	705
						Associação Comunitaria Unidos por Todos da Rua do Povo	30.951	Pitimbú	860
						BANCO DE ALIMENTOS DA PREFEITURA DE JOÃO PESSOA	37.676	João Pessoa	61.850
						SERVICO SOCIAL DO COMERCIO SESC-AR/PB	26.999	João Pessoa	117.309
ASS. DOS TRAB. RURAIS DO ASSENT. ALMIR MUNIZ DA SILVA	ITABAIANA	19	R\$ 151.942,54	61.562	Hortifrutis	CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	61.562	Itabaiana	1.551
ASS. DOS PRODUTORES RURAIS DO ASSENTAMENTO CANUDOS II						CENTRO DE REF. DE ASSIST.SOCIAL-CRAS - SOBRADO	39.351	Sobrado	2.765
						FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE SANTA RITA	60.711	Santa Rita	7.000
						FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL	25.688	Cruz do Esp. Santo	2.795
						SERVICO SOCIAL DO COMERCIO SESC-AR/PB	39.889	João Pessoa	117.309
ASS. DOS TRABALHADORES RURAIS DO ASSENTAMENTO VIDA NOVA	SAPE	14	R\$ 111.999,86	87.938	Hortifrutis	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	87.938	Sapé	4.000
ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO SÍTIO CAJÁ DE MATINHAS	MATINHAS	5	R\$ 39.999,08	34.060	Hortifrutis	SERVICO SOCIAL DO COMERCIO SESC-AR/PB	34.060	Campina Grande	47.763
ASSOCIAÇÃO DO ASSENTAMENTO MANOEL BENTO	CAPIM	15	R\$ 119.918,17	97.283	Hortifrutis	BANCO DE ALIMENTOS DA CIDADE DE LUCENA	97.283	Lucena	6.608
ASS. DO ASSENT. ZÉ MARCOLINO	PRATA	30	R\$ 239.998,50	25.263	frango	CRAS	25.263	Prata	559
ASSOCIAÇÃO DOS ASSENTADOS DO ASSENTAMENTO DOS DEZ	MONTEIRO	10	R\$ 79.990,00	8.420	aves	PROGRAMA MUNICIPAL SOPA DA GENTE	8.420	Monteiro	404
ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DE COVOUADA I	CRUZ DO ESP. SANTO	13	R\$ 103.996,00	74.397	hortifrutis	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	31.367	Sapé	4.000
						FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL	43.030	Cruz do Esp. Santo	4.500
						ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NOSSA SENHORA DA PAZ	12.900	Itapororoca	560
						Associação dos Moradores da Rua do Vento	14.880	Bananeiras	320
						CARMELO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS E MADRE TERESA	8.470	Bananeiras	300
						CENTRO DE REFERENCIA A ASSISTENCIA SOCIAL	4.300	Prata	559
						CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISÊNCIA SOCIAL	5.200	Barra de Santana	2.219
						DIOCESE DE GUARABIRA	5.520	Serraria	225
						DIOCESE DE GUARABIRA	13.330	Lagoa de Dentro	412
						DIOCESE DE GUARABIRA	16.676	Tacima	500
						FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.313	Monteiro	53
						FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	9.086	Serraria	220
						FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS DE SOLANEA	6.800	Solânea	450
						FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE BANANEIRAS-PB	13.616	Bananeiras	800
						FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE TACIMA	6.150	Tacima	100

						FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SUMÉ	3.500	Sumé	500
						Fundo Social de Assistencia Social	500	Pocinhos	495
						PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE DENTRO	6.420	Lagoa de Dentro	200
						SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	7.500	Serra Branca	381
COOPERATIVA REGIONAL DOS PRODUTORES RURAIS COOP. DO LITORAL SUL – COAGRISUL	BANANEIRAS ALHANDRA	79 16	R\$ 625.553,19 R\$ 127.992,68	136.161 84.342	Hortifrutis, mel e polpas. Hortifrutis	BANCO DE ALIMENTOS DA PREFEITURA DE JOÃO PESSOA	84.342	João Pessoa	61.850
						CAMPINA GRANDE PREFEITURA	17.087	Campina Grande	92.500
						Casa da Criança Dr. João Moura	8.303	Campina Grande	174
						Casa do menino	5.468	Campina Grande	174
						Centro De Referencia Da Assistência Social (Cras)	11.120	Caturité	409
						CENTRO DE REFERENCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) - SEMAS	4.674	Alcantil	268
						Fundação Assistencial da Paraíba	12.053	Campina Grande	280
						FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	3.200	Lagoa Seca	350
						FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	3.200	Lagoa Seca	350
						FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	6.773	Ingá	399
						FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	5.600	Boqueirão	422
						Fundo Social de Assistencia Social	10.064	Pocinhos	465
						Igreja Missionaria Pentecostal a Nova Jerusalem	2.400	Alcantil	268
						Instituto São Vicente de Paulo	9.192	Campina Grande	195
						MITRA DIOCESANA DE CAMPINA GRANDE	6.656	Campina Grande	278
						Serviço de Convivencia e Fortalecimento de	4.000	Alagoa Nova	318
						Serviço de Convivencia e Fortalecimento de	11.296	Algodão de Jandaira	427
						Serviço de Convivencia e Fortalecimento de	9.600	S. S. Lagoa de Roça	292
						SERVICO SOCIAL DO COMERCIO SESC-AR/PB	24.338	Campina Grande	47.763
						Seviço de Convivencia e Fortalecimento de Vínculos	2.400	Areial	171
COPAF - COOPERATIVA PARAIBANA DE AVICULTURA E AGRICULTURA FAMILIAR	S.S. DE L. DE ROÇA	124	R\$ 991.880,53	161.424	Aves e Hortifrutis.	Sociedade São Vicente de Paulo	4.000	Soledade	206
						CAMPINA GRANDE PREFEITURA	12.937	Campina Grande	92.500
						FMAS FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	2.800	Cacimbas	2.800
						PREFEITURA BOA VENTURA	500	Boa Ventura	500
						SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	563	Serra da Raiz	563

ASS. DOS APICULTORES DE DE SALGADO DE SÃO FÉLIX - ASAMS	SALGADO DE S. FELIX	56	R\$ 425.290,00	42.529	Mel	SERVICO SOCIAL DO COMERCIO SESC-AR/PB	25.729	João Pessoa	117.309
ASS. DAS MULHERES PROD. EM QUIXABA, PICUI	PICUI	13	R\$ 103.996,50	10.947	frango	SERVICO SOCIAL DO COMERCIO SESC-AR/PB	10.947	Patos	24.368
			1.948,00	R\$ 15.299.979,64	6.180.573,00				

NOTA: TENDO EM VISTA QUE ALGUMAS ORGANIZAÇÕES FORNECEDORAS ENTREGAM SEUS ALIMENTOS A UMA DETERMINADA UNIDADE CONSUMIDORA, LOCALIZADA EM UM MESMO MUNICÍPIO, CONSIDEROU-SE ENTÃO A QUANTIDADE DE PESSOAS ASSISTIDAS DE FORMA REPETIDA, NÃO CABENDO O SOMATÓRIO DESTAS POR MUNICÍPIO.

Anexo C – Ações da Conab 2016



Conab
Companhia Nacional de Abastecimento

ANO 2016

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA PARAÍBA GERÊNCIA
DE OPERAÇÕES E DE SUPORTE ESTRATÉGICO
SETOR DE OPERAÇÕES DE PROGRAMAS INSTITUCIONAIS E SOCIAIS DE ABASTECIMENTO

Organização Fornecedora	Município	Número de agricultores fornecedores	Valor total do projeto	Quantidade de produtos do projeto (kg)	Classificação dos produtos	Unidade Recebedora – UR	Quantidade destinada à unidade recebedora (kg)	Município da Unidade Recebedora	Nº de pessoas assistidas pela UR
COOPERATIVA DE PROD. AGROPECUÁRIA DO ASSENT. ZUMBI DOS PALMARES	MARI	52	R\$ 415.937,46	291.821	HORTIFRUTI, TUBÉRCULOS	ASSOC. DE DESENV. DOS AMIGOS DO BAIRRO DO CRUZEIRO	111.821	CUITEGI	3.269
						ASS. NOVO HORIZONTE	180.000	ITAPOROROCA	8.731
ASS. TRAB. RURAIS DO ASSENT. BOA ESPERANÇA	JACARAÚ	31	R\$ 247.491,96	161.078	HORTIFRUTI E TUBÉRCULOS	PAROQUIA DO SENHOR BOM JESUS	80.539	MATARACA	3.510
						CENTRO DIFUSOR DE PRÁTICAS ALT. DE VIDA BOM SAMARITANO	80.539	PIRPIRITUBA	3.637
ASSOC. DOS PROD. RURAIS DE CANUDOS I	CRUZ DO ESP.	43	R\$ 343.999,79	200.004	HORTIFRUTI	BANCO DE ALIMENTOS DE LUCENA	79.884	LUCENA	6.608
						FMAS – CRUZ E. SANTO	47.129	CRUZ E. SANTO	2.795
						FMAS – SANTA RITA	72.991	SANTA RITA	7.000
Associação dos Agricultores e Fruticultores de Nova Floresta	NOVA FLORESTA	33	R\$ 263.959,76	111.361	HORTIFRUTI E TUBÉRCULOS	CRAS – CUITÉ	51.623	CUITÉ	11.418
						CRAS – NOVA FLORESTA	26.087	NOVA FLORESTA	5.541
						SESC – MESA BRASIL	33.651	CAMPINA GRANDE	47.400
ASS. PROD. DA AGRIC. FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA	SANTA RITA	38	R\$ 303.981,80	255.670	FRUTAS E TUBÉRCULOS	ASS. PROMOCIONAL DA ANSÃO DONA LICOTA C. DA CUNHA MAROJA	7.455	SANTA RITA	105
						CENTRO DE FORMAÇÃO EDUCATIVO COMUNITÁRIO	30.445	SANTA RITA	462
						FUNIB – FUNDAÇÃO INTERNACIONAL UNIDOS DO BRASIL	104.658	JOÃO PESSOA	2.000
						UNIÃO SANTARITENSE DE ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS	113.112	SANTA RITA	8408
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANGICOS I	SÃO BENTINHO	61	R\$ 487.997,04	36.612	CÁRNEOS, DERIVADOS DE LEITE E MEL	PARÓQUIA SÃO FRANCISCO	36.612	SÃO BENTINHO	1.474
ASSOCIAÇÃO SUMEENSE DE AVICULTURA	SUMÉ	22	R\$ 175.990,64	16.793	CARNE DE FRAGO	CRAS DE SUMÉ	16.793	SUMÉ	1.922
						AÇÃO SOCIAL EVANGÉLICA SERTANEJA	16.814	SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE	1.200
						BANCO ALIMENTOS DE CAJAZEIRAS	45.080	CAJAZEIRAS	11.913
						COZINHA COMUNITÁRIA DE POÇO DANTAS	17.560	POÇO DANTAS	900
						CRAS DE TRIUNFO	34.500	TRIUNFO	3.170
						CRAS DE SANTA HELENA	46.000	SANTA HELENA	1.440

						CRAS SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE	57.330	SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE	12.304
						PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO	58.995	SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE	4.410
ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DE MONTEIRO	MONTEIRO	22	R\$ 175.994,17	40.819	HORTIFRUTIGRANJEIROS	CRAS DE MONTEIRO	40.819	MONTEIRO	11.149
COOP.AGRIC.SERV.TÉC.LIT.SUL PARAIBANO -COASP	ALHANDRA	40	R\$ 319.999,32	182.017	HORTIFRUTI E TUBÉRCULO	SESC – MESA BRASIL	87.427	JOÃO PESSOA	69.889
						BANCO ALIMENTOS	94.590	JOÃO PESSOA	61.850
						COZINHA COMUNITÁRIA DE POÇO DANTAS	79.224	POÇO DANTAS	900
ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS FRANCISCA FIDÉLIS DE ARAÚJO	NAZAREZINHO	58	R\$ 463.997,61	210.942	HORTIFRUTI E TUBÉRCULO	SESC – MESA BRASIL	131.718	SOUSA	10.285
						PARÓQUIA DE SÃO PEDRO	16.519	CARAÚBAS	1.326
ASSOC.DE DES.COMUN.RURAL DE BARRIGUDA DOS QUEIROZ	CARAÚBAS	35	R\$ 279.997,05	16.519	CARNE CAPRINA	CRAS – MONTEIRO	35.393	MONTEIRO	11.149
ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS MORADORES E AGRICULTORES DO SÍTIO ANGIQUINHO	MONTEIRO	16	R\$ 127.994,01	35.393	HORTALIÇAS	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE MENORES CARENTES PALMEIRAS AREIENSE	74.444	AREIA	940
ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SANTA HELENA E NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	AREIA	44	R\$ 351.999,29	176.212	HORTIFRUTI	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA RUA SÃO JOSÉ E ADJACÊNCIAS	237.589	AREIA	300
						COMUNIDADE EVANGELICA BATISTA DE AREIA	41.973	AREIA	530
						GRUPO ESCOTEIRO PROF. FERNANDES PEIXES	36.036	AREIA	455
						BANCO DE ALIMENTOS	22.850	JOÃO PESSOA	61.850
ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DO ASSENTAMENTO FREL ANASTÁCIO	CONDE	11	R\$ 87.999,77	45.795	FRUTAS E TUBÉRCULOS	SESC – MESA BRASIL	22.945	JOÃO PESSOA	69.889
						PARÓQUIA DE SÃO SEBASTIÃO	15.645	ARAÇAGI	1.974
ASSOCIAÇÃO DOS PISCICULTORES E AQUICULTORES	ARAÇAGI	15	R\$ 119.997,15	15.645	ORIGEM ANIMAL	CRAS – MAMANGUAPE	97.979,00	Mamanguape	15.500
ASSOC. COMUNITÁRIA EM BENEFÍCIO DOS MORAD. DE ALAGOAS DE MAMANGUAPE	MAMANGUAPE	18	143.999,99	97.979,00		AÇÃO SOCIAL EVANG. SERTANEJA	15.637,00	São J. do Rio do	1.200
ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE LEITE E QUEIJO DO VALE DO RIO DO PEIXE	SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE	86	687.997,28	132.980,00	BOLOS E DERIVADOS DO LEITE	BCO. DE ALIM. DA PREF. MUN. DE CAJAZEIRAS	23.104,00	Cajazeiras	11.913
						COZINHA COMUN. DE POÇO DANTAS	10.877,00	Nazarezinho	900
						CRAS DE TRIUNFO	21.500,00	Triunfo	3.150
						CRAS SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE	31.080,00	São J. do Rio do	12.304
						PARÓQUIA NOSSA SRA. DO ROSARIO	30.782,00	São J. do Rio do	3.210
						FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE MONTEIRO	2.800,00	Monteiro	500
						FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SÃO SEB. DO UMBUZEIRO	1.900,00	São Seb. Do	1.178
COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DE MONTEIRO LTDA – CAPRIBOM	MONTEIRO	29	213.980,00	13.000,00	DERIVADOS DO LEITE	FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SÃO JOÃO DO TIGRE	1.900,00	São João do Tigre	402
						FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SUMÉ	2.200,00	Sumé	500
						FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE ZABELÊ	1.900,00	Zabelê	1.437
						FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CAMALAU	2.300,00	Camalaú	1.819

ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO P. A ZUMBIDOS PALMARES	MARI	39	311.979,30	212.499,00	TUBÉRCULOS	ASSOC. COMUN. MONSENHOR O. A. PEDROSA	121.430,00	Sapé	5.789
						FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SALGADO DE SÃO FELIX	91.069,00	Salgado de São Felix	5.017
COOP. AGRÍCOLA MISTA DOS PRODUTORES RURAIS DO ASSENTAMENTO NOVA VIDA	PITIMBÚ	47	375.999,48	229.889,00	HORTIFRUTI E TUBÉRCULO	ASSOC. DE PESCADORES DE JACUMÃ	30.500,00	Conde	882
						ASSOC. DOS MORADORES DO DISTRITO DE MATA REDONDA	29.230,00	Alhandra	1.737
						FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE PITIMBU	66.999,00	Pitimbu	7.696
						INSTITUIÇÃO ESPIRITA NOSSO LAR	33.339,00	João Pessoa	505
						SECRETARIA DE FINANÇAS DE JOÃO PESSOA	69.821,00	João Pessoa	43.293
COOPERATIVA AGROECOLÓGICA MISTA DA VÁRZEA PARAIBANA	CRUZ DO ESPÍRITO SANTO	35	277.451,26	189.936,00	HORTIFRUTI E TUBÉRCULO	CRAS DE CRUZ DO ESPIRITO SANTO	39.674,00	Cruz do Espírito	3.300
						SESC JOÃO PESSOA	150.262,00	João Pessoa	26.039
ASSOC. DOS PRODUTORES DAS COMUNIDADES DE GARAPA E MALHADA DE PEDRA	MONTEIRO	21	167.993,80	26.510,00	HORTALIÇAS E CARNEOS	IGREJA ADVENTISTA DO SETIMO DIA	26.510,00	Monteiro	1.122
ASSOC. DOS PEQUENOS AGRICULTORES RURAIS DO ASSENTAMENTO TIRADENTES	MARI	61	487.924,47	339.271,00	LEGUMINOSA E TUBÉRCULOS	PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR	339.271,00	Pilar	6.180
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DO SERIDÓ E CURIMATAÚ PARAIBANO LTDA.	PICUÍ	29	218.426,93	41.783,00	BEBIDAS (POLPAS)	FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE PICUÍ	41.783,00	Picuí	2.937
ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES COMUNITÁRIOS DO NÚCLEO 1 – AGRICON	SOUSA	22	174.894,70	104.116,00	HORTIFRUTI E TUBÉRCULOS	ASSOC. DE COMUN. EVANG. CULTURAL E AGRICOLA DE PEDRA TALHADA	28.159,00	Marizópolis	100
						CONS. DA ESC. DE 1º GRAU IZIDRA PACIFICO DE ARAUJO	20.828,00	Sousa	297
						CONS. DA ESC. EST. DE 1º GRAU ESTEVAM MARINHO	22.350,00	Sousa	258
						E.E.E.I.E.F.M. PROFª DIONE DINIZ O. DIAS	32.779,00	Sousa	416
ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE NEGRA SENHOR DO DOMEIA	AREIA	31	247.691,80	142.760,00	HORTIFRUTI E TUBÉRCULOS	APAE – AREIA	5.403,00	Areia	67
						ASSOC. HUMANITARIA DOS BOMBEIROS VOLUNTARIOS DO BREJO	99.523,00	Areia	1.000
						SCFV – SERV. DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS	37.834,00	Areia	370
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DO ASSENTAMENTO TIRADENTES	MARI	40	319.344,54	191.016,00	LEGUMINOSA E TUBÉRCULOS	MUNICIPIO DE MARI	191.016,00	Mari	9.334
						APAE – UIRAUNA	1.340,00	Uirauna	93
						BCO. DE CAMPINA GRANDE	7.684,00	Campina Grande	92.500
						CASA DA CRIANÇA DR. JOÃO MOURA	2.280,00	Campina Grande	174
						CASA DO MENINO	1.575,00	Campina Grande	118
						CENTRO DE CONV. E FORT. DE VINCULOS DE SÃO SEB. L. DE ROÇA	3.866,00	São Seb. De Lagoa de Roça	358
						FAP – FUNDO ASSIST. DA PARAÍBA	6.000,00	Campina Grande	250
						FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CATURITÉ	5.889,00	Caturité	409
						FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SOLEDADE	2.224,00	Soledade	204
						FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE OLIVEDOS	6.620,00	Olivedos	613

						CRAS DE BOQUEIRÃO	4.557,00	Boqueirão	422
						CRAS DE INGÁ	3.337,00	Ingá	399
						CRAS DE POCINHOS	5.022,00	Pocinhos	465
						FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE ALAGOA NOVA	3.434,00	Alagoa Nova	318
						FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE AREIAL	1.846,00	Areial	171
						FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE MOGEIRO	3.759,00	Mogeiro	11.057
						FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE LAGOA SECA	3.780,00	Lagoa Seca	350
						INSTITUTO SÃO VICENTE DE PAULO	2.342,00	Campina Grande	195
						SESC CAMPINA GRANDE	8.000,00	Campina Grande	35.149
						SOPÃO COMUN. DA PAROQUIA DE SÃO SEBASTIÃO	3.000,00	São Seb. De Lagoa de Roça	278
COOPERATIVA PARAIBANA DE AVICULTURA E	SÃO SEBASTIÃO DE					UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	822,00	Campina Grande	6.920
						BCO. DE ALIM. DA PREF. MUN. DE CAJAZEIRAS	30.866,00	Cajazeiras	11.913
						BCO. DE ALIM. ESTEFANIA PEREIRA – PATOS	57.143,00	Patos	11.740
						COZINHA COMUN. DE SANTARÉM	6.186,00	Santarém	409
						COZINHA COMUN. DE POÇO DANTAS	20.407,00	Nazarezinho	900
ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DENOMINADA DE IZAÚ PEDROSA DE LIMA					HORTIFRUTI E TUBÉRCULOS	CRAS DE NAZAREZINHO	6.847,00	Nazarezinho	211
ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLV. E FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR	BARRA DE SANTA ROSA	61	487.985,61	76.328,00	CÁRNEOS, OVOS E BEBIDAS (POLPA)	FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE BARRA DE SANTA ROSA	76.328,00	Barra de Santa Rosa	3.318
			1.276,00	R\$ 10.078.658,19	4.069.853,00				

NOTA: TENDO EM VISTA QUE ALGUMAS ORGANIZAÇÕES FORNECEDORAS ENTREGAM SEUS ALIMENTOS A UMA DETERMINADA UNIDADE CONSUMIDORA, LOCALIZADA EM UM MESMO MUNICÍPIO, CONSIDEROU-SE ENTÃO A QUANTIDADE DE PESSOAS ASSISTIDAS DE FORMA REPETIDA, NÃO CABENDO O SOMATÓRIO DESTAS POR MUNICÍPIO.

Anexo D - Breves Considerações sobre o PAA – Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar



Gerencia de Operações e Suporte Estratégico – Geose

Setor de Operações e Programas Institucionais – Seopi

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O PAA – PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar foi oficialmente institucionalizado em Julho/2003, sob coordenação então dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), e do Desenvolvimento Agrário (MDA), passando a ser executado pelos Estados, Municípios e pela Conab.

Em linhas gerais, o Programa estabelece uma política específica de incentivo e comercialização de alimentos orgânicos e animais, produzidos pela agricultura familiar, garantindo através dos seus instrumentos de operacionalização, valores financeiros justos e compatíveis com os praticados no mercado consumidor. Neste mesmo viés, para determinados alimentos passíveis de conservação e estocagem, ou mesmo para beneficiamento/industrialização, o Governo Federal quando há disponibilidade, forma estoques para utilização em programas institucionais de combate à fome, socorro emergencial e até apoio internacional a situações de calamidade.

A mecânica básica do seu funcionamento envolve de um lado as organizações fornecedoras – formadas por agricultores e criadores familiares, oriundos de assentamentos, quilombolas, comunidades tradicionais, etc...que assim produzem, vendem e entregam seus alimentos, e do outro lado, a unidades consumidoras – assim caracterizadas por comunidades carentes, asilos, organizações sociais, escolas, hospitais e entidades filantrópicas, etc.

Resumindo: é uma operação de compra com doação simultânea de alimentos, envolvendo milhares de pessoas (fornecedores e consumidores), de toneladas dos mais variados alimentos, gerando milhares de empregos e renda, garantindo e incentivando a produção agropecuária,

com a circulação de milhões de reais que beneficiam desde o setor primário até o consumidor final em todo o território nacional.

Basicamente, o PAA se embasa e consolida através das Leis nºs 10.696/03, 11.524/07 e 12.512/11, de 02/07/2003, 24/09/2007 e 14/10/2011, respectivamente, as quais são regulamentadas por diversos Decretos, Portarias e Instruções Normativas (Resoluções).

Para a sua operacionalização, principalmente quanto ao estabelecimento de diretrizes, normas, controles e acompanhamento, foi criado um Grupo Gestor do PAA – GGPA, composto com representantes de 06(seis) Ministérios, cujos membros são indicados pelos respectivos Ministros de Estado.

Neste contexto, desde a sua criação e implementação inicial, foram estabelecidos valores financeiros limites para cada participante nos seus instrumentos operacionais, bem como, para o valor total de cada um dos projetos analisados e aprovados. Tais valores ainda são atualizados periódica mente, após análises econômico-financeiras pertinentes.

Releva observar que os instrumentos – com exceção do “PAA/Compra Direta”, só podem ser operacionalizados através de organizações formais, tais como associações, cooperativas, consórcios, etc...ou seja, tem que haver um ente jurídico oficial que assim represente e se responsabilize pelos seus respectivos agricultores/criadores

Quanto aos alimentos que compõem os projetos do PAA, estes são de origem vegetal e animal, integrando produtos agropecuários, psicultura, hortifrutigrangeiros e também alimentos processados/beneficiados (bolos, queijo, polpas de frutas, mel de abelha envasado, etc). A inclusão e/ou exclusão dos alimentos na listagem, depende de solicitações, análises de demanda e conveniência, disponibilidade real e aspectos técnicos.

No caso de alimentos processados/beneficiados, exige-se todos os registros e alvarás pertinentes a sanidade e garantia de qualidade para consumo, desde o nível federal (CIF) até o municipal (CIM).

A tabela com sugestão de preços, cujos valores são atualizados pelo menos a cada exercício, é formatada a partir de levantamentos técnicos que são realizados pela área específica, seguindo os normativos vigentes, e referem-se a região jurisdicionada por Superintendência Regional, podendo haver certas diferenças entre regiões circunvizinhas.

Caso haja interesse no aprofundamento dos normativos e demais informações pertinentes a este Programa, sugere-se a visita ao site da Conab (www.conab.gov.br), e a partir desse acesso, adentrar nos normativos (MOC – Manual de Operações da Conab – Normas Gerais) específicos do PAA e seus instrumentos operacionais (Compra com Doação Simultânea, Compra Direta, PAA/Sementes, Formação de Estoques e Garantia de Compra).

Finalmente, encaminha-se um levantamento com informações básicas, envolvendo os anos de 2014 a 2016, onde pode-se constatar as operações com projetos do “PAA/Doação Simultânea” implementados pela Regional da Paraíba.

Registramos que no presente exercício, existem algumas operações do PAA/CDS em curso, as quais não incluímos no levantamento acima aludido, bem como, propostas já analisadas e acatadas, aguardando a liberação de recursos orçamentários e financeiros para início das suas respectivas operações

A propósito cabe esclarecer que não se totalizou o universo de pessoas assistidas nos municípios, pois em determinadas situações, uma mesma unidade consumidora recebe alimentos de diversas organizações fornecedoras, para um mesmo público consumidor, o que nos quadros se apresenta repetido. Exemplo: um Banco de Alimentos que tem um determinado público consumidor, recebe os alimentos de diversas organizações fornecedoras, e sendo assim, distribui apenas para o seu público cadastrado, não podendo assim em termos estatísticos, seu público ser considerado para cada organização fornecedora, e portanto não se soma.

Eram estas as considerações básicas que se pretende expor, e assim auxiliar na compreensão do PAA, seus objetivos, sua operacionalização, seus custos e resultados alcançados.

A Conab-PB continua, como sempre, à inteira disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

**Anexo E – PAA – Lista de Agricultores Fornecedores do PAA – Compra com Doação Simultânea
(Comida na Mesa) – 2013/2016**



**GOVERNO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO**

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos (Comida na Mesa)			
	FORNECEDORES GESTÃO PASSADA	ENDEREÇO	PRODUTOS FORNECIDOS
1	ANTONIO AGUSTONIA DE SOUZA	SITIO COCOS	ABOBRINHA, ALFACE E BATATA
2	ANA DE SOUSA MARTINS	SITIO PATAMUTE	MANGA
3	ARIANE PEREIRA DE SOUZA	SITIO RIACHO DA ARARA	BATATA, BANANA E FARINHA DE MANDIOCA
4	ALUIZO BARBOSA DE SENA	SITIO CACARE	BATATA E CEBOLA
5	ANTONO RAIMUNDO DA SILVA	SITIO GRAVATA	BETERRABA, GRAVIOLA, BATATA, LARANJA, CHUCHU E ABOBRINHA
6	ADEMAR ANDRADE DE SOUZA	SITIO COCOS	ABOBRINHA, BANANA, CENOURA E BETERRABA
7	ANTONIO VITORIANO DE ABREU	SITIO ALMAS	CARNE BOVINA, GALINHA DE CAPOEIRA, BANANA, MAMÃO E MANGA
8	ANTONIETA DOS SANTOS LISBOA	SITIO PRENSA	ALFACE, GERIMUM, PIMENTÃO, COENTRO, BATATA DOCE, MILHO VERDE, BATATINHA, ABOBORA, ARROZ, MELAO E FEIJAO
9	ALVANI BEZERRA DE SOUZA	SITIO CACHOEIRINHA	FARINHA DE MANDIOCA, ABACATE E LARANJA
10	ARODIL VITORIANO DE ABREU	SITIO ALMAS	BANANA, MAMAO, MANGA, GALINHA DE CAPOEIRA, POLPA DE ABACAXI, MELAO E ABOBORA
11	ADALBERTO QUERINO DE SOUZA	SITIO FAZ MATEUS	MANGA, TOMATE, ABOBRINHA, LARANJA E ARROZ
12	ANGELO MARCIO SANTANA DE ABREU	SITIO CAJAZEIRAS VELHA	MAMAO
13	ACACIO JOAO DE SANTANA JUNIOR	SITIO CACARE	BETERRABA, MILHO VERDE, BANANA, LARANJA, UVA, ABACATE, FARINHA DE MANDIOCA, GRAVIOLA, MAMAO, MANGA, ABOBORA, MELAO, POLPA DE FRUTA E COENTRO
14	ANTONIO FERREIRA DE SOUZA	SITIO PAU DARCO	LARANJA, CARNE BOVINA E POLPA DE ABACAXI
15	ADEMAR ROLIM DE FREITAS	SITIO SERRAGEM	ALFACE, MAMAO, BANANA, ABOBORA E MANGA

16	ADONES DIAS FILHO	SITIO CACARE	FEIJAO, BANANA, MANGA E MAMAO
17	ADALBERTO BARBOSA DE SENA	SITIO SERRAGEM	ALFACE, MANGA, ABOBRINHA, MELAO, TOMATE, FEIJAO, MAMAO, GALINHA DE CAPOEIRA E BANANA
18	BRUNO JOSE DE FREITAS	ASSENT. VALDECY SANTIAGO	CHUCHU, ABOBRINHA, CEBOLA, ALFACE, BATATA, BETERRABA, FARINHA DE MANDIOCA E FEIJAO
19	COSMO MENDES DE SOUZA	SITIO SERRAGEM	ABOBORA
20	CICERO SOARES DA MOTA	SITIO VACA MORTA	MANGA
21	CARLITO BATISTA DE OLIVEIRA	SITIO COCHOS	MELAO, BETERRABA, TOMATE, BATATA E ABOBRINHA
22	CELSO DIAS DE CARVALHO	SITIO SERRAGEM	ABOBRINHA, UVA, MASSA DE MANDIOCA, BANANA E MANGA
23	CICERO ALVES BARBOSA	SITIO PAU DARCO	MELAO, TOMATE, LARANJA, BATATA, CHUCHU, GRAVIOLA E BATERREBA
24	COSME NOGUEIRA DE OLIVEIRA	SITIO LAGRADOURO	TOMATE E UVA
25	CLARENCE SOUZA DA MOTA	SITIO RIACHO DA ARARA	CARNE BOVINA, GALINHA DE CAPOEIRA E LARANJA
26	DOMETILIA SIMPLICIA DE ABREU	SITIO ALMAS	GALINHA DE CAPOEIRA, CARNE BOVINA, LARANJA, MASSA DE MANDIOCA E FRANGO
27	DONIZETE BEZERRA DE SOUZA	SITIO PAU DARCO	ALFACE, ABACATE, GOIABA E BANANA
28	DUCILENE ALEXANDRE DA SILVA	SITIO VACA MORTA	ALFACE, FARINHA, BANANA E ABACATE
29	DAMIAO VICENTE DA SILVA	SITIO BAIXA GRANDE	TOMATE, LARANJA, ABOBRINHA E UVA
30	DAMIANA SIMAO DE OLIVEIRA	SITIO RIACHO DA ARARA	GOIABA, MELAO, ABOBRINHA E TOMATE
31	DAMIANA PEREIRA DE SOUZA	SITIO COCOS	MELAO, LARANJA, ALFACE, BANANA, FARINHA E ABACATE
32	FRANCISCA DE FATIMA NOGUEIRA DE OLIVEIRA	SITIO BOVINA	ARROZ, CARNE BOVINA DIANTEIRA, POLPA DE ABACAXI, LARANJA CRAVO, GALINHA DE CAPOEIRA E MASSA DE MANDIOCA
33	FRANCISCO MOREIRA DE OLIVEIRA	SITIO BATATEIRAS	FEIJÃO, ARROZ E MAMÃO ORGANICO
34	FRANCISCO FERREIRA DE SOUSA	SITIO PAU DARCO	ARROZ, MELÃO ORGANICO, POLPA DE ABACAXI E FEIJÃO
35	FRANCISCO TEMOTEO DE CARVALHO	SITIO PAU DARCO	GRAVIOLA, GALINHA DE CAPOEIRA, CHUCHU, ABOBRINHA E UVA
36	FRANCISCO PESSOA SOBRINHO	SITIO RIACHO DO ARARA	ARROZ E POUPA DE FRUTA
37	FRANCISCO FIRMINO LINS	SITIO CACHOEIRA DOS COCOS	MANGA
38	FRANCISCO FELIZ DE ABREU	SITIO LAGOA DO ARROZ	MELÃO, TOMATE, ABOBRINHA, MANGA, MASSA DE MANDIOCA E BANANA
39	FRANCISCO SOARES DE MATOS	FAZENDA TIMBAUBA	LARANJA, MELÃO E ARROZ
40	FRANCISCO JOSE DE SOUZA	SITIO CACHOEIRA DOS COCOS	LARANJA, BANANA, MILHO, TOMATE, GOIABA, MELÃO E UVA
41	FRANCISCA GOMES LACERDA	SITIO RIACHO DO ARARA	MILHO, BANANA, MAMÃO E LARANJA
42	FRANCISCO LUIZ DA SILVA	SITIO BOLSAMO	MASSA DE MANDIOCA, ARROZ, MANGA E

			MACAXEIRA
43	FRANCISCO DIAS SANTANA	SITIO LAGOA DO ARROZ	BATATA DOCE, PIMENTÃO, ABOBRINHA, MELANCIA, TOMATE, BANANA, CEBOLA E FEIJÃO
44	FRANCISCO VIEIRA DE CARVALHO	SITIO VACA MORTA	MELÃO, ABACATE, MELÃO E MELANCIA
45	FRANCISCO DIAS DO NASCIMENTO	SITIO CACARE	MANGA, MELÃO, MASSA DE MANDIOCA E ALFACE
46	FRANCISCO COSTA DA SILVA	SITIO CACARE	MELANCIA, BETERRABA, BATATA DOCE, BATATINHA, BANANA E MANGA
47	FRANCISCO DIASSIS ROLIM DA SILVA	SITIO CACARE	BETERRABA, BATATINHA, BATATA DOCE, BANANA, FEIJÃO, MANGA, TOMATE E MELÃO
48	FRANCISCO LINS DE SOUZA	SITIO CACHOEIRHA	BETERRABA, GRAVIOLA, BATATA, GOIABA, CHUCHU E ABOBRINHA
49	FRANCIEUDO BARBOSA DE SENA	SITIO SERRAGEM	FEIJÃO E MASSA DE MANDIOCA
50	FRANCISCO ALVES DA SILVA	SITIO BARRA DO CATOLE	BANANA, GOIABA, FARINHA DE MANDIOCA, ALFACE E ABACATE
51	FRANCISCO ALEXANDRE FERREIRA	SITIO SERRAGEM	MILHO, BANANA, MAMÃO, LARANJA, ABOBORA, ARROZ, FEIJÃO, TOMATE, MANGA E POLPA DE FRUTA
52	FRANCISCO MARIA DO N. ABREU	SITIO ALMAS	CARNE, LARANJA E MASSA DE MANDIOCA
53	FRANCILEUDA ANDRADE DE SOUZA	SITIO RIACHO DO ARARA	MILHO, BANANA, MAMÃO E LARANJA
54	FRANCISCO JOSE DE SOUZA	SITIO CACHOEIRA DO COCOS	MILHO, BANANA, TOMATE E LARANJA
55	FRANCISCO DE ASSIS	SITIO ALMAS	MELANCIA, MANGA, LARANJA, PIMENTÃO, ABOBRINHA, MELANCIA, FEIJÃO E ABOBORA
56	FABRICIO ABREU DE SOUZA	SITIO BARRA DO CATOLE	GRAVIOLA E ALFACE
57	FRANCISCO BEZERRA FERREIRA	SITIO PAU DARCO	CARNE, LARANJA E ABOBORA
58	FRANCISCO VITOR DE FREITAS	SITIO SERRAGEM	BANANA, MAMÃO, BETERRABA E ABOBORA
59	FRANCISCO RENATO GOMES LACERDA	SITIO TABOLEIRO	CHUCHU, ABOBRINHA, BATATA, BETERRABA, GRAVIOLA E TOMATE
60	FRANCISCA HUELIA DIAS DE OLIVEIRA	SITIO RIACHO DA ARARA	FARINHA, BANANA, LARANJA E GOIABA
61	FRACISCO DIAS DO NASCIMENTO+B39	SITIO CACARE	BANANA, FEIJÃO, MANGA, MAMÃO, BETERRABA, GRAVIOLA, BATATA, TOMATE, CHUCHU E ABOBRINHA
62	GERALDO MARIANO	SITIO SERRAGEM	MELAO, ABOBRINHA, MANGA, TOMATE, ALFACE, LARANJA, MASSA DE MANDIOCA, ARROZ, ABOBORA, MAMAO, BANANA E MACAXEIRA
63	GIONEIDE FELIX DE MORAIS	SITIO PRENSA	FARINHA DE MANDIOCA, BATATA, BANANA, CENOURA, ARROZ, CARNE BOVINA, FEIJAO, MAMAO E LARANJA
64	GUALBERTO QUIRINO DE SOUZA	SITIO MATEUS	FEIJAO
65	GERISLAN SANTOS DA SILVA	SITIO PRENSA	BETERRABA, GRAVIOLA E TOMATE

66	GERALDO MARCELINO SOARES	SITIO CATOLE DOS MARCELINOS	MAMAO, BANANA, LARANJA, MELAO, CHUCHU, ABOBRINHA, CEBOLA, GRAVIOLA, BATATA E BETERRABA
67	GERALDO DIAS DE FIGUEIREDO	SITIO CACARE	BETERRABA, GRAVIOLA, BATATA, CEBOLA, FARINHA DE MANDIOCA E BANANA
68	GERALDO SOARES DA SILVA	SITIO CAJAZEIRAS VELHA	FARINHA DE MANDIOCA, LARANJA, ABACATE, GOIABA E BANANA
69	GILBERLANO DE FREITAS ROLIM	SITIO UMARI	MANGA, TOMATE, MAMAO, FEIJAO E ABOBORA
70	GILVANIA PEREIRA RODRIGUES	SITIO SERRAGEM	MANGA, GALINHA DE CAPOEIRA E FEIJAO
71	GILMAR BEZERRA DE SOUZA	SITIO PAU DARCO	ABOBORA, MANGA, PIMENTAO, ALFACE, BANANA, ABOBRINHA, ARROZ, CARNE BOVINA, GALINHA DE CAPOEIRA E FRANGO
72	IVONETE TOMAZ DE SOUZA	SITIO PAU DARCO	MASSA DE MANDIOCA, TOMATE, CARNE BOVINA E POLPA DE FRUTAS
73	IRAUDETE DIAS DE SOUZA FREITAS	SITIO CACARE	BANANA, ABOBRINHA E BATATA
74	JAQUELINE DO NASCIENTO DIAS	SITIO CACARE	LARANJA E ABOBORA
75	JOSEFA TEXEIRA DANTAS	SITIO CACARE	PIMENTÃO, BATATA, ALFACE, COENTRO, UVA, GRAVIOLA, CHUCHU, BETERRABA, MANGA, MASSA DE MANDIOCA, ABACATE E GRAVIOLA
76	JOSEFA GRACIELE ANDRADE DA SILVA	SITIO CARARE	ALFACE, COENTRO, BATATINHA, ABACATE, BANANA, LARANJA E GOIABA
77	JOÃO BEZERRA DOS SANTOS	SITIO TERRA MOLHADA	FARINHA, ABACATE, ALFACE, BANANA, GOIABA E LARANJA
78	JOSE VIEIRA DE SOUZA FILHO	SITIO PAU DARCO	MASSA DE MANDIOCA, BETERRABA, GRAVIOLA, E BATATA
79	JOSEFA FELIX DE ABREU	SITIO LAGOA DO ARROZ	MILHO, BANANA, MAMÃO, LARANJA, ARROZ, TOMATE, POLPA DE FRUTAS, ABOBORA, MASSA DE MANDIOCA, ALFACE, FEIJÃO E TOMATE
80	JANICLEIA DE ABREU DE SOUZA	SITIO BARRA DO CATOLE	BANANA, LARANJA, TOMATE, MANGA, BETERRABA, GRAVIOLA, BATATA, ABOBRINHA, CEBOLA E CHUCHU
81	JOÃO BENEDITO DE SOUZA	SITIO BENEDITO DE SOUZA	MANGA E ARROZ
82	JOSE CARLOS DE ABREU PEREIRA	SITIO RIACHO FUNDO	BANANA, MAMÃO, MANGA, MELÃO, GALINHA, POLPA DE FRUTAS E MASSA DE MANDIOCA
83	JOANA D'ARC GOMES DE LIMA	SITIO SERRAGEM	MANGA E ARROZ
84	JOSENILDO BARBOSA DA SILVA	SITIO SERRAGEM	MAMÃO, FEIJÃO, TOMATE, MAÇÃ, MANGA E BANANA
85	JARISMAR BEZERRA DE SOUZA	SITIO PAU DARCO	GALINHA E UVA
86	JAYSA DIAS DA SILVA	SITIO VACA MORTA	ARROZ
87	JOSEFA ROLIM VERÍSSIMO	SITIO CACARE	BETERRABA, BATATINHA, PIMENTÃO, BATATA DOCE, FEIJÃO, BANANA,

			GALINHA, MASSA DE MANDIOCA E MANGA
88	JUCIMARA DA SILVA PESSOA	RODOVIA BR 230	LARANJA
89	JUCIE LACERDA DA SILVA	SITIO TABOLEIRO	TOMATE, BANANA, CEBOLA, MELÃO E LARANJA
90	JOÃO SANTANA DE OLIVEIRA	SITIO LAGOA DO ARROZ	BATATA, TOMATE, MELÃO, FARINHA DE MANDIOCA E UVA
91	JOSEFA FEITOSA DE MOURA	SITIO SERRAGEM	UVA, GRAVIOLA, BANANA E MASSA DE MANDIOCA
92	JOSEFA ROLIM DA SILVA	SITIO SERRAGE,M	MELÃO, TOMATE, CHUCHU, BANANA, GALINHA, MANGA, POLPA DE ABACAXI, FEIJÃO E BANANA
93	JOÃO GERALDO DE FIGUEIREDO	SITIO SERRAGEM	MANGA, ALFACE, MASSA DE MANDIOCA, MELÃO, POLPA DE ABACAXI, GALINHA E MAMÃO
94	JOSE EDGLEY DA SILVA MOTA	SITIO VACA MORTA	POLPA DE FRUTA, MANGA, MELÃO, ABOBORA, LARANJA E GALINHA
95	JOSE IVODE SOUZA FERREIRA	SITIO ENGENHEIRO AVIADOS	MASSA DE MANDIOCA, BANANA, ARROZ, MANGA, MAMÃO E FEIJÃO
96	JOSE ADRIANO LINS	SITIO SANTO ANTONIO	GOIABA, ALFACE, LARANJA, FARINHA, GRAVIOLA E ABACATE
97	JOAO BEZERRA DE SOUZA NETO	SITIO PAU DARCO	GALINHA E CARNE BOVINA
98	JOSE JOAQUIM DE ABREU	SITIO ALMAS	GOIABA, LARANJA, MELÃO, UVA, TOMATE, ABOBRINHA, BATATA, BANANA E MELÃO
99	JOSE EVANDRO DA SILVA MOTA	SITIO VACA MORTA	BANANA, MANGA, LARANJA, ABOBORA, MAMÃO, CEBOLA E POLPA DE ABACAXI
100	JOSE DA SILVA VIEIRA	SITIO VACA MORTA	BETERRABA, MELANCIA, BATATINHA, ABOBRINHA, COENTRO, FEIJÃO, MANGA E MELÃO
101	JOSE DE ANCHIETA MOREIRA NOBREGA	SITIO RECREIO	ABOBRINHA E CHUCHU
102	JOSE TRAJANO BORGES	SITIO CAJAZEIRAS VELHA	MILHO, LARANJA, GOIABA, TOMATE, MELÃO, ARROZ E MAMÃO
103	JOSE DUARTE	SITIO SERRAGEM	MANGA, MAMÃO, BANANA, ABACATE, FARINHA DE MANDIOCA, TOMATE E ABOBORA
104	JOSE FERREIRA DE SOUZA	SITIO PAU DARCO	ALFACE, MANGA, BETERRABA, PIMENTÃO, BATATA, CARNE BOVINA, POLPA DE FRUTA, MELÃO E PIMENTÃO
105	JOSE DE SOUZA MACIEL	SITIO BARRA DO CATOLE	ALFACE, COENTRO, BATATA, MANGA E GALINHA
106	JOSE PEDRO DE SOUZA	FAZENDA COCOS	COENTRO, BATATA, ABACATE, BANANA, ALFACE E FARINHA
107	JOSE BEZERRA DE SOUZA	SITIO RIACHO DO ARARA	MANGA E CARNE BOVINA
108	JOSE GOMES DE ABREU	SITIO UMARI	TOMATE, MELÃO, ARROZ, ABOBORA, MASSA DE MACAXEIRA E MASSA DE MANDIOCA

109	JOSE LINS DE SOUZA	SITIO XIQUE XIQUE	ABACATE, FARINHA, BANANA, MELÃO E GOIABA
110	JOSE LINS DE MENESES	SITIO CACHOEIRINHA	FEIJÃO E MELÃO
111	JOSE ADAILTON PEDROZA TRAJANO	SITIO CAJAZEIRAS VELHA	GOIABA, MAMÃO, LARANJA, BANANA, MELÃO, ARROZ, POLPA DE FRUTA, TOMATE, FEIJÃO E MASSA DE MANDIOCA
112	JOSE ALVES FEITOSA	SITIO RIACHO FUNDO	UVA, BANANA, MELÃO E ALFACE
113	JOSE LINDOMAR CASSIMIRO	SITIO SERRAGEM	MANGA, COENTRO, PIMENTÃO, FEIJÃO, ABOBORA, MASSA DE MANDIOCA, GALINHA E BANANA
114	JOSE ERIVAM TEMOTEO DE ABREU	SITIO BARRA DO CATOLE	MILHO, FEIJÃO, TOMATE, MELÃO E CARNE
115	JOSE DE ANCHIETA P. TRAJANO	SITIO CAJAZEIRAS VELHA	POLPA DE FRUTA, TOMATE, MELÃO E ALFACE
116	LUCIVALDO DE FREITAS DIAS	SITIO SERRAGEM	BANANA E MELAO
117	LUZINETE LINS FIRMINO	SITIO CACHOEIRA DOS COCOS	MELANCIA, MANGA, MELAO, ALFACE E ABOBRINHA
118	LISBETE FERREIRA DA SILVA	SITIO COCOS	GALINHA DE CAPOEIRA, ARROZ, FEIJAO E MELAO
119	LEOMAR DE FREITAS DIAS	SITIO CACARE	MELAO, BANANA E GALINHA DE CAPOEIRA
120	LEONIDES PEREIRA DE OLIVEIRA	SITIO PAU DARCO	MELAO, CARNE BOVINA, LARANJA, FEIJAO E ARROZ
121	LEONALDO PEREIRA DE OLIVEIRA	SITIO PAU DARCO	MILHO VERDE, BANANA, MAMAO, LARANJA, FARINHA DE MANDIOCA, GOIABA, GRAVIOLA, CEBOLA E ABACATE
122	LUIS DIAS DE SANTANA	SITIO LAGOA DO ARROZ	BETERRABA, TOMATE, GRAVIOLA, BATATA E BANANA
123	LUZIMAR TOMAZ DA AQUINO APOLINARIO	SITIO PATAMUTE	MASSA DE MANDIOCA, GALINHA DE CAPOEIRA E CARNE BOVINA
124	LUCIANO JOSE DE ABREU	SITIO BARRA DO CATOLE	GALINHA DE CAPOEIRA
125	ELIAS DE FREITAS ALBUQUERQUE	SITIO SERRAGEM	MACAXEIRA, MAMAO, BATATA DOCE, ALFACE, FEIJAO, MANGA, BANANA, POLPA DE FRUTAS, ABOBORA, TOMATE E LARANJA
126	ERIVONETE BORGES DIAS	SITIO CACARE	ABOBORA
127	EXPEDITO PINHEIRO DA SILVA FILHO	SITIO SERRAGEM	FARINHA DE MANDIOCA, UVA, LARANJA, GOIABA, BANANA E ABACATE
128	EDUARDO MENDES DE SOUZA	SITIO SERRAGEM	FARINHA DE MANDIOCA, ALFACE, BANANA, ABACATE, ABOBORA, MAMAO, MANGA E GALINHA DE CAPOEIRA
129	EDILEUSA DE LIRA DA SILVA	SITIO CATOLE	MELANCIA, MELAO, ABOBRINHA, TOMATE, GRAVIOLA, CHUCHU, BATERRABA, UVA, BATATA E CEBOLA
130	ELIANE VICENTE ALVES	SITIO CAJAZEIRAS VELHA	GRAVIOLA, BETERRABA E BATATA
131	EUGENIA DA SILVA GALDINO	SITIO VACA MORTA	CEBOLA, ABOBRINHA E BATATA
132	ERLANIA DE SOUZA VITOR	SITIO SERRAGEM	UVA, BANANA, MAMAO E FEIJAO

133	MARCOS DIAS DE CARVALHO	SITIO SERRAGEM	BANANA, FEIJAO, MAMAO, MANGA, ARROZ, GALINHA DE CAPOEIRA E MASSA DE MANDIOCA
134	MARISETE QUEIROGA DE SOUZA	SITIO COCOS	BETERRABA, COENTRO, BATATA DOCE, BATATINHA, ARROZ, MELAO, LARANJA E MANGA
135	MARIA PIEDADE ABREU MOTA	SITIO RIACHO DA ARARA	LARANJA, MILHO ESPIGA, BANANA, MAMAO, MELAO, MANGA, TOMATE, ALFACE, ABOBRINHA, CHUCHU, GRAVIOLA, BATATA, GOIABA, CEBOLA E BETERRABA
136	MARIA JESUS DO NASCIMENTO	SITIO CACARE	GOIABA, BANANA, MANGA E MAMAO
137	MARINETE QUERINO DE SOUZA DA COSTA	SITIO FAZ MATEUS	MELAO, TOMATE, ABOBRINHA E UVA
138	MARIA DAS GRAÇAS DOS SANTOS SILVA	SITIO PRENSA	ALFACE, MAMAO, ARROZ, MELAO, TOMATE, POLPA DE ABACAXI, MANGA, MASSA DE MANDIOCA, CARNE BOVINA E ABOBORA
139	MARCILIO FERREIRA DE ANDRADE	SITIO SERRA VERMELHA	ALFACE, ABACATE, CEBOLA E FARINHA DE MANDIOCA
140	MARINA DIAS DE SOUZA	SITIO COCOS	ALFACE, TOMATE, ABACATE, GOIABA E BANANA
141	MANOEL CAMILO ALVES	SITIO CACARE	ABACATE, GOIABA, FARINHA, LARANJA, TOMATE, CHUCHU, BETERRABA E LARANJA
142	MARIA APARECIDA ALVES MACIEL	SITIO BARRA DO CATOLE	MAMAO
143	MARLI OLIVEIRA DE FIGUEIREDO	SITIO LAGOA DO ARROZ	BETERRABA, BATATINHA, PIMENTAO, LARANJA, BANANA, ABACATE, UVA E FARINHA DE MANDIOCA
144	MARIA DO SOCORRO DIAS	SITIO CAITITU	MAMAO
145	MARIA APARECIDA LINS	SITIO AZEVEM	MELANCIA, MANGA, MELAO, TOMATE E ABOBRINHA
146	MARCOS DIAS SANTANA	SITIO VAZEA DA EMA	MILHO VERDE, BANANA, MANGA, LARANJA, MELAO, UVA, ABOBRINHA E CHUCHU
147	MARIA NOGUEIRA HOLANDA	SITIO CAIÇARA II	MANGA E FEIJAO
148	MARIA LIDUINA LIMA DE MELO	SITIO RIACHO DA ARARA	ABACATE, FARINHA DE MANDIOCA, ALFACE E GOIABA
149	MARIA DA PIEDADE BEZERRA PEREIRA	SITIO CHIQUE - CHIQUE	ABOBRINHA, BATATA, GRAVIOLA, UVA, BETERRABA E CHUCHU
150	MARIA JOSE DA SILVA	SITIO SERRAGEM	UVA, TOMATE, MAMAO, ABOBORA, MELAO E BANANA
151	MARIA INES BELO DE SOUSA	SITIO SERRAGEM	BANANA, MAMAO, FEIJAO, COENTRO, TOMATE, MANGA, LARANJA E MASSA DE MANDIOCA
152	MARIA IZABEL ANDRADE DA SILVA	SITIO CACARE	LARANJA, MANGA, MELAO, BANANA, GOIABA, MASSA DE MANDIOCA, ABOBORA, MAMAO, GALINHA DE CAPOEIRA, ARROZ, LARANJA E FEIJAO

153	MARIA DE FATIMA DE SOUSA BARBOSA	SITIO SERRAGEM	GRAVIOLA, FARINHA DE MANDIOCA, BANANA, ABACATE, GALINHA DE CAPOEIRA, FEIJAO, MANGA E MAMAO
154	MARIA OLIVEIRA DE ABREU	SITIO ALMAS	CARNE BOVINA, MAMAO E LARANJA
155	NEUZA RAIMUNDA DE SOUZA	SITIO PAU DE ARCO	BATATA, BETERRABA, GRAVIOLA, TOMATE, CHUCHU E ABOBRINHA
156	NECILIMA DE SOUZA	SITIO PATAMUTE	FEIJÃO
157	NOBELINO DE SOUZA TOLIM NETO	SITIO BARRA DO CATELO	GALINHA
158	NEURISMAR QUIRINO DE SOUZA	SITIO MATHEUS	MASSA DE MANDIOCA E MANGA
159	OTACILIO JOÃO DE SOUZA	SITIO FAZ DO PATAMUTE	ALFACE, BANANA, CARNE, TOMATE, LARANJA, ABOBORA, GALINHA, MASSA DE MANDIOCA, MELÃO, MAMÃO, MANGA, ARROZ, FEIJÃO, CHEIRO VERDE, REPOLHO, POLPA DE FRUTA, BATATA E BETERRABA
160	OTACIO EMIDIO DE OLIVEIRA	SITIO COCOS	FEIJÃO, ARROZ, ALFACE, MASSA DE MANDIOCA, GALINHA, MASSA DE MACAXEIRA, BANANA, CARNE, TOMATE, LARANJA, ABOBORA, MANGA, CHEIRO VERDE, REPOLHO E POLPA DE FRUTAS
161	PEDRO GARINO AMARO DA SILVA	SITIO CABRACADA	ALFACE E FARINHA DE MANDIOCA
162	PAULO TRAJANO BORGES	SITIO CAJAZEIRAS VELHA	POLPA DE FRUTA, MASSA DE MANDIOCA E MANGA
163	PEDRO ALVES DE FREITAS	SITIO SERRAGEM	GRAVIOLA, BATATA, BETERRABA, CHUCHU, CEBOLA, FARINHA DE MANDIOCA, CEBOLA E ABOBRINHA
164	RAQUEL PEREIRA DE SOUZA	SITIO RIACHO DA ARARA	FARINHA DE MANDIOCA, GRAVIOLA, BANANA E CHUCHU
165	RONILDO ROLIM DA SILVA	SITIO CACARE	FEIJAO, MAMAO, TOMATE, MANGA E BANANA
166	ROSICLEIDE DA SILVA TAVARES	SITIO BATATEIRA	BATATA DOCE, BATATINHA, TOMATE E BETERRABA
167	ROSILEIDE SILVA DE ANDRADE	SITIO VACA MORTA	FARINHA DE MANDIOCA, CHUCHU, ABOBRINHA, CEBOLA, BETERRABA E BATATA
168	RAIMUNDO NASCIMENTO DA SILVA	SITIO UMARI	ABACATE, FARINHA DE MANDIOCA, BANANA, TOMATE, GOIABA E LARANJA
169	REGINALDO DE SOUZA MOTA	SITIO RIACHO DA ARARA	PIMENTAO, BATATA, BATATA DOCE, BETERRABA, LARANJA, ABOBORA E GALINHA DE CAPOEIRA
170	REGINALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA	SITIO PATAMUTE	MASSA DE MANDIOCA
171	REJANE SOUZA PINHEIRO	SITIO CACARE	CHUCHU, UVA, GOIABA, FARINHA DE MANDIOCA, BANANA, MAMAO E MANGA
172	SAULO TRAJANO SOARES	SITIO CAJAZEIRAS VELHA	MANGA, FEIJÃO E TOMATE

173	SOLANGE VICTOR DE FREITAS	SITIO SERRAGEM	MAMÃO, FEIJÃO E ARROZ
174	SIMONE BEZERA ALEXANDRE DA SILVA	SITIO CABRA ASSADA	FARINHA DE MANDIOCA, ABACATE, LARANJA E GOIABA
175	SEBASTIÃO RODRIGUES DE SOUZA	SITIO ARRUIDO	BANANA, LARANJA, MELÃO, TOMATE, BATATA, ABOBRINHA E CHUCHU
176	SUZARA ALEXANDRE DE LIRA	SITIO CALISTO	FEIJÃO
177	TRAJANO BORGES TRAJANO	SITIO CAJAZEIRAS VELHA	FEIJÃO
178	TARCIO TOMAZ DE SOUZA	SITIO BAIXA GRANDE	MANGA
179	VICENTE GERALDO DE FIGUEIREDO	SITIO LAGOA DO ARROZ	MILHO, BANANA, MAMÃO, LARANJA, MANGA, GALINHA E TOMATE
180	VANDUIR QUERIO DE SOUZA	SITIO MATHEUS	FEIJÃO
181	VALDI CAROLINO BRAGA	FAZENDA BARRA	PIMENTÃO, BATATINHA, MILHO, BETERRABA, MANGA E ARROZ
182	VALDEREZ DE SOUZA	SITIO SERRA DA ARARA	CHUCHU, ABACATE, FARINHA, BETERRABA E CEBOLA
183	VALDEREZ SILVA VITOR	SITIO SERRAGEM	MELÃO, TOMATE, BANANA, GOIABA, MAMÃO, MARACUJA, MANGA E MACAXEIRA
184	VALDIR TEMOTEO DE SOUZA	SITIO PAU DARCO	CARNE, GALINHA E ARROZ
185	WELLINGTON PEREIRA DA SILVA	SITIO COCHOS	MELÃO, ABACATE, TOMATE, ABOBRINHA, BATATA, CHUCHU, FARINHA DE MANDIOCA, POLPA DE FRUTAS, COENTRO, BETERRABA, MELANCIA, MAMÃO, MANGA E LARANJA

Apêndice

Apêndice A – Roteiro de entrevista/questionário com os beneficiários do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

Roteiro de Entrevista/Questionário com os beneficiários do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

Nº Questionário:

Agricultor (Nome Fictício/ Tendo em vista não causar nenhum dano a integridade do sujeitos pesquisados):

Sítio:

Associação:

I – Caracterização da unidade Familiar:

1 – O senhor é agricultor há quanto tempo? A terra que o senhor cultiva é própria? Se não, qual a forma de acesso (Arrendamento, parceria, posse, etc)?

2 - Como adquiriu a terra no caso da terra própria (herança, compra, doação, outros)?

3 – Qual o tamanho da Propriedade?

4 – Se exercer atividade fora da unidade familiar

Indústria () Comércio () Serviços auxiliares () Construção civil () Artesanato()

Transporte () Comunicação () Serviço público () Outros: _____

5 – Os membros de sua família que trabalha fora fornecem algum tipo de ajuda nas atividades da unidade familiar?

6 – A maior renda familiar vem da:

Atividade agrícola () Atividade não-agrícola () Aposentadoria/pensão ()

7 – A família recebe algum outro tipo de benefício/ajuda em dinheiro?

II – Estrutura da propriedade

1 – Características da mão de obra utilizada: é própria? Quantos? Se contratada, quantos são e qual o tempo? Permanente, parcial ou outros.

2 – O que se produz?

3 – Qual a destinação da produção? auto consumo; comercialização na própria propriedade; comercialização em feiras; comercialização com entrega em domicílio; comercialização no mercado institucional (governo, estado, prefeitura, etc).

4 – Quais as tecnologias empregadas na produção? aração; culturas consorciadas; curva de nível; sementes; adubação química; adubação orgânica; capina e colhe manualmente; capina e colhe com a ajuda de animal; capina e colhe mecanicamente; irrigação.

5 – Quais as principais dificuldades encontradas na produção? Falta de mercado; preços da comercialização; falta de assistência técnica; falta de apoio governamental; transporte; falta de sementes; custos de produção elevado; falta de mão de obra; falta de crédito; outros.

6 – Há quanto tempo participa do PAA?

7 – Como se deu seu ingresso no programa?

8 – Quais produtos você comercializa no PAA?

9 – A comercialização dos produtos no PAA representa em sua renda atual:

A maior parte da renda anual; parte significativa da renda anual; valor complementar da renda anual; valor irrisório; não sabe responder.

10 – Você teria condições de produzir mais que a cota de R\$ 4.500,00 – R\$ 5.500,00 anuais?

11 – Você considera que a cota anual (R\$ 4.500,00 - R\$ 5.500,00) do PAA é:

Muito Satisfatória; satisfatória; pouco satisfatório; insatisfatória ; não sabe responder.

12 – Como você avalia os preços pagos pela Conab/Prefeitura?

Muito Satisfatória; satisfatória; pouco satisfatório; insatisfatória ; não sabe responder.

13 – Quais as melhorias proporcionadas a sua produção através de sua participação no PAA?

14 – E as melhorias na sua qualidade de vida. Trouxe contribuições? Quais?

15 – Você pretende continuar participando do PAA?

16 – Em sua opinião, quais os pontos positivos do PAA?

17 – Em sua opinião, quais os pontos negativos do PAA?

18 – Participa de algum outro Programa ou política pública?

19 – O senhor considera o Programa de Aquisição de Alimentos suficiente para absorver a oferta dos pequenos produtores de Cajazeiras – PB?

20 – O senhor tem pretensão de vender a terra ou deixar de trabalhar na agricultura? Por quê?

21 – Quais as principais transformações vivenciadas na propriedade a partir do PAA?

Apêndice B – Roteiro de Entrevista entrevista/questionário com os responsáveis pelo Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

Roteiro de Entrevista/questionário com os responsáveis pelo Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

Nº Questionário:

Nome do Entrevistado: _____

1º - Como o senhor (a) avalia a importância da produção agrícola familiar para a população do município de Cajazeiras – PB?

2º - Como funciona o Programa de Aquisição de Alimentos no município de Cajazeiras – PB?

3º - Qual o critério de seleção dos Produtos e dos Produtores para o programa de Aquisição de Alimentos?

4º - Quais os produtos que são adquiridos?

5º - Qual o perfil dos produtores que fornecem ao PAA (micro, pequenos, médios produtores)?

6º - Quantos produtores têm cadastro no Programa?

7º - Quais as formas de transporte das mercadorias dos produtores até o PAA?

8º - Qual o destino das mercadorias adquiridas pelo PAA (Escolas, creches, restaurantes populares, (ver o percentual dessa distribuição))?

9º - Qual a forma e como é realizada a distribuição dos produtos do PAA?

10º - Existe deterioração ou perdas das mercadorias? Se existe, em que proporção?

11º - O senhor (a) acredita que o programa de Aquisição de Alimentos tem gerado mais renda para os agricultores no município de Cajazeiras – PB?

12º - Os preços pagos pelo PAA são inferiores ou superiores aos praticados no mercado? Eles têm se mantido constantes? Qual a última atualização?

13º - Os produtores têm se queixado dos preços? Quais as principais queixas?

14º - Como é feito o pagamento? Existe regularidade?

15º - O senhor (a) acredita que o programa de Aquisição de Alimentos pode reforçar as práticas da agricultura mais saudáveis, como a agroecologia? De que forma?

16º - Quais as dificuldades e sugestões que o senhor daria para o Programa de Aquisição de Alimentos?

17º - O senhor (a) considera o programa de Aquisição de Alimentos suficiente para absorver a oferta dos produtores de Cajazeiras – PB? Qual o percentual dessa oferta que é adquirida pelo PAA?